



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**FACULDADE UnB PLANALTINA – FUP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E**  
**DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG-MADER**

**CELIA MARIA MACHADO AMBROZIO**

**CONSERVAÇÃO DO CERRADO ENTRE CULTURA E HISTÓRIA NO CAMINHO**  
**DE CORA CORALINA – GOIÁS**

Planaltina – DF

Janeiro/2023

CELIA MARIA MACHADO AMBROZIO

**CONSERVAÇÃO DO CERRADO ENTRE CULTURA E HISTÓRIA NO CAMINHO  
DE CORA CORALINA – GOIÁS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Coelly Fernandes Saraiva

Planaltina – DF

Janeiro/2023

CELIA MARIA MACHADO AMBROZIO

**CONSERVAÇÃO DO CERRADO ENTRE CULTURA E HISTÓRIA NO CAMINHO  
DE CORA CORALINA – GOIÁS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (UnB).

Aprovado em 19 de dezembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Coelly Fernandes Saraiva (Orientadora)  
Presidente da Banca – PPG-Mader (FUP/UnB)

---

Prof. Dr. Deusdedith Alves Rocha  
Avaliador Externo – Uniceub

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane Gomes Barreto  
Avaliadora Interna – (CDS/UnB)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Celeida Rabelo Nogueira  
Avaliadora Interna Suplente – PPG-Mader (FUP/UnB)

Planaltina – DF

Janeiro/2023

AA496c      Ambrozio, Celia Maria Machado  
              Conservação do Cerrado entre cultura e história no Caminho  
de Cora Coralina - Goiás / Celia Maria Machado Ambrozio;  
orientador Regina Coelly Fernandes Saraiva. -- Brasília,  
2022.  
              222 p.

              Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Rural) -- Universidade de Brasília, 2022.

              1. Conservação ambiental. 2. Corredores ecológicos. 3.  
Diversidade cultural. 4. Patrimônio rural. 5. Caminho de  
Cora Coralina. I. Saraiva, Regina Coelly Fernandes, orient.  
II. Título.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela inspiração, por acender em mim o espírito ecológico e o compromisso de preservar a natureza e por me permitir trilhar caminhos e vivenciar a atuação em redes e associações ao longo de minha trajetória profissional, em especial, na Associação dos Engenheiros da Sabesp (Aesabesp), que me possibilitou compartilhar conhecimento e experiências na área de gestão, educação e proteção ambiental.

À minha orientadora, professora doutora Regina Coelly Fernandes Saraiva, por seu especial apoio, dedicação e incentivo contínuo nos anos de mestrado, além de apontar rotas e caminhos assertivos que tanto contribuíram para a conclusão desta pesquisa com êxito.

À equipe de coordenação, professores Regina Coelly Fernandes Saraiva, Janaína Diniz e Sérgio Sauer, e secretária do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Universidade de Brasília (UnB), pelo acolhimento e pelo carinho durante o período crítico da pandemia nos anos de mestrado.

Aos doutores e aos mestres professores, pelos relevantes ensinamentos oferecidos nas disciplinas cursadas, que foram essenciais para a melhoria dos trabalhos de escrita, de sistematização do referencial teórico e de levantamento de informações para a elaboração da pesquisa. Em especial, aos professores doutores Mônica Nogueira e Tamiel Khan Baiocchi Jacobson, que participaram de minha banca de qualificação e que muito contribuíram para o aprimoramento do meu trabalho de pesquisa, como também aos professores doutores Cristiane Gomes Barreto, Deusdedith Alves Rocha e Mônica Celeida Rabelo Nogueira, que participaram de minha banca de mestrado.

Aos recursos financeiros ofertados pelos editais do PPG-Mader/Faculdade UnB Planaltina e do Decanato de Pós-Graduação (DPG/UnB) para a realização da pesquisa exploratória na área de abrangência da pesquisa.

Aos meus pais e avós, que sempre me apoiaram e incentivaram no caminho dos estudos, e dos quais herdei o dom de defender, amar e trabalhar a favor da natureza e dos mais vulneráveis. E aos meus padrinhos, tios, irmãos e primos, que foram referenciais fortes em minha vida, por seus dons voltados à educação.

Ao meu esposo, Fernando Luiz, por toda a colaboração nos anos de mestrado e por ter sido meu parceiro dedicado durante as visitas e os trabalhos em campo.

À minha filha Andréa, pela indicação para o Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Uniceub, do qual participo desde o ano de 2014, e que me permitiu ingressar no mundo acadêmico, assim como, agradeço pelas orientações em

informática, para que pudesse me adequar aos novos tempos de trabalhos *on-line*.

À minha filha Fabiana, por sua colaboração nos trabalhos de organização e sistematização dos dados coletados nas entrevistas de campo.

À professora Márcia Dieguez Leuzinger, coordenadora do Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Uniceub, pelo incentivo e pela oportunidade de participar dos trabalhos de pesquisa e das publicações realizadas pelo grupo, bem como pelo incentivo e pela indicação de caminhos para a realização do mestrado.

Aos professores José Luiz Franco e Cristiane Barreto, pelos relevantes ensinamentos repassados nas disciplinas cursadas como aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPG-CDS) da UnB, nos anos de 2018 e 2019, e que subsidiaram meu ingresso no curso de mestrado da universidade.

Ao Instituto Brasília Ambiental (Ibram), por possibilitar meu afastamento durante o ano de 2021, para dedicação exclusiva às atividades do mestrado, sem a qual seria impossível concluir os trabalhos de pesquisa.

Aos dirigentes da Associação Caminho de Cora Coralina (ACCC), aos representantes de ONGs, à Associação dos Moradores do Córrego da Barriguda e Cabeceira do Rio das Almas (Abra), ao Instituto Cerrado (IC), pelo apoio no repasse de dados e informações relativas à área de abrangência da pesquisa, e aos proprietários rurais e aos empreendedores do Caminho de Cora Coralina (CCC), por me permitirem realizar as visitas e as entrevistas durante os trabalhos de campo, em especial, ao senhor Bismarque Villa Real, por todo o apoio prestado durante a realização da pesquisa.

Ao geógrafo Denilson Pereira Passos, pela dedicação aos serviços prestados de confecção dos mapas do CCC na área de abrangência da pesquisa, que foram essenciais para atender aos objetivos da pesquisa e para a proposição do Corredor Ecológico Pireneus-Jaraguá.

Ao DPG/UnB, pelo apoio financeiro concedido para o incentivo à pesquisa.

Ao revisor Leonel Gomes, pelos trabalhos efetuados, que contribuíram para a aprovação e a publicação desta dissertação.

Às parcerias, aos incentivos e às trocas de informações entre os colegas do mestrado, que foram preciosos ao longo do curso.

## RESUMO

Esta pesquisa concentrou-se na temática de conservação ambiental em conciliação com a valorização da diversidade cultural, tendo como estudo de caso o Caminho de Cora Coralina, em área da APA Serra dos Pirineus, nas cidades de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, no estado de Goiás. A pesquisa, de natureza quali-quantitativa, adotou, como metodologia instrumentos de registro da área de estudo, o levantamento dos aspectos socio-históricos, culturais e ambientais, a pesquisa exploratória e a realização da trilha (caminhada) com captação de imagens, anotações e observações em campo, a realização de entrevistas com gravação de áudio, além do registro das técnicas adotadas na elaboração de mapas para análise das condições de formação de corredor ecológico no caminho. Os relatos das entrevistas foram interpretados visando atender ao objetivo da pesquisa de analisar as contribuições dos proprietários rurais do Caminho de Cora Coralina para a conservação ambiental do Cerrado, em especial para a formação de corredores, e os diálogos com elementos culturais presentes no caminho. A análise das estratégias e das articulações promovidas nas propriedades rurais para a conservação do Cerrado e a valorização cultural no Caminho consistiu na organização dos relatos e no reagrupamento dos elementos textuais de acordo com as características em comum, divididos em categorias: educação ambiental; reserva particular do patrimônio natural; corredores ecológicos e fortalecimento de unidades de conservação; agroecologia; preservação dos sítios históricos e naturais; saberes e fazeres tradicionais; e, por último, o fortalecimento das redes e a participação política no Caminho. Os resultados demonstram que a iniciativa de conectividade de paisagens no Caminho de Cora Coralina, interligando elementos naturais, históricos e culturais, por meio da união de esforços e de forma colaborativa, entre o estado e a sociedade civil, representa significativa estratégia de conservação do Cerrado, além de importante ferramenta na promoção da conscientização ambiental, criação de reservas naturais privadas, valorização histórica e cultural e sustentabilidade no meio rural. No entanto a pesquisa apontou a necessidade de melhoria contínua na governança do caminho, no sentido de promover maior integração, incentivo e apoio mútuo entre os atores envolvidos e ampliar programas voltados à sensibilização e incentivo para a conservação e da recuperação do bioma Cerrado e valorização de seu patrimônio natural, histórico e cultural.

**Palavras-chaves:** Conservação ambiental. Corredores ecológicos. Diversidade cultural. Patrimônio rural. Caminho de Cora Coralina.

## ABSTRACT

This research focused on the theme of environmental conservation in conciliation with the appreciation of cultural diversity, having as a case study the Trail of Cora Coralina, in an area of the APA Serra dos Pirineus, in the cities of Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás and Pirenópolis, in the state of Goiás. The research, of a quali-quantitative nature, adopted, as its methodology, instruments to record the study area, the survey of socio-historical, cultural and environmental aspects, the exploratory research and the realization of the trail (hiking) with the capture of images, annotations and field observations, the holding of interviews with audio recording, in addition to the recording of the techniques adopted in the preparation of maps for analysis of the conditions of formation of an ecological corridor on the path. The interview reports were interpreted in order to meet the research objective of analyzing the contributions of rural landowners of the Caminho de Cora Coralina for the environmental conservation of the Cerrado, especially for the formation of corridors, and the dialogues with cultural elements present on the path. The analysis of the strategies and articulations promoted in the rural properties for the conservation of the Cerrado and the cultural valorization of the Camino consisted in organizing the reports and regrouping the textual elements according to common characteristics, divided into categories: environmental education; private natural heritage reserve; ecological corridors and strengthening of protected areas; agro-ecology; preservation of historical and natural sites; traditional knowledge and skills; and, finally, the strengthening of networks and political participation on the Camino. The results show that the initiative of landscape connectivity in the Cora Coralina's Path, interconnecting natural, historical and cultural elements, through the union of efforts and in a collaborative way, between the state and the civil society, represents a significant strategy for the conservation of the Cerrado, besides being an important tool in the promotion of environmental awareness, creation of private natural reserves, historical and cultural appreciation, and sustainability in the rural environment. However, the research pointed to the need for continuous improvement in the governance of the path, in order to promote greater integration, encouragement and mutual support among the players involved and to expand programs aimed at raising awareness and providing incentives for the conservation and recovery of the Cerrado biome and the appreciation of its natural, historical and cultural heritage.

**Keywords:** Environmental conservation. Ecological corridors. Cultural diversity. Rural heritage. Cora Coralina's Path.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Caminho de Cora Coralina e conexão das unidades de conservação ambiental APA dos Pireneus, PE Pireneus, PE Serra do Jaraguá e APA Serra Dourada	19
Figura 2 – Localização dos 13 trechos ao longo do Caminho de Cora Coralina	26
Figura 3 – Fatos históricos ligados ao Caminho de Cora Coralina a partir da década de 1990	31
Figura 4 – Localização da APA da Serra dos Pireneus	36
Figura 5 – Principais ações públicas relativas às unidades de conservação ambiental no CCC a partir da criação do Parque Estadual dos Pireneus	37
Figura 6 – Localização da APA Serra dos Pireneus e do Parque Estadual dos Pireneus	38
Figura 7 – Hidrografia da APA Serra dos Pireneus	39
Figura 8 – Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus	40
Figura 9 – Localização dos pontos visitados no Caminho de Cora Coralina	44
Figura 10 – Indicativo de localização dos três trechos selecionados para o estudo – Trechos 2, 3 e 4	46
Figura 11 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha	83
Figura 12 – Casarão em estilo colonial Estância Dona Agnes	83
Figura 13 – Monjolo, em Cocalzinho de Goiás	84
Figura 14 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	85
Figura 15 – Casa da Câmara e Cadeia	86
Figura 16 – Fogão a lenha na Fazenda Caxambu	87
Figura 17 – Curral na Fazenda Caxambu	87
Figura 18 – Margens preservadas do rio Corumbá no Salto do Corumbá	90
Figura 19 – Viveiro de mudas no Refúgio Avalon	91
Figura 20 – Córrego da Barriguda – RPPN Pau Terra	94
Figura 21 – RPPN Caraívas Vale da Dhyana	95
Figura 22 – Salto do rio Corumbá	101
Figura 23 – Manejo agroecológico no Projeto Promessa do Futuro	106
Figura 24 – Corte artificial na rocha do salto batizado de Garganta do Ouro	109
Figura 25 – Pico dos Pireneus no PEP	110
Figura 26 – Vendinha Kalinca com produtos artesanais locais	113

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Diagnóstico socioambiental (população, índice de desenvolvimento humano, mortalidade infantil e esgotamento sanitário) dos municípios Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis	27
Tabela 2 – Imóveis rurais cadastrados no Incra nos municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis	32
Tabela 3 – Uso e cobertura do solo nos municípios de Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás – Ano 2019	36
Tabela 4 – Uso e cobertura do solo nos trechos iniciais do Caminho de Cora Coralina, com resultados apresentados em hectares (ha), com base nos dados da <i>Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil</i> – Projeto MapBiomias (2021a)	66
Tabela 5 – Uso e cobertura do solo nos trechos iniciais do Caminho de Cora Coralina, com resultados em percentual (%), com base nos dados da <i>Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil</i> – Projeto MapBiomias (2021a)	67
Tabela 6 – Uso e cobertura do solo em faixa de 100 metros nos trechos 2 a 4 do Caminho de Cora Coralina, com apresentação das áreas declaradas no CAR em hectares (vegetação nativa, uso consolidado e corpo d'água) e área não declarada	70
Tabela 7 – Uso e cobertura do solo em faixa de 100 metros nos trechos 2 a 4 do Caminho de Cora Coralina, com apresentação do percentual (%) das áreas declaradas no CAR em hectares (vegetação nativa, uso consolidado e corpo d'água) e área não declarada	71
Tabela 8 – Uso e cobertura do solo em faixa de 100 metros nos trechos 2 a 4 do Caminho de Cora Coralina, com apresentação da área em hectares de APP declarada e a recuperar e RL declarada e a recuperar	72

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo de fatos históricos ligados ao Caminho de Cora Coralina a partir da década de 1990	31
Quadro 2 – Principais ações públicas relativas às unidades de conservação ambiental no CCC a partir da criação do Parque Estadual dos Pireneus	37
Quadro 3 – Informações das RPPNs do Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus	41
Quadro 4 – Elementos naturais e culturais predominantes no Caminho de Cora Coralina	42
Quadro 5 – Descrição dos trechos e respectivas propriedades rurais	47
Quadro 6 – Descrição das propriedades rurais no Caminho de Cora Coralina	82
Quadro 7 – Participação dos(as) entrevistados(as) em entidades atuantes na APA da Serra dos Pireneus	116

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

<b>AAPSP</b>	Associação dos Atrativos Turísticos de Pirenópolis e Região da Serra dos Pireneus
<b>Abra</b>	Associação dos Moradores do Córrego da Barriguda e Cabeceira do Rio das Almas
<b>ACCC</b>	Associação Caminho de Cora Coralina
<b>APA</b>	Área de proteção ambiental
<b>APP</b>	Área de preservação permanente
<b>Asnascen</b>	Associação das Nascentes de Cocalzinho de Goiás
<b>AUR</b>	Área de uso restrito
<b>CAR</b>	Cadastro Ambiental Rural
<b>CCC</b>	Caminho de Cora Coralina
<b>CDB</b>	Convenção da Diversidade Biológica
<b>CEPF</b>	Critical Ecosystem Partnership Fund
<b>CNPSA</b>	Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais
<b>Cnuc</b>	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
<b>Coepi</b>	Cooperativa Educacional de Pirenópolis
<b>Comtur/Setel</b>	Conselho de Turismo da Secretaria de Turismo de Cocalzinho de Goiás
<b>Conecta</b>	Programa Nacional de Conectividade de Paisagens
<b>Conpep/APA</b>	Conselho Consultivo do Parque e da APA dos Pireneus
<b>CPRM</b>	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – Serviço Geológico do Brasil
<b>CRA</b>	Cota de reserva ambiental
<b>DRS</b>	Desenvolvimento rural sustentável
<b>Embrapa</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
<b>Funatura</b>	Fundação Pró-Natureza
<b>GAL</b>	Grupo de ação local
<b>ha</b>	Hectare
<b>Ibama</b>	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>Ibram</b>	Instituto Brasília Ambiental
<b>IC</b>	Instituto Cerrado

<b>ICMBio</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>IDH</b>	Índice de desenvolvimento humano
<b>IEB</b>	Instituto Internacional de Educação do Brasil
<b>Incra</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>Iphan</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>IUCN</b>	União Internacional para a Conservação da Natureza
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MTUR</b>	Ministério do Turismo
<b>Oema</b>	Organização Estadual do Meio Ambiente
<b>ONG</b>	Organização não governamental
<b>Pancs</b>	Plantas alimentícias não convencionais
<b>PEC</b>	Proposta de emenda à Constituição
<b>PEP</b>	Parque Estadual dos Pireneus
<b>Pesj</b>	Parque Estadual da Serra do Jaraguá
<b>PFPSA</b>	Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais
<b>PM</b>	Plano de manejo
<b>Pnea</b>	Política Nacional de Educação Ambiental
<b>PNPSA</b>	Plano Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais
<b>PP-G7</b>	Plano Piloto para as Florestas Tropicais
<b>PR</b>	Patrimônio rural
<b>Pronaf</b>	Programa Nacional de Agricultura Familiar
<b>Pronea</b>	Programa Nacional de Educação Ambiental
<b>PSA</b>	Pagamento por Serviços Ambientais
<b>RAD</b>	Relatório Anual do Desmatamento no Brasil
<b>Ride-DF</b>	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal
<b>RL</b>	Reserva legal
<b>RNTLC</b>	Rede Nacional de Trilha de Longo Curso e Conectividade
<b>RPPN</b>	Reserva particular do patrimônio natural
<b>Ruraltur</b>	Sindicato de Turismo Rural Ecológico do Distrito Federal
<b>Seapa</b>	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>Sebrae</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>Sema</b>	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
<b>Semad</b>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
<b>Setur</b>	Secretaria Estadual de Turismo

<b>SFB</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Sicar</b>	Sistema Nacional do Cadastro Ambiental Rural
<b>Snuc</b>	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
<b>UC</b>	Unidade de conservação
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>Unesco</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1 O CAMINHO DE CORA CORALINA</b>	<b>25</b>
<b>1.1 O Caminho e suas características</b>	<b>25</b>
<i>1.1.1 Aspectos sociais, históricos e culturais</i>	26
<i>1.1.2 Estrutura agrária</i>	32
<i>1.1.3 Mosaico ambiental e unidades de conservação</i>	34
<i>1.1.4 Ecoturismo e turismo rural no Caminho de Cora Coralina</i>	42
<b>1.2 A pesquisa no Caminho de Cora Coralina</b>	<b>43</b>
<i>1.2.1 Pesquisa exploratória</i>	44
<i>1.2.2 Seleção das propriedades rurais</i>	45
<i>1.2.3 Caminhada na trilha do Caminho de Cora Coralina</i>	49
<i>1.2.4 Elaboração de mapas e imagens sobre a conservação ambiental no CCC</i>	50
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO CERRADO E CORREDORES ECOLÓGICOS NO CAMINHO DE CORA CORALINA</b>	<b>53</b>
<b>2.1 Conservação ambiental e o bioma Cerrado</b>	<b>53</b>
<i>2.1.1 Unidades de conservação ambiental</i>	59
<i>2.1.2 Corredores ecológicos</i>	62
<b>2.2 Os corredores ecológicos no Caminho de Cora Coralina</b>	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3 NOVAS RURALIDADES, PATRIMÔNIO RURAL E O CAMINHO DE CORA CORALINA</b>	<b>75</b>
<b>3.1 Novas ruralidades e a valorização do patrimônio cultural rural</b>	<b>75</b>
<b>3.2 Desenvolvimento e sustentabilidade no meio rural</b>	<b>80</b>
<b>3.3 Caminho de Cora Coralina e o patrimônio cultural e histórico</b>	<b>81</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>4 CONSERVAÇÃO DO CERRADO, CULTURA E HISTÓRIA NO CAMINHO DE CORA CORALINA</b>	<b>89</b>
<b>4.1 Educação ambiental na conservação do Cerrado</b>	<b>89</b>
<b>4.2 Reserva particular do patrimônio natural como estratégia de conservação</b>	<b>94</b>
<b>4.3 Corredores ecológicos e fortalecimento de unidades de conservação</b>	<b>98</b>

<b>4.4 Agroecologia para a sustentabilidade rural no Caminho</b>	<b>105</b>
<b>4.5 Preservação dos sítios históricos e naturais para a conservação do Cerrado</b>	<b>107</b>
<b>4.6 Saberes e fazeres tradicionais na valorização da biodiversidade do Cerrado</b>	<b>110</b>
<b>4.7 Fortalecimento de redes e participação política</b>	<b>115</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro para a entrevista</b>	<b>138</b>
<b>APÊNDICE B – Pesquisa exploratória</b>	<b>143</b>
<b>APÊNDICE C – Mapas de uso e cobertura do solo – Caminho de Cora Coralina – Coleção 6 do MapBiomas</b>	<b>179</b>
<b>APÊNDICE D – Mapas de uso e cobertura do solo de área declarada e não declarada no CAR – Caminho de Cora Coralina</b>	<b>183</b>
<b>APÊNDICE E – Percorso Corumbá de Goiás-Jaraguá</b>	<b>187</b>
<b>APÊNDICE F – Resultado das entrevistas – Questionário de pesquisa de campo</b>	<b>207</b>
<b>APÊNDICE G – Termo consentimento livre e esclarecido</b>	<b>213</b>

## INTRODUÇÃO

A partir das experiências profissionais em atuação na área de gestão, proteção e recuperação de unidades de conservação (UCs) e áreas protegidas por lei, em que presenciei inúmeras questões decorrentes de degradação ambiental causados pela urbanização sem planejamento e pela expansão da fronteira agrícola em áreas rurais, percebi a necessidade de estudar e aprofundar-me nos temas relativos à conservação ambiental do bioma Cerrado.

O tema do estudo proposto se justifica considerando a intensa perturbação nos ambientes naturais, com altos índices de desmatamento em áreas do bioma Cerrado. Segundo o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD) 2021, o Cerrado apresentou a segunda maior taxa de desmatamento no ano de 2021 em relação aos demais biomas brasileiros, com mais de meio milhão de hectares, sendo que a área total desmatada representa quase um terço do total no país (30,2%) (PROJETO MAPBIOMAS, 2021b, p.39).

Em 2018, um ano após a criação do Programa Nacional de Conectividade de Paisagens (Conecta)<sup>1</sup> (BRASIL, 2018a), o qual tem por objetivo promover a integração de políticas públicas que propiciem a conectividade entre as áreas naturais protegidas e os seus interstícios, visando reduzir os efeitos da mudança de clima sobre a biodiversidade, bem como assegurar a sustentabilidade dos processos produtivos relacionados às questões afetas a água, florestas, aspectos socioambientais, econômicos e culturais, tive a oportunidade de conhecer o Projeto Regional Caminho dos Goyazes, pertencente a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RNTLC), por meio do grupo de trabalho Caminho do Planalto Central, uma parceria entre o Instituto Brasília Ambiental (Ibram) e a sociedade civil.<sup>2</sup>

No mesmo ano, instituiu-se a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RNTLC) (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2018), por meio da Portaria Conjunta MMA/MTUR/ICMBio nº 407, de 19 de outubro de 2018 (BRASIL, 2018c),<sup>3</sup> com o objetivo de promover instrumentos de conservação da

---

<sup>1</sup> O Programa Conecta (BRASIL, 2018a), coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foi criado em 2017, pelo Ministério do Meio Ambiente, e instituído pela Portaria MMA nº 75, de 26 de março de 2018, que contempla os eixos temáticos de conservação ambiental, recuperação ambiental, gestão territorial e produção sustentável, portanto é um importante instrumento que vincula a temática ambiental à agenda do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2018b).

<sup>2</sup> Rede de Parceiros e Prestadores de Serviços do Caminho do Planalto Central (CPC).

<sup>3</sup> A RNTLC, regulamentada por meio da Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio nº 500/2020 (BRASIL, 2020b), evidencia a importância das áreas protegidas por estabelecer que as unidades de conservação são áreas núcleo das trilhas de longo curso reconhecidas, de modo a maximizar a passagem por áreas rurais, naturais e de relevante beleza cênica, de interesse turístico, histórico e cultural.

biodiversidade, de conectividade de paisagens e de sensibilização da sociedade sobre a importância da conexão de paisagens naturais e ecossistemas.

Para minimizar os impactos advindos das expressivas alterações dos ecossistemas do bioma Cerrado, devido às altas taxas de desmatamento detectadas na atualidade, com a crescente pressão pela expansão da fronteira<sup>4</sup> agrícola brasileira, acredita-se que a RNTLC, inserida no Programa Conecta, pode ser considerada uma proposta inovadora e complementar de política pública de conservação ambiental, em especial, para o bioma Cerrado<sup>5</sup>, por meio da construção de redes envolvendo proprietários rurais, empreendedores de turismo, voluntários e governo. Cabe salientar a importância desse programa de conectividade de paisagens por meio da formação de corredores ecológicos (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2020).<sup>6</sup>

A exemplo de trilhas consolidadas em outros países da Europa e da América, como Estados Unidos da América (EUA), que contam com mais de 80 mil quilômetros de caminhos sinalizados e oficialmente protegidos, a RNTLC (BRASIL, 2018c), totaliza 8 mil km, passando por mais de 100 unidades de conservação federais, estaduais, municipais e privadas ao longo do território brasileiro. Entre as trilhas principais destacam-se: Caminho das Araucárias, Transmantequeira, Trilha Transcarioca, Caminho da Serra do Mar, Rota do Descobrimento, Rota das Emoções, Caminho de Goyazes, Caminho do Peabiru e Estrada Real (MENEZES, 2017).

Cabe destacar a iniciativa de conectividade de paisagens dentro da RNTLC, por meio da criação e da implantação da Trilha Regional Caminho de Goyazes, no estado de Goiás (GO); que, em sua concepção, apresenta-se dividida em cinco trechos denominados Caminho de Cora

---

<sup>4</sup> Drummond (2007, p. 6 apud HALLER, 2000) discute conceitos de fronteira, com atenção aos aspectos da Amazônia brasileira, e cita Archibald Haller, com o conceito sociológico: “A fronteira: uma área esparsamente habitada, geograficamente isolada, mas que faz parte de uma sociedade nacional ou regional consolidada; tem instituições relativamente fracas e fragmentárias, tipicamente ainda em construção ou sem eficácia; tem estrutura produtiva incipiente, com base principal na extração de recursos naturais [...]; sofre abalos ou transtornos sociais, econômicos, políticos e ambientais quando organizações governamentais e/ou empresas ‘externas’, de grande escala, passam a investir na área e/ou a tentar implantar novas atividades, regras e instituições; a partir dessas iniciativas, ela começa a atrair e fixar grande número de pessoas ‘de fora’, de origens variadas e com valores e objetivos distintos, interessadas em altos lucros, ou em receber salários altos, ou em explorar intensamente fontes naturais de riqueza”.

<sup>5</sup> As formações do bioma Cerrado são classificadas em florestal (mata ciliar, mata de galeria, mata seca, cerradão), savânica (cerrado típico, cerrado ralo, parque de cerrado, palmeiral, vereda e cerrado rupestre) e campestre (campo rupestre, campo sujo e campo limpo) (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2017).

<sup>6</sup> “A implementação de um Corredor Ecológico depende da pactuação entre a União, Estados e Municípios para permitir que os órgãos governamentais responsáveis pela preservação do meio ambiente e outras instituições parceiras possam atuar em conjunto para fortalecer a gestão das unidades de conservação, elaborar estudos, prestar suporte aos proprietários rurais e aos representantes de comunidades quanto ao planejamento e o melhor uso do solo e dos recursos naturais, auxiliar no processo de averbação e ordenamento das reservas legais - RL, apoiar na recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APP, entre outros” (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2020).

Coralina (CCC), Giro dos Povoados, Caminho do Planalto Central, Rota do Rio Areias e Caminho dos Veadeiros.<sup>7</sup>

A partir do Grupo de Trabalho Caminho do Planalto Central, identifiquei a importância de formação de redes compostas por diversos setores da sociedade e organizações conectadas para o fortalecimento dos projetos voltados para a conservação da natureza,<sup>8</sup> a valorização cultural e histórica e o bem-estar das populações que nela residem. Assim, participei do *workshop* de formatação do projeto Caminhos do Planalto Central, realizado por meio da parceria entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Ibram e a sociedade civil. Na ocasião, pude me candidatar como voluntária e integrar a equipe de técnicos responsável pela coordenação dos trabalhos de formatação desse projeto, como servidora do Ibram, permanecendo até o ano de 2019.

A partir das experiências obtidas no referido grupo, foi possível observar os resultados positivos obtidos no envolvimento da sociedade para a proteção e a conservação ambiental por meio do Programa Conecta – RNTLC, Caminho do Planalto Central. Assim, decidi focar a pesquisa na área de abrangência do Projeto Caminho de Goyazes, trajeto que representa importante iniciativa de conectividade de paisagens visando à conservação ambiental e à formação de corredores ecológicos no estado de Goiás.

O percurso selecionado para esta pesquisa refere-se à parte do trecho inicial do Caminho de Cora Coralina que incide na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra dos Pireneus, que abrange os municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis. Essa unidade de conservação ambiental apresenta, entre seus objetivos, a proteção da região serrana e do entorno do Parque Estadual dos Pireneus (PEP), dos remanescentes de Cerrado e dos recursos hídricos e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes (GOIÁS, 2021a).

O Caminho de Cora Coralina, com extensão de 302 km, envolve a passagem por importantes cidades históricas do período colonial, povoados e unidades de conservação ambiental consideradas de grande interesse regional e nacional em seu contexto ambiental, turístico, histórico e sociocultural. O trajeto Caminho de Cora Coralina conecta municípios e unidades de conservação, cruzando oito municípios — as cidades históricas de Corumbá de

---

<sup>7</sup> O Caminho dos Goyazes apresenta mais de mil km de extensão, o qual une as unidades de conservação Parque Estadual Serra Dourada (cidade de Goiás) e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Vila São Jorge, na cidade de Alto Paraíso de Goiás, passando pelo Distrito Federal).

<sup>8</sup> De acordo com o art. 2º, inciso II, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei Snuc), entende-se como “conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral” (BRASIL, 2000).

Goiás, Pirenópolis, São Francisco de Goiás, Jaraguá e Goiás, bem como as cidades de Cocalzinho de Goiás, Itaguari e Itaberaí — e oito povoados — Caxambu, Radiolândia, Vila Aparecida, Alvelândia, Palestina, São Benedito, Calciolândia e Ferreiro.

**Figura 1 – Localização do Caminho de Cora Coralina e conexão das unidades de conservação ambiental APA dos Pireneus, PE Pireneus, PE Serra do Jaraguá e APA Serra Dourada**



**Fonte:** Caminho de Cora Coralina (2021).

O trajeto apresenta diversos poemas da escritora Cora Coralina Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889-1985), pseudônimo Cora Coralina, considerada uma das mais importantes escritoras brasileiras, por suas poesias e seus contos que tão bem retratam o amor à terra, a natureza, as tradições e o cotidiano do povo goiano, bem como daqueles que vivem às margens da sociedade, como os trabalhadores rurais, o homem do campo e as mulheres, todos personagens e temas sempre presentes em sua poesia (BRITO; SEDA, 2009). Os poemas de Cora Coralina estão apresentados em placas, distribuídas ao longo do Caminho.

Para ilustrar o lado poético do Caminho de Cora Coralina e a personalidade marcante que deu nome ao caminho, por seu amor à terra e ao homem humilde e simples do campo, registramos o poema “Cânticos da Terra”, publicado em *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* (CORALINA, 2014).

Eu sou a terra, eu sou a vida.  
Do meu barro primeiro veio o homem.

De mim veio a mulher e veio o amor.  
 Veio a árvore, veio a fonte.  
 Vem o fruto e vem a flor.

Eu sou a fonte original de toda vida.  
 Sou o chão que se prende à tua casa.  
 Sou a telha da coberta de teu lar.  
 A mina constante de teu poço.  
 Sou a espiga generosa de teu gado  
 e certeza tranquila ao teu esforço.

Sou a razão de tua vida.  
 De mim vieste pela mão do Criador,  
 e a mim tu voltarás no fim da lida.  
 Só em mim acharás descanso e Paz.

Eu sou a grande Mãe Universal.  
 Tua filha, tua noiva e desposada.  
 A mulher e o ventre que fecundas.  
 Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.

A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.  
 Teu arado, tua foice, teu machado.  
 O berço pequenino de teu filho.  
 O algodão de tua veste  
 e o pão de tua casa.

E um dia bem distante  
 a mim tu voltarás.  
 E no canteiro materno de meu seio  
 tranquilo dormirás.

Plantemos a roça.  
 Lavremos a gleba.  
 Cuidemos do ninho,  
 do gado e da tulha.  
 Fartura teremos  
 e donos de sítio  
 felizes seremos. (CORALINA, 2014).

A escolha do percurso Caminho de Cora Coralina como local de pesquisa na temática de conservação ambiental em conciliação com a valorização da diversidade cultural no meio rural, além de estar fisicamente localizado na APA Serra dos Pireneus, unidade de conservação ambiental inserida na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF), portanto com forte relação com a Capital Federal, Brasília, ainda está na área de abrangência do Corredor Ecológico Paranã-Pireneus, região que abriga um mosaico de unidades com grande importância para a conservação da biodiversidade do Cerrado,

O caminho interliga as cidades de Corumbá de Goiás e de Goiás, bem como diversas outras cidades ao longo do trajeto, que apresentam, como característica marcante de seu território rural, pequenas e médias propriedades situadas em área de grande importância ambiental, histórica e sociocultural, tanto em âmbito regional como internacional (INSTITUTO

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014a),<sup>9</sup> portanto considerou-se região estratégica no sentido de possibilitar a identificação de ações desenvolvidas pela sociedade civil em parceria com o Estado voltadas a conservação ambiental do bioma Cerrado em conjunto com a valorização da cultura e história local.

O Caminho de Cora Coralina foi idealizado em 2013 e sua implementação foi iniciada em 2017, viabilizando a inclusão de unidades de conservação no seu roteiro. Houve a mobilização de comunidades locais e organização civil, como a criação da Associação Caminho de Cora Coralina (ACCC), formada por proprietários rurais prestadores de serviço de turismo ecológico e rural e mais de 100 colaboradores e voluntários.

A partir do ano de 2019, com a criação da ACCC, cujo comitê gestor é composto por diversos atores da sociedade civil e do governo (empreendedores associados do Caminho, com 30-40 participantes, empresa Goiás Turismo e oito prefeituras), houve o lançamento do passaporte do peregrino do Caminho de Cora Coralina. Em seguida, o percurso do Caminho foi integrado e registrado junto à RNTLC, em março de 2021 (BRASIL, 2020a).<sup>10</sup>

O trajeto envolve a passagem por inúmeras propriedades rurais entremeadas por unidades de conservação que incidem na região do Leste Goiano, com nítida distinção e forte contraste na formação das paisagens e na conservação do bioma Cerrado ao longo do Caminho. Um terço do percurso encontra-se inserido em paisagens preservadas e intercaladas por pastagens no interior da APA da Serra dos Pireneus, e os dois terços restantes, entre os municípios de Jaraguá e de Goiás, em região de avanço da fronteira agrícola, onde predominam as áreas com produção agropecuária intensiva, características do agronegócio.

A partir das leituras e dos estudos realizados, a pesquisadora pode obter dados relativos às unidades de conservação situadas no Caminho de Cora Coralina. Em relação ao Parque Estadual dos Pireneus e seu entorno, Bosquetti (2008, p. 14) observa que as áreas podem ser consideradas semiconservadas, com potencial para formação de corredores de fluxos gênicos com outras unidades de conservação, e explica que “à medida que a vegetação se torna fragmentada, fica cada vez mais sujeita a distúrbios antrópicos e abióticos, levando a alterações na comunidade, incluindo a redução de diversidade”.

Salmona, Ribeiro e Matricardi (2014, p. 307), acerca do processo de regeneração da vegetação nativa dentro do Parque Estadual dos Pireneus, após a sua criação, no período

---

<sup>9</sup> O título internacional foi concedido pela Unesco a Cidade de Goiás, em 14 de dezembro de 2001, que reconhece a importância do conjunto arquitetônico da antiga capital (BARBOSA, 2021).

<sup>10</sup> A integração do Caminho de Cora Coralina se deu por meio da Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio nº 500/2020, que define os critérios da Portaria Conjunta nº 407/2018, que instituiu a Rede Nacional de Trilha de Longo Curso e Conectividade Rede Trilhas.

analisado de 1985 a 2009, explicam que houve a expansão da área florestal, especialmente sobre as áreas com formações mais abertas, e explicam que, “mesmo com as limitações do processo de desapropriação das terras do Parque, sua demarcação e a esporádica presença de fiscais vêm inibindo o seu uso como área de pastagem”.

Os autores observam ainda que, apesar de o parque ainda não estar consolidado, já apresenta efeitos positivos e significativos na redução do desmatamento, em relação as áreas situadas em seu entorno (APA), e apontam a necessidade de maiores investimentos, em especial de recursos humanos e infraestrutura. A respeito das limitações do Estado em gerir tanto o Parque dos Pireneus quanto a APA, os autores recomendam, a realização de esforços conjuntos entre o governo e a sociedade civil, para que os objetivos de criação das unidades possam ser concretizados (SALMONA; RIBEIRO; MATRICARDI, 2014).

Diante do contexto apresentado, entendemos que é relevante a identificação das estratégias e das contribuições dos diversos segmentos sociais no meio rural no Caminho de Cora Coralina, voltadas à conservação ambiental e à valorização da história e da cultura, de modo a assegurar a adequada prestação dos serviços ecossistêmicos prestados pelo bioma Cerrado e eliminar os impactos negativos advindos de desmatamentos e queimadas em propriedades rurais.<sup>11</sup>

Nesse contexto, este estudo pretende responder às seguintes perguntas:

- 1) Quais contribuições proprietários rurais do Caminho de Cora Coralina, entre a APA Serra dos Pireneus e seu entorno, têm dado para promoverem a conservação ambiental e a formação de corredores ecológicos?
- 2) Quais as estratégias têm sido adotadas por proprietários rurais na promoção e na valorização da cultura e da história do Caminho de Cora Coralina em interface com os aspectos ambientais?
- 3) Como os proprietários rurais têm articulado conservação ambiental do Cerrado e valorização dos elementos culturais e históricos presentes no CCC?

---

<sup>11</sup> A Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (CNPSA) e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA), define, em seu art. 2º, inciso II, o conceito de serviços ecossistêmicos como benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, nas seguintes modalidades: serviços de provisão, serviços de suporte, serviços de regulação e serviços culturais.

A pesquisa tem como objetivo geral *analisar* contribuições de proprietários rurais do Caminho de Cora Coralina para a conservação ambiental do Cerrado e os diálogos com elementos culturais e históricos presentes no Caminho.

Os objetivos específicos são:

- a) *mapear* as condições de formação de corredor ecológico entre as propriedades rurais e as unidades de conservação ambiental no Caminho de Cora Coralina;
- b) *descrever* estratégias de conservação da natureza e valorização cultural nas propriedades rurais do Caminho de Cora Coralina;
- c) *registrar e compreender* as articulações promovidas por proprietários rurais voltadas para a conservação ambiental e valorização da cultura e da história no Caminho.

As hipóteses levantadas no estudo são:

- a) o Caminho de Cora Coralina apresenta grande potencial na promoção da conservação do bioma Cerrado por meio da formação de corredores ecológicos na região onde incide;
- b) a valorização dos aspectos culturais e históricos presentes no Caminho de Cora Coralina é uma estratégia que pode impulsionar a ampliação de áreas protegidas e a conservação da natureza no percurso da trilha.

Esta dissertação possui quatro capítulos. O primeiro é dedicado a registrar a metodologia da pesquisa, partindo inicialmente do registro da área de estudo, o Caminho de Cora Coralina e seus aspectos sociais, culturais, históricos e ambientais. Em seguida, são apresentados os passos da pesquisa, desde aspectos da pesquisa exploratória, a realização da trilha e as entrevistas com proprietários rurais do Caminho. Também se registram as técnicas adotadas para elaboração de mapas e imagens para estudo do uso e cobertura do solo para a formação de corredor ecológico no Caminho de Cora Coralina, com apresentação de informações a partir do MapBiomas e do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O segundo capítulo traz a revisão da literatura. A revisão foi construída a partir de dois eixos fundamentais identificados no Caminho de Cora Coralina. O primeiro é a conservação ambiental. Nesse eixo, são apresentados conceitos fundamentais sobre conservação ambiental voltados para o bioma Cerrado, unidades de conservação e corredores ecológicos e sua

importância para a conservação da diversidade biológica.<sup>12</sup> O texto teórico se complementa com os resultados da pesquisa referentes ao mapeamento das condições de formação de corredores ecológicos entre as propriedades rurais e as unidades de conservação ambiental no Caminho de Cora Coralina.

O terceiro capítulo, intitulado “Novas ruralidades, patrimônio rural e o Caminho de Cora Coralina”, apresenta o segundo eixo teórico, trazendo os conceitos de novas ruralidades<sup>13</sup> no espaço rural brasileiro e sua relação com a valorização da diversidade cultural e da crescente importância das atividades não agrícolas no meio rural (turismo, lazer e moradia). Nessa parte, apresentam-se conceitos de patrimônios rural, natural e cultural. Esses conceitos são componentes do desenvolvimento rural e das novas ruralidades em busca da sustentabilidade, que conjuga meio ambiente, cultura e história. Nesse capítulo, o texto teórico se complementa com a apresentação dos elementos e aspectos coletados na pesquisa sobre a nova ruralidade em meio aos patrimônios natural, cultural e histórico presentes no Caminho de Cora Coralina.

O último e quarto capítulo, intitulado “Conservação do Cerrado, cultura e história no Caminho de Cora Coralina”, apresenta a análise dos resultados obtidos na pesquisa referente às estratégias desenvolvidas pelos(as) proprietários(as) rurais para a conservação ambiental do Cerrado, a partir das seguintes categorias de análise identificadas: educação ambiental, reserva particular do patrimônio natural, corredores ecológicos e fortalecimento de unidades de conservação, agroecologia, preservação de sítios históricos e naturais, saberes e fazeres tradicionais, e, por último, o fortalecimento das redes e participação política no Caminho.

---

<sup>12</sup> A Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Snuc, define, em seu art. 2º, inciso III, “diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas” (BRASIL, 2000).

<sup>13</sup> Para elucidar sobre o conceito “novo rural”, Graziano da Silva enfatiza que “o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural” (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 28).

## CAPÍTULO I

### 1 O CAMINHO DE CORA CORALINA

*O que importa na vida não é ponto de partida, mas a caminhada, caminhando e semeando no fim terás o que colher.*  
(Trecho de poema de Cora Coralina no CCC)

#### 1.1 O Caminho e suas características

O Caminho de Cora Coralina (figuras 1 e 2), uma trilha de longo percurso com 13 trechos sinalizados, tem uma extensão de 302 km, passando por cidades históricas, municípios, povoados e unidades de conservação situadas na região do Leste Goiano. O percurso foi idealizado a partir da rota que era utilizada pelos bandeirantes em busca do ouro e a partir de registros documentais históricos e relatos de viagem realizadas no período colonial no Planalto Central (CAMINHO DE CORA CORALINA, 2022).

A sinalização das trilhas pertencentes a RNTLC são demarcadas por meio de pegadas amarelas e pretas, que representam a simbologia da região por onde incide a trilha e que fazem parte da marca Trilhas do Brasil. A marca do Caminho de Cora Coralina é representada pelo nome CORA. A RNTLC<sup>14</sup> define trilha como:

caminho estabelecido a ser percorrido pelos usuários a pé ou por outros meios não motorizados, cujas características a seguir devem permitir seu uso:

- a) a trilha deve ser parte integrante de uma rede de trilhas local, regional e/ou nacional e atender requisitos de planejamento, sinalização e manutenção; e
- b) a trilha deverá estar localizada em sua maior parte em ambiente natural, preferencialmente em caminhos pré-existentes, e deve ter relevância para a conectividade de paisagens, recuperação de ecossistemas ou biomas degradados, recreação em contato com a natureza, ecoturismo ou turismo de aventura, por seu valor ambiental, social, cultural ou histórico. (BRASIL, 2020a).

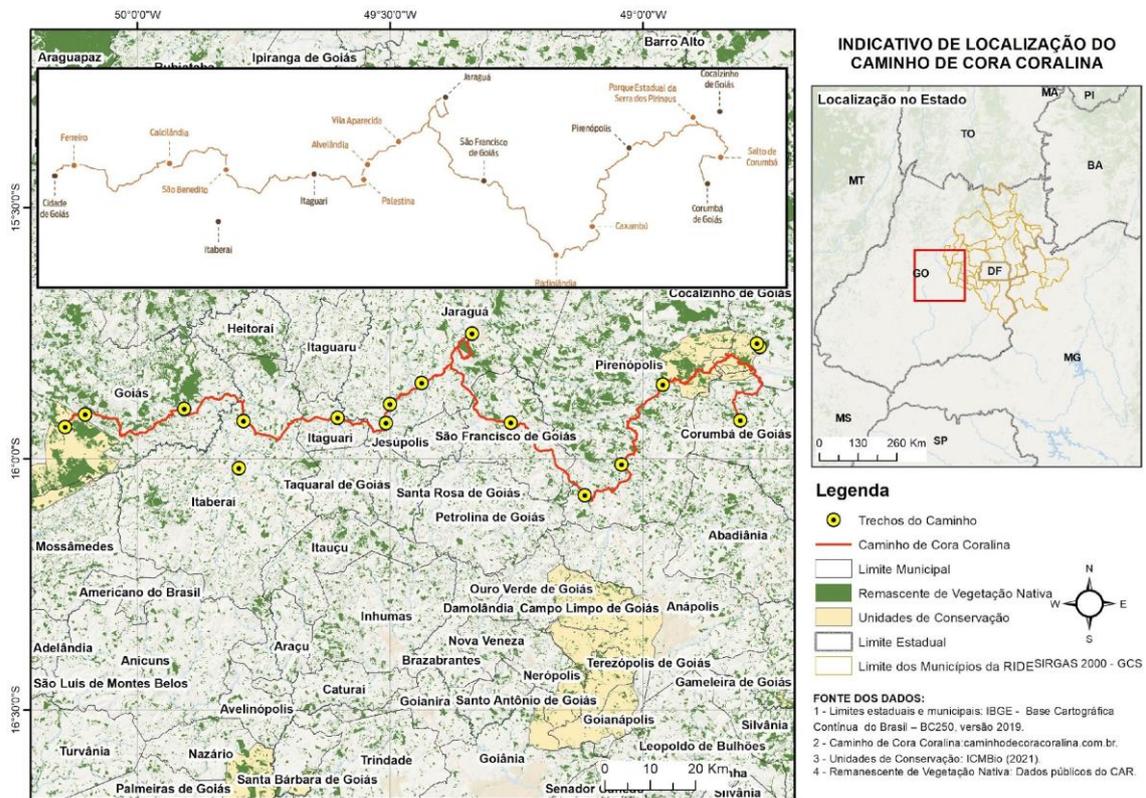
O projeto foi idealizado em 2013, mas foi implementado somente em 2017 pela Agência Estadual de Turismo de Goiás, por meio do Programa Experiências na Natureza, o qual viabilizou a inclusão dos parques estaduais e outras unidades de conservação no roteiro. Em homenagem à renomada escritora goiana, Cora Coralina, o trajeto do Caminho contém placas distribuídas ao longo de todo seu percurso com diversas poesias da autora, que apresenta, como

---

<sup>14</sup> A Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio nº 500, de 15 de setembro de 2020, alterou a Portaria Conjunta nº 407/2018, e dispõe sobre os critérios para a adesão a RNTLC.

característica marcante de sua obra, o retrato e a valorização da memória e das tradições do povo goiano.

**Figura 2 – Localização dos 13 trechos ao longo do Caminho de Cora Coralina**



**Fonte:** elaborada pela autora (2022) a partir dos dados de IBGE (2019), Caminho de Cora Coralina (2022), ICMBio (2021) e CAR.

O trajeto do Caminho de Cora Coralina é parte da RNTLC e consiste em 13 trechos em percurso e trilhas no meio rural, que conectam municípios e unidades de conservação, cruzando oito municípios: as cidades históricas de Corumbá de Goiás, Pirenópolis, São Francisco de Goiás, Jaraguá e Goiás; as cidades de Cocalzinho de Goiás, Itaguari e Itaberaí; e oito povoados, Caxambu, Radiolândia, Vila Aparecida, Alvelândia, Palestina, São Benedito, Calciolândia e Ferreiro, com passagem por inúmeras propriedades rurais, que permeiam unidades de conservação ambiental.

### *1.1.1 Aspectos sociais, históricos e culturais*

A área de estudo localiza-se na microrregião do entorno de Brasília e na área de abrangência da Ride-DF.<sup>15</sup> Com referência a análise da situação de desenvolvimento humano dos municípios situados na área de abrangência da pesquisa, Cocalzinho de Goiás, Pirenópolis e Corumbá de Goiás, apresentam-se, na tabela 1, a seguir, os dados do diagnóstico socioambiental (população, índice de desenvolvimento humano, mortalidade infantil e esgotamento sanitário).

**Tabela 1 – Diagnóstico socioambiental (população, índice de desenvolvimento humano, mortalidade infantil e esgotamento sanitário) dos municípios Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis**

Município	População estimada em 2021	Índice de Desenvolvimento Humano (2010)	Mortalidade infantil (2020) – óbitos por mil nascidos vivos	Esgotamento sanitário (2010)
Cocalzinho de Goiás	20.504	0,657	-	18,4%
Corumbá de Goiás	11.169	0,680	-	26,7%
Pirenópolis	25.064	0,693	7,22	33,9%

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021).

Os estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), estimam a população total, em 2021, dos três municípios, em 56.350 habitantes e o índice de desenvolvimento humano médio (IDHM)<sup>16</sup>, em 2010, de 0,677, valor próximo ao da média nacional, de 0,727 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 22).

Com referência ao contexto histórico no estado de Goiás, cabe breve descrição da pré-história e do período anterior à fundação das cidades históricas situadas no Caminho de Cora Coralina. Eleutério (2013) explica que, no período anterior à colonização no Brasil, existiam

<sup>15</sup> Ride-DF é uma área com vários municípios integrados para a criação de políticas públicas voltadas a eles, criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018, que, em seu § 1º do art. 1º, estabelece: “A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, **Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás**, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, **Pirenópolis**, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d’Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unai, no Estado de Minas Gerais” (BRASIL, 1998b).

<sup>16</sup> O “IDHM encontrado para o Brasil, em 2010, é de 0,7271. De acordo com as faixas de desenvolvimento humano municipal adotadas pelo Atlas Brasil 2013, o Brasil como um todo se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento Humano” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 40).

inúmeros povos indígenas de várias procedências, línguas e costumes, e que os povos denominados macro-jê ou tapuias, que viviam no Planalto Central, praticavam caça, pesca e coleta de frutos silvestres, alguns desenvolviam a agricultura de subsistência, com cultivo de milho, amendoim, feijão, abóbora e, o principal alimento, a mandioca.

A história do contato dos colonizadores com os nativos, aconteceu ao longo do século XVII, com referência aos goyá, crixá, capepuxi, kayapó, akroá, xavante, xerente, entre outros (ELEUTÉRIO, 2013, p.19). Elucida o autor sobre o fluxo das bandeiras no Brasil Colônia, no decorrer do século XVII até a primeira metade do século XVIII, no período áureo das bandeiras paulistas, em que ocorre a dominação, o aprisionamento e o extermínio dos indígenas na formação dos primeiros povoados em terras goianas.

As antigas rotas de tropeiros, ligavam o litoral às aldeias auríferas do Planalto Central. Eleutério (2013, p. 34) observa que “ao longo desses caminhos antigos, surgiam centenas de pousos de tropas e pequenos povoados, sendo que alguns se transformaram em Vilas ou Arraiais, enquanto outros perderam sua importância e desapareceram”. E explica que “todas as principais rotas do Brasil Colônia, que davam acesso ao Planalto Central, convergiam para os Arraiais da Meia Ponte e Vila Boa, antiga capital do estado de Goiás” (ELEUTÉRIO, 2013, p. 35). O primeiro povoado foi o Arraial de Sant’Ana, criado em 1726, passando a ser chamado de Vila Boa em 1739 e, depois, Cidade de Goiás. A cidade de Pirenópolis era denominada Meia Ponte (ELEUTÉRIO, 2013, p. 39).

Segundo Eleutério (2013), Pirenópolis foi fundada em 1731, a partir do descobrimento do ouro na região pelos bandeirantes Manoel Rodrigues Tomaz e Urbano de Couto Menezes, com a denominação de Arraial de Meia Ponte. As primeiras incursões à procura de ouro e pedras preciosas, que aconteceram no século XVIII, abriram caminho para fazendas de criação de gado, principal atividade econômica até meados dos anos 1950, quando o governo começou a planejar a construção de uma nova capital em Goiás para estimular a colonização e o desenvolvimento da região.

A história de Pirenópolis divide-se em quatro ciclos: o ciclo do ouro; o da agricultura e do comércio; o do isolamento e da arte; e, por último, o da pedra e do turismo. Em meados do século XX, essa cidade se destacou por suas festas tradicionais, como a Festa do Divino, festejada desde 1819, e por seu comércio de quartzito durante a construção de Goiânia, em 1930, e, posteriormente, com a construção de Brasília, entre os anos 1950 e 1960. Essa cidade intensificou a chegada de visitantes de outras localidades, como políticos, comerciantes de pedra e *hippies*. Esses artesões, que construíram diversas comunidades alternativas ao redor da cidade, ensinaram aos moradores locais o artesanato de joias de prata, importante atividade de

movimento do comércio local e turístico. Na atualidade, a economia de Pirenópolis ocorre em torno do turismo, do artesanato e da linha de frente na extração da pedra, denominada “Pedra de Pirenópolis”, usada na construção civil (PIRENÓPOLIS, 2022).

Eleutério (2013, p. 41) esclarece que devido à construção de Brasília, Pirenópolis passa a ter o turismo histórico-ambiental como principal atividade econômica da cidade: “Inúmeras ações foram viabilizadas visando à preservação e restauração dos casarões que compõe o centro histórico. As fazendas dos municípios foram dotadas de uma infraestrutura capaz de atender o turista com mais segurança no acesso às trilhas e cachoeiras”.

A cidade de Corumbá de Goiás, situada nas margens do rio Corumbá, a 20 km de Pirenópolis, também fundada no ano de 1731, durante o período da mineração do ouro em Goiás, se formou em volta da Igreja Nossa Senhora da Penha da França. Eleutério (2013, p. 42) explica que a cidade teve um papel determinante na formação da identidade do povo goiano: “Hoje, a cidade valoriza a sua rica história e valioso patrimônio ambiental que possui, principalmente devido o enorme potencial do rio Corumbá, como meio para fomentar o turismo e gerar renda para o seu povo”.

Por último, a cidade de Cocalzinho de Goiás, na área de abrangência da APA da Serra dos Pirineus, teve sua fundação no ano de 1961, na zona rural de Corumbá de Goiás, devido à instalação da fábrica de cimento do Grupo Votorantim, visando atender a demanda pela construção de Brasília.

Cabe, ainda, destacar a criação do roteiro gastronômico na denominada Estrada Colonial do Planalto Central, contendo o guia de produtores, produtos e feiras na região da estrada, a qual foi idealizada com o objetivo de promover o encontro do visitante com as raízes culturais do estado de Goiás, o convívio com os produtores em seu espaço rural e o conhecimento dos saberes do povo cerratense. Entre os diversos produtos no roteiro da gastronomia goiana, que revelam a riqueza da biodiversidade e da culinária regional, estão raízes, cascas, seivas, folhas, frutos, sementes, doces, compotas, queijos, geleias, *chutneys*, temperos, molhos, farinhas, biscoitos, licores, cachaças, cervejas, sucos e chás (CAVALCANTI, 2014).

Para destacar a importância cultural do “povo cerratense”, cabe citar o economista e historiador goiano Paulo Bertran (2000), que, em sua obra *História da terra e do homem no Planalto Central: eco história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*, realizou pesquisa sobre a preservação da memória oral entre os roceiros do planalto brasileiro, que denomina e cita como “pirenopolinos, formosenses, luzianenses, corumbaenses, cocalinenses e — por que não? — distritalenses” (BERTRAN, 2000, p. 246).

Em Pirenópolis e Corumbá de Goiás, acontecem as manifestações culturais durante as festas tradicionais religiosas. “As primeiras festas religiosas no Brasil, tiveram origem no catolicismo europeu foram introduzidas pelos portugueses logo nos primeiros momentos da nossa colonização, ainda no remoto século XVI” (ELEUTÉRIO, 2013, p. 71).

Os elementos naturais, históricos, arquitetônicos e culturais, estão presentes em todo o percurso do Caminho e na área de abrangência da APA da Serra dos Pireneus. Eleutério (2013) explica que as festas religiosas tradicionais no estado de Goiás, acontecem por meio das representações teatrais, que promoviam o turismo nas cidades de Goiás, sendo as mais populares, a Festa do Divino, em várias cidades; as Cavalhadas, em Corumbá e Pirenópolis; e a Procissão do Fogareú, na Cidade de Goiás.

Entre as festas tradicionais no estado de Goiás, além das Cavalhadas (inspirada nas tradições na Idade Média) e a Festa do Divino Espírito Santo, acontece, há mais de 260 anos, a Procissão do Fogareú da Cidade de Goiás, repleta de simbolismo. Destacam-se ainda a romaria de carros de boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade e a festa do Rosário, padroeira de Pirenópolis, com 293 anos de devoção, considerada Patrimônio Cultural e Imaterial do município.<sup>17</sup>

A cidade de Pirenópolis foi declarada Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Paisagístico e Histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1990, e a Cidade de Goiás,<sup>18</sup> como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2001.

No percurso do Caminho de Cora Coralina, observam-se cidades, povoados e propriedades rurais que articulam história e cultural local, com casarões centenários, igrejas do período colonial goiano, festas tradicionais, folclóricas e religiosas, e a culinária tradicional goiana.

No quadro 1 e na figura 3, a seguir, apresentam-se, de forma sucinta, os principais fatos históricos relativos ao Caminho de Cora Coralina partir da década de 1990.

---

<sup>17</sup> Pirenópolis foi tombada pelo Iphan, em 1990, pelo conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico, tornando-se, oficialmente, um patrimônio nacional. Em 1941, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário foi tombada por sua importância histórica, e restaurada entre 1998 e 2001; assim como a Fazenda Babilônia, e as dependências do antigo Engenho São Joaquim, construída em fins do século XVIII. A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, realizada desde 1819, é considerada uma das mais expressivas do país e, por isso, também foi reconhecida pelo Iphan, em 2010, como Patrimônio Cultural do Brasil, inscrita no Livro de Registro das Celebrações (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014).

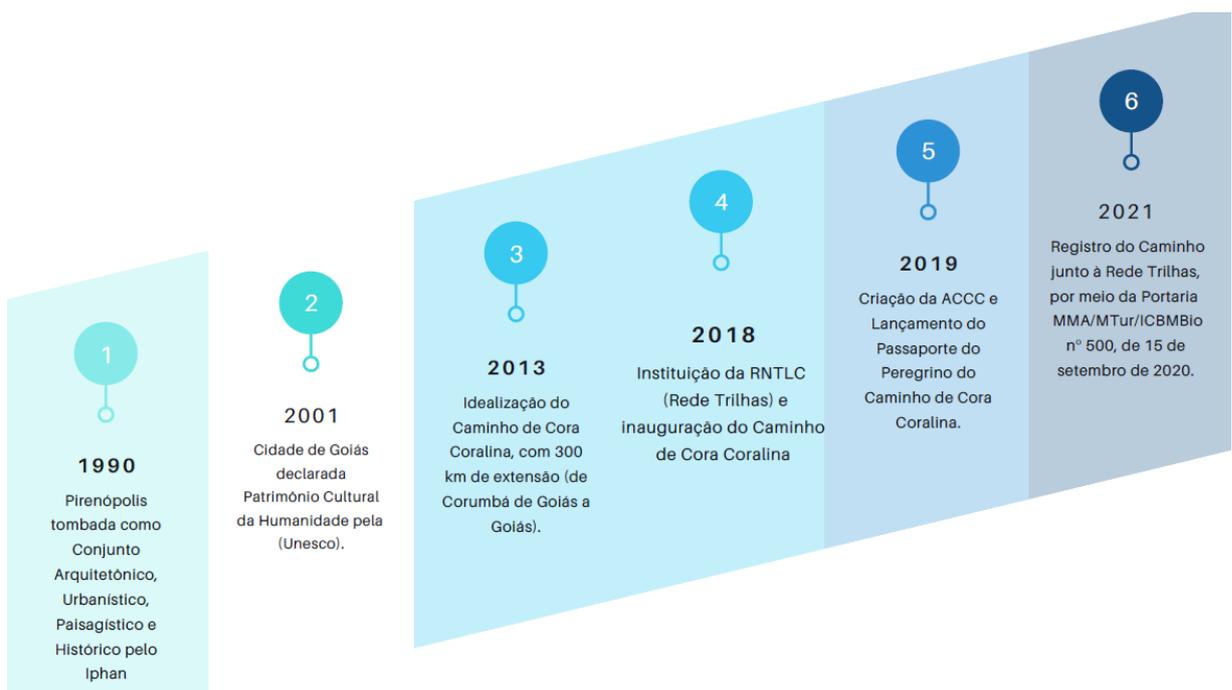
<sup>18</sup> “O título internacional foi concedido pela Unesco em 14 de dezembro de 2001, a que reconhece a importância do conjunto arquitetônico da antiga capital” (CIDADE, 2011).

### Quadro 1 – Resumo de fatos históricos ligados ao Caminho de Cora Coralina a partir da década de 1990

Ano	Fatos históricos e culturais ligados ao Caminho de Cora Coralina
1990	Pirenópolis, tombada como Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Paisagístico e Histórico pelo Iphan.
2001	Cidade de Goiás, declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.
2013	Idealização do Caminho de Cora Coralina, com 300 km de extensão (de Corumbá de Goiás a Goiás).
2017	Criação do Programa Conecta pelo ICMBio/Ministério do Meio Ambiente e implementação do Caminho de Cora Coralina.
2018	Instituição da RNTLC (Rede Trilhas) e inauguração do Caminho de Cora Coralina.
2019	Criação da Associação Caminho de Cora Coralina e lançamento do Passaporte do Peregrino do Caminho de Cora Coralina.
2020	Assinatura do Convênio para Estruturação do Caminho de Cora Coralina (Goiás Turismo e Caixa Econômica Federal), no valor de 1,39 milhão de reais. Publicação da Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio nº 500/2020.
2021	Lançamento do Certificado do Peregrino do Caminho de Cora Coralina e integração e registro do Caminho junto à RNTLC, por meio da Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio nº 500/2020.
2022	Lançamento da Rota dos Pireneus – Queijos e Vinhos, sob a coordenação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com apoio dos municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, da Goiás Turismo e da Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
2022	Realização do 1º Congresso Brasileiro de Trilhas de Longo Curso, em Goiânia, pela parceria entre a RNTLC, a Goiás Turismo e o governo do estado de Goiás, e elaboração da Carta de Goyazes.

Fonte: elaborado pela autora (2022).

### Figura 3 – Fatos históricos ligados ao Caminho de Cora Coralina a partir da década de 1990



**Fonte:** elaborada pela autora (2022).

### 1.1.2 Estrutura agrária

Quanto à estrutura agrária, o território rural dos municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis é composto, em sua maior parte, por imóveis rurais inferiores a quatro módulos fiscais. As pequenas propriedades representam, em média, 80% e ocupam, em média, apenas 27,76% da área dos três municípios. As médias propriedades correspondem a 15,58% e ocupam uma área de 33,92%. Enquanto as grandes propriedades representam, em média, 3,99% e ocupam 38,30% da área total, conforme dados apresentados na tabela a seguir.

**Tabela 2 – Imóveis rurais cadastrados no Incra nos municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis**

Município	Módulo fiscal	Área (hectares)	Imóvel (quantidade)	Imóvel (área em hectares)
<b>Cocalzinho de Goiás</b>	35		898 (100%)	129.984,4 (100%)
Pequena propriedade		0 a 140	712 (79,28%)	27.668,30 (21,28%)
Média propriedade		140 a 525	134 (14,92%)	34.445,20 (26,49%)
Grande propriedade		Acima de 525	52 (5,79%)	67.870,90 (52,21%)
<b>Corumbá de Goiás</b>	35		1038 (100%)	117.380,20 (100%)
Pequena propriedade		0 a 140	823 (79,28%)	32.411,60 (27,61%)
Média propriedade		140 a 525	182 (17,53%)	46.275,80 (39,42%)
Grande propriedade		Acima de 525	33 (3,17%)	38.692,80 (32,97%)
<b>Pirenópolis</b>	35		1.887 (100%)	188.171,90 (100%)
Pequena propriedade		0 a 140	1.560 (82,67%)	64.751,00 (34,41%)
Média propriedade		140 a 525	270 (14,30%)	67.491,40 (35,86%)
Grande propriedade		Acima de 525	57 (3,03%)	55.929,50 (29,73%)

**Fonte:** elaborada pela autora (2022) a partir de Goiás (2005).

**Nota:** pequena propriedade – até 4 módulos fiscais; média propriedade – mais de 4,1 a 15 módulos fiscais; grande propriedade – acima de 15 módulos fiscais (um módulo fiscal igual a quatro hectares).

Segundo os dados apresentados na tabela 2, nos municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, as pequenas propriedades representam, em média, 80% do

número de imóveis e ocupam, em média, apenas 28% da área; enquanto as grandes propriedades representam, em média, 4% do número de imóveis e ocupam, em média, 38% da área.

A região em análise apresenta, de modo geral, o perfil destacado por Prado Jr. (1979, p. 34) quanto aos dados estatísticos relativos à estrutura agrária brasileira: “as grandes e pequenas propriedades se encontram mescladas lado a lado em quase todas as regiões do país, disputando-lhes a área. Disputa essa em que a grande propriedade leva larga e decisiva vantagem, salvo em restritas zonas”.

Na região do estudo, predomina o Cerrado. A partir das informações obtidas durante a pesquisa exploratória nos meses de junho, julho e outubro de 2021, ao longo dos 300 km de extensão do Caminho de Cora Coralina,<sup>19</sup> que incidem no entorno das rodovias GO-431, BR-153 e BR-070, foi possível observar forte contraste na formação das paisagens rurais e na conservação do Cerrado. No território rural ocupado pelo município de Pirenópolis, em que situam 80% das propriedades rurais selecionadas na pesquisa, as pequenas propriedades representam, em quantidade de imóvel, 82,67%; as médias propriedades representam 14,30%; e as grandes propriedades representam 3,03% (ver tabela 2).

As áreas situadas no entorno do Parque Estadual dos Pireneus, no interior da APA da Serra dos Pireneus, apresentam-se preservadas por vegetação nativa remanescente de diferentes formações do Cerrado, onde se localiza o Mosaico da Serra dos Pireneus, formado por 14 reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs), representadas por pequenas propriedades rurais com área média em torno de 6 hectares.

O percurso do Caminho entre Pirenópolis e Serra de Caxambu, fora da APA da Serra dos Pireneus, com extensão de 28 km, apresenta paisagens rurais formadas por mosaico de agricultura e pastagem nas áreas com relevo predominantemente plano, entremeadas por áreas preservadas por formação florestal nas proximidades da Serra de Caxambu.

A partir da rodovia BR-153 até a rodovia BR-070, entre o povoado de Caxambu e a cidade Jaraguá, em extensão de 32 km, predominam as paisagens formadas por médias a grandes propriedades rurais, com exploração agropecuária intensiva mecanizada, com acentuada redução das áreas preservadas do bioma Cerrado. Mais adiante, na BR-070, nos trechos que interligam as cidades de Jaraguá, Itaguari, Itaberaí e Goiás, predominam as

---

<sup>19</sup> Esta pesquisa adotou a metodologia de pesquisa exploratória em campo, a qual foi realizada nos meses de junho, julho e outubro de 2021 em 24 localidades, sendo 15 propriedades rurais, 5 cidades históricas, 2 povoados que prestam serviço ao CCC e 2 unidades de conservação ambiental na área de abrangência da APA Serra dos Pireneus e seu entorno (figura 7), e teve por objetivo subsidiar a elaboração do diagnóstico socioambiental da área de abrangência da pesquisa, assim como possibilitar a seleção do público-alvo para a aplicação de entrevistas.

paisagens com produção agropecuária, características do agronegócio, com presença de monocultura e uso de irrigação por pivô central.

Nas proximidades da cidade de Goiás, por incidirem em região serrana da APA da Serra Dourada, observam-se, o retorno, as paisagens rurais preservadas.

A partir da década de 2000, quase um quarto da produção agrícola no Brasil vem do Cerrado. Uma estimativa sobre a vegetação natural remanescente indica que o Cerrado sofreu um grande impacto, cerca de 78,7% de sua área está sob alguma forma de uso pela sociedade, o que significa que apenas 21,3% ainda se conservam intactos (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2005).

Segundo Fernandes e Pessôa (2011), no contexto do avanço da fronteira agrícola no Brasil, a concentração dos maiores níveis de degradação do Cerrado foi verificada em regiões caracterizadas por uma agropecuária intensiva e moderna:

Minas Gerais, destacando-se as microrregiões de Patrocínio, Uberaba, Uberlândia e Araxá. Em parte do sul de Goiás encontram-se Meia Ponte e Vale do Rio dos Bois e, em parte do sudoeste do Mato Grosso, uma única microrregião, mas líder em degradação, que é Primavera do Leste. (FERNANDES; PESSÔA, 2011, p. 26).

Quanto a transformação do Cerrado na mais importante região de agronegócio (soja, algodão, cana-de-açúcar, sorgo, café e arroz de sequeiro), Bolfe, Sano e Campos (2020, p. 190) afirmam “o desempenho da agropecuária no Cerrado se deve as dinâmicas produtivas, tecnológicas e socioeconômicas ocorridas nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia, e em especial Teles Pires, Parecis, Barreiras, Canarana e Cassilândia”.

De acordo com o RAD (PROJETO MAPBIOMAS, 2021b, p.38), na região de Matopiba, território que se estende por quatro estados do Brasil, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, tem-se intensificado, nas últimas duas décadas, a expansão da agricultura no bioma Cerrado, concentrando 23,6% da área desmatada no Brasil. O maior desmatamento no Cerrado detectado no Brasil em 2021 foi no município de Jaborandi no estado da Bahia, com 4.977 hectares. O estado de Goiás, no ano de 2021, ficou em 12º lugar no *ranking* de área desmatada em relação aos demais estados no Brasil, com 31.593 hectares de área desmatada (PROJETO MAPBIOMAS, 2021b, p.47).

### *1.1.3 Mosaico ambiental e unidades de conservação*

O percurso e as trilhas do Caminho de Cora Coralina permeiam importantes e relevantes unidades de conservação ambiental protegidas por lei para a preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos do bioma Cerrado, entre elas, Parque Estadual dos Pireneus, 14 RPPNs (Projeto Mosaico da Serra dos Pireneus), situadas na APA da Serra dos Pireneus e seu entorno, Parque Estadual da Serra do Jaraguá (PESJ), APA da Serra Dourada e Parque Municipal da Estrada Imperial.

A APA da Serra dos Pireneus<sup>20</sup> tem uma área de 22.880 hectares e foi criada com o objetivo de proteger a região serrana e o entorno do Parque Estadual dos Pireneus; proteger os remanescentes do bioma Cerrado; proteger os recursos hídricos; melhorar a qualidade de vida das populações residentes por meio de orientação e disciplinamento das atividades econômicas locais; disciplinar o turismo ecológico e fomentar a educação ambiental; e preservar as culturas e as tradições locais (GOIÁS, 2021a).

Entre as medidas estabelecidas no Decreto nº 5.174, de 17 de fevereiro de 2000, relativas à implantação e à gestão da APA, em seu art. 4º, encontram-se:

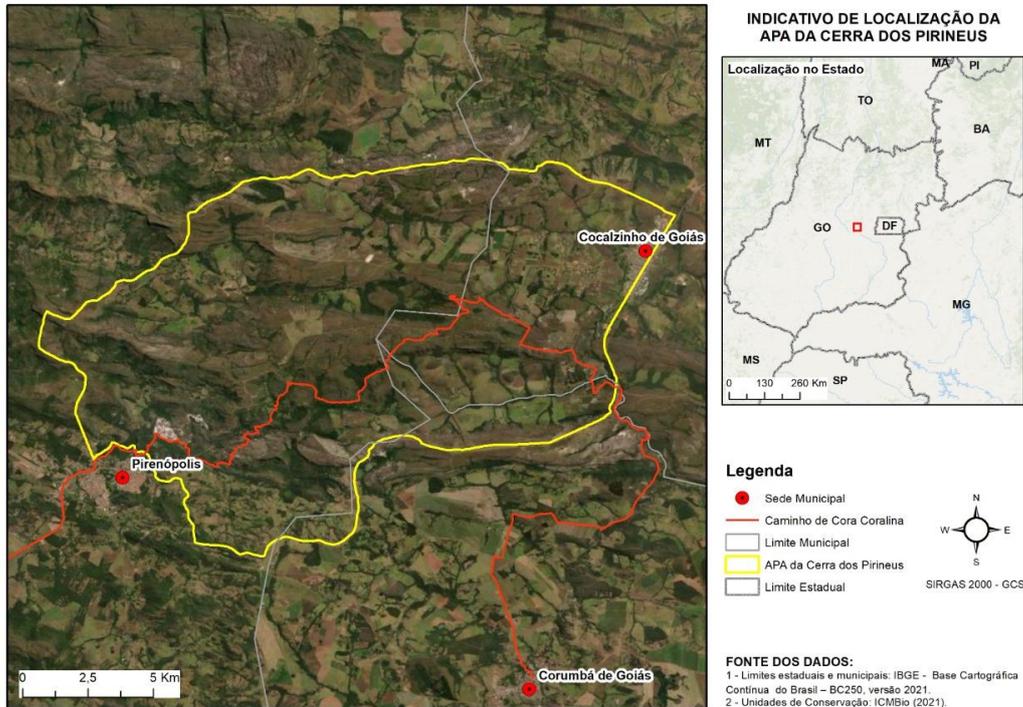
- I - elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico a ser regulamentado por decreto estadual, definindo as atividades a serem permitidas ou incentivadas em cada zona e as que deverão ser restringidas e proibidas;
- II - utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais para assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;
- III - aplicação de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;
- IV - divulgação das medidas previstas neste decreto, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;
- V - promoção de programas específicos de educação ambiental, extensão rural e saneamento básico;
- VI - incentivo ao reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, junto aos proprietários, cujas propriedades encontram-se inseridas, no todo ou em parte, nos limites da APA. (GOIÁS, 2000).

A área de abrangência da APA da Serra dos Pireneus (figuras 3 e 4) envolve a área do Parque Estadual dos Pireneus,<sup>21</sup> com 2.837 hectares, que se destina a preservar a flora, fauna e os mananciais ali existentes, protegendo sítios naturais de excepcional beleza e assegurando condições de bem-estar público. O plano de manejo do parque encontra-se em fase de elaboração junto ao conselho consultivo da unidade, com previsão de término até o final de 2022 (GOIÁS, 2021b).

<sup>20</sup> A APA da Serra dos Pireneus é uma unidade de conservação ambiental estadual, criada pelo Decreto Estadual nº 5.174/2000 (GOIÁS, 2000).

<sup>21</sup> Parque Estadual dos Pireneus, com 2.837 hectares, unidade criada pela Lei nº 10.321, de 20 de novembro de 1987, alterada pela Lei nº 13.121, de 16 de junho de 1997 (GOIÁS, 1987). Inclusão do traçado do Caminho.

**Figura 4 – Localização da APA da Serra dos Pirineus**



**Fonte:** elaborada pela autora (2022) a partir de Goiás (2021).

Na tabela 3, a seguir, são apresentadas informações relativas ao uso e à cobertura do solo dos municípios na área de abrangência deste estudo, em que é possível observar a predominância de áreas destinadas a pastagens, ocupando, em média, 48% da área total dos municípios; áreas com formação savânicas (cerrado sentido restrito, parque de cerrado, palmeiral e vereda), variando entre 12 e 25%; e áreas com formação florestal (mata ciliar, mata de galeria, mata seca e cerradão), com variação entre 15 e 23% de ocupação de área do município.

**Tabela 3 – Uso e cobertura do solo nos municípios de Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás – Ano 2019**

Área municipal (hectares)	Pirenópolis	Corumbá de Goiás	Cocalzinho de Goiás
Total	220.501,00	106.195,50	178.903,90
Rios e lagos	77,05	84,32	123,49
Floresta plantada	392,52	870,65	396,21
Cultura semiperene	8,78	6,20	-
Pastagem	101.029,61 (45%)	57.140,69 (53%)	83.745,84 (46%)
Formação savânica	56.740,63 (25%)	12.789,41 (12%)	40.618,41 (22%)
Formação florestal	51.198,12 (23%)	16.119,13 (15%)	27.004,83 (15%)

Formação campestre	3.746,99	5.474,26	9.348,48
Infraestrutura urbana	333,71	107,14	465,86
Área não vegetada	324,26	299,45	1.048,56

**Fonte:** elaborada pela autora (2021) a partir de dados CEPF Cerrado, IEB e Lapig-UFG (2019)

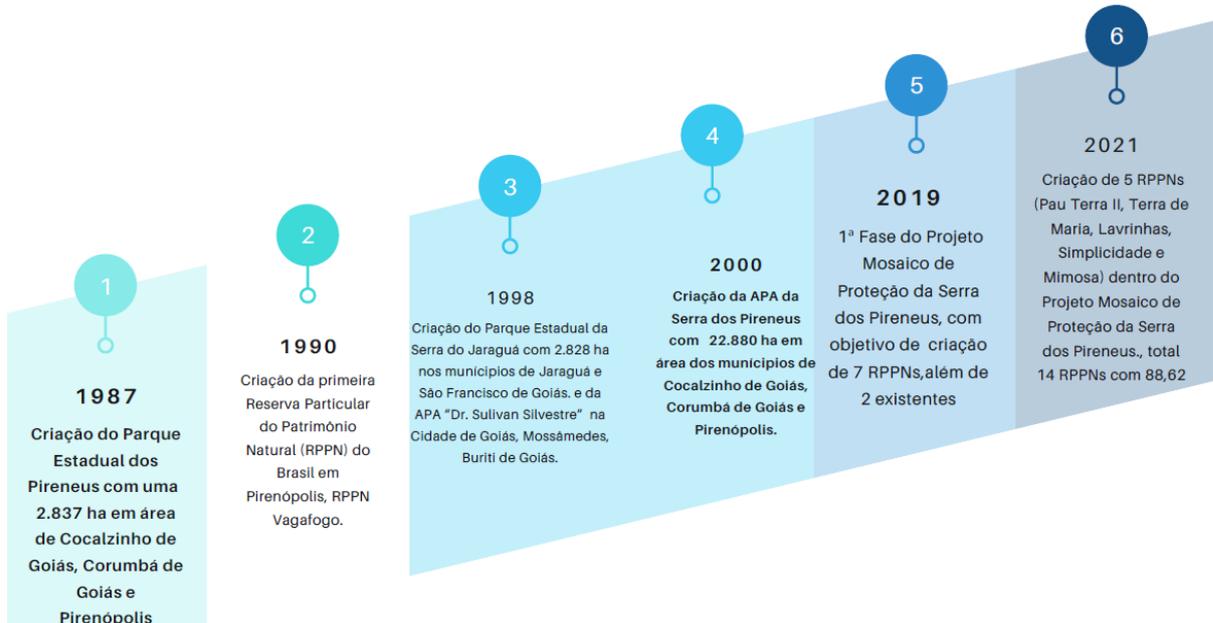
No quadro 2 e figura 5, a seguir, é possível visualizar as principais ações públicas ambientais relativas à APA da Serra dos Pireneus (figura 6) e às unidades que incidem no Caminho de Cora Coralina.

**Quadro 2 – Principais ações públicas relativas às unidades de conservação ambiental no CCC a partir da criação do Parque Estadual dos Pireneus**

Ano	Ações públicas na APA da Serra dos Pireneus
1987	Criação do Parque Estadual dos Pireneus, com uma abrangência territorial de 2.837 hectares.
1990	Criação da primeira RPPN do Brasil em Pirenópolis, a RPPN Vagafogo.
1998	Criação do Parque Estadual da Serra do Jaraguá, com uma abrangência territorial de 2.828 hectares, e criação da APA Dr. Sullivan Silvestre (antiga APA Serra Dourada), com 30 mil hectares.
2000	Criação da APA da Serra dos Pireneus, com abrangência territorial de 22.880 hectares.
2003	Criação do Parque Estadual da Serra Dourada, com 30 mil hectares. Criação da Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos da Bacia Hidrográfica do Córrego Barriguda e Cabeceira do Rio das Almas, situada na zona rural de Pirenópolis.
2009	Implementação da 1ª Fase do Projeto Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus, com o objetivo de criação de RPPNs, por meio da parceria estabelecida entre o Instituto Cerrados e a Associação dos Proprietários e Moradores do Córrego Barriguda.
2019	Proposta de criação do Geoparque na região da Serra dos Pireneus, por parceria entre a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) – Serviço Geológico do Brasil, a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Iphan.
2019	Encerramento da 1ª Fase, com a oficialização de sete RPPNs (totalizando 70 hectares), e lançamento da 2ª Fase do Projeto Mosaico da Serra dos Pireneus na APA da Serra dos Pireneus.
2021	Criação de quatro RPPNs (Pau Terra II, Terra de Maria, Lavrinhas e Mimosa), por meio do Projeto Reservas Privadas do Cerrado, parceria entre a Fundação Pró-Natureza (Funatura) e o Instituto Cerrados, dentro do Projeto Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus.

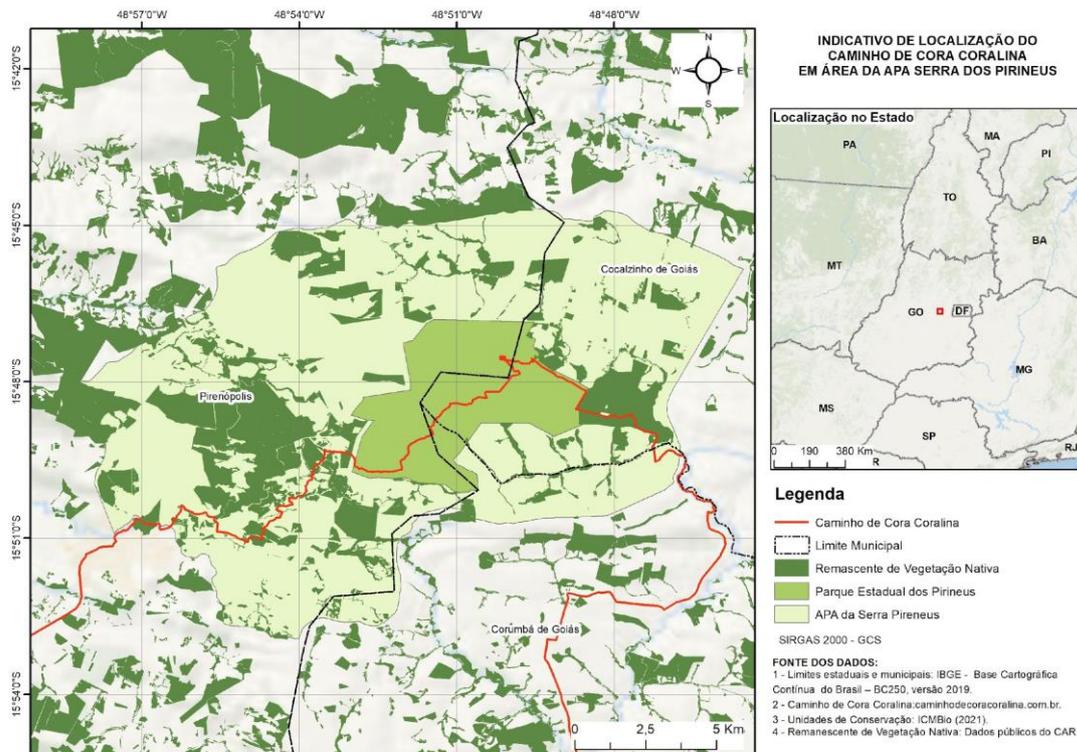
**Fonte:** elaborado pela autora (2022).

**Figura 5 – Principais ações públicas relativas às unidades de conservação ambiental no CCC a partir da criação do Parque Estadual dos Pireneus**



Fonte: elaborado pela autora (2022).

**Figura 6 – Localização da APA Serra dos Pireneus e do Parque Estadual dos Pireneus**

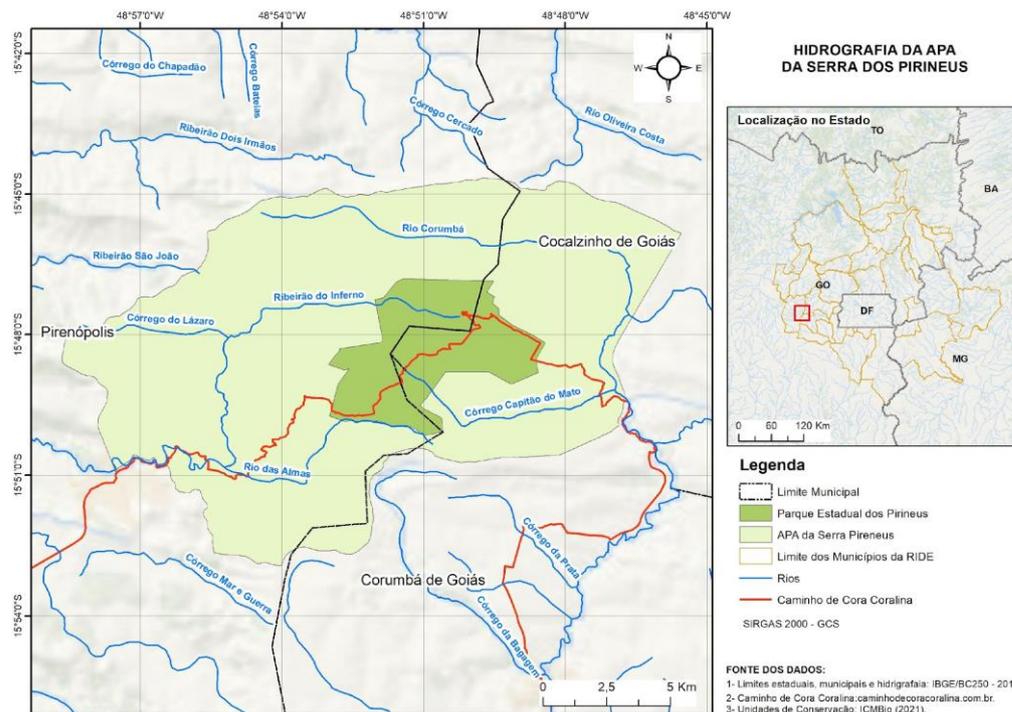


Fonte: elaborada pela autora (2022) a partir dos dados de IBGE (2019), Caminho de Cora Coralina (2022), ICMBio (2021) e CAR.

Na área de abrangência do Parque Estadual dos Pireneus (figura 7), o qual possui o segundo maciço mais alto do estado de Goiás, situa-se o pico dos Pireneus, com 1.380 metros

de altitude. Esse é o local do divisor de duas importantes bacias hidrográficas, a bacia Tocantins-Araguaia e a bacia do rio Paraná, contendo vários córregos que nascem do alto da serra dos Pireneus, formando o rio das Almas e o rio Corumbá, os quais apresentam grande importância ambiental por abastecerem as comunidades que residem na região (GOIÁS, 2021b).

**Figura 7 – Hidrografia da APA Serra dos Pireneus**



**Fonte:** elaborada pela autora (2022) a partir dos dados de IBGE (2019), Caminho de Cora Coralina (2022) e ICMBio (2021).

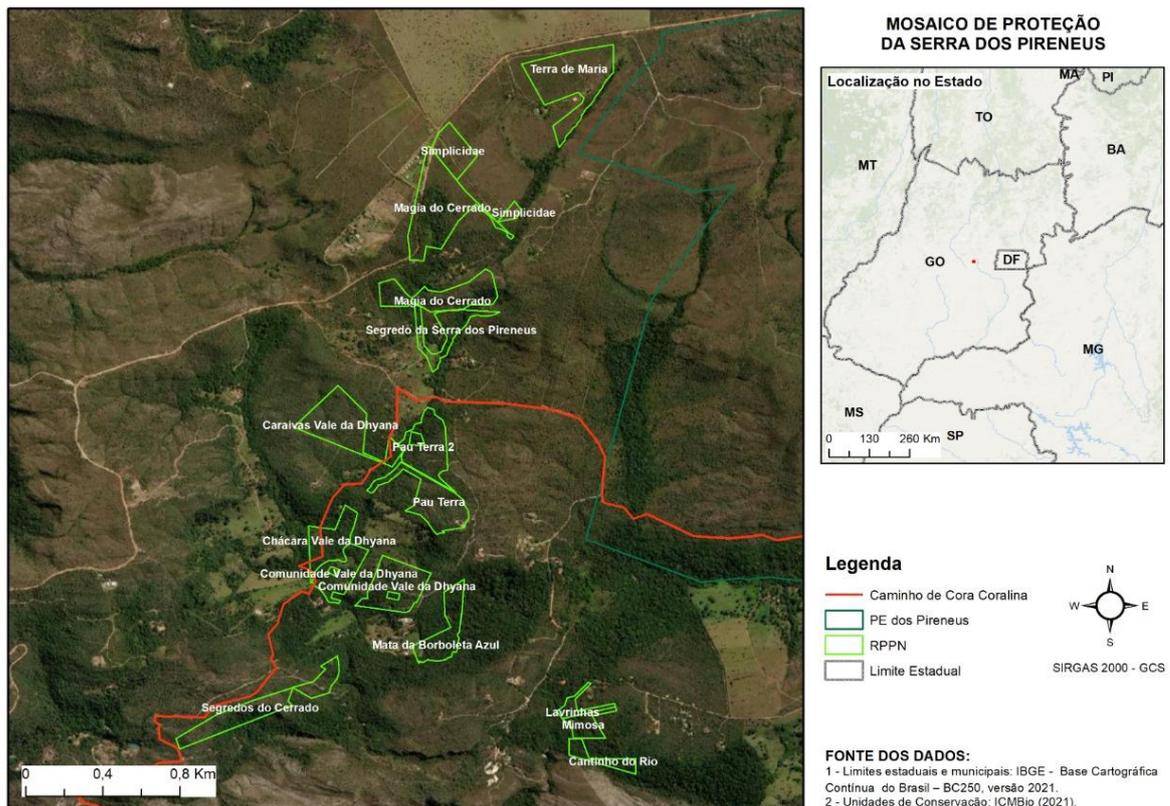
Referente às iniciativas de ampliação das áreas protegidas no interior da APA da Serra dos Pireneus, o incentivo ao reconhecimento das RPPNs,<sup>22</sup> por meio da lei de criação da APA, propiciou o lançamento da primeira fase do Projeto do Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus, concluída no ano de 2019. Esta permitiu a oficialização de sete RPPNs, por meio da parceria estabelecida entre o Instituto Cerrados e a Associação dos Proprietários e Moradores do Córrego Barriguda, no município de Pirenópolis (INSTITUTO CERRADOS, 2022).

<sup>22</sup> A unidade de conservação RPPN foi criada, em 1990, pelo Decreto nº 98.914, o qual foi substituído, em 1996, pelo Decreto nº 1.922, e, no ano de 2000, passou a ser uma das categorias do Snuc. No ano de 2006, foi publicado o Decreto nº 5.746, em 5 de abril de 2006 (BRASIL, 2006), visando adequar os procedimentos de criação, gestão e manejo da categoria RPPN, sendo essa a primeira categoria regulamentada por decreto após a publicação do Snuc, contendo um processo simplificado de criação em relação às demais UCs do Snuc (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012).

Em seguida, no ano de 2021, foram criadas mais quatro RPPNs na APA da Serra dos Pireneus, também situadas no município de Pirenópolis, por meio da parceria realizada entre o Instituto Cerrados e o Projeto Reservas Privadas do Cerrado, iniciativa que visa promover a conservação dos recursos naturais por meio da criação, da expansão e da gestão eficaz das RPPNs no bioma Cerrado. O projeto Reservas Privadas do Cerrado é executado pela Funatura e conta com recurso do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF – *Critical Ecosystem Partnership Fund*) e apoio do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

O projeto Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus (figura 6 e quadro 3) é considerado uma importante estratégia de conservação da biodiversidade do bioma Cerrado em terras privadas, visando à prestação de serviços ecossistêmicos de produção de água, de turismo, de recreação, de identidade cultural e de educação ambiental.

**Figura 8 – Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus**



**Fonte:** elaborada pela autora a partir dos dados do Instituto Cerrados (2022).

Na atualidade, o Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus é formado por 14 RPPNs e apresenta área total protegida de 88,62 hectares, considerando a primeira RPPN, Segredo da

Serra dos Pireneus, criada no ano de 2009, e a RPPN Pau Terra, criada em 2011, relacionadas no quadro 3.

**Quadro 3 – Informações das RPPNs do Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus**

	Nome da RPPN	Área (ha)	Portaria de criação	Informações
1	Segredos do Cerrado	7,40	Portaria 422/2019	A reserva protege áreas de cerrado sentido restrito, cerrado ralo e mata de galeria no entorno do córrego Barriguda, onde há uma bela cachoeira.
2	Mata da Borboleta Azul	4,61	Portaria 343/2019	A reserva protege uma frondosa mata estacional, no entorno do córrego do Milho Vermelho, rica em palmeiras e borboletas.
3	Caraívas Comunidade Vale da Dhyana	10,18	Portaria 426/2019	A reserva protege uma área de cerrado sentido restrito em recuperação, com uma bela vista do vale, bem como uma mata de galeria no entorno do córrego Barriguda.
3.1	Caraívas Chácara Vale da Dhyana	4,51	Portaria 427/2019	A reserva protege uma bela mata de galeria no entorno do córrego Barriguda, com árvores centenárias e uma trilha até uma cachoeira.
4	Caraívas Vale da Dhyana	7,91	Portaria 425/2019	A reserva protege um gradiente vegetacional, desde cerrado ralo, cerrado sentido restrito até a mata de galeria no entorno do córrego Barriguda, com uma bela cachoeira.
5	Pau Terra	6,33	Portaria 100/2011	-
5.1	Pau Terra II	5,60	Portaria 366/2021	-
6	Segredo da Serra dos Pireneus	3,36	Portaria 17/2009	-
7	Magia do Cerrado	18,74	Portaria 423/2019	A reserva protege uma importante área de recarga, com campo úmido, sítio arqueológico, cerrado rupestre, cerrado sentido restrito e as margens do córrego Barriguda.
8	Simplicidade	4,00	Portaria 434/2021	-
9	Terra de Maria	10,90	Portaria 333/2021	-
10	Cantinho do Rio	1,84	Portaria 388/2019	A reserva protege as margens do rio das Almas, matas de galeria, mata estacional e cerrado típico. Possui uma bela trilha que leva até o rio.
11	Sítio Lavrinhas	1,24	Portaria 783/2021	A reserva protege as margens do córrego Barriguda, matas de galeria e cerrado típico. Possui uma bela trilha que leva até o rio.
12	Mimosa	2,00	Portaria 759/2021	-

**Fonte:** elaborado pela autora (2022) a partir de dados fornecidos pelo Instituto Cerrados (2022).

No contexto de valorização do patrimônio ambiental e cultural, cabe destacar a proposta, apresentada em 2019, de criação de um geoparque na região da serra dos Pireneus, na área limítrofe aos municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis.<sup>23</sup>

#### 1.1.4 Ecoturismo e turismo rural no Caminho de Cora Coralina

A área objeto deste estudo apresenta forte característica para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, turismo rural, recreação e lazer, devido à sua rica diversidade de paisagens naturais e rurais e por estar inserida em área de relevante importância ambiental, histórica e cultural. No percurso do Caminho de Cora Coralina inserido na APA da Serra dos Pireneus, é possível observar os diversos tipos de serviços ecossistêmicos culturais<sup>24</sup> prestados pelo bioma Cerrado, relativos aos benefícios às populações residentes e visitantes, como o turismo, a recreação, a identidade cultural, experiências espirituais e estéticas, apresentado resumidamente no quadro 4, a seguir.

#### Quadro 4 – Elementos naturais e culturais predominantes no Caminho de Cora Coralina

Serviços ecossistêmicos culturais	Elemento natural	Elemento cultural
Ecoturismo, recreação e lazer	Parques, monumentos naturais, cachoeiras, corredeiras, reserva natural <sup>25</sup> e trilhas ecológicas	Sítios históricos, arqueológicos, paisagísticos ou ecológicos
Turismo rural, experiências espirituais, artísticas e estéticas	Paisagens rurais (mosaico de agricultura e pastagem)	Saberes agroecológicos (ofício e modo de fazer), culinária tradicional, festas, rituais, carreatas e tradições folclóricas, artísticas e religiosas

Fonte: elaborado pela autora (2022).

<sup>23</sup> O Geoparque Pireneus consiste em um polígono que envolve 20 geossítios de elevado valor geocientífico, devido à raridade de formas estruturais existentes, em área de altitude. Em relação aos 20 geossítios selecionados, dois foram considerados principais, por serem formados por grandes elevações de quartzitos dobrados, representados pela serra e pelo pico dos Pireneus, cuja parte principal compõe o Parque Estadual dos Pireneus e a Cidade de Pedra, monumento natural criado por decreto municipal de Pirenópolis (THOMÉ FILHO; MORAES; PAULA, 2010).

<sup>24</sup> A Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que instituiu a PNPSA define os tipos de serviços ecossistêmicos culturais prestados pelo bioma Cerrado, em seu art. 2º, inciso II, item d) os que constituem benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros.

<sup>25</sup> Reserva natural estrita: “Áreas estritamente protegidas, destinadas a conservar a biodiversidade e, possivelmente, características geológicas/geomorfológicas, onde a visitação, o uso e os impactos humanos são limitados e controlados estritamente para garantir a proteção dos valores de conservação. Servem como áreas de referência indispensáveis para pesquisa científica e monitoramento” (BORRINI-FEYERABEND *et al.*, 2017).

O ecoturismo<sup>26</sup> no Caminho de Cora Coralina está vinculado às paisagens naturais protegidas por unidades de conservação ambiental, tanto de proteção integral (Parque Estadual dos Pireneus, Parque Estadual da Serra do Jaraguá e Parque Estadual da Serra Dourada) como de uso sustentável, representadas pelas diversas RPPNs existentes no município de Pirenópolis formadoras do Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus e pela APA da Serra dos Pireneus e APA Dr. Sullivan Silvestre, além das áreas marginais e protetoras dos córregos e rios que perpassam pelas propriedades rurais e pousadas situadas ao longo do percurso do Caminho.

Brito (2012, p. 157) elucida que a atividade de ecoturismo tem aumentado muito no Cerrado, favorecendo a mudança de comportamento em relação à natureza: “as paisagens naturais do bioma têm atraído uma legião de turistas, que buscam a tranquilidade das chapadas e das praias dos rios, cachoeiras e cavernas, muito comuns nesse bioma. Isso tem exigido da população local um novo comportamento para com a natureza”.

Quanto às atividades de turismo rural<sup>27</sup> que se identificam com a vida rural, seu hábitat, economia e cultura, encontram-se associadas às paisagens rurais formadas por agricultura e pastagem nas fazendas tradicionais situadas nas proximidades das cidades históricas e povoados no Caminho, com destaque para a Fazenda Babilônia,<sup>28</sup> tombada como patrimônio nacional pelo Iphan no ano de 1965. Situa-se no município de Pirenópolis, nas proximidades do povoado de Caxambu.

## 1.2 A pesquisa no Caminho de Cora Coralina

A pesquisa no Caminho de Cora Coralina adotou uma abordagem de tipo quali-quantitativa. Segundo Knechtel, a modalidade de pesquisa quali-quantitativa “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a

---

<sup>26</sup> A publicação intitulada *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* define ecoturismo como um “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2010a, p. 17).

<sup>27</sup> “A definição de turismo rural adotada pelo Ministério do Turismo e representantes do setor consiste no “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2010b, p. 18).

<sup>28</sup> A Fazenda Babilônia, construída por pessoas escravizadas em fins do século XVIII, devido à sua relevante importância histórica, foi tombada como Patrimônio Nacional, pelo Iphan, e inscrita no Livro de Belas Artes nº 480, no ano de 1965. Apresenta o casarão construído no padrão da arquitetura colonial paulista, com destaque para o altar da Capela de Nossa Senhora da Conceição, que apresenta detalhes artísticos como herança dos artistas escravizados africanos (FAZENDA BABILÔNIA, 2014).

observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106).

Minayo e Sanches (1993) consideram que não existe contradição entre investigação quantitativa e qualitativa:

A primeira tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis [...]. A segunda adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente. (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

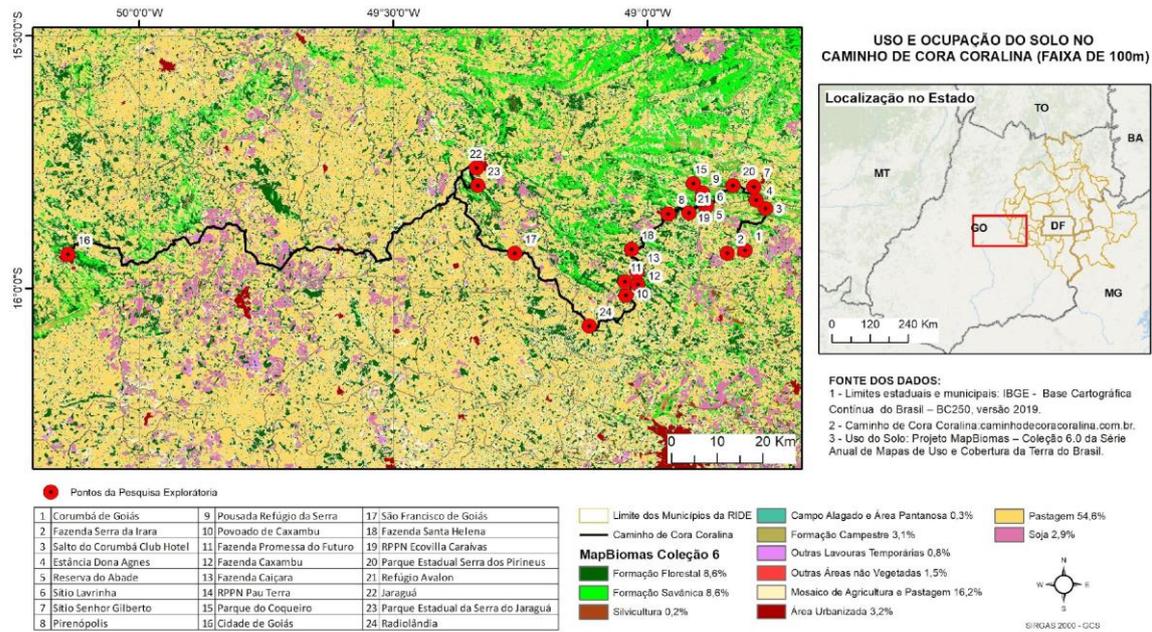
A pesquisa exploratória, caminhada/realização da trilha, entrevistas e elaboração de mapas e imagens sobre conservação ambiental no Caminho fizeram parte do percurso da pesquisa. As etapas metodológicas de pesquisa exploratória e caminhada foram adotadas por considerar a abordagem naturalística, interpretativa, com investigações de campo, em “cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

### *1.2.1 Pesquisa exploratória*

Em um primeiro momento, realizou-se pesquisa exploratória de campo, envolvendo o levantamento de informações relativas aos temas patrimônio ambiental, cultural e histórico existente nas localidades situadas na área de abrangência da pesquisa e nas propriedades rurais que prestam serviço ao Caminho. Essa etapa se deu por meio de visitas às pousadas e estabelecimentos com atrativos naturais e turísticos e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), como também a parques estaduais, museus históricos e culturais nas cidades de Corumbá de Goiás, Pirenópolis, São Francisco de Goiás, Jaraguá e Cidade de Goiás (ver apêndice B).

A pesquisa exploratória foi realizada nos meses de junho, julho e outubro de 2021. Foram visitadas 15 propriedades rurais que prestam serviço de hospedagem, alimentação, turismo e/ou lazer no CCC, cidades históricas e povoados, além de duas unidades de conservação ambiental estaduais na área de abrangência da APA Serra dos Pireneus e seu entorno, Parque Estadual dos Pireneus e Parque Estadual da Serra do Jaraguá, com a localização demarcada na figura 9, a seguir.

### **Figura 9 – Localização dos pontos visitados no Caminho de Cora Coralina**



**Fonte:** elaborada pela autora (2021).

Essa fase da pesquisa envolveu ainda a visita a diversos museus históricos, assim como a realização de contatos com pessoas e lugares do Caminho de Cora Coralina, entre eles, o Museu Histórico das Cavalhadas, na cidade de São Francisco de Goiás.

No contexto dos conceitos apresentados por Graziano da Silva (2002), relativos ao tema “o novo rural brasileiro”, pode-se observar, durante a pesquisa exploratória, uma dinâmica rica em diversidade de atores sociais, práticas culturais e econômicas relativas às atividades que predominam no meio rural (agrícolas e não agrícolas), assim como em relação aos aspectos e às características naturais e culturais que predominam nas propriedades rurais que prestam serviço ao Caminho, cuja descrição detalhada consta no apêndice B.

Essa etapa inicial da pesquisa teve por objetivo subsidiar o levantamento de informações preliminares, elaboração do diagnóstico socioambiental e cultural da área de abrangência da pesquisa, assim como possibilitar a seleção de futuros participantes da pesquisa.

### 1.2.2 Seleção das propriedades rurais

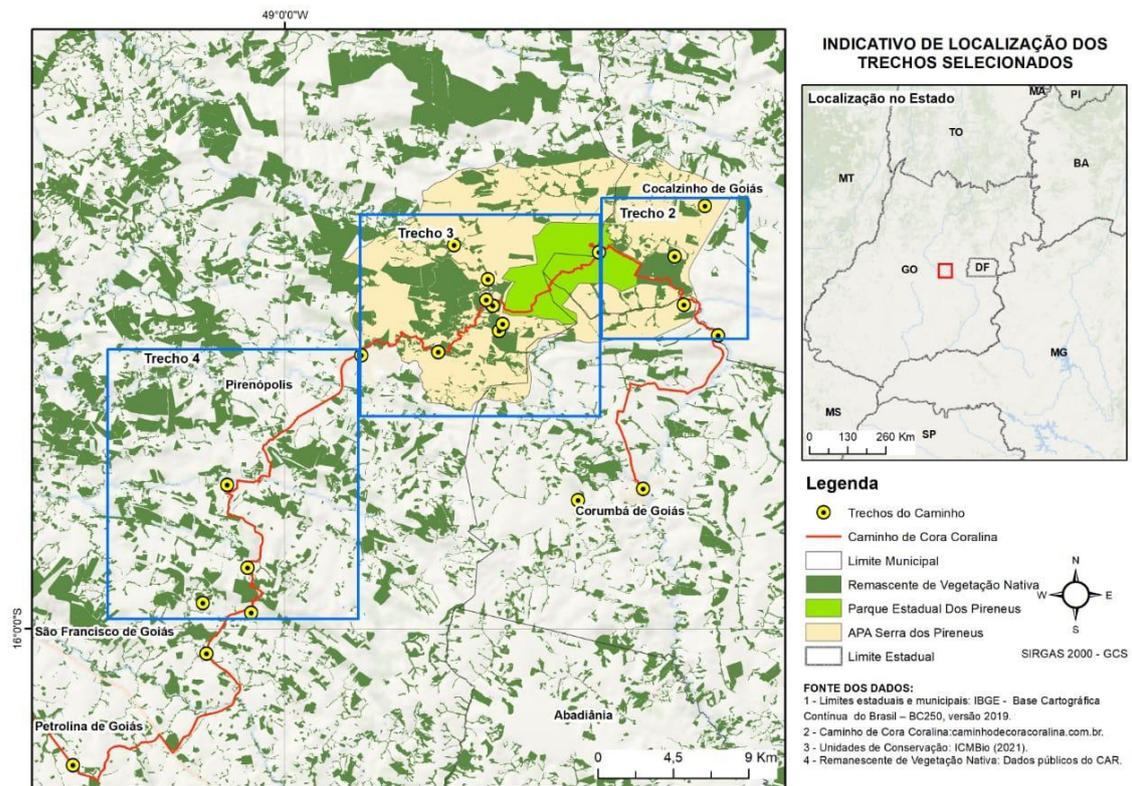
A partir da pesquisa exploratória foram selecionadas 10 propriedades rurais situadas ao longo do Caminho de Cora Coralina, entre o trecho que margeia as cidades de Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás, na área de abrangência da APA da Serra do Pirineus, considerada de grande relevância, tanto em nível regional como nacional e internacional, além de se destacar por ser um polo regional gastronômico, artístico, cultural, turístico e de lazer.

A pesquisa nessas propriedades rurais foi realizada para atender ao objetivo de analisar as contribuições de proprietários e proprietárias rurais do Caminho de Cora Coralina para a conservação ambiental do Cerrado, em especial, para a formação de corredores ecológicos, bem como os diálogos entre elementos ambientais, históricos e culturais presentes no Caminho.

Foram realizadas entrevistas em 10 propriedades rurais. O roteiro de perguntas contemplou tópicos específicos sobre conservação ambiental, o contexto cultural e histórico das propriedades rurais e, ainda, desafios, potencialidades, fragilidades e participação dos atores envolvidos em associações, conselhos ou parcerias voltadas para conservação ambiental do bioma Cerrado (ver apêndice A).

As propriedades rurais foram selecionadas devido a sua efetiva participação como prestadora de serviço no Caminho, para tanto definiu-se uma amostragem de 10 propriedades rurais e seus proprietários e proprietárias a serem entrevistados(as). As entrevistas foram realizadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos(as) entrevistados(as) (ver apêndice G). Em relação às características dos(as) entrevistados(as), buscou-se um equilíbrio entre os diversos tipos de atividades de prestação de serviço desenvolvidas pelas propriedades rurais, sendo selecionados em três trechos do CCC, demarcados na Figura 10 e descritos no quadro 5, a seguir.

**Figura 10 – Indicativo de localização dos três trechos selecionados para o estudo – Trechos 2, 3 e 4**



Fonte: elaborada pela autora (2022) a partir de dados de Projeto MapBiomias (2021a).

#### Quadro 5 – Descrição dos trechos e respectivas propriedades rurais e entrevistados

Trecho/extensão do trecho	Pontos de partida e chegada	Propriedade rural	Nome do(a) entrevistado(a)
Trecho 2 12,9 km	Salto do Corumbá- Parque Estadual dos Pireneus	Fazenda Quatro Barras (Pousada Riacho das Pedras)	Odete Oliveira
		Salto do Corumbá	Cleber Neres
Trecho 3 24 km	PEP-Pirenópolis	Fazenda Mato do Buraco (Refúgio Avalon)	José Ruiz
		RPPN Sítio Lavrinhas	Bismarque Real
		RPPN Pau Terra	Fernando Madueño
		RPPN Caraívas	Jeanne White
		Antiga Fazenda Lavras do Abade (Pousada Refúgio da Serra)	Kalinca Gomes
Trecho 4 34,6 km	Pirenópolis-Fazenda Caxambu	Fazenda Caxambu	Joaquim Pontieri (Seu Quinzinho)
		Fazenda Santa Helena	Marly Gomes
		Fazenda Custódio dos Santos (Promessa do Futuro)	Daniela Mesquita

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Na área delimitada da pesquisa (Trecho 2, 3 e 4 do Caminho), área de abrangência do bioma Cerrado, acontece a interface entre diversos elementos naturais, históricos e culturais

presentes no Caminho, com ênfase para as atividades de ecoturismo no trecho 3, vinculadas às paisagens naturais, situadas no interior e no entorno do Parque Estadual dos Pireneus, nas inúmeras RPPNs criadas no município de Pirenópolis e nas reservas naturais situadas na APA da Serra dos Pireneus. Ao longo do trajeto do Caminho, predominam ainda as atividades de turismo rural associadas às paisagens rurais formadas por mosaico de agricultura e pastagem nas fazendas tradicionais situadas nos trechos 2 e 4.

Os proprietários de RPPNs (Trecho 3), foram selecionados por participarem do Projeto de Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus e pelo papel relevante que desempenham para a conservação ambiental, com a criação de reservas naturais em suas propriedades rurais inseridas na bacia hidrográfica do córrego Barriguda e cabeceira do rio das Almas, mananciais que apresentam grande importância ambiental por contribuírem para o abastecimento do município de Pirenópolis.

Em paralelo, foram selecionados os demais proprietários rurais integrantes da Associação do Caminho de Cora Coralina (Trecho 2 e 4), reconhecidos por atuarem de forma significativa na conservação ambiental em interface com valorização dos elementos culturais e históricos do Caminho.

As entrevistas foram realizadas nos meses de fevereiro, março e abril de 2022, com a participação de quatro proprietários rurais, quatro proprietárias rurais, um gerente e uma gerente de pousada, representando os(as) proprietários(as). Portanto metade dos participantes do sexo feminino e metade do sexo masculino. A identificação dos(as) entrevistados(as) aparece ao longo do texto pelo primeiro nome e último sobrenome, a qual foi autorizada pelos entrevistados (as).

As respostas das entrevistas realizadas com os proprietários rurais estão apresentadas em figuras contendo os gráficos dos percentuais dos resultados obtidos, visando possibilitar a análise dos conteúdos e a interpretação dos dados coletados durante as entrevistas (apêndice F), sendo o percentual mínimo de 10% para uma resposta afirmativa por entrevistado e até 100% para 10 respostas afirmativas, relativos ao total de 10 entrevistados participantes da pesquisa.

Durante as entrevistas, foram realizadas fotografias das propriedades rurais e gravação de áudio, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos(as) entrevistados(as) (ver apêndice G).

Sobre o perfil dos(as) entrevistados(as), em relação à faixa etária, houve o predomínio de entrevistados(as) com idade superior a 55 anos (70% dos participantes), 41 a 54 anos (20% dos participantes) e entre 31 e 40 anos (20% dos participantes). Quanto à escolaridade, 70% dos

entrevistados têm nível superior, 20%, ensino médio completo e 10%, ensino fundamental completo.

Quanto à naturalidade dos(as) entrevistados(as), são pessoas procedentes dos estados de Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul e São Paulo. Enquanto os proprietários(as) rurais de fazendas tradicionais (Fazenda Quatro Barras, Fazenda Caxambu, Fazenda Santa Helena e Fazenda Custódio dos Santos) são nativos de Goiás, bem como o gerente do Salto do Corumbá.

Somente 40% dos entrevistados não percorreram o Caminho, sendo que aqueles que tiveram a experiência de percorrer, por diferentes meios de transporte (carro, bicicleta ou a cavalo), por trechos ou na totalidade, informaram a importância de percorrê-lo, por oferecer a oportunidade de conhecer pessoas de várias partes do Brasil e do mundo, por possibilitar a promoção da sensibilização dos moradores locais para aderirem ao projeto e para identificar os problemas de infraestrutura no percurso. Dos(as) entrevistados(as), 80% aderiram ao projeto Caminho de Cora Coralina desde o início da sua implantação em 2018.

### 1.2.3 Caminhada na trilha do Caminho de Cora Coralina

Durante o percurso, foi possível obter inúmeras imagens do Caminho de Cora Coralina e identificar, *in loco*, tanto os aspectos ambientais como culturais e históricos existentes no trajeto, tendo como foco a observação em campo dos mosaicos de paisagens rurais, compostos pelas diferentes classes de uso do solo predominante na região, como pastagem, lavoura temporária, agricultura, açudes, áreas urbanizadas e por fragmentos de remanescentes de vegetação natural das diversas formações do bioma Cerrado, apresentadas no apêndice E.

A caminhada foi realizada em oito dias, entre 25 de fevereiro e 4 de março de 2022, contando com a prestação dos serviços de guias turísticos da empresa Pés no Cerrado.<sup>29</sup>

Na oportunidade, a caminhada permitiu uma melhor compreensão da situação dos fragmentos de remanescentes de vegetação nativa existentes ao longo do Caminho e as possibilidades de formação de corredor ecológico entre as propriedades rurais e as unidades de conservação ambiental existentes, como parques e RPPNs.

A caminhada permitiu subsidiar a análise e a interpretação dos dados obtidos referentes aos usos e cobertura do solo nos sete trechos iniciais do CCC. O trajeto percorrido de 153 km

---

<sup>29</sup> A empresa Pés no Cerrado iniciou suas atividades de turismo no CCC no ano de 2018, com o planejamento do primeiro receptivo do Caminho para um grupo de peregrinos composto por pessoas de várias regiões do Brasil. A empresa de turismo apresenta como missão “planejar e executar roteiros para incentivar a prática de esporte e aproximar homens e mulheres da natureza, para o reconhecimento da necessidade de preservar os ambientes naturais” (PÉS NO CERRADO, 2022).

de extensão encontra-se demarcado nos mapas elaborados e constantes nos apêndices C (Mapa de uso e cobertura do solo – Coleção 6 do MapBiomias) e D (Mapa de uso e cobertura do solo de área declarada no CAR), bem como descritos no apêndice E (Percurso Corumbá de Goiás a Jaraguá).

O caminhante, ao realizar o trajeto do CCC, adquire o Passaporte do Peregrino, que é carimbado nos pontos credenciados e de apoio ao Caminho em cidades, povoados, hospedarias ou pontos turísticos e culturais cadastrados pela ACCC. Durante o trajeto, o passaporte foi carimbado no Salto de Corumbá (Corumbá de Goiás), na Pousada Riacho das Pedras (Cocalzinho de Goiás), no Refúgio Avalon (Pirenópolis), na Fazenda do Quinzinho (Povoado de Caxambu), na Pousada Jardim das Flores (Povoado de Radiolândia), na Estância Colher de Pau (São Francisco de Goiás) e na Casa da Cultura Padre Silvestre (Jaraguá), locais em que foi possível vivenciar a simplicidade da vida no campo, a hospitalidade e o serviço acolhedor do povo goiano no meio rural.

Na trilha, foi identificado o empreendedorismo feminino, que esteve sempre presente e marcante ao longo de todo o percurso, e em todos os pontos de apoio que prestam serviços ao Caminho, tanto nos serviços de hospedaria, com alimentação, refeições e lanche aos visitantes, como nos serviços de atendimento ao turismo e na coordenação dos centros culturais nas cidades por onde passa o Caminho. Como exemplo, um grupo de mulheres moradoras do povoado de Radiolândia inaugurou recentemente o Café de Cora, para atender aos visitantes do CCC e à comunidade local.

Podem-se também conhecer os serviços prestados pela Secretaria de Cultura e pela Casa da Cultura Padre Silvestre, assim como o minucioso acervo do Museu Histórico Municipal da Cidade de Jaraguá, que apresenta informações relevantes sobre a existência de dois sítios arqueológicos no Parque Estadual da Serra do Jaraguá, registrados pelo Iphan, e a exposição de objetos históricos e culturais típicos do meio rural goiano, como o carro de boi, o monjolo, o fogão a lenha e a moenda de tração animal, cujas imagens e descrição constam no apêndice B.

#### *1.2.4 Elaboração de mapas e imagens sobre a conservação ambiental no CCC*

A etapa da elaboração de mapas teve por objetivo identificar a situação de uso e cobertura do solo e as condições de formação de corredores ecológicos por meio da conexão de remanescentes de vegetação nativa situados em áreas protegidas, como unidades de conservação ambiental, parques estaduais e reservas privadas, bem como áreas de preservação

permanente (APP) e de reserva legal (RL) em propriedades rurais inseridas na APA da Serra dos Pireneus e entorno no percurso do Caminho de Cora Coralina.

Para atender ao objetivo específico da pesquisa de mapear as condições de formação de corredor ecológico entre as propriedades rurais<sup>30</sup> (APP e RL) e as unidades de conservação ambiental no Caminho, realizou-se a elaboração de imagens e mapas das unidades de análise na pesquisa (trechos 2, 3 e 4), com extensão de 71,50 km, em uma faixa estimada de 100 metros de largura, sendo 50 metros para cada lado do percurso, que teve por base a definição de corredor em faixa, de acordo com os artigos 1º e 3º da Resolução Conama nº 9/1996:

Art. 1º. Corredor entre remanescentes caracteriza-se como sendo faixa de cobertura vegetal existente entre remanescentes de vegetação primária em estágio médio e avançado de regeneração, capaz de propiciar habitat ou servir de área de trânsito para a fauna residente nos remanescentes.

Parágrafo único: Os corredores entre remanescentes constituem-se:

- a. pelas matas ciliares em toda sua extensão e pelas faixas marginais definidas por lei;
- b. pelas faixas de cobertura vegetal existentes nas quais seja possível a interligação de remanescentes, em especial, às unidades de conservação e áreas de preservação permanente.

[...]

Art. 3º. A largura dos corredores será fixada previamente em 10% (dez por cento) do seu comprimento total, sendo que a largura mínima será de 100 metros. Parágrafo único. Quando em faixas marginais a largura mínima estabelecida se fará em ambas as margens do rio. (BRASIL, 1996).

A análise da situação de conservação dos remanescentes de vegetação nativa sobre a área proposta de formação do corredor ecológico se deu por meio dos dados obtidos no Projeto MapBiomas – Coleção (versão 6), da Série Anual de Mapa de Uso e Cobertura da Terra do Brasil, criado no ano de 1985 e atualizado em 2020, o qual utiliza a plataforma Google Earth Engine (PROJETO MAPBIOMAS, 2020).

Considerou-se para a coleta de dados as tipologias adotadas na *Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil* do Projeto MapBiomas (2021a) com predomínio na área de estudo: 1) floresta (formação florestal e formação savânica); 2) formação natural não florestal (formação campestre e campo alagado); 3) agropecuária (pastagem e mosaico de agricultura e pastagem); e 4) área não vegetada (área urbanizada e outras áreas não vegetada) ( ver apêndices C - Mapa de uso e cobertura do solo – Coleção 6 do MapBiomas).

Como informação complementar quanto ao uso e à cobertura do solo que incide sobre a faixa estimada de 100 metros de largura no Caminho de Cora Coralina, realizou-se o estudo

---

<sup>30</sup> As imagens e mapas elaborados no percurso do CCC, com demarcação do corredor ecológico entre as propriedades rurais e as unidades de conservação (RPPN e parque estadual) selecionadas na pesquisa, podem incidir dentro ou fora de APP e RL dos imóveis rurais ao longo das trilhas a serem percorridas pelo Caminho.

dos dados públicos<sup>31</sup> declarados no CAR (BRASIL, 2021d)<sup>32</sup> relativos às áreas declaradas (vegetação nativa, uso consolidado e corpo d'água) e não declaradas no CAR, de modo a estimar os quantitativos de áreas de preservação permanente e reserva legal declarada a recuperar em propriedades rurais no trajeto para formação de corredores ecológicos, considerando a relevância dessas áreas para a proteção dos serviços ecossistêmicos prestados pelo bioma Cerrado (ver apêndice D - Mapa de uso e cobertura do solo de área declarada e não declarada no CAR).

Segundo os argumentos apresentados por Stefanos *et al.* (2018), o conjunto de dados do CAR oferece contribuições e dados para estudos espacialmente explícitos do ambiente rural na paisagem do Brasil, permitindo uma análise com uma representação precisa da dinâmica do uso e da cobertura da terra no nível da propriedade. Essa argumentação vem ao encontro do objetivo da pesquisa quanto à análise da situação de uso e cobertura do solo para o estudo das condições de formação de corredor ecológico visando à interligação de remanescentes, em especial nas áreas de preservação permanente e de reserva legal em propriedades rurais e nas unidades de conservação ambiental no Caminho de Cora Coralina.

A apresentação dos dados coletados nesta fase da pesquisa está no Capítulo 2, em diálogo com a discussão teórica sobre conservação ambiental do Cerrado e corredores ecológicos no Caminho de Cora Coralina.

---

<sup>31</sup> Sicar (BRASIL, 2022c).

<sup>32</sup> O novo Código Florestal, define, em seu art. 29º, o CAR como um “registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento” (BRASIL, 2012).

## CAPÍTULO II

### 2 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO CERRADO E CORREDORES ECOLÓGICOS NO CAMINHO DE CORA CORALINA

*Eu sou o caule  
dessas trepadeiras sem classe,  
nascidas na frincha das pedras:  
Bravias.  
Renitentes.  
Indomáveis.  
Cortadas.  
Maltratadas.  
Pisadas.  
E renascendo.*

*(Trecho de poema de Cora Coralina no CCC)*

Este capítulo traz a revisão da literatura sobre a conservação ambiental. São apresentados conceitos, elementos e instrumentos fundamentais da conservação ambiental do bioma Cerrado: unidades de conservação ambiental, corredores ecológicos e sua importância para a conservação da diversidade biológica.

Na trilha dessa primeira abordagem teórica, traz-se o conceito de ecologia da paisagem (METZGER, 2001), que trata da noção integradora da paisagem entre as unidades naturais e culturais na busca pela resolução dos problemas ambientais.

O texto teórico, na primeira parte do capítulo, se complementa com os resultados da pesquisa referente ao mapeamento sobre as condições de formação de corredores ecológicos entre as propriedades rurais e as unidades de conservação ambiental no Caminho de Cora Coralina.

#### 2.1 Conservação ambiental e o bioma Cerrado

De acordo com Primack e Rodrigues (2001, p. 133), “a ação do homem tem levado muitas espécies a extinção” e, “desde 1600 cerca de 21% de todos os mamíferos do mundo e 1,3% das espécies de pássaros já se extinguíram. A taxa de extinção está se acelerando, e muitas espécies estão à beira da extinção. Mais de 99% das extinções da era moderna são atribuídas à ação humana”. Segundo Terborgh e Schaik (2002, p. 25), os especialistas estimam que as taxas de extinção estejam ocorrendo centenas de vezes mais rápido que as taxas na história dos

fósseis, chamada “taxa de extinção de fundo”, e que as atuais altas taxas anormais de extinção devem continuar pelo século XXI. Observam os autores:

a proteção real apenas foi obtida para 5% da terra e que existe uma ampla aceitação de que a humanidade tem a obrigação moral de dividir o planeta com as outras formas de vida, esta obrigação tem sido reconhecida por no mínimo 80% dos governos do mundo, sob a forma de áreas protegidas legalmente constituídas, porém o sistema global de conservação ainda precisa chegar a bom termo. (TERBORGH; SCHAİK, 2002, p. 25).

Cavalcanti (2006, p. 343) observa que “o objetivo de uma estratégia de conservação é munir a sociedade de mecanismos que permitam promover a proteção dos recursos naturais e sistemas biológicos com eficiência na mesma escala dos demais mecanismos de organização da paisagem em uso”, devido à forte pressão na extração de recursos biológicos nos ecossistemas terrestres e aquáticos ocasionada pela expansão dos ecossistemas antrópicos usados para produção agrícola, florestal e mineral, expansão urbana e industrial, infraestrutura de transporte, comunicação e geração de energia.

Segundo Terborgh e Schaik, (2002, p. 26), a conservação ambiental enfrenta dois desafios: o primeiro exige a necessidade de destinar mais áreas para a proteção da biodiversidade; e o segundo, a necessidade de que as áreas destinadas à conservação tenham proteção adequada contra as forças destrutivas (legais e ilegais). Os levantamentos de degradação significativa em áreas tropicais protegidas mostram as principais forças destrutivas em parques, em ordem de maior relevância, como caça ilegal, invasão por agricultura, exploração madeireira, pastoreio, rodovias, incêndios, mineração entre outros fatores (TERBORGH; SCHAİK, 2002, p. 27). Os autores enfatizam que é preciso implementar efetivamente os parques que já existem legalmente, principalmente nos trópicos, onde reside 75% ou mais da biodiversidade da terra.

Segundo Terborgh e Schaik (2002, p. 33) o lado benéfico da proteção dos parques está no valor da biodiversidade conservada e de seu valor perpétuo. Os benefícios fundamentais derivados da conservação da natureza são tanto econômicos (turismo e serviços prestados pelos ecossistemas como oferta de água limpa, ar puro e ciclagem geoquímica natural) como intangíveis, relacionados com a recreação, o bem-estar físico e o valor intrínseco da própria natureza (TERBORGH; SCHAİK, 2002, p. 33).

Nos anos 1980, o foco sobre áreas protegidas saiu do eixo individual e ganhou abordagem mais a nível regional, acrescentando a questão da manutenção da capacidade dos recursos naturais e da estabilidade ambiental aos objetivos mais tradicionalmente centrados no

bem-estar humano (MILLER, 1997). Isso incluiu a conservação de grandes áreas amostrais de ecossistemas em seu estado natural imperturbado para permitir a continuidade de processos evolutivos, migrações de animais e fluxos genéticos, assegurando a maior diversidade possível da rica ecologia tropical, e para assegurar a continuidade das várias regulamentações e funções do ambiente (AMBROZIO; HARTMANN, 2020, p. 209).

Segundo Miller (1997), no Brasil, como em outras partes do mundo, foram implementadas formas pragmáticas de conservação e desenvolvimento, que faziam sentido para as populações, a ciência e a natureza. Para o autor, com políticas e incentivos adequados, os governos e as comunidades locais podem efetivamente planejar e pôr em execução programas de manutenção e restauração de recursos naturais, ao mesmo tempo que promovem seus meios de vida. Para o autor, é urgente o estabelecimento de novas políticas. Para tanto, apresenta o significado de biorregião, como uma nova abordagem ecossistêmica: “biorregião denota um espaço geográfico que abriga integralmente um ou vários ecossistemas. Caracteriza-se por sua topografia, cobertura vegetal, cultura e história humana, sendo assim identificável por comunidades locais, governos e cientistas” (MILLER, 1997, p. 18).

A conservação da natureza tem sido, em grande parte, um processo alternadamente chamado de “*ad hoc*”, “aleatório” e “oportunista”, o que deixou os sistemas de áreas protegidas pouco representativos, com áreas pequenas demais e fragmentadas, ameaçando severamente a diversidade biológica do ambiente natural (AMBROZIO; HARTMANN, 2020, p. 217). As estratégias de planejamento da conservação para a proteção de recursos naturais no Brasil foram desenvolvidas por meio de experiências de *wokshops* de prioridade de conservação realizados na década de 1990.

Cavalcanti (2006, p. 347) explica “com base no workshop para a Mata Atlântica do Nordeste e no Workshop 90, foi estabelecida uma metodologia adotada de forma consistente para todos os demais exercícios”, que consistia resumidamente nas etapas de coleta de dados mapeados em sistema georreferenciado sobre a região-alvo; definição dos grupos temáticos e consultores para avaliar as prioridades de conservação; integração das informações coletadas nos grupos temáticos em mapas de cobertura vegetal, unidades de conservação, pressão antrópica, inventário científico e distribuição de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção; realização do *workshop* e apresentação dos resultados na forma de mapa, sumário executivo e publicações.

Cavlcanti (2006, p. 347) observa que, “em 1993, o governo federal decidiu adotar essa metodologia para gerar a lista oficial de áreas prioritárias de conservação em todo o Brasil, no âmbito do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade”. Entre os resultados

alcançados, destaca-se a criação de 1,5 milhões de hectares em áreas protegidas do Cerrado, a criação de novas UCs particulares na Mata Atlântica e a ampliação do sistema de áreas protegidas na Amazônia.

Nesse contexto, como parte do arcabouço legal e político para a gestão do ambiente global, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)<sup>33</sup>, um dos principais resultados da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (a Eco-92), realizada em 1992, no Rio de Janeiro, definiu critérios de conservação *in situ*, destacando a importância da promoção do desenvolvimento sustentável no entorno de áreas protegidas, a fim de reforçar a proteção dessas áreas, a recuperação e a restauração de ecossistemas degradados, bem como promover a recuperação de espécies ameaçadas, mediante a elaboração e a implementação de planos e outras estratégias de gestão.

Medina (1997, p. 262) informa que, durante a Rio 92, foram ainda estabelecidos os planos e as estratégias de educação ambiental<sup>34</sup> rumo à sustentabilidade urbana e rural, assim como o documento denominado Agenda 21,<sup>35</sup> um dos principais resultados da conferência, o qual considera em seus preceitos:

deve-se promover, com a colaboração apropriada das organizações-não-governamentais, inclusive as organizações de mulheres e de populações indígenas, todo tipo de programas de educação de adultos para incentivar a educação permanente sobre meio ambiente e desenvolvimento, centrando-se nos problemas locais. (MEDINA, 1997, p. 262).

Em relação às ações voltadas para a conservação da biodiversidade do bioma Cerrado e para enfrentar as ameaças que o bioma vem sofrendo nas últimas décadas, inúmeras iniciativas e movimentos sociais vêm sendo desenvolvidos pela sociedade civil, em parceria com ONGs, instituições internacionais e governos, visando à formação de redes com o objetivo de promover melhores condições de vida para as populações rurais que vivem e dependem de seus ecossistemas e propiciar a resolução dos problemas ambientais.

---

<sup>33</sup> Promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998 (BRASIL, 1998a).

<sup>34</sup> A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, Geórgia, no ano de 1977, estabelece que a educação ambiental é um elemento essencial para uma educação global, orientada para a resolução de problemas por meio da participação ativa dos educandos na educação formal e não formal, em favor do bem-estar da comunidade humana. A esse respeito, ver Medina (1997).

<sup>35</sup> Em cumprimento às recomendações da Agenda 21 e aos preceitos constitucionais, no ano de 1994 é aprovado no Brasil o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea), que prevê ações nos âmbitos da Educação Ambiental formal e não formal” (MEDINA, 1997, p. 262). Em seguida, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea), que define, em seu artigo 1º, educação ambiental: “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

No ano de 1992, durante a realização da Eco-92, foi criada a Rede Cerrado, que se destina a estabelecer a troca de experiências e informações que resultem na conservação e no desenvolvimento sustentável do Cerrado e na defesa e na promoção dos seus ecossistemas e de suas populações humanas a partir da assinatura do Tratado dos Cerrados (REDE CERRADO, 2021).

O Cerrado, o segundo maior bioma da América do Sul, ocupa cerca de 23% do território brasileiro, sendo considerado o berço das águas no Brasil, por abrigar as nascentes das três maiores bacias hidrográficas, Tocantins-Araguaia, São Francisco e Paraná. Apresenta rica biodiversidade representada por mais de 12 mil espécies de plantas, das quais 40% endêmicas, e mais de 2,5 mil espécies de animais vertebrados (RIBEIRO *et al.*, 2022).

Em relação às ameaças diretas ao Cerrado, devido à transformação do bioma na mais importante região do agronegócio no Brasil, com forte impacto sobre os remanescentes de vegetação natural, com apenas 21,3%, ainda intactos e conservados, projeções apontam que os maiores índices na produção agrícola do País, nas próximas décadas, ocorrerão nesse bioma (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2005).

Segundo Brito (2012, p. 39), a exploração de atividades agrícolas e pecuárias nas áreas de Cerrado tem ocasionado a fragmentação dos seus ecossistemas, devido a desmatamentos, queimadas e focos de incêndio, que pressionam áreas com cobertura vegetal remanescentes e a vida de animais silvestres, motivo de grande preocupação dos ambientalistas. Primack e Rodrigues (2001) chamam a atenção para os perigos da fragmentação de habitats, entendido como processo pelo qual uma grande área contínua é reduzida e dividida em dois ou mais fragmentos: “Tal fragmentação pode levar à rápida perda das espécies que ainda restam, uma vez que cria barreiras para o processo natural de dispersão, colonização e alimentação. As condições ambientais nos fragmentos podem se alterar, e pestes podem se tornar mais comuns” (PRIMACK; RODRIGUES, 2001, p. 133).

Apesar de o bioma Cerrado ser considerado um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade, a partir de 2000, os pesquisadores já alertavam sobre os índices elevados de sua destruição. Brito (2012, p. 43) alerta sobre o aumento expressivo do desmatamento no Cerrado devido ao avanço da fronteira agrícola, da mineração, dos incêndios florestais e de projetos de desenvolvimento.

Dias e Miziara (2021), informam que o bioma Cerrado não está incluso no rol de patrimônios nacionais da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 4º, apesar das diversas tentativas dos legisladores desde 1995 até 2010, por meio do total de oito propostas de emenda à Constituição (PECs), de diferentes parlamentares, estados e partidos. Segundo os autores,

embora o Cerrado seja um bioma de grande proporção, ficando atrás apenas da Floresta Amazônica, com várias espécies endêmicas e muitas ameaçadas de extinção, mesmo sendo considerado um *hotspot*, e por isso alvo de estudos científicos internacionais e nacionais, sobre sua importância ecológica; a legislação brasileira não o engloba dentre os biomas protegidos explicitamente na lei maior. (DIAS; MIZIARA, 2021, p. 337).

Franco, Ganem e Barreto (2016), com base nas informações constantes do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (Cnuc) (BRASIL, 2022b), esclarecem que apenas 8,6% de território no bioma Cerrado está legalmente protegido por unidades de conservação, sendo 3,1% de unidades de conservação de proteção integral e 5,5% de unidades de conservação de uso sustentável.<sup>36</sup> Em relação à conservação da biodiversidade do Cerrado, os autores concluem que

o bioma Cerrado constitui um mosaico bastante variado de fitofisionomias e requer um sistema abrangente e diversificado de áreas protegidas para garantir a conservação de sua diversidade biológica. O número reduzido de UCs, juntamente com a expansão das áreas desmatadas, compromete a proteção desse bioma. Existe um problema grave nisso, pois as UCs, especialmente as de proteção integral, são as zonas-núcleo das políticas de conservação da biodiversidade. É a partir delas que se estruturam as ações conservacionistas de cunho mais amplo, como a reserva da biosfera e os corredores de biodiversidade. (FRANCO; GANEM; BARRETO, 2016, p. 80).

Apesar dos níveis reduzidos de proteção registrados no Cerrado, vastas áreas do bioma são convertidas legalmente para cultivos e pastagens, ampliando ainda mais a fragmentação dos remanescentes, deixando-os suscetíveis aos efeitos de borda, que acarretam perda de biodiversidade e comprometimento de suas funções ecológicas. Portanto é de extrema urgência a adoção de medidas para garantir sua sustentabilidade e o bem-estar das populações que nele residem (CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND, 2018, p. 29).

Em relação aos estudos aplicados para a resolução de problemas ambientais, Metzger (2001) propõe uma noção integradora de paisagem, contemplando as interações espaciais entre as unidades culturais e naturais. Para tanto, apresenta o conceito de ecologia de paisagens que permite “a integração da heterogeneidade espacial e do conceito de escala na análise ecológica”. Explica o autor que a ecologia da paisagem é marcada por duas abordagens, “a geográfica, que privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território; e outra

---

<sup>36</sup> A Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Snuc, define unidades de conservação divididas em dois grupos, com características específicas: unidades de proteção integral, que tem por objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nessa lei; unidades de uso sustentável, que tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

ecológica, que enfatiza a importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos e a importância destas relações em termos de conservação biológica” (METZGER, 2001, p. 1).

Em seguida, argumenta que é preciso considerar a paisagem como um todo, considerando as interações espaciais entre as unidades culturais e naturais, de modo a incluir o homem no sistema de análise. Para tanto, esclarece que

a ecologia da paisagem na abordagem geográfica, procura entender as modificações estruturais, e, portanto, funcionais trazidas pelo homem no mosaico como um todo, incorporando de forma explícita toda a complexidade das inter-relações espaciais de seus componentes, tanto naturais como culturais. Na abordagem ecológica, apesar de focar mais nas unidades “naturais”, mais uma vez a ecologia da paisagem situa-se na escala correta para responder aos principais problemas ambientais, tanto relacionados à fragmentação de habitats quanto ao uso inadequado dos solos e da água. (METZGER, 2001, p. 7).

### *2.1.1 Unidades de conservação ambiental*

Pereira e Scardua (2008, p. 81) destacam o capítulo da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a norma-princípio referente ao meio ambiente, em seu artigo 225, “enunciativa do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Dentre os deveres impostos a coletividade e ao poder público para a efetividade desse direito, a Constituição estabelece o dever de definir os espaços territoriais a serem especialmente protegidos, de alteração e supressão permitidas somente por lei, disposto no artigo 225, parágrafo 1º, inciso III (BRASIL, [2022a]).

Nas últimas décadas, inúmeras leis, políticas públicas e programas foram desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) voltados para proteção e conservação dos biomas brasileiros, culminando com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, sendo estabelecido o conceito de unidade de conservação:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, a qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

As unidades de conservação integrantes do Snuc são divididas em dois grupos: unidades de proteção integral (estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio de vida silvestre) e unidades de uso sustentável (área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, florestal nacional, reserva extrativista, reserva da fauna, reserva

de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural) (BRASIL, 2000). “Esta lei concebeu dispositivos que regulam as complexas relações entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente, propiciando a adequada preservação de significativos e importantes remanescentes dos biomas brasileiros, considerando seus aspectos naturais e culturais” (BRASIL, 2004).

O Snuc, além de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, apresenta uma extensa relação de conceitos básicos, entre eles, o de conservação da natureza, descrito em seu artigo 2º, inciso II:

o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. (BRASIL, 2004, p. 7).

O art. 11 da Lei Snuc estabelece a categoria de Parque, unidade de conservação ambiental de proteção integral de posse e domínio públicos, que tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2004).

Franco (2015, p. 169) informa que “os primeiros parques foram criados nos Estados Unidos, com exemplo, o Parque Nacional Yosemite, na Califórnia em 1864, e o Parque Nacional de Yellowstone em 1872”. No Brasil, o primeiro parque nacional foi criado em 1937, o denominado Parque Nacional do Itatiaia, com objetivo de proteção à natureza, visitação turística, lazer e pesquisa científica. O autor, ainda, expõe sobre as deficiências no desenvolvimento do turismo de natureza do Brasil: “falta de infraestrutura e de planejamento de médio e longo prazos” (FRANCO, 2015, p. 169).

Segundo Terborgh e Schaik (2002, p. 34), os parques são, na atualidade, altamente populares nos países ricos como EUA, Canadá, Austrália. Ao contrário, explica que, nos países em desenvolvimento, os parques são ainda pouco conhecidos, necessitando amadurecimento do assunto. Ressalta que existe uma tendência inegável no sentido de aumentar a utilização de parques em todo o mundo, com ênfase para as populações urbanas que procuram por oportunidades de recreação e de redução do estresse da vida urbana. E explica: “conforme outros países forem se desenvolvendo e se tornando mais prósperos e com maiores índices de

urbanização, os parques devem receber um maior número de visitantes e maior apoio popular, independente das características culturais desses países” (TERBORGH, SCHAIK, 2002, p. 35).

As categorias de unidades de conservação em escalas maiores, que abrangem regiões inteiras, são as APAs<sup>37</sup> e as reservas da biosfera.<sup>38</sup> As categorias de APA e de reserva da biosfera incluem sistemas de áreas protegidas nucleares, isoladas em locais circundados por áreas de amortecimento e ligadas dentro e entre regiões por corredores ecológicos que permitem movimentos naturais, incluindo a dispersão de espécies extensas para fluxo genético entre populações e para a migração de espécies animais em resposta às alterações climáticas.

A categoria APA pode ser constituída de terras públicas e privadas, cabendo ao respectivo proprietário estabelecer as condições de utilização referentes a visitação pública e pesquisa científica, observando os aspectos legais. Já a RPPN<sup>39</sup> é uma área privada, gravada com perpetuidade na matrícula do imóvel, com o objetivo simples de conservar a diversidade biológica, sendo permitido a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais (BRASIL, 2000).

As RPPNs são de grande relevância ambiental no contexto atual de degradação dos ecossistemas brasileiros, por contribuírem para a ampliação de áreas protegidas no país e para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, além de possibilitarem a formação de corredores ecológicos (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2020). No estado de Goiás e no Distrito Federal, a soma da área protegida por unidades de conservação de uso sustentável dentro do bioma Cerrado é de 15.766,85 km<sup>2</sup>, e, em relação as quantidades totais protegidas pelas APAs e pelas RPPNs, são, respectivamente, 14.787,94 km<sup>2</sup> e 358,90 km<sup>2</sup> (BRASIL, 2020).

Considerando os territórios, do GO e do DF, no Estado de Goiás, as RPPNs<sup>40</sup> ocupam uma área de 39.779,71 hectares e totalizam 92 unidades; e, no Distrito Federal, totalizam uma área de 144,50 hectares em 6 unidades (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2019). Ainda em relação às unidades de conservação no estado de

---

<sup>37</sup> A Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental (BRASIL, 1981).

<sup>38</sup> O conceito surgiu, em 1968, na Conferência sobre a Biosfera, organizada pela Unesco. O Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei Snuc, define, em seu art. 41, reserva da biosfera como um modelo de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, que tem por objetivos básicos a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento da pesquisa científica, para aprofundar o conhecimento dessa diversidade biológica, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações (BRASIL, 2004).

<sup>39</sup> Sobre RPPN, ver Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2012).

<sup>40</sup> INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, [20--].

Goiás, Soares *et al.* (2017) esclarecem que algumas UCs não apresentam plano de manejo, entre elas, citam a APA da Serra dos Pirineus e o Parque Estadual dos Pirineus, e ressaltam que

a ausência de um Plano de Manejo eficiente para as UCs, não garante a total conservação dos recursos naturais, pois não se faz eficiente na fiscalização e conscientização, além de expor o bioma Cerrado a problemas sérios que leva a diminuição da biodiversidade e, até, a extinção de espécies endêmicas. (SOARES *et al.* 2017, p. 7).

Portanto observa-se a necessidade de investimento e de mais esforços na criação e gestão de unidades de conservação de uso sustentável, pois é considerada excelente estratégia para a proteção ambiental e para a adequada prestação dos serviços ecossistêmicos e, assim, contribuir para o pleno desenvolvimento rural, em consonância com a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade do bioma Cerrado.

### 2.1.2 Corredores ecológicos

O conceito de corredores ecológicos apresenta-se definido no art. 2º do Snuc, inciso XIX:

porções de ecossistemas naturais e seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para a sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais. (BRASIL, 2004, p. 9).

Para Cavalcanti (2006), os mecanismos institucionais relacionados à declaração dos corredores combinam os instrumentos de política com o engajamento das instituições da sociedade que podem influir nas atividades de conservação no campo. Assim, o autor considera que o objetivo principal é manter a integridade da paisagem regional em conjunto, numa escala maior que a simples administração das áreas protegidas individuais. Ele acrescenta que

O mundo temperado já foi antropizado, restando as terras tropicais e de altas altitudes, como o Brasil com as mais importantes frentes de florestas, água doce e savanas tropicais. [...] O grande obstáculo continua sendo a fragilidade institucional aliada à pressão econômica e populacional, caracterizando a erosão contínua das áreas mesmo nominalmente protegidas. (CAVALCANTI, 2006, p. 352).

Cavalcanti (2006), ainda, apresenta a definição de corredor de biodiversidade:

São grandes polígonos contíguos de escala regional, que incluem ecossistemas e espécies prioritárias para a conservação de determinado bioma e onde áreas protegidas estão conectadas entre si na matriz da paisagem. A definição dos limites dos corredores é dada por critérios de inclusão de biodiversidade e pela eficácia do desenho do corredor como unidade de planejamento da paisagem. (CAVALCANTI, 2006, p. 349).

Os corredores como parte da política de conservação no Brasil foram propostos por Ayres *et al.* (2005), dentro do Programa Piloto para as Florestas Tropicais (PP-G7).<sup>41</sup> Os autores mencionam que o conceito de corredores ecológicos permite

o incremento do grau de conectividade entre as áreas naturais remanescentes, sob diferentes categorias de proteção e manejo, através de estratégias de fortalecimento e expansão do número de unidades de conservação, incluindo-se aqui as RPPNs, além da recuperação de ambientes degradados, quando considerado compatível. (AYRES *et al.*, 2005, p. 31).

Cabe salientar que a Lei do Snuc estabelece, em seu art. 25, que “As unidades de conservação, exceto APA e RPPN, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos” (BRASIL, 2004, p. 22). Em relação à constituição de um mosaico, essa lei considera, em seu art. 26. que,

quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (BRASIL, 2004, p. 22-23).

O Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta os artigos da Lei Snuc, define, em seu art. 11, que os corredores ecológicos, reconhecidos em ato do MMA, integram os mosaicos para fins de sua gestão e que, na ausência de mosaico, o corredor ecológico que interliga unidades de conservação terá o mesmo tratamento da sua zona de amortecimento (BRASIL, 2004).<sup>42</sup>

Segundo Brito (2012, p. 158), a conectividade entre ecossistemas remanescentes é condição básica para o estabelecimento de corredores ecológicos, visando ampliar os esforços

<sup>41</sup> Foram designados sete corredores, cinco na Amazônia e dois na Mata Atlântica, e, posteriormente, em todos os biomas, com destaque, para o Corredor Central da Amazônia, o Corredor Central da Mata Atlântica e o Corredor Cerrado-Pantanal (CAVALCANTI, 2006).

<sup>42</sup> A Lei Snuc define, em seu art. 2º, inciso XVIII, zona de amortecimento como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, como o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2000).

da conservação. Destaca que o Corredor Ecológico do Cerrado Paranã-Pireneus (DF/GO/TO) foi estabelecido com o objetivo de assegurar a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais e a equidade na distribuição das riquezas derivadas do patrimônio natural. Entre seus objetivos, estão

o ordenamento territorial para disciplinar o uso dos recursos naturais, identificar áreas relevantes para conservação, implementar o controle ambiental na região, desenvolver pesquisas em biodiversidade e manejo de recursos naturais e implantar e incentivar programa de educação na região. (BRITO, 2012, p. 159).

Pimentel entende que o Distrito Federal e os municípios de seu entorno constituem uma biorregião<sup>43</sup> e que se deve levar em consideração essa condição para se estabelecer programas, projetos e ações para a conservação da biodiversidade, como a estratégia de implementação de corredores ecológicos e mosaico de UCs. A autora considera que “essa postura é fundamental à integração de políticas de modo a minimizar conflitos institucionais que se interpõem ao alcance de objetivos comuns, dispersam energia e recursos e retardam o desenvolvimento regional” (Pimentel, 2007, p. 155).

## 2.2 Os corredores ecológicos no Caminho de Cora Coralina

Esta etapa da pesquisa teve por objetivo registrar os dados obtidos a partir dos mapas de uso e cobertura do solo em área que incide sobre os trechos pesquisados do percurso do Caminho, trechos 2 (Salto do Corumbá-Parque Estadual dos Pireneus), 3 (Parque Estadual dos Pireneus-Pirenópolis) e 4 (Pirenópolis-Fazenda Caxambu). Foi possível identificar as condições dos corredores ecológicos por meio da interligação de remanescentes de vegetação nativa entre propriedades rurais e as unidades de conservação ambiental na APA da Serra dos Pireneus e entorno.

A APA da Serra dos Pireneus,<sup>44</sup> onde está presente o Caminho de Cora Coralina, situa-se na área de abrangência da Ride-DF e na área do Corredor Ecológico Paranã-Pireneus,<sup>45</sup> no

---

<sup>43</sup> A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) define biorregião como uma área geográfica que contém um ou mais ecossistemas e cujos limites são definidos pelos limites dos sistemas ecológicos e das comunidades humanas (CAMPOS, 2011).

<sup>44</sup> O Decreto nº 5.174/2000, dispõe sobre a criação da APA dos Pireneus e dá outras providências (GOIÁS, 2000).

<sup>45</sup> “A região abrangida pelo Corredor Ecológico Paranã-Pireneus representa uma das últimas grandes áreas do cerrado ainda conservado, incluindo grande parte do Vale do Rio Paranã e as nascentes dos Rios das Almas e Corumbá, formadores das Bacias dos Rios Tocantins e Paranã. Além disso, esta região representa 5% de todo o cerrado (36% para o estado de Goiás), sendo considerada uma das áreas prioritárias para a conservação deste bioma” (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2005, p. 5).

interior do estado de Goiás. Segundo Pimentel (2007, p. 85) “o esforço de preservação dessa porção do Cerrado teve início ainda com a criação da APA do Planalto Central”. Esse corredor abrange áreas importantes para a conservação da biodiversidade por meio da conexão de diversas unidades de conservação. Esse corredor foi proposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), estende-se por cerca de 10 milhões de hectares do Planalto Central e abrange uma considerável porção do bioma Cerrado (PIMENTEL, 2007, p. 85).

De acordo com Primack e Rodrigues (2001, p.201), “a categoria APA permite o uso tradicional não destrutivo do ambiente pela população local, com destaque para as áreas de relevância em função de suas características naturais e culturais, bem como oferecem oportunidades especiais para turismo e recreação”. Apesar de protegida por lei, identificou-se que os três trechos da pesquisa em análise apresentam problemas ambientais decorrentes da fragmentação de remanescente de vegetação natural no meio rural, devido ao avanço contínuo do uso e ocupação do solo por pastagem e agricultura, ocasionando perda de biodiversidade, comprometendo as funções ecológicas e a capacidade de produção de água, entre outros serviços ecossistêmicos prestados pelo Cerrado.

Ribeiro *et al.* (2022) apresentam a definição de serviços ecossistêmicos:

os serviços prestados pelos ecossistemas naturais e as espécies que os compõem, e que sustentam as condições para a existência humana na terra. Esses serviços estão relacionados às funções ecossistêmicas do planeta, como a ciclagem de nutrientes, a regulação de gases na atmosfera, regulação climática e do ciclo da água. (RIBEIRO *et al.*, 2022).

A publicação recente da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA),<sup>46</sup> em seu art. 2º, definiu serviços ecossistêmicos, como os benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, bem como definiu serviços ambientais e classificou os tipos de serviços ecossistêmicos (provisão, suporte, regulação e culturais) (BRASIL, 2021a).

A valoração dos serviços ecossistêmicos prestados por áreas conservadas pode favorecer projetos, programas e ações para se evitar a fragmentação de habitats, bem como fomentar a conservação sistêmica da paisagem por meio do reconhecimento de iniciativas que

---

<sup>46</sup> A Lei nº 14.119/2021, em seu art. 2º, define, ainda, ecossistemas (complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microrganismos e o seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funciona) e serviços ambientais (atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos).

favoreçam a manutenção ou a recuperação dos serviços ecossistêmicos por meio de retribuição monetária ou não monetária (BRASIL, 2021a).

Considerou-se, para análise do uso e cobertura do solo sobre a faixa estimada de 100 metros de largura do Caminho de Cora Coralina, nos trechos analisados, as tipologias adotadas na *Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil* do Projeto MapBiomias (2021a), com predomínio na área de estudo: 1) florestal (formação florestal e formação savânica); 2) formação natural não florestal (formação campestre e campo alagado); 3) agropecuária (pastagem e mosaico de agricultura e pastagem); e 4) área não vegetada (área urbanizada e outras áreas não vegetada).

O levantamento dos mapas e imagens georreferenciadas abrange a extensão de 71,50 km para análise da situação de formação do corredor ecológico nos trechos iniciais do Caminho (Trecho 2, 3 e 4), em torno de 24% do percurso, com extensão total de 302 km (ver apêndices C e D). Segue apresentado na Tabela 4 abaixo os dados de resumo de uso e cobertura do solo sobre a faixa de 100 metros de largura que incide nos trechos iniciais (2, 3 e 4) do Caminho, com resultados em hectares (ha), a partir dos dados obtidos na *Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil* do Projeto MapBiomias (2021a).

**Tabela 4 – Uso e cobertura do solo nos trechos iniciais do Caminho de Cora Coralina, com resultados apresentados em hectares (ha), com base nos dados da *Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil* – Projeto MapBiomias (2021a)**

Área municipal	Campo alagado	Mosaico de agricultura e pastagem	Pastagem	Formação savânica	Formação Florestal	Formação campestre	Área urbana	Área não vegetada	Area total
<b>Trecho 2</b>									
(ha)	4,71	28,12	35,12	20,05	3,36	42,25	0,00	0,94	134,5
<b>Trecho 3</b>									
(ha)	1,51	17,72	19,88	82,99	31,99	44,74	15,99	1,30	216,1
<b>Trecho 4</b>									
(ha)	0,84	52,37	122,67	18,49	52,37	0,00	25,21	8,12	280,1
<b>Total</b>	7,06	98,22	177,67	121,52	87,72	86,99	41,20	10,36	630,7

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022) a partir do Projeto MapBiomias (2021a).

Os dados apresentados na tabela 4 demonstram os usos e a cobertura do solo predominantes na área de estudo visando à análise da situação para formação de corredor

ecológico nos três trechos iniciais do Caminho com área total de 630,70 hectares: 1) florestal (87,72 hectares de formação florestal e 121,52 hectares de formação savânica); 2) formação natural não florestal (86,99 hectares de formação campestre e 7,06 hectares de campo alagado); 3) agropecuária (177,52 hectares de pastagem e 98,22 hectares de mosaico de agricultura e pastagem); e 4) área não vegetada, sendo 41,20 hectares de área urbanizada e 10,36 hectares de outras áreas não vegetada).

Apresenta-se a seguir a tabela 5 resumo de uso e cobertura do solo sobre a faixa de 100 metros de largura que incide nos trechos iniciais (2, 3 e 4) do Caminho, com resultados em percentual (%), a partir dos dados obtidos na *Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil* do Projeto MapBiomias (2021a). Para a realização de estudo complementar, foram elaboradas as tabelas 6, 7 e 8 com base nos dados públicos declarados no CAR<sup>47</sup> (BRASIL, 2022c), sendo apresentados na sequência da análise dos dados obtidos na *Coleção 6* do Projeto MapBiomias (2021a).

**Tabela 5 – Uso e cobertura do solo nos trechos iniciais do Caminho de Cora Coralina, com resultados em percentual (%), com base nos dados da *Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil* – Projeto MapBiomias (2021a)**

Área municipal	Campo alagado	Mosaico de agricultura e pastagem	Pastagem	Formação savânica	Formação Florestal	Formação campestre	Área urbana	Área não vegetada
<b>Trecho 2 (%)</b>	3,5	20,9	26,1	14,9	2,5	31,4	-	0,5
<b>Trecho 3 (%)</b>	0,7	8,2	9,2	38,4	14,8	20,7	7,4	0,6
<b>Trecho 4 (%)</b>	0,3	18,7	43,8	6,6	18,7	-	9	1,2

Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir do Projeto MapBiomias (2021a).

A análise dos dados obtidos a partir do Projeto MapBiomias (2021a), conforme os resultados apresentados em percentual (%) na tabela 5, permitiu a identificação das diferentes classes predominantes nos trechos analisados, classificados basicamente em remanescentes de

<sup>47</sup> Sicar (BRASIL, 2022c).

vegetação nativa (florestal e não florestal) e uso consolidado (agropecuária e áreas não vegetadas).

Os dados apresentados na tabela 5, revelam nítida distinção das paisagens que predominam no interior da APA Serra dos Pireneus e entorno. O trecho 2 apresenta percentuais semelhantes quanto a ao uso e ocupação solo por remanescentes de vegetação nativa do bioma Cerrado (formação savânica, florestal e campestre), que totalizam 48,8%, ocupando a área de 65,66 hectares em relação as paisagens formadas por pastagem e mosaico de agricultura e pastagem, com 47%., que totalizam 63,24 hectares.

A formação campestre representa a formação vegetal predominante nas paisagens rurais conservadas situadas no trecho 2, com 31,4%, seguida pelo uso e pela cobertura do solo antrópico com pastagem, com 26,1%. Pode-se identificar a maior ocupação por campos alagados nesse trecho em relação aos demais trechos, com 3,5%.

No trecho 3, ocorrem os menores índices de uso e cobertura do solo por pastagem e mosaico de agricultura e pastagem, com 17,4%, e os maiores índices relativos as áreas com remanescentes de vegetação nativa do bioma Cerrado, que totalizam 73,90%, ocupando a área de 159,72 hectares, incidem em área do PEP e do Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus. Nesse trecho, estão as 14 RPPNs, que ocupam uma área de 88,62 hectares, integradas e conectadas às áreas conservadas do PEP, com 2.833,26 hectares. A área urbanizada no trecho 3 corresponde a 7,4%.

Os maiores índices de ocupação por remanescentes de vegetação natural do Cerrado nos trechos analisados correspondem a formação savânica no trecho 3 (PEP-Pirenópolis), com 38,4%, caracterizando a formação vegetal predominante nas regiões protegidas pelo parque e pelo Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus.

No trecho 4, situado no entorno dos limites da APA, desprovido em parte por legislação protetora para o disciplinamento do uso do solo, apresenta característica diferenciada quanto ao uso e à cobertura do solo em relação aos demais trechos em análise (trechos 2 e 3), com maior intensificação de áreas ocupadas por pastagem e mosaico de agricultura e pastagem, que totalizam 62,5%., ocupando a área de 175,04 hectares. Nesse trecho pode-se observar o declínio dos remanescentes de vegetação natural, com apenas 25,3%, representados por formação savânica e florestal, e sem representação de formação campestre, portanto, percurso com maior incidência de degradação ambiental e de perda de biodiversidade, em decorrência do desmatamento e das queimadas para abertura de áreas para formação de pastagem e para agricultura.

A ocupação por pastagem no trecho 4 atinge o índice máximo em relação aos demais trechos em análise, com 43,8%, além da redução expressiva dos remanescentes de vegetação natural do bioma Cerrado, devido à ocupação de áreas com uso intensivo por atividades agropecuárias (ver imagens constantes no apêndice E).

Conforme apontam Terborgh e Schaik (2002), entre as principais forças destrutivas da natureza estão a agricultura e o pastoreio. Segundo Brito (2012, p. 39), a exploração de atividades agrícolas e pecuárias nas áreas de Cerrado tem ocasionado a fragmentação dos seus ecossistemas, o que considera um problema ambiental sério e de grande motivo de preocupação dos ambientalistas “tanto no que tange ao empobrecimento de espécies animais e vegetais, como pela redução do hábitat natural que leva ao isolamento de manchas de hábitat, que acaba influenciando na alteração da variação de espécies da flora e fauna”.

Shiki, Shiki e Rosado (2015) também comentam sobre a problemática ambiental no Brasil, devido às práticas de degradação florestal pelo uso intensivo do solo em atividades agrícolas e de pecuária no meio rural:

Esta prática de uso da terra e degradação florestal constitui na atualidade o maior problema ambiental brasileiro, responsável pela emissão de gases de efeito estufa, causadora de mudanças do clima. Neste processo, há décadas o Brasil vive um estado de conflito de ocupação de áreas de fronteira e áreas consolidadas, de natureza ambiental, social, fundiária e econômica, envolvendo grandes fazendeiros, agricultores familiares e povos indígenas e tradicionais da floresta, de equacionamento complexo e multifacetado. (SHIKI; SHIKI; ROSADO, 2015, p. 283).

Por outro lado, em análise do uso e da cobertura do solo no trecho 4, pode-se observar expressiva representação de remanescente de vegetação nativa por formação florestal, com 18,7%, por incidir sobre a região preservada da Serra de Caxambu com mais de mil metros de altitude, entre a Fazenda Caiçara e a Fazenda Caxambu. A área urbanizada no trecho 4 corresponde a 9%.

Em resumo, os dados apresentados na tabela 4 demonstram uma redução significativa nas áreas ocupadas por pastagem nas paisagens rurais no interior da APA, com percentuais variando entre 26,1% no trecho 2 e 9,2% no trecho 3, e a intensificação dos percentuais fora dos limites da APA, com 43,8% no trecho 4.

Os resultados da análise dos dados do Projeto MapBiomas (2021a) demonstram a importância da APA da Serra dos Pirineus e do Parque Estadual dos Pirineus para a proteção dos remanescentes de vegetação natural e por consequência de seus recursos hídricos,

favorecendo o disciplinamento de atividades agrícolas e econômicas locais e a criação de RPPNs.

Portanto esta análise possibilitou identificar os benefícios advindos da criação de unidades de conservação no meio rural para a conservação dos remanescentes de vegetação natural, representada pelas diversas formações do bioma Cerrado no interior e no entorno das áreas protegidas do Parque Estadual dos Pireneus, bem como nas proximidades do Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus.

Cabe destacar a iniciativa da sociedade civil de formação do Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus no município de Pirenópolis, por meio da Associação dos Moradores do Córrego da Barriguda e Cabeceira do Rio Das Almas (Abra), como exemplo a ser replicado para a conservação ambiental do bioma Cerrado, visando favorecer a formação de corredores ecológicos no Caminho de Cora Coralina por meio da interligação de remanescentes de vegetação natural entre propriedades rurais.

Como informação complementar quanto ao uso e à cobertura do solo no Caminho, realizou-se o estudo dos dados públicos declarados no CAR, relativos às áreas declaradas (vegetação nativa, uso consolidado e corpo d'água) e não declaradas no CAR, de modo a estimar os quantitativos de áreas de preservação permanente e reserva legal declaradas e a recuperar em propriedades rurais no CCC, visando à interligação dos remanescentes de vegetação natural para a formação de corredores ecológicos, bem como considerando a relevância dessas áreas para a proteção dos serviços ecossistêmicos prestados pelo bioma Cerrado.

A análise a partir dos dados declarados no CAR possibilitou identificar as classes de uso e cobertura do solo, para a faixa que incide no Caminho em propriedades rurais com declaração no CAR, classificadas por remanescentes de vegetação nativa, por uso consolidado corpo d'água, além de possibilitar a quantificação das áreas protegidas (APP e RL) e que necessitam de recuperação ambiental nos imóveis rurais. Apresentam-se a seguir as tabelas 6, 7 e 8, contendo os dados declarados e não declarados no CAR para os três trechos em análise.

**Tabela 6 – Uso e cobertura do solo em faixa de 100 metros nos trechos 2 a 4 do Caminho de Cora Coralina, com apresentação das áreas declaradas no CAR em hectares (vegetação nativa, uso consolidado e corpo d'água) e área não declarada**

Trecho	Área total (ha)	Vegetação nativa (ha)	Uso consolidado (ha)	Corpo d'água (ha)	Área não declarada (ha)
2	134,7	40,8	5,0	0,4	88,5

3	216,1	48,4	34,5	4,6	128,6
4	280,1	39,4	92,4	1,0	147,3
Total	630,9	128,6	131,9	6,0	364,4

**Fonte:** elaborada pela autora (2022) a partir Brasil (2022c).

Os dados relativos à área declarada (vegetação nativa, uso consolidado e corpo d'água) e não declarada no CAR apresentados na tabela 6 totalizam uma faixa de 630,9 hectares para a formação de corredores ecológicos nos trechos 2 a 4. Sendo 266,50 hectares de área declarada no CAR, correspondente a 42,24 % da área total, contendo 128,60 hectares com remanescente de vegetação nativa, 131,90 hectares com uso consolidado, e uma mínima porção ocupada por corpo d'água de 6 hectares. A área não declarada no CAR<sup>48</sup> totaliza 364,4 hectares.

A tabela 7 apresenta os resultados coletados em percentual (%) das áreas em hectares declaradas no CAR com vegetação nativa, com uso consolidado e ocupada por corpo d'água, bem como a área não declarada no CAR nos três trechos em análise.

**Tabela 7 – Uso e cobertura do solo em faixa de 100 metros nos trechos 2 a 4 do Caminho de Cora Coralina, com apresentação do percentual (%) das áreas declaradas no CAR em hectares (vegetação nativa, uso consolidado e corpo d'água) e área não declarada**

Trecho	Área total (ha)	Vegetação nativa	Uso consolidado	Corpo d'água	Área não declarada
2	134,7	<b>30,3%</b>	<b>3,7%</b>	0,3%	65,8%
3	216,1	<b>22,4%</b>	<b>15,9%</b>	2,1%	59,5%
4	280,1	<b>14,1%</b>	<b>33,0%</b>	0,3%	52,6%

**Fonte:** elaborada pela autora (2022) a partir Brasil (2022c).

De acordo com os dados declarados no CAR, o trecho 2 inserido em parte no interior da APA e Parque Estadual dos Pireneus, e com menor extensão no percurso do Caminho em análise, aproximadamente 12,9 km, com área estimada de 134,70 hectares na faixa de formação do corredor ecológico com 100 m de largura, apresenta expressivo índice de cobertura com vegetação nativa, 30,3%, e baixo índice de uso consolidado, com 3,7%.

No trecho 3, com extensão de 24 km no Caminho e com área total de 216,1 hectares na faixa de formação do corredor no interior da APA e Parque Estadual dos Pireneus, apresenta similaridade nos percentuais de vegetação nativa, com 22,4%, e de uso consolidado, com

<sup>48</sup> Cabe destacar o percentual expressivo das áreas não declaradas no CAR, que totalizam 364,40 hectares da área de formação do corredor ecológico nos trechos 2 a 4. Esse resultado se deve parcialmente ao fato de a faixa do corredor incidir, em parte, no interior do PEP (trecho 2 e 3), em unidade de conservação de proteção integral, portanto de domínio público, sem a obrigatoriedade de declaração no CAR, o que não ocorre para o Trecho 4, que se encontra fora dos limites do PEP.

15,9%. Cabe salientar que parte do percurso neste trecho incide em áreas marginais ao rio das Almas, nas proximidades das áreas de mineração de quartzito na serra dos Pireneus e em áreas urbanizadas da cidade de Pirenópolis (ver apêndice E).

Quanto ao trecho 4, situado fora dos limites da APA e com maior percurso no Caminho em relação aos demais trechos em análise, com extensão de 34,6 km e área estimada sobre a faixa para formação de corredor ecológico, com 280,1 hectares, apresenta o menor índice de vegetação nativa, com 14,1% e maior índice de uso consolidado, com 33%, declarados no CAR. A área não declarada no CAR corresponde a 52,6% do total da faixa do corredor no trecho 4, em sua totalidade em área de domínio privado, por não incidir em área da unidade de conservação e proteção integral Parque Estadual dos Pireneus.

A tabela 8, a seguir, apresenta os dados relativos à área declarada no CAR, ocupada por APP e RL, consideradas de grande relevância para a interligação entre remanescentes de vegetação nativa e para a conservação da biodiversidade do bioma Cerrado, seus recursos hídricos e solo, evitando-se a ocorrência de processo erosivos e o assoreamento dos corpos d'água. Os dados apresentados na tabela 8 apontam a necessidade de recuperação ambiental em propriedades rurais sobre a faixa em análise para formação do corredor ecológico entre os trechos 2 e 4.

**Tabela 8 – Uso e cobertura do solo em faixa de 100 metros nos trechos 2 a 4 do Caminho de Cora Coralina, com apresentação da área em hectares de APP declarada e a recuperar e RL declarada e a recuperar**

Trecho	APP declarada	APP a recuperar	RL declarada	RL a recuperar
2	1,3	0,3	16,7	4,8
3	18,6	2,3	10,7	4,8
4	5,5	3,1	14,8	7,7
Total	25,5	5,7	42,2	17,3

**Fonte:** elaborada pela autora (2022) a partir de Brasil (2022c).

Em síntese aos resultados apresentados na tabela 8, referente aos trechos 2 a 4 do Caminho sobre a faixa de corredor com área total de 630,9 hectares para formação de corredor ecológico, os dados apresentados mostram um total de 67,70 hectares de área protegida (APP e RL) declarada no CAR. Desse total, 25,50 hectares em APP declarada, sendo 5,7 hectares a recuperar, e 42,2 hectares de área declarada em RL, sendo 17,30 hectares a recuperar, ou seja, totalizam 23 hectares de área que necessitam de recuperação ambiental em propriedades rurais em áreas protegidas por lei (APP e R) ao longo do Caminho nos trechos em análise.

Quanto a importância dos remanescentes de vegetação natural para a proteção de recursos hídricos nas paisagens rurais, Tambosi *et al.* (2015) em referência às suas pesquisas sobre as funções eco-hidrológicas das florestas nativas situadas em propriedades rurais, em áreas de conservação (APP e RL) definidas pelo Código Florestal Brasileiro,<sup>49</sup> afirmam que

as alterações do Código Florestal promoveram uma redução da vegetação protegida em todas as posições do relevo, ora por mudanças nos critérios de delimitação (como no caso dos topos de morro e das áreas ripárias, ou pela flexibilização do cômputo de RL), ora por terem reduzido o passivo ambiental, consolidando a maior parte dos desmatamentos ilegais realizados antes de 22 de julho de 2008. (TAMBOSI *et al.*, 2015, p. 159).

Os autores ressaltam ainda que, para atender o atual cenário de mudanças climáticas, altas oscilações temporais de pluviosidade e aumento da demanda por recursos hídricos, é fundamental aumentar o potencial das paisagens rurais em prover recursos hídricos. E concluem que, para reverter o quadro desfavorável provocado pelas mudanças no novo Código Florestal, “será necessário o estabelecimento de novas políticas públicas que valorizem o capital natural e incentivem a restauração de áreas degradadas” (TAMBOSI *et al.*, 2015, p. 159).

Portanto considera-se importante o desenvolvimento de ações de sensibilização dos proprietários rurais no Caminho, visando promover a recuperação ambiental das áreas de preservação permanente e reserva legal, que correspondem a 23 hectares, 8,6%, do total de 266,50 hectares de área declarada no CAR nos trechos analisados. Segundo Tambosi *et al.* (2015), é fundamental aumentar o potencial das paisagens rurais em prover recursos hídricos, sendo necessário o estabelecimento de políticas públicas de incentivo à restauração de áreas degradadas e de valorização do capital natural.

Em relação aos altos índices percentuais de área não declarados no CAR, com ênfase para o trecho 4 do Caminho, desprovido de legislação protetora, os resultados demonstram a importância da adesão dos imóveis rurais no Sistema Nacional do CAR (Sicar), de modo a promover a adequação ambiental dos imóveis rurais, por meio da identificação das áreas degradadas em APP e RL e recuperação ambiental, visando favorecer a conexão de remanescentes de vegetação natural nas paisagens rurais entre unidades de conservação ambiental e os serviços ecossistêmicos prestados pelo bioma Cerrado.

---

<sup>49</sup> As políticas públicas estabelecidas nas diretrizes da Lei nº 12.651/2012, novo Código Florestal, dispositivo legal que dispõe sobre as normas gerais de proteção da vegetação nativa, tratam das APP, áreas de uso restrito (AUR), área de RL, CAR, controle de incêndios, programa de apoio e incentivo a conservação do meio ambiente (PSA), controle de desmatamento e agricultura familiar (BRASIL, 2012).

No cenário atual de avanço da fronteira agrícola devido ao agronegócio no Cerrado, considera-se que as estratégias voltadas à conservação e à recuperação ambiental dependem de ações integradas dos diversos segmentos rurais, de modo a assegurar a preservação dos remanescentes de vegetação natural, a restauração de áreas degradadas, a implantação de práticas agroecológicas e agroflorestais, a criação de unidades de conservação ambiental em terras privadas e a formação de corredores ecológicos nas paisagens rurais, bem como medidas eficazes para eliminar os impactos negativos advindos do desmatamento e das queimadas no meio rural.

A concretização das políticas públicas implementadas pelo novo Código Florestal, como o CAR e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), são de extrema importância para proporcionar apoio e incentivo para a implantação dos serviços ambientais que favoreçam a restauração de florestas naturais em terras privadas (APP e RL) e a formação de corredores ecológicos no meio rural, considerando as funções eco-hidrológicas das matas ciliares e de galeria para a conservação do solo, recursos hídricos e biodiversidade do Cerrado. Um bioma que apresenta um dos menores níveis de proteção por unidades de conservação ambiental no território brasileiro, apesar de ser considerado um dos maiores *hotspots* do mundo.

## CAPÍTULO III

### 3 NOVAS RURALIDADES, PATRIMÔNIO RURAL E O CAMINHO DE CORA CORALINA

*Amo a terra de um velho amor consagrado  
através das gerações de avós rústicos,  
encartados  
nas minas e na terra latifundiária, sesmeiros.  
A gleba está dentro de mim. Eu sou a terra.  
Identificada com seus homens rudes e obscuros,  
enxadeiros, machadeiros e boiadeiros, peões e  
moradores.  
(Trecho de poema de Cora Coralina no CCC)*

Este capítulo apresenta aspectos teóricos sobre as novas ruralidades e patrimônios rural, natural e cultural, considerando a crescente importância das atividades não agrícolas no meio rural (turismo, lazer, moradia, conservação ambiental e produção de água), bem como a relação e o significado dos elementos naturais e culturais na construção das novas tendências de desenvolvimento e da sustentabilidade no meio rural.

O texto teórico na primeira parte do capítulo se complementa com a apresentação dos elementos culturais e históricos coletados na pesquisa, identificados como parte da nova ruralidade, em meio ao patrimônio natural, cultural e histórico do Caminho de Cora Coralina, entre a APA da Serra dos Pireneus e seu entorno.

#### 3.1 Novas ruralidades e a valorização do patrimônio cultural rural

Em contraponto ao processo de modernização da agricultura no espaço agrário brasileiro, surge o conceito de ruralidade, que, conforme define Medeiros (2017), é

originalmente um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família. [...]

Ali se reencontra uma dinâmica distinta e práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a convivialidade, a ajuda e a cooperação. Esta comunidade humana é muitas vezes representada pela forma de viver que associa o território, às relações de vida e à coesão social. Este tipo de população mantém um laço estreito com seu ambiente, valoriza a cultura identitária das diferentes comunidades. (MEDEIROS, 2017, p. 181).

Para Medeiros (2017), ruralidade é uma construção social contextualizada, reflexiva, resultado de ações de sujeitos que internalizam e externalizam sua condição sociocultural presente, reflexo da condição herdada de seus antepassados,

Estas novas ruralidades ao serem estudadas devem considerar todas as especificidades e todas as representações deste espaço rural tanto em relação ao espaço físico (referência ao território e aos seus símbolos), ao lugar onde se vive (territorialidades, identidades) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania e inserção nas esferas políticas e econômicas da sociedade). (MEDEIROS, 2017, p. 183).

Medeiros (2017) observa que essa uma nova ruralidade começa a fazer-se presente no espaço rural brasileiro, onde se exprime a construção de novas identidades, unidas em torno de práticas, valores e do sentimento de pertencimento. Ela afirma que “esta nova ruralidade pressupõe reconhecer o rural em suas relações internas e específicas e em sua relação com o urbano para assim compreender seus contornos, suas especificidades e suas representações” (MEDEIROS, 2017, p. 187). E conclui que

O rural passa a ser buscado como ambiente para o lazer e para a fuga dos problemas da vida urbana fazendo com que cresçam os investimentos em condomínios horizontais, chácaras, hotéis-fazenda, spas e coisas do gênero. O espaço rural se vê então, gradativamente, interpenetrado por este novo personagem, o neorural, constituído por profissionais liberais, aposentados, amantes da natureza, todos ex-habitantes da cidade que buscam no campo tranquilidade e paz, mas todos eles com suas referências urbanas e ligados ao mundo global. (MEDEIROS, 2017, p. 187).

Estudos de Graziano da Silva (2002), relativos ao tema “o novo rural brasileiro”, apresentam o crescimento das atividades não agrícolas nas zonas rurais, com destaque para as principais atividades não agrícolas com importância crescente no meio rural, como a proliferação de agroindústrias no meio rural, as atividades relacionadas à crescente urbanização do meio rural (como moradia, turismo, lazer e outros serviços), a preservação do meio ambiente e, por último, a proliferação dos sítios de recreio ou chácaras.

O autor ressalta a importância de criação de empregos não agrícolas como estratégia para manter a população rural pobre nos seus espaços de origem e elevar sua renda, bem como ainda enfatiza que “o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural” (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 28).

No contexto crescente de transformação do espaço rural brasileiro em direção ao desenvolvimento sustentável, com o reconhecimento e a valorização do patrimônio natural e

cultural no país, cabe destacar a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, instituída por meio da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris, no ano de 1972, que prevê, em seus artigos 1º e 2º:

Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio cultural”:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

[...]

Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio natural”:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,
- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1972, p. 1-2).

Na sequência, a Constituição de 1988, em seu artigo 216, estabelece o conceito patrimônio cultural brasileiro,

Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, [2022a]).

Mariuzzo (2012, p. 61) define patrimônio cultural rural como aquele que “congrega o conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, costumes e das formas de produção estabelecidas na área rural”. Esse conceito foi utilizado como referência para o projeto Patrimônio Cultural Rural Paulista, o qual foi desenvolvido em 17 fazendas do estado de São Paulo em 2008.

A autora expõe sobre a importância do reconhecimento e da valorização do patrimônio cultural rural: “ele possibilita compreender todas as fases da ocupação do território, aspectos históricos, tecnológicos, econômicos, relações de trabalho, religiosas, alimentação, assim como valores familiares e sociais” (MARIUZZO, 2012, p. 61).

Em sua reflexão sobre a construção social da noção de patrimônio rural, Alves (2004) considera duas balizas conceituais: patrimônio cultural e patrimônio natural. O autor observa a relação íntima desses conceitos com a identidade dessas sociedades: “os bens patrimoniais são, precisamente, aqueles em que os homens se reconhecem a título individual e coletivo. E consideram estes bens significativos para o seu passado e preciosos para o seu futuro” (ALVES, 2004, p. 7).

Alves (2004), a respeito dos processos de desenvolvimento local, discute sobre a temática patrimônio rural (PR), em particular aquela relativa aos recursos turísticos favoráveis a economias rurais. Cita diversos exemplos de programas e projetos de desenvolvimento, elaborados, geridos e implementados por grupos de ação local (GAL) na Europa, envolvendo diversas parcerias a favor da valorização do patrimônio. Como exemplo apresenta o programa Leader,<sup>50</sup> que demonstra como as áreas rurais em dificuldade procuram valorizar o passado para construir o futuro. Em seguida, trata dos movimentos de defesa e valorização do patrimônio, que tomam forma tanto no meio urbano como no rural, por meio de associações locais, grupos de ação local, coletividades e outros tipos de movimento protagonizados por cidadãos.

Alves (2004) aborda sobre a constatação do interesse crescente voltado para a preservação do patrimônio, das tradições culturais e das paisagens naturais, como também cita como exemplo a origem e o desenvolvimento do turismo rural. Esclarece que, na Europa, a valorização do patrimônio engloba em parte os elementos que constituem e dão visibilidade ao mundo rural, entre eles, “a flora e fauna selvagens, paisagens naturais ou modificadas pelo homem, as aldeias e montes que apresentam múltiplas especificidades históricas e arquitetônicas” (ALVES, 2004, p. 10). Acrescenta que, ao patrimônio físico, soma-se a história e ainda a cultura na sua dimensão imaterial “língua, costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades culinárias, sem esquecer o artesanato, os ofícios e os antigos saber-fazer” (ALVES, 2004, p. 10).

---

<sup>50</sup> “O Leader é uma abordagem “ascendente”, que reúne agricultores, empresas rurais, organizações locais, autoridades públicas e indivíduos de vários setores para formar grupos de ação local. Estes grupos preparam as suas próprias estratégias de desenvolvimento local e gerem os seus próprios orçamentos” (COMISSÃO EUROPEIA, 2021).

Entre outros conjuntos de valores do patrimônio rural, o autor traz a agricultura, como exemplo a agricultura portuguesa, tradicionalmente familiar, bem como a cozinha rural, “tanto na sua dimensão física, espacial, com os traços que a caracterizam, como na dimensão mais ligada aos sabores, o mesmo é dizer à gastronomia” (ALVES, 2004, p. 11).

Em relação à valorização igualitária dos elementos naturais, históricos e culturais nas paisagens rurais, entre eles os saberes tradicionais no meio rural, cabe citar o autor Toledo (2015), o qual discute, em sua obra *A memória biocultural*, o conceito dos saberes tradicionais locais. Para o autor, “a sabedoria não faz uma separação drástica entre a mente e a matéria, uma vez que tanto os valores quanto os fatos conformam uma unidade na experiência do indivíduo” (TOLEDO, 2015, p. 131). Ele considera que “a intuição, as emoções, os valores morais e éticos se encontram embebidos na forma de ver as coisas. A natureza e a cultura formam parte do mesmo mundo; os fatos e valores se conectam para ver as coisas” (TOLEDO, 2015, p. 131).

Toledo (2015, p. 137) explica a construção dos saberes locais nas civilizações tradicionais com base em redes sociais e culturais de reciprocidade e responsabilidade, em uma lógica dual ecológica-econômica, que se evidencia no uso múltiplo dos recursos e no manejo do ambiente local. Nesse sentido, ele ressalta que

os povos indígenas e tradicionais desenvolveram ao longo dos anos estratégias de subsistência que evitam o risco por meio da criação, manutenção e melhoramento da complexidade geográfica e ecológica e da diversidade biológica, genética e paisagística em diferentes escalas territoriais. (TOLEDO, 2015, p. 137).

Nesse contexto, o autor considera que “natureza, cultura e produção são aspectos inseparáveis que permitem a construção dos saberes locais, os mesmos se baseiam nas experiências individuais e sociais desenvolvidas em contextos locais dinâmicos regulados pelas instituições sociais” (TOLEDO, 2015, p. 137) .

Na sequência, ele define os saberes locais como

sistemas de conhecimento holísticos, acumulativos, dinâmicos e abertos, que se constroem com base nas experiências locais transgeracionais e, portanto, em constante adaptação às dinâmicas tecnológicas e socioeconômicas. Os saberes locais incorporam uma visão monista do mundo, de modo que a natureza e a cultura são aspectos que não podem ser separados. (TOLEDO, 2015, p. 138).

Para o autor, os saberes locais

formam um complexo entendimento sobre as estruturas naturais e suas relações e dinâmicas ecológicas sempre incertas e em constante transformação. Por esta razão, a natureza é profundamente entendida e respeitada; é vista como uma força de vida

impossível de controlar, mas que ao mesmo tempo é fundamental para a existência humana. Portanto, o conhecimento sobre o seu comportamento se torna necessário para fazer frente às incertezas. (TOLEDO, 2015, p. 139).

Toledo (2015, p. 140), com ênfase no processo de transformação constante da realidade, conforme as circunstâncias, a percepção e a organização mental individuais, familiares e comunitárias sobre o mundo natural, explica que “ela não é fixa nem estática, mas polissêmica, multidimensional e polivalente. [...] A partir dessa perspectiva, os saberes tradicionais não são sistemas estáticos, mas desenhos inovadores alimentados por redes sociais e suas relações internas e externas”.

### **3.2 Desenvolvimento e sustentabilidade no meio rural**

Desde o final da década de 1980, a compreensão sobre o meio rural vem passando por transformações em relação aos debates de desenvolvimento e sustentabilidade. Stumpf Jr. e Balsadi (2015), ao tratarem sobre as mudanças ocorridas no espaço agrário brasileiro, afirmam que o conceito do desenvolvimento no meio rural passou a ser visto de forma mais ampla, considerando além dos fatores econômicos, ligados à produção, os fatores relativos à realidade social, à problemática ambiental, à participação sociopolítica de atores sociais, à identidade territorial, à demanda por políticas públicas voltadas à preservação dos recursos naturais. Essa nova visão ganhou força com o tema sustentabilidade,<sup>51</sup> a partir da realização, em 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92.

Stumpf Jr. e Balsadi (2015) esclarecem que o tema desenvolvimento rural firmou-se no início do século XXI, em resposta às demandas de diversas organizações da sociedade, entre elas, o setor de agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais. Afirmam, ainda, que essa nova visão tinha por objetivo resolver os históricos problemas sociais, de exclusão e de pobreza, bem como incluir o tema sustentabilidade, que, na época, estava em destaque devido aos significativos passivos ambientais gerados pela expansão do modelo agropecuário extensivo brasileiro (STUMPF JR.; BALSADI, 2015).

Em busca de um novo paradigma de desenvolvimento, os autores definem desenvolvimento rural como

---

<sup>51</sup> Termo relacionado ao conceito de desenvolvimento sustentável, que é o “desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (O QUE, 2014), que foi apresentado em 1987 no Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

um processo multidimensional e multifacetado, no qual um amplo conjunto de atores e instituições estão envolvidos e são protagonistas — das comunidades e agricultores(as) até os formuladores de políticas públicas, passando pelas organizações representativas de amplos setores sociais e produtivos, pelas instituições de ciência e tecnologia e pelos diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal). (STUMPF JR.; BALSADI, 2015, p. 512).

Explicam Stumpf Jr. e Balsadi (2015, p. 522) que “a visão de desenvolvimento rural pressupõe um olhar mais atento e um compromisso social mais presente com mudanças efetivas e melhorias reais das condições de vida das famílias e das comunidades rurais”. Nesse sentido, a partir da realização do encontro Agricultura Familiar: Construindo uma Agenda com Visão de Futuro, realizado em 2013 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), relevantes propostas voltadas a uma nova visão em direção ao desenvolvimento rural sustentável foram apresentadas.

Com destaque para algumas dessas propostas, cabe citar as seguintes: fortalecimento de metodologias participativas que valorizem a diversidade e seu uso pelas comunidades; valorização do saber local; participação dos atores locais na busca de soluções tecnológicas para resolver seus problemas; novas tendências de consumo com a busca crescente por produtos orgânicos, agroecológicos ou certificados, com valorização da produção local e de atividades não agrícola na formação da renda dos agricultores familiares; apoio ao desenvolvimento de pesquisas voltadas à avaliação econômica, social e ambiental dos sistemas alternativos de produção diferentes dos convencionais; valoração dos recursos naturais para sua preservação; fortalecimento da agenda internacional do desenvolvimento rural por meio das diversas conexões com redes de pesquisas regionais e globais (STUMPF JR.; BALSADI, 2015).

Para Costabeber e Caporal (2003, p. 3), “o desenvolvimento significa a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita sintonia com seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos”. Neste sentido, para que haja a sustentabilidade no meio rural, faz-se necessário a ampla participação e articulação entre os diversos segmentos da sociedade civil em parceria com o Estado, em ações, programas e projetos voltados a valorização do patrimônio cultural rural, em conciliação com o reconhecimento da importância da conservação ambiental.

### **3.3 Caminho de Cora Coralina e o patrimônio cultural e histórico**

Esta parte sistematiza os dados da pesquisa obtidos sobre o Caminho e seus elementos históricos e culturais, com apresentação de breve descrição das cidades históricas Corumbá de

Goiás e Pirenópolis e das propriedades rurais no CCC, seus elementos e aspectos que predominam na área de abrangência da APA Serra dos Pireneus e seu entorno (com maiores detalhes apresentados no quadro 1 do apêndice B).

Os dados mostram que os trechos 2, 3 e 4 do Caminho, situados em amplo território rural inserido nos municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, são formados por pequenas e médias propriedades rurais, com grande aptidão para o turismo ecológico e rural, recreação e lazer, em área de relevante importância ambiental, histórica e cultural.

As 10 propriedades rurais do Caminho que foram selecionadas, situadas entre o Salto do Corumbá, em Corumbá de Goiás e a Fazenda Caxambu em Pirenópolis, estão relacionadas no quadro 6, a seguir.

#### **Quadro 6 – Descrição das propriedades rurais no Caminho de Cora Coralina**

<b>Trecho/extensão do trecho</b>	<b>Pontos de partida e chegada</b>	<b>Propriedade rural</b>
Trecho 2 12,9 km	Salto do Corumbá-Parque Estadual dos Pireneus	Fazenda Quatro Barras (Pousada Riacho das Pedras)
		Salto Corumbá
Trecho 3 24 km	PEP-Pirenópolis	Fazenda Mato do Buraco (Refúgio Avalon)
		RPPN Sítio Lavrinhas
		RPPN Pau Terra
		RPPN Caraívas
		Antiga Fazenda Lavras do Abade (Pousada Refúgio da Serra)
Trecho 4 34,6 km	Pirenópolis-Fazenda Caxambu	Fazenda Caxambu
		Fazenda Santa Helena
		Fazenda Custódio dos Santos (Promessa do Futuro)

**Fonte:** elaborado pela autora (2022).

O trecho 2, situado entre o Salto do Corumbá e o Parque Estadual dos Pireneus, perpassa por importantes atrativos naturais, culturais e históricos, com destaque para o empreendimento Salto Corumbá Club Hotel, com seis cachoeiras, além do salto localizado na zona rural do município de Corumbá de Goiás, e para a propriedade rural Estância Dona Agnes, que apresenta o antigo e amplo casarão em estilo colonial, construído no ano de 1950.

A praça principal da cidade histórica de Corumbá de Goiás apresenta a placa informativa do Caminho de Cora Coralina, onde localiza-se a Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha, a Casa Esmeralda, o Cine Teatro Esmeralda e a Secretaria de Cultura. Essa praça serve de passagem aos caminhantes para carimbo do passaporte do Caminho e para obter informações históricas da cidade na venda do historiador Ramir Curado.

**Figura 11 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha**



**Fonte:** autora (2021).

**Figura 12 – Casarão em estilo colonial Estância Dona Agnes**



**Fonte:** autora (2021).

As fazendas tradicionais situadas no trecho 2 apresentam como atrativo no turismo rural edificações contendo objetos decorativos históricos. Como exemplo, a moenda de cana presente nas áreas externas da Fazenda Serra da Irara, em Corumbá de Goiás, e o monjolo, ferramenta destinada ao beneficiamento e moagem de grãos, muito usado nas fazendas do interior do Brasil no período colonial, com destaque para aquele presente nas áreas da pousada Riacho das Pedras na Fazenda Quatro Barras, em Cocalzinho de Goiás.

**Figura 13 – Monjolo, em Cocalzinho de Goiás**



**Fonte:** autora (2022).

Os sítios históricos e arqueológicos associados ao período da mineração do ouro na região das cidades de Corumbá de Goiás, ocorrem nos locais em que havia a exploração pelo garimpo desse minério no final do século XIX, entre eles, na propriedade rural onde encontra-se a cachoeira do salto do Corumbá, um dos principais atrativos naturais do Caminho de Cora Coralina, com 50 metros de queda, que apresenta um corte artificial na rocha batizado de Garganta do Ouro.

Nas áreas de formação do Mosaico da Serra dos Pireneus, trecho 3 do Caminho, entre o Parque Estadual dos Pireneus e a cidade histórica de Pirenópolis, também existe a presença de sítios históricos e arqueológicos contendo vestígio de regos e muro de pedras, construídos por povos escravizados no período da mineração do ouro no século XVIII, como, por exemplo, muro de arrimo de pedras nas proximidades da cachoeira e das áreas preservadas no interior da RPPN Sítio Lavrinhas.

A Reserva do Abade, reserva natural com projeto de criação de RPPN em andamento, situada nas proximidades do Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus, também apresenta as ruínas da época do garimpo do ouro, associadas a quatro cachoeiras, entre elas a Cachoeira do Abade, e vários mirantes com trilhas ecológicas sinalizadas com placas sobre a fauna, a flora, a formação geológica e os recursos hídricos no bioma Cerrado.

Na Fazenda Mato do Buraco, nas margens do rio das Almas, havia uma pedreira desativada de quartzito, conhecido como “Pedras de Pirenópolis”. Após sua recuperação, foi construída uma trilha denominada Labirinto, como atrativo cultural no Caminho.

A antiga Fazenda Lavras do Abade, em que se localiza a área da pousada Refúgio da Serra, situada nas proximidades da entrada ao Parque Estadual dos Pireneus, trecho 3, apresenta como atrativo turístico, a vendinha de comercialização de alimentos e bebidas de fabricação regional aos caminhantes e ciclistas do CCC, bem como produtos artesanais e agroindustriais. Na área da pousada, destaca-se a pequena Capela de Nossa Senhora das Graças e a antiga Bica do Zuca (primeiro proprietário da área), com acesso disponível para os visitantes do Caminho pela Estrada dos Pireneus.

Na cidade histórica de Pirenópolis, onde finaliza-se o trecho 3 e inicia-se o trecho 4 do Caminho, localiza-se a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, tombada pelo Iphan em 1941. Em seu pátio, na parte externa da igreja, acontece, todas as quintas-feiras e domingos, a tradicional Feira do Produtor Rural, em que há a comercialização de produtos diversos, com destaque para os produtos de origem agroecológica.

**Figura 14 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário**



**Fonte:** autora (2022).

No centro histórico de Pirenópolis, encontra-se a edificação histórica Casa da Câmara e Cadeia, construída em 1733 e restaurada em 2007, onde é possível conhecer os aspectos socioculturais das festas tradicionais que acontecem na cidade, como as Cavalhadas, com apresentação dos personagens mouros, cristãos e mascarados, e a Festa do Divino Espírito Santo, evento religioso considerado Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, que acontece todos

os anos, nos meses de maio e junho, desde o ano de 1819, nas cidades de Corumbá de Goiás e Pirenópolis, após a Páscoa.

**Figura 15 – Casa da Câmara e Cadeia**



**Fonte:** autora (2022).

Os rituais e personagens dessa festa são apresentados em posters e vídeos no museu, como: Império, Três folias (do Padre, da Cidade e da Roça), Mascarados, Cavalhadas, Reinado (ritual composto pelo Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito), Cavalhadinha e outras expressões ligadas à festa e danças, como as pastorinhas e operetas, contradança, congo, congada, banda de couro, além da barraca do padre, feiras e ranchos dançantes).

O trecho entre Pirenópolis e a Fazenda Caxambu, trecho 4, situado no entorno dos limites da APA da Serra dos Pirineus, apresenta parte do percurso sobre relevo acentuado que transpõe a Serra de Caxambu, percorrendo parte do antigo caminho que era utilizado por povos escravizados, que ligava a Fazenda Babilônia a Pirenópolis, onde encontram-se o córrego Godinho e o rio das Pedras.

Nesse trecho, encontram-se as fazendas tradicionais goianas integrantes do Caminho, com a presença de diversos objetos históricos e culturais utilizados na cozinha e na culinária tradicional goiana, como o fogão a lenha e o monjolo, bem como as canaletas em madeira com bicas para condução de água e forno de barro nos quintais das fazendas. As propriedades rurais no trecho 4 estão próximas ao povoado de Caxambu, entre elas, Fazenda Santa Helena, Fazenda Caiçara, Fazenda Caxambu e Fazenda Custódio dos Santos (Promessa do Futuro).

**Figura 16 – Fogão a lenha na Fazenda Caxambu**



**Fonte:** autora (2021).

A Fazenda Custódio dos Santos se destaca pelo projeto Promessa do Futuro, criado, em 1988, por um grupo de mulheres do povoado de Caxambu, com o objetivo do cultivo de hortaliças e outras culturas por meio do manejo agroecológico no sistema de agricultura familiar. Apresenta uma pequena instalação de agroindústria para beneficiamento, armazenamento e comercialização de produtos orgânicos da propriedade.

Por sua vez, a Fazenda Caxambu, de propriedade de Seu Quinzinho e Dona Cleusa, mostra a simplicidade e o aconchego da roça, com o tradicional fogão a lenha na cozinha, onde Dona Cleusa prepara os pães de queijo, o café com leite e o queijo fresco para servir os visitantes do Caminho. No quintal da fazenda, típico da roça, tem o forno de barro, a criação de animais (galinha, porcos e gado), a pequena horta, a bica e a canaleta que conduz a água para a moradia.

**Figura 17 – Curral na Fazenda Caxambu**



**Fonte:** autora (2021).

O senhor Joaquim Pontieri, Seu Quinzinho (*in memoriam*), considerado um dos integrantes mais carismáticos do Caminho de Cora Coralina, homem simples e humilde do campo, representante da tradição folclórica e religiosa por meio da sua participação há 18 anos na comitiva da carreata de carros de boi da Festa de Devoção ao Pai Eterno, infelizmente em agosto de 2022, nos deixou após sua despedida na carreata, por agravamento de problemas de saúde. Em homenagem ao pioneiro do Caminho, amante da natureza e do Cerrado, uma poesia de Cora Coralina, presente em uma das placas do Caminho, que tão bem retrata o homem do campo:

*Pela minha voz cantam todos os pássaros, piam as cobras  
e coaxam as rãs, mugem todas as boiadas que vão pelas estradas.  
Sou a espiga e o grão que retornam à terra.  
Minha pena (esferográfica) é a enxada que vai cavando,  
é o arado milenário que sulca.  
Meus versos têm relances de enxada, gume de foice  
e peso de machado.  
Cheiro de currais e gosto de terra. (Trecho de poema de Cora Coralina no  
CCC).*

## CAPÍTULO IV

### 4 CONSERVAÇÃO DO CERRADO, CULTURA E HISTÓRIA NO CAMINHO DE CORA CORALINA

*Nasci para escrever, mas, o meio,  
o tempo, as criaturas e fatores  
outros contra-marcaram minha vida.*

*Sou mais doceira e cozinheira  
Do que escritora, sendo a culinária  
a mais nobre de todas as Artes:  
objetiva, concreta, jamais abstrata  
a que está ligada à vida e  
à saúde humana.*

*(Trecho de poema de Cora Coralina no CCC)*

Este capítulo analisa a parte de categorias identificadas na pesquisa referente às contribuições desenvolvidas pelos(as) proprietários(as) rurais para a conservação ambiental do Cerrado, que dialogam com os elementos naturais, culturais e históricos presentes no Caminho, nos três trechos analisados. Foram identificadas entre as estratégias e contribuições, as que estão presentes em ações de educação ambiental, criação de RPPNs, formação de corredores ecológicos e fortalecimento de unidades de conservação, práticas agroecológicas, preservação de sítios históricos e naturais, saberes e fazeres tradicionais e o fortalecimento das redes e participação política no Caminho.

Os dados e as informações levantadas durante a realização das entrevistas em campo, apresentados em figuras contendo os gráficos dos percentuais dos resultados obtidos (apêndice F), possibilitaram compreender as articulações desenvolvidas pelos proprietários rurais voltadas a conservação do bioma Cerrado e a valorização da cultura e da história nos três trechos do Caminho.

As entrevistas apresentaram resultados quanto à presença de atividades não agrícolas nas propriedades rurais no Caminho, oferecidas pelos serviços ecossistêmicos culturais do bioma Cerrado, definidos na PNPSA como os benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio do turismo, da recreação, da identidade cultural, experiências espirituais e estéticas (BRASIL, 2021a).

#### 4.1 Educação ambiental na conservação do Cerrado

A educação ambiental foi identificada, entre os(as) proprietários(as) rurais do Caminho, como um forte elemento de promoção para a conservação ambiental do Cerrado, tanto voltada para os prestadores de serviço no Caminho como para os visitantes e a população local.

Medina (1997) considera que a educação ambiental deve ser promovida com ênfase nos problemas locais, com a colaboração de diversos segmentos da sociedade civil, entre eles, ONGs, organizações de mulheres, bem como, por meio de programas de educação de adultos para incentivar a educação contínua sobre o meio ambiente e o desenvolvimento.

Odete Oliveira, proprietária da Fazenda Quatro Barras (Pousada Riacho das Pedras), ressalta: “acho a educação ambiental muito relevante. Precisamos estar em constante educação ambiental”. Ela sugere ações de conservação ambiental por meio da divulgação com placas em todo trajeto do Caminho: “ajudar na divulgação em todo trajeto, conscientizando os caminhantes a preservar a natureza”.

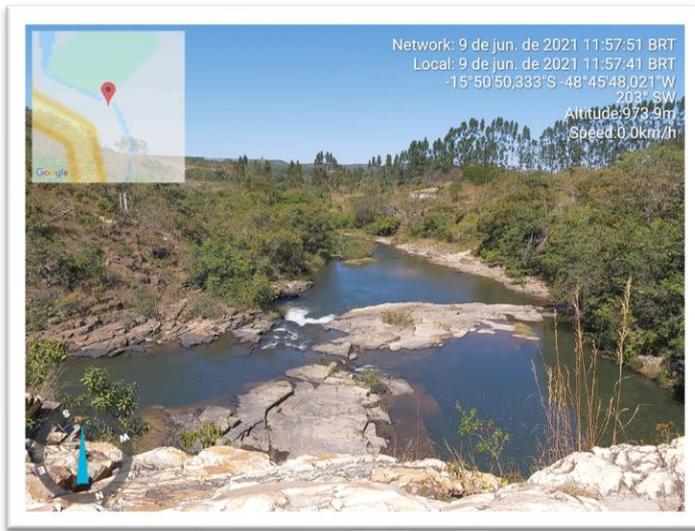
Para Cleber Neres, responsável pelo salto do Corumbá, a conservação do Cerrado, além da educação ambiental, envolve a conservação das águas, o plantio de mudas nativas, a construção de aceiro para proteção das áreas de preservação permanente na propriedade rural. Ele relata como tem contribuído para a conservação ambiental no Caminho:

estamos plantando muitas mudas de espécies nativas nos últimos 10 anos. O bioma Cerrado que tem este mosaico, vários aspectos, na parte de cima temos uma vereda, um local que não criamos cavalo, gado, nada, preservamos, fazendo um aceiro todos os anos que circunda toda a vereda para proteger e evitar queimar. Temos muito cuidado com isto, as queimadas têm um aspecto até natural no Cerrado, mas como aqui, estamos circundados entre outras propriedades grandes, com atividade muito intensa de pecuária, tem certa época no ano que eles queimam o pasto para sair a brota. [...] A água é tudo para a gente, se não conservarmos a água [...]. (CLEBER NERES, 2022).

E completa com as ações de educação ambiental:

Temos a entrega de folhetos de educação ambiental e saquinhos para lixo, várias placas de sinalização educativa e projetos pedagógicos com foco na conservação ambiental, e trabalhamos com as escolas [...]. Hoje toda a área é uma reserva e nossa atividade é exclusiva para turismo. (CLEBER NERES, 2022).

### **Figura 18 – Margens preservadas do rio Corumbá no Salto do Corumbá**



**Fonte:** autora (2021).

O senhor Cleber Neres, enfatiza o espírito de pertencimento no Caminho e sua relação com a conservação ambiental do Cerrado:

A pessoa que mora no Cerrado já ficou adaptado, de uma certa forma, ele consegue conservar, ele vê isto de uma forma diferente de quem vem de fora, eu sei que certa espécie tem valor, nós procuramos preservar, fazemos uma conservação ambiental do Cerrado, com espírito de pertencimento. O próprio plantio de árvores nativas. (CLEBER NERES, 2022).

Sua perspectiva nos remete ao que Medeiros (2017) observa sobre as novas ruralidades, ao afirmar a expressão da construção de novas identidades, unidas em torno de práticas, valores e sentimento de pertencimento.

O senhor José Ruiz, proprietário da Fazenda Mato do Buraco (Refúgio Avalon), relata as atividades de educação ambiental em sua propriedade, visando contribuir para a conservação do Cerrado:

Temos atividades escolares com crianças para plantar mudas de árvores, brincadeiras para as crianças escreverem o que querem ser quando crescerem, agora que estamos recuperando estes projetos. A contribuição é total, quando mostramos a produção de mudas, qualquer atividade de curtir a natureza, como você pode contribuir para a conservação da natureza, temos compostagem, produção de minhocas para produzir húmus, se a pessoas tem interesse pode sair com algum aprendizado. (JOSÉ RUIZ, 2022).

**Figura 19 – Viveiro de mudas no Refúgio Avalon**



**Fonte:** autora (2021).

Dona Jeane White, proprietária da RPPN Caraívas, também comentou sobre a importância do Caminho de Cora Coralina para promover a educação ambiental visando conscientizar os proprietários rurais para conciliar as atividades agrícolas com a preservação do Cerrado. Como exemplo, mencionou o projeto de educação ambiental desenvolvido na RPPN Caraívas. Seu relato vai ao encontro do que observa Graziano Silva (2007) sobre o “o novo rural brasileiro”, que afirma a importância do crescimento de atividades não agrícolas na zona rural, como exemplos, o incremento do turismo, preservação dos recursos naturais, recreação e lazer em contato com a natureza. A proprietária considera que a presença da floresta promove a valorização das terras privadas:

Oferecer trabalho para quem mora aqui e ao mesmo tempo instruir e educar para preservar o cerrado, não cortar as árvores, e outros conhecimentos importantes como a educação para conciliar a agropecuária e a preservação do cerrado. A presença da floresta na propriedade valoriza a terra na hora da venda, pois os compradores preferem terras com presença de floresta, do que só pasto. (JEANE WHITE, 2022).

O relato do senhor Bismarque Real, proprietário da RPPN Sítio Lavrinhas, vai ao encontro das medidas estabelecidas nas normas para a gestão e a implantação da APA da Serra dos Pireneus, como as que indicam a necessidade de divulgação de medidas de esclarecimento sobre a APA e suas finalidades para a comunidade local e de promoção de programas específicos de educação ambiental. O proprietário enfatizou a importância dos programas de envolvimento da comunidade, por meio da implantação de trilhas e de fortalecimento dos corredores ecológicos no Caminho, bem como de programas socioambientais com as escolas para a conscientização dos alunos visando desenvolver a cultura da preservação:

Os programas que estamos pensando como o fortalecimento dos corredores ecológicos e a implantação de trilhas arborizadas, considero de muita importância, por envolver pessoas da comunidade, trazendo a cultura da preservação. Tem programas socioambientais possíveis de se fazer ao longo do Caminho, e se as escolas pudessem ser inseridas seria um grande ganho no sentido de conscientizar os alunos. (BISMARQUE REAL, 2022).

O senhor Bismarque Real enfatizou sua contribuição para a conservação ambiental e formação do corredor ecológico por meio da conscientização do proprietário rural, mas comentou que deveria ser realizada por profissional da área, com a realização de diagnóstico com apoio das instituições coordenadoras do Caminho:

Minha contribuição é conversar com os proprietários. Mas esta é uma atividade profissional, deveria se ter uma forma de pagar este trabalho, seria interessante para o Sebrae, Goiás Turismo e Secretaria de Planejamento, se realizar um diagnóstico dos 50 proprietários que servem o Caminho. Existe nova iniciativa na região entre o maior trecho do Caminho entre São Francisco a Jaraguá, de um novo proprietário rural, para dar apoio aos caminhantes. É tudo muito novo, poucos anos de formação do Caminho, e as pessoas ao longo do tempo passam a entender melhor. (BISMARQUE REAL, 2022).

O senhor Fernando Madueño, proprietário da RPPN Pau Terra, ressalta que tem a intenção de desenvolver projetos de conscientização ambiental dos moradores locais, no sentido de conhecer para preservar, e alerta sobre a existência de problema ambiental na Serra dos Pireneus, devido ao assoreamento dos rios causado pela instalação de pedreiras em Pirenópolis:

Temos intenção de desenvolver projetos com pesquisadores de plantas do Cerrado, em parceria da ABRA e o Centro Caraívas, visando organizar cursos para conscientização dos moradores, nesse processo de conhecer para preservar o Cerrado. Como exemplo, estimulamos os proprietários com meios de hospedagem com vivências com frutos e flores do Cerrado, visitações em cachoeiras, esportes na natureza, como mountain bike. Quando viemos para Pirenópolis, havia a possibilidade de praticar canoagem em corredeiras, hoje não mais devido ao assoreamento do rio, com a instalação das Pedreiras. (FERNANDO MADUEÑO, 2022).

Ele explana sobre o projeto de educação ambiental Conhecer para Preservar, que contempla a formação de trilhas para a identificação de árvores e o uso de plantas nativas para uso culinário, como o pequi e a folha de taioba:

Na linha de conhecer para preservar, dos moradores e caminhantes, como na utilidade das plantas nativas para uso culinário, como o pequi, a folha de taioba e outros. E por meio da formação de trilhas com identificação de árvores e na conscientização dos hospedes na separação de lixo. (FERNANDO MADUEÑO, 2022).

**Figura 20 – Córrego da Barriguda – RPPN Pau Terra**



**Fonte:** autora (2021).

A necessidade de educação ambiental voltada para os proprietários de terra da região, visando ao melhor desempenho das atividades agrícolas, em conciliação com a conservação dos recursos naturais na propriedade rural, consta no relato do Seu Quinzinho, da Fazenda Caxambu: “ainda falta muito a aprender sobre conservação”. A senhora Marly Borges, da Fazenda Santa Helena, também registra a importância do Caminho como instrumento de educação ambiental: “O Caminho traz mudança de consciência para preservar, educação ambiental, os caminhantes têm esta preocupação e experiência para preservar. Traz riqueza, conhecimento e melhoria da qualidade de vida na região”.

Os (as) proprietários(as) rurais no Caminho, entre as práticas de conservação ambiental em interface com a valorização da diversidade cultural na zona rural, recomendam a preservação das espécies do Cerrado, conservação do solo e da água, a educação ambiental e a recuperação de áreas degradadas. Seu Quinzinho também recomenda a preservação das espécies nativas do Cerrado: “tem que ter muito cuidado na hora de cortar o mato, deve manter as plantas, como o baru”.

A proprietária rural da Fazenda Santa Helena também demonstra a importância do respeito à natureza e da necessidade do manejo preservacionista em áreas rurais para a conservação ambiental. Dona Marly Borges observa: “manter a preservação e educação ambiental é necessário para se viver”.

#### **4.2 Reserva particular do patrimônio natural como estratégia de conservação**

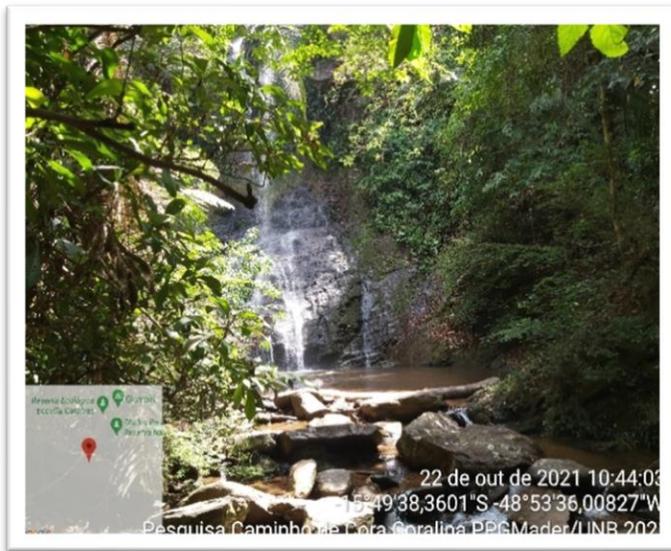
As atividades de conservação ambiental, com menor incidência nas 10 propriedades rurais selecionadas no Caminho para a pesquisa, correspondem a 50% de propriedades com produção de mudas de espécies nativas, 40% com pesquisa e produção científica e apenas 30% voltadas à implementação de RPPNs e de sistemas agroflorestais ou agroecológicos, apesar de terem sido apontadas nas entrevistas como forma importante para contribuir na recuperação das áreas degradadas e na formação de corredores ecológicos do Cerrado entre propriedades rurais e unidades de conservação ambiental.

As RPPNs, de presença expressiva no Caminho de Cora Coralina, formam o Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus com 14 reservas. A pesquisa contemplou três RPPNs. Essas unidades de conservação representam um modelo de conservação ambiental por favorecer a preservação de remanescentes de vegetação natural e a formação de corredores ecológicos entre as propriedades rurais e as unidades de conservação ambiental no Caminho, bem como possibilitam a promoção da sensibilização ambiental de proprietários rurais, moradores locais e visitantes do Caminho, de modo a favorecer os serviços ecossistêmicos do bioma Cerrado.

Dona Jeanne White, proprietária da RPPN Caraívas, comentou sobre a contribuição da criação de reservas privadas para conservação ambiental: “Acho que já contribuímos, pois a maioria das propriedades eram desmatadas e todas as pessoas que estão fazendo RPPN, estão contribuindo para a conservação”. Relatou sobre o processo de recuperação das áreas degradadas em sua propriedade, que considera uma atividade relevante, conjuntamente com a criação de RPPNs e preservação dos rios:

Quando comprei em 1983, a propriedade estava toda desmatada e tinha roça de subsistência e criação do antigo proprietário. Havia até um canavial na beira da cachoeira, então cercamos a propriedade, fiz um reflorestamento na beira do córrego com plantio de espécies nativas, tinha muito capim gordura e área era muito degradada. Então as APPs estão bem recuperadas. Finalmente em 2019 certificamos a área como RPPN, temos a Ecovilla Caraívas, 11 hectares de RPPN, a reserva legal foi toda reconstituída e preservada. Quanto as atividades relevantes seria a recuperação ambiental da propriedade, criação de RPPN, a preservação dos rios, principalmente o rio Barriguda, que abastece 70% de Pirenópolis. (JEANNE WHITE, 2022).

### **Figura 21 – RPPN Caraívas Vale da Dhyana**



**Fonte:** autora (2021).

Conforme apontam Shiki, Shiki e Rosado (2015), as ações e projetos ambientais são essenciais para favorecer a revegetação florestal de áreas degradadas, o aumento da biodiversidade e da capacidade de retenção de água, bem como outras práticas conservacionistas dos recursos naturais, além de favorecer a intensificação dos serviços ecossistêmicos do bioma Cerrado na propriedade rural.

Conforme define a Lei Snuc (BRASIL, 2004), a conservação ambiental para produzir o maior benefício possível, necessita do manejo do uso humano da natureza em bases sustentáveis para satisfazer as necessidades das gerações atuais e futuras, por meio da preservação, da manutenção e da utilização sustentável dos recursos naturais, além de promover a restauração e a recuperação do ambiente natural.

Dona Jeanne White comentou ainda sobre as contribuições das propriedades rurais, como modelo de atrativo natural, por meio da criação de RPPNs e da elaboração dos respectivos planos de manejo, como também os córregos e as matas preservadas do Cerrado:

Estamos fazendo um levantamento por meio do Edital Funbio, em parceria entre o Instituto Cerrado e a ABRA, para entrar com novos pedidos de criação de 4 RPPNs e elaboração de 8 planos de manejo em RPPNs, já somos 17 RPPNs na região, somos a região com maior número de RPPNs por hectare. Os principais atrativos naturais são os córregos e as matas do Cerrado conservadas. (JEANNE WHITE, 2022).

Quanto ao recebimento de recursos financeiros para desenvolver projetos ambientais ou atividades agrícolas nas propriedades rurais do Caminho, 80% dos(as) proprietários(as) responderam que não recebem e apenas 20% responderam receber algum tipo de recurso, como

para a criação de RPPNs ou recursos financeiros provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esses resultados apontam a deficiência em divulgação e apoio do Estado para a obtenção de recursos e investimentos para o desenvolvimento de ações e projetos ambientais, em conciliação com as atividades agrícolas e não agrícolas em propriedades rurais que incidem na APA da Serra dos Pireneus e seu entorno.

Cabe ressaltar as medidas previstas no PNPSA para incentivar a restauração de áreas degradadas, conforme esclarecem Shiki, Shiki e Rosado (2015), sobre os serviços ambientais que aumentam a produção agrícola e que são passíveis de comoditização, considerando os instrumentos econômicos que atendem ao princípio do protetor-recebedor ou provedor-recebedor,<sup>52</sup> como os incentivos que promovem mudanças no comportamento ambiental, como os subsídios para agricultores com práticas ambientalmente saudáveis.

O senhor Fernando Madueño, proprietário da RPPN Pau Terra, pontuou a estratégia para obtenção de recursos financeiros para apoiar a implantação de projetos ambientais, como a criação de RPPNs, informando o interesse nos títulos representativos de cobertura vegetal que se referem ao incentivo oferecido pela Cota de Reserva Ambiental (CRA), criada pelo Código Florestal, para áreas com excedente de área preservada compensarem a falta de áreas com cobertura de vegetação nativa para formação de reserva legal em outras propriedades:

Estamos também estudando, como associação, o estímulo oferecido pelos CRAS (cota de reserva ambiental) a nível estadual, mas ainda não existente no estado de Goiás, que possibilita o cadastramento das propriedades com excedente de área preservada, de transformar estas áreas em cotas ambientais, por meio de um banco estadual das secretarias de meio ambiente, de modo a receber o pagamento de propriedades rurais que necessitam compensar suas áreas desmatadas para plantio. (FERNANDO MADUEÑO, 2022).

Senhor Bismarque Real, proprietário da RPPN Sítio Lavrinhas, destacou a importância das reservas naturais privadas como modelo de conservação do Cerrado, bem como por possibilitarem a valorização e divulgação dos elementos naturais e históricos presentes no Caminho, conforme relata:

---

<sup>52</sup> A Lei nº 14.119/2021, em seu art. 2º, define pagamento por serviços ambientais (transação de natureza voluntária, mediante a qual um pagador de serviços ambientais transfere a um provedor desses serviços recursos financeiros ou outra forma de remuneração, nas condições acertadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes), pagador de serviços ambientais (poder público, organização da sociedade civil ou agente privado, pessoa física ou jurídica, de âmbito nacional ou internacional, que provê o pagamento dos serviços ambientais) e provedor de serviços ambientais (pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ou grupo familiar ou comunitário que, preenchidos os critérios de elegibilidade, mantém, recupera ou melhora as condições ambientais dos ecossistemas).

A RPPN, como proposta, pode ser entre algumas coisas que podem ser mostradas, como temas diversos de conservação. Como exemplo na minha área a ornitologia identificou 274 espécies de aves, na cachoeira existe uma dobra geológica e riqueza arqueológica recente, durante o período da mineração de ouro foi construído regos d'água com vestígios de mineração. (BISMARQUE REAL, 2022).

### 4.3 Corredores ecológicos e fortalecimento de unidades de conservação

Quanto às práticas de conservação ambiental do Cerrado no Caminho de Cora Coralina adotadas pelos(as) proprietários(as) rurais, podem-se observar resultados significativos relativos à adesão de 90% dos(as) proprietários(as) para a conservação do solo e da água e gestão e coleta seletiva dos resíduos gerados na propriedade, seguido por 80% para a conservação da biodiversidade, monitoramento, vigilância e combate a incêndios, 70% para a recuperação de áreas degradadas e 60% na implementação de corredores ecológicos.

Os resultados da pesquisa quanto às medidas que possam favorecer a conexão dos fragmentos dos remanescentes entre APP, RL, reservas naturais em terras privadas e UCs no CCC demonstraram que 70% dos(as) proprietários(as) consideram positiva a influência do Caminho para a conservação ambiental e para a formação de corredores ecológicos, 10%, médio grau de influência, e o restante, 20%, que não existe influência do Caminho. Cabe destacar que 80% dos participantes afirmaram que as áreas de APP e RL encontram-se conservadas em sua propriedade.

O trecho 2, inserido no interior da APA e em parte no interior do PEP no Caminho, apresenta o maior índice de cobertura vegetal do Cerrado representado por formação campestre (31,4%), bem como índices expressivos de uso consolidado por pastagem e agricultura, acima de 47%.

Os(as) proprietários(as) rurais do trecho 2 demonstraram a compreensão sobre a importância da ferramenta CAR para a propriedade rural. Vale destacar a importância do CAR para promover a recuperação dos remanescentes de vegetação nativa em propriedades rurais, em áreas degradadas situadas em APP e RL, visando à regularização ambiental do imóvel rural, e possibilitar a formação de corredores ecológicos entre as propriedades rurais e as unidades de conservação ambiental no meio rural.

Conforme relata Dona Odete Oliveira: “Eu acho que é muito importante e todos os proprietários devem aderir ao CAR, já faz 16 anos que eu fiz. É importante fazer todo o levantamento da sua área”. De mesma forma argumenta o senhor Cleber Neres: “O CAR para você entender como é sua propriedade, onde é APP, áreas de nascente, mas não entendo a vinculação do CAR com o Caminho”.

Pode-se observar a falta de compreensão dos proprietários para a importância do CAR para o conjunto do Caminho no sentido de favorecer a conexão dos remanescentes de vegetação natural para a formação de corredores ecológicos entre UCs e terras privadas. Conforme argumenta Stefanés *et al.* (2018), sobre a contribuição do conjunto de dados do CAR para os estudos do ambiente rural na paisagem regional, considerando que é possível estabelecer estratégias para formação de corredor entre remanescentes de vegetação natural do bioma Cerrado, constituídos pelas matas ciliares, matas de galeria, veredas, cobertura vegetal existentes em terras privadas que possibilitem a interligação de remanescentes entre unidades de conservação, áreas de preservação permanente e reserva legal.

O trecho 3, caracterizado pelos maiores índices de uso e cobertura do solo com formações vegetais do bioma Cerrado (florestal, 14,8%, savânica, 38,4% e campestre, 20,7%), portanto mais favorável aos serviços ecossistêmicos oferecidos pelo bioma e à formação do corredor ecológico, apresenta, em seu percurso, um conjunto de áreas preservadas e protegidas por lei, como o Parque Estadual dos Pireneus, o Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus e as demais reservas naturais que incidem sobre seu trajeto, entre elas, a maior RPPN de Pirenópolis, a RPPN Fazenda Gleba Vagem Grande I, com 391,50 hectares.

Apesar de poucos proprietários rurais demonstrarem a compreensão sobre as contribuições do CAR para a formação de corredor ecológico no Caminho, foi possível observar o entendimento da importância desse instrumento para a criação de RPPN e para regularização do imóvel rural.

Para o senhor Bismarque Real, “na constituição da RPPN, foi preciso obter o CAR e ao adquirir o imóvel, me adequei as exigências da legislação”. Dona Jeane White afirma: “para a minha propriedade precisamos do CAR para tudo, por exemplo para fazer a RPPN. E para qualquer atividade que necessite do cartório, como desmembramento precisa do CAR”.

Fernando Madueño, proprietário da RPPN Pau Terra, apontou alguns benefícios do CAR para a propriedade e para o Caminho, como possibilitar o ordenamento documental do imóvel para a implantação de RPPNs, conforme comentário a seguir:

Tivemos que legalizar todas as exigências para criação de duas RPPNs, a primeira criada em 2011, e a segunda em 2021, dentro do mosaico de RPPNs da Serra dos Pireneus [...]. CAR é uma maneira de ordenar este mosaico de propriedades rurais, com o registro no CAR, aparece os embaraços documentais, identificando os problemas de divisa, e por entrar em sistema nacional, visa o ordenamento documental. Para o Caminho seria favorável para dar um lastro formal para facilitar a implantação de RPPNs, além de criar um arcabouço legal para estabelecer condições para formalizar as propriedades, ainda considerando a enorme extensão territorial de Pirenópolis, vem possibilitar o seu ordenamento. O CAR é uma ferramenta muito proativa para o ordenamento territorial. (FERNANDO MADUEÑO, 2022).

No sentido de favorecer a conexão das paisagens rurais e atender aos objetivos do RNTLC – Caminho de Cora Coralina, que contempla os eixos temáticos de conservação e recuperação ambiental, gestão territorial e produção sustentável no meio rural, cabe destacar o relato apresentado pelo senhor Bismarque Real, sobre iniciativas em andamento de plantio de mudas e aquelas que podem ser realizadas no sentido de formação de corredor ecológico, como a implantação de faixa de reserva nas propriedades rurais ao longo do Caminho:

Na prática é pouco ainda, mas já é meta. Tem algumas iniciativas que já estão ocorrendo, por meio de uma instituição que está plantando árvores no Caminho. Já houve o plantio de 1.000 mudas, na região de São Francisco. São pequenos exemplos que já são referência para outras iniciativas. Os proprietários rurais podem colaborar de diversas formas, por exemplo por iniciativa de implantar uma faixa de reserva ao longo do Caminho para viabilizar a formação do corredor ecológico. Penso no futuro desenvolver a ideia de formação de corredores ao longo de caminhos históricos, minha ideia é que se possa fazer o caminho por dentro do mato, repleto de passarinhos. (BISMARQUE REAL, 2022).

Cabe ressaltar a importância de iniciativas que visam promover a conservação dos recursos naturais por meio da criação, da expansão e da gestão eficaz das reservas naturais privadas no bioma Cerrado, objetivando a implementação de corredores ecológicos, de modo a permitir a conservação e recuperação ambiental em escala regional em paisagens rurais, para que haja eficácia quanto à conservação ambiental de espécies prioritárias e ecossistemas.

Para Ayres *et al.* (2005, p. 31), o corredor ecológico permite “o incremento do grau de conectividade entre as áreas naturais remanescentes, sob diferentes categorias de proteção e manejo, através de fortalecimento e expansão do número de unidades de conservação, incluindo aqui as RPPNs, além da recuperação de ambientes degradados”.

Dona Kalinca Gomes, proprietária da Pousada Refúgio da Serra, demonstrou a necessidade de incentivo para a implantação do CAR: “não vejo diferença, sem incentivo”. Quanto à influência do Caminho para a conservação ambiental e a formação de corredor ecológico, comenta que foram desenvolvidas ações de plantio como atrativo para o ecoturismo: “plantamos 200 mudas para aumentar a biodiversidade como atrativo para os visitantes”.

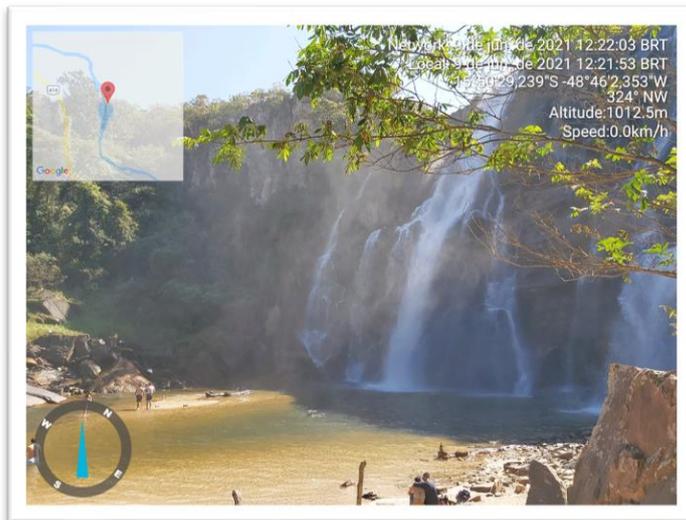
O trecho 4 apresenta-se caracterizado pelo maior índice de uso e cobertura do solo por pastagem (43,8%) e menor índice por formação savânica (6,6%), além de não apresentar representação por formação campestre do bioma Cerrado, por provável substituição e ocupação por pastagem, no entanto apresenta expressiva formação florestal (18,7%), que incide na região preservada da serra de Caxambu. Dona Daniele Mesquita, proprietária da Fazenda Custódio

dos Santos, no trecho 4, apontou alguns benefícios do CAR: “além de ter o controle ambiental e ter acesso as políticas públicas, como o empréstimo em banco, para o Pronaf é obrigatório”.

Muitos proprietários reconhecem a importância das áreas protegidas para a proteção dos remanescentes de vegetação natural e para o ecoturismo, sendo o Parque Estadual dos Pireneus considerado o principal atrativo natural ao longo do Caminho, bem como, consideram a influência positiva das UCs para a preservação da flora, da fauna e dos recursos hídricos do bioma Cerrado.

Dona Odete Oliveira observa os atrativos naturais no Parque Estadual dos Pireneus: “tem cachoeiras, árvores nativas, flores, rochas muito lindas”. Enquanto o senhor Cleber Neres ressalta a importância do Cerrado para a preservação da natureza e dos recursos hídricos e como grande atrativo do Caminho: “Sem dúvida, o Cerrado é o principal atrativo natural, o Salto do Corumbá seria o visual mais impactante e Pico dos Pireneus. O grande atrativo é a preservação da natureza, as trilhas bem conservadas, quando se tem o rio com suas águas preservadas e o rio volumoso”.

**Figura 22 – Salto do rio Corumbá**



**Fonte:** autora (2021).

Destacou-se ainda a contribuição relevante das unidades de conservação, como o PEP e as RPPNs, para a preservação da natureza no Caminho e para o turismo, visando minimizar os impactos negativos no Cerrado devido à agricultura:

As UCs deveriam ser expandidas. O próprio Cerrado, na minha percepção e na minha experiência turística, tem uma relevância muito forte para o turismo, as pessoas partem dos grandes centros em busca da natureza, do Cerrado, do leito **dos rios, e este**

Cerrado tem sido substituído pelas monoculturas e de uma forma muito agressiva muitas vezes. Então quando se fala nas UCs ao longo do Caminho, elas têm uma relevância muito grande. (CLEBER NERES, 2022).

Em relação as fragilidades no Caminho, quanto a gestão e proteção das unidades de conservação ambiental, os(as) proprietários(as) rurais foram unânimes em afirmar sobre problemas no Parque Estadual dos Pireneus, apesar de ser considerado referência por estar inserido em região de alta relevância ambiental e de grande aptidão turística, tanto para a proteção dos recursos naturais como para a produção de água para abastecimento público.

Conforme Metzger (2001), a noção integradora da paisagem contempla as interações espaciais entre as unidades culturais e naturais e, dentro do conceito de ecologia da paisagem, na abordagem ecológica, visa responder aos principais problemas ambientais decorrentes da fragmentação de habitats e do uso inadequado do solo.

Para solucionar os problemas ambientais no PEP, citados pelos proprietários rurais, como gestão precária e deficiente do Estado, falta de plano de manejo, de sinalização e de registro de controle de entrada e saída de visitantes, pastejos clandestinos e incêndios criminosos, foram destacados a importância da participação política no Conselho do Parque e conselhos municipais, além das ações de monitoramento, vigilância e combate a incêndios. Dona Odete Oliveira, relata que, “na parte da queimada, ajudamos muito porque fazemos parte do Conselho do Parque dos Pireneus e estamos sempre divulgando e orientando os proprietários rurais que moram em volta para tomar cuidado com o fogo”.

Diversos problemas ambientais relativos à gestão do PEP foram apontados na pesquisa, apesar de a unidade ser considerada de grande referência, por estar inserida em três municípios com forte aptidão turística. Relata o senhor Cleber Neres:

O PEP é uma grande referência, está inserido em três municípios turísticos, e vejo uma certa falta de gestão, de plano de manejo. Já viajei para outros parques nacionais e vejo uma forma de gestão diferente que acho poderia ser aplicada aqui também, como no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; que tem uma gestão diferente, trilhas mapeadas e sinalizadas, registro e controle de entrada e saída dos visitantes, o que não ocorre aqui no PEP, de certa forma até desvaloriza. (CLEBER NERES, 2022).

Os proprietários rurais têm uma visão clara sobre a necessidade de melhor gestão e proteção das unidades de conservação existentes no Caminho. Conforme advertem Terborgh e Schaik, (2002), a conservação da biodiversidade enfrenta dois desafios: o primeiro exige a necessidade de destinar mais áreas para a proteção da biodiversidade; e o segundo, a necessidade de que as áreas destinadas à conservação tenham proteção adequada contra as forças destrutivas (legais e ilegais).

O avanço da fronteira agrícola é considerado o principal problema na área do Caminho de Cora Coralina. Nessa perspectiva, Shiki, Shiki e Rosado (2015) apontam as questões ambientais que resultam do mau uso da terra: a degradação da biodiversidade e a diminuição da capacidade de produção de água. Brito (2012) explica

que a falta de consciência dos usuários dos recursos naturais no preparo do uso da terra no meio rural tem suprimido grandes áreas de remanescentes que abrigavam espécies raras ou endêmicas, tornando as paisagens fragmentadas, ocasionando o isolamento das florestas. A redução dos recursos naturais conservados, causa sérios problemas ambientais, como a destruição de habitats, assoreamento dos corpos d'água e a eutrofização dos recursos hídricos. (BRITO, 2012, p. 34).

Em relação à influência das unidades de conservação no Caminho de Cora Coralina para a conservação do bioma Cerrado, Dona Jeane White salienta a importância do Parque Estadual dos Pireneus no Caminho: “estamos preservando uma área que é divisor continental de águas e que está formando um grande parque para as futuras gerações, de todas as espécies, e para o ecoturismo”.

Foram apontados os problemas ambientais decorrentes da gestão e da proteção deficiente do Parque Estadual dos Pireneus. Foram recomendadas a participação em conselhos locais de meio ambiente, como também a criação de RPPNs visando à formação de mosaico de remanescente de vegetação natural, de modo a contribuir para minimizar os problemas ambientais, conforme comenta o senhor Fernando Madueño, proprietário de RPPN:

Participação no Conselho do parque, no Conselho municipal de meio ambiente e contribuindo com a instalação de RPPNs, para formação do mosaico que é excelente para a conservação, e que possibilita o planejamento de projetos, [...] como iniciativas conjuntas dos proprietários de implantação da rota do vinho e do queijo. (FERNANDO MADUEÑO, 2022).

O senhor Fernando Madueño ressaltou ainda os problemas ambientais decorrentes da falta de gestão e manutenção da unidade e a importância do plano de manejo<sup>53</sup> do PEP, em função da especulação imobiliária na região da APA. Ele relata:

temos acento no conselho consultivo do parque, estamos sempre discutindo a inoperância dos gestores, da secretaria estadual de meio ambiente, como exemplo da

<sup>53</sup> O plano de manejo da APA da Serra dos Pireneus está previsto no Decreto nº 5.174/2000, de criação da APA. Em seu art. 4º, inciso I, estabelece a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico a ser regulamentado por decreto estadual, definindo as atividades a serem permitidas ou incentivadas em cada zona as que deverão ser restringidas e proibidas. E em seu art. 8º, determina que a Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Naturais poderá criar conselho gestor da APA ou grupos técnicos para apoiar a implantação das atividades de administração, a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico e do Plano de Gestão Ambiental (GOIÁS, 2000).

responsabilidade com a manutenção da estrada parque linear que passa na APA da Serra dos Pirineus, com muito custo conseguimos que fosse contratado o plano de manejo do parque e da APA, o que é essencial, estamos preocupados com a especulação imobiliária, devido estes megas empreendimentos que estão querendo subir a Serra dos Pirineus, região de nascente, chegando em Pirenópolis, a exemplo do que fizeram em Caldas Novas. No momento, estamos fazendo a cobrança do plano de manejo, após diversas discussões chegamos ao termo final, aguardando agora a saída do produto. (FERNANDO MADUEÑO, 2022).

Os relatos apresentados pelos proprietários no Caminho vão ao encontro do que observam Terborgh e Schaik (2002), que enfatizam que é preciso implementar efetivamente os parques que já existem legalmente, principalmente nos trópicos. Esclarecem que os benefícios fundamentais derivados da conservação da natureza são tanto econômicos (turismo e serviços prestados pelos ecossistemas como oferta de água limpa, ar puro e ciclagem geoquímica natural) como intangíveis, relacionados com a recreação, o bem-estar físico e o valor intrínseco da própria natureza.

Os entrevistados informaram que muitas iniciativas de manutenção das áreas do parque, como as medidas de combate a incêndios, partem da própria comunidade residente no entorno da unidade, que se organiza por meio de cooperativas e parcerias em busca de solução para minimizar os problemas ambientais existentes. O senhor Bismarque Real observou os principais conflitos da área,

O parque ainda é local onde se coloca gado para pastar por clandestinos; existe incêndio criminoso, que é um problema sério, que é combatido por grupo de combate treinado pelos bombeiros. O combate a incêndio está se fortalecendo cada vez mais, liderado pela Coepi (Cooperativa Educacional de Pirenópolis), e que tem um grupo específico para combate ao fogo. Falta equipamentos adequados no combate ao incêndio, para compra de equipamentos os próprios participantes se organizam para adquirir. (BISMARQUE REAL, 2022).

Ainda quanto às contribuições dos proprietários rurais para minimizar os problemas ambientais no Caminho, Dona Marly Borges ressaltou a “prevenção com aceiro e outras técnicas que vamos aprendendo com as experiências e a educação ambiental”. A agricultora Daniele Mesquita comentou sobre a importância de ampliar a participação no conselho do PEP: “certo é ir atrás para participar do Conselho do Parque, quanto mais pessoas participarem melhor”.

Em relação aos problemas ambientais no PEP e nas propriedades rurais no entorno da unidade, foram destacados ainda os problemas de desmatamento e de ocorrência de incêndios. Brito (2012) alerta sobre o aumento expressivo do desmatamento devido ao avanço da fronteira agrícola, da mineração, dos incêndios florestais e de projetos de desenvolvimento no Cerrado.

Quanto aos problemas ambientais de degradação do Cerrado, Dona Marly Borges destacou as “queimadas no período seco”.

O Senhor Joaquim Pontiere (Seu Quinzinho) chamou a atenção para o “risco de incêndio com toco de cigarro. É malvadeza demais, desmatamento. Isto é do nosso país, a política é muito perversa”. Enfatizou ainda o problema do desmatamento nas áreas rurais para implantação de pastagem:

O dinheiro manda muito. Tinha três fazendas que foram vendidas, com muito pequi, que foram retirados e enterrados. Se cada um preservar já é bom demais. As fazendas eram boas demais da conta, entraram com motosserra, trator de esteira e desmataram tudinho, hoje é só pasto. (JOAQUIM PONTIERE, 2022).

#### **4.4 Agroecologia para a sustentabilidade rural no Caminho**

No trecho 4, caracterizado pelas fazendas tradicionais goianas que desenvolvem o turismo rural no Caminho, situadas na região de Pirenópolis, e ocupadas por famílias naturais de Goiás, predominam as atividades de agricultura e de pecuária, como a criação de gado, a produção de leite, a plantação de milho, soja, mandioca, hortaliças e frutíferas em geral, inclusive, mais recentemente, o plantio de uva, associadas ao turismo rural, bem como à adoção do manejo agroecológico.

Em busca da sustentabilidade no meio rural visando atender às novas tendências de consumo por produtos orgânicos por meio dos sistemas alternativos de produção agroecológicos, Costabeber e Caporal (2003) abordam o tema desenvolvimento rural sustentável (DRS) a partir das orientações da agroecologia, sob a perspectiva ecossocial e pela transição agroecológica na agricultura.

Uma estratégia considerada relevante de conservação ambiental desenvolvida no Caminho de Cora Coralina em conciliação com o turismo rural são as práticas agroecológicas desenvolvidas na Fazenda Custódio dos Santos, pela agricultura Daniele de Mesquita e sua família, no projeto Promessa do Futuro, com objetivo de produzir e comercializar hortaliças e outras culturas temporárias. Além da adoção de práticas conservacionistas, como a rotação de culturas e o plantio em nível, da produção de sementes crioulas, extrativismo, beneficiamento e comercialização de frutos e legumes e a produção de geleias de baru, cagaita e hibisco e castanhas torradas na agroindústria,

Fazemos rotação de cultura, curva de nível [...], recuperamos locais de nascente onde não permitimos a entrada do gado. A agroecologia é algo que está crescendo muito,

agroindústria e extrativismo, como exemplo fazer oficina de coleta, quebra e beneficiamento da castanha de baru e de produção de farinha e polvilho. Tivemos parceria com a Embrapa para produção de sementes crioulas. (DANIELE MESQUITA, 2022).

De acordo com o relato da agricultora Daniele Mesquita, quanto à adoção da agroecologia no meio rural, cabe as orientações apresentadas por Costabeber e Caporal (2003), que indicam a adoção de sistemas alternativos de produção agroecológica, em busca da sustentabilidade no meio rural. Explicam que as ações voltadas à sustentabilidade ecológica de agrossistemas dentro da agroecologia em propriedades rurais devem visar à melhoria das condições do solo, da biodiversidade, das reservas, dos mananciais hídricos e dos recursos naturais, por meio de uma abordagem holística e enfoque sistêmico, com reutilização de energia e eliminação do uso de insumos tóxicos. Nessa perspectiva, a proprietária rural Daniele Mesquita destaca a importância do manejo agroecológico:

A preservação das áreas e das nascentes, é importantíssimo, a chuva vem diminuindo cada vez mais, precisa evitar desmatar, pois vem a falta de água, a erosão pelo solo descoberto, é preciso tentar fazer a produção agroecológica e produzir o mínimo por meio de plantio, ter criação, uma galinha, um porco. (DANIELE MESQUITA, 2022).

### Figura 23 – Manejo agroecológico no Projeto Promessa do Futuro



**Fonte:** autora (2021).

No sentido, da adoção do manejo e produção agroecológica para a conservação ambiental, com valorização das tradições culturais no meio rural, a agricultora Daniele de

Mesquita enfatiza a importância da agroecologia como prática tradicional associada à produção agrícola que respeita o meio ambiente: “acaba que a agroecologia é este tipo de produção, que respeita o tempo da terra, no sistema antigo de plantio”.

Os relatos da Dona Daniele Mesquita quanto à adoção de modelos alternativos de produção local, com base em sistemas agroecológicos, elaborados em conjunto com atividades de turismo rural, podem favorecer os serviços ecossistêmicos prestados pelo bioma Cerrado, com destaque para os serviços relativos à produção de água e de alimentos, beneficiados pelos serviços ambientais desenvolvidos na propriedade rural. De acordo com Shiki, Shiki e Rosado (2015), investimentos em manejo agroecológico associados à revegetação florestal aumentam a biodiversidade, a capacidade de retenção de água, a ciclagem de nutrientes e outros serviços.

#### **4.5 Preservação dos sítios históricos e naturais para a conservação do Cerrado**

Os (As) proprietários(as) rurais apontaram a adoção de práticas de conservação de objetos, edificações e espaços e(ou) sítios de valor históricos, paisagísticos, arqueológicos e(ou) ecológicos, em conciliação com as práticas de conservação ambiental, como atrativo no ecoturismo nos trechos 2 e 3 do Caminho. Enquanto no trecho 4, nas fazendas tradicionais, foram apontadas as atividades culturais, associadas ao turismo rural, e vinculadas aos saberes tradicionais empregadas na culinária goiana, no manejo agroecológico e na participação em festas tradicionais religiosas e folclóricas no estado de Goiás.

De acordo com as definições apresentadas por Alves (2004, p. 7) sobre os processos de desenvolvimento local, dentro da temática patrimônio rural, relativa aos recursos turísticos favoráveis a economias rurais, e sobre a relação íntima dos conceitos de patrimônio cultural e natural com a identidade das sociedades, “os bens patrimoniais são, precisamente, aqueles em que os homens se reconhecem a título individual e coletivo. E consideram estes bens significativos para o seu passado e preciosos para o seu futuro”.

Em relação à percepção dos(as) proprietários(as) relativos à influência do Caminho para a diversidade cultural, em conciliação com a conservação ambiental do Cerrado, 60% entendem que existe alto grau de influência, 20% consideraram médio grau de influência e o restante, apenas 20%, informou baixo grau ou inexistência de influência do Caminho.

Esses resultados caminham em direção às orientações apresentadas por Costabeber e Caporal (2003, p. 3) quanto às dimensões culturais da sustentabilidade, ao que se refere “ao reconhecimento da importância do saber e dos processos de geração do conhecimento ambiental e socialmente útil”, em que as ações devem considerar “o respeito à cultura local (saberes,

conhecimento e valores), de modo que possam espelhar a identidade cultural das populações rurais”.

Entretanto a pesquisa apontou atividades culturais com baixa representatividade nas propriedades rurais no Caminho, como a educação artística, turística e cultural, a produção artesanal e a pesquisa e a produção científica, apesar de as ações de valorização cultural estarem contempladas entre as diretrizes estabelecidas no decreto de criação da APA da Serra dos Pirineus. Entre elas, a orientação e o disciplinamento das atividades econômicas locais, como o turismo ecológico, o fomento a educação ambiental e a preservação das culturas e das tradições locais.

As atividades culturais em propriedades rurais de ecoturismo no Caminho de Cora Coralina são muito representativas, com 80% de participação nas propriedades. Tal fato diz respeito à inserção do Caminho em região com diversos e relevantes atrativos naturais e trilhas ecológicas no interior da APA da Serra dos Pirineus e entorno, com destaque para as propriedades em reservas naturais, como o Salto do Corumbá, sob cuidado do senhor Neres, e as RPPNs formadoras do Mosaico de Proteção da Serra dos Pirineus e as áreas rurais preservadas na região da serra do Caxambu.

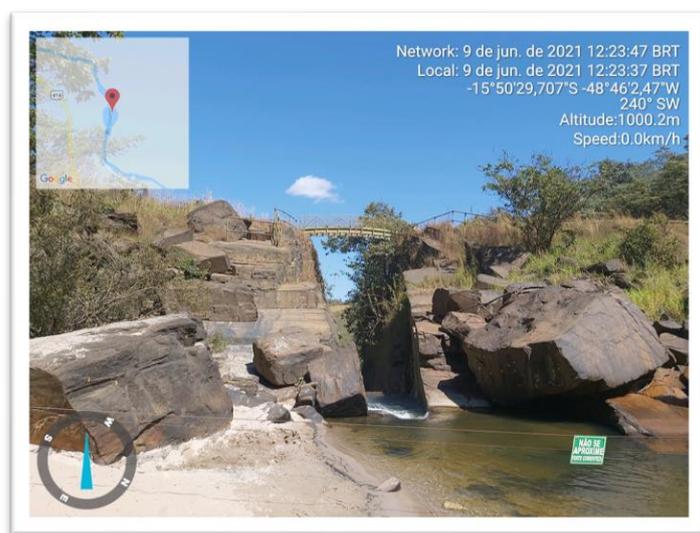
Conforme reforçam os conceitos apresentados por Mariuzzo (2012) e Alves (2004), sobre as transformações do espaço rural brasileiro em direção ao reconhecimento e valorização do patrimônio cultural, os relatos demonstraram o comprometimento de proprietários rurais do CCC para a valorização dos elementos culturais e históricos em suas propriedades, como a preservação dos sítios históricos, arqueológicos e naturais, mesmo que ainda de forma incipiente, por meio da participação como prestadores de serviço no Caminho.

A maior incidência dos sítios naturais, paisagísticos e ecológicos de excepcional beleza dos trechos selecionados na pesquisa situa-se na APA da Serra dos Pirineus, onde predominam as atividades de ecoturismo, representadas pelos atrativos naturais presentes no Caminho, entre eles, a cachoeira do salto do rio Corumbá e suas corredeiras. No interior do Parque Estadual dos Pirineus, situam-se o pico dos Pirineus, um dos pontos de maior altitude na APA da Serra dos Pirineus, com 1.390 metros de altitude, e o morro do Cabeludo, com 1.350 metros.

Cabe ressaltar que as atividades de ecoturismo que predominam no CCC estão associadas à preservação de sítios históricos relacionados ao período da mineração do ouro na região de Corumbá de Goiás e Pirenópolis, onde existia a exploração pelo garimpo do ouro, durante o século XIX. O senhor Cleber Neres, com propriedade situada no trecho 2 do Caminho, registrou a intenção de instalar um museu sobre o período histórico da mineração do ouro, como atrativo turístico no Salto do Corumbá:

Temos intenção de abrir em breve um projeto de um pequeno museu, estamos dentro de um sítio arqueológico, além de ser um sítio natural, tem uma importância histórica, o Salto do rio Corumbá foi desviado para a fins de garimpo, e a cachoeira ficou mais de 100 anos seca, só no final dos anos 80 que foi resgatado. Estamos buscando documentos, fotos e objetos para expor, para informar para as pessoas entenderem como foi este processo. O rio Corumbá sempre foi explorado para garimpo até o final do século XIX. A cidade de Corumbá de Goiás surgiu no início do século XVIII com a descoberta do ouro, que teve um ciclo muito curto, em seguida, as cidades ficaram completamente abandonadas no final do século XIX, e as atividades do ouro foram substituídas por atividade rural. O corte artificial na rocha do Salto foi batizado de Garganta do Ouro. (CLEBER NERES, 2022).

**Figura 24 – Corte artificial na rocha do salto batizado de Garganta do Ouro**



**Fonte:** autora (2021).

A valorização dos sítios históricos e arqueológicos associados ao período da mineração do ouro no entorno do PEP e da APA da Serra dos Pireneus, no trecho 3 e no Museu Lavras de Ouro<sup>54</sup> de Pirenópolis, foi destacada como parte das estratégias culturais e históricas que contribuem para a conservação do Cerrado. Nesse sentido, cabe também sublinhar a fala do proprietário da RPPN Pau Terra, Fernando Madueño, sobre a valorização dos sítios históricos e arqueológicos do período da mineração do ouro em área do Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus:

Com o mirante que temos na nossa propriedade, com vista para o sítio arqueológico e histórico construído na época da mineração, em torno de 1817, formado pela construção do canal escavado no morro de 1,5 km de extensão, com objetivo de transposição do rio Barriguda para o Rio das Almas, para dar pressão a água para exploração do ouro na região. Fatos históricos que devem constar na intenção do

<sup>54</sup> Pirenopolis.tur.br, 2018.

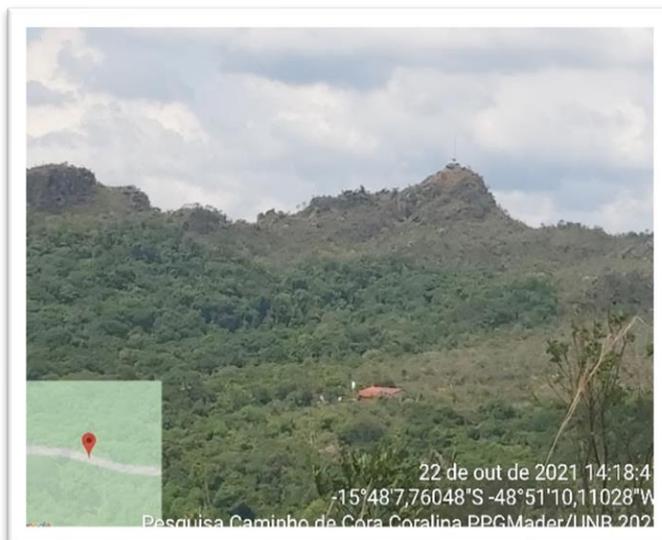
projeto de criação do museu do ouro em Pirenópolis. (FERNANDO MADUEÑO, 2022).

O senhor Bismarque Real, proprietário da RPPN Sítio Lavrinhas, enfatizou a importância de divulgar informações sobre o Cerrado e sua história aos visitantes e aos moradores do Caminho, visando desenvolver o sentimento de valorização e reconhecimento do bioma: “na medida que se passa informação sobre a composição e a história do Cerrado, seus mapas históricos, a ornitologia, estudo das borboletas e da vegetação nativa, as pessoas ao longo do Caminho passam a considerar mais o Cerrado”.

Ressaltou-se a importância da diversidade biológica existente no interior do Parque Estadual dos Pireneus como atrativo natural, além dos elementos culturais e históricos no Caminho, como explica o senhor Bismarque Real:

Ao longo do Caminho tem muitos vestígios e muitas áreas de Cerrado preservadas, como no Parque Estadual dos Pireneus se pode ver muitas espécies. Ao longo do Caminho se passa por matas, se não primárias, mas secundárias. E quanto a história se tem muitos testemunhos ao longo do Caminho, como históricos, na serra do Caxambu, em que possivelmente os bandeirantes passaram e o trajeto já era utilizado antes de se existir estrada. (BISMARQUE REAL, 2022).

**Figura 25 – Pico dos Pireneus no PEP**



**Fonte:** autora (2021).

#### **4.6 Saberes e fazeres tradicionais na valorização da biodiversidade do Cerrado**

Nas fazendas tradicionais, em que predominam as atividades culturais relacionadas à culinária goiana, associadas ao turismo rural, pode-se observar a participação significativa das

proprietárias rurais no Caminho, a Dona Odete Oliveira (Fazenda Quatro Barras), no trecho 2, a senhora Marly Borges (Fazenda Santa Helena) e a agricultora Daniele de Mesquita (Fazenda Custódio dos Santos), no trecho 4.

Em relato da senhora Daniele de Mesquita, pode-se observar o uso de produtos oriundos do bioma Cerrado, como o pequi, o baru e a cagaita em sua culinária, porém ainda pouco explorado nas propriedades do Caminho, considerando a rica biodiversidade da flora do Cerrado.

Santiago e Coradin (2018, p. 25) observam sobre a baixa utilização dos recursos vegetais da biodiversidade do Cerrado “em razão de padrões culturais impostos e fortemente arraigados, que privilegiam produtos e cultivos exóticos originários de outros países”. Consideram que, no Brasil, a riqueza do Cerrado é pouco conhecida e subutilizada: “na verdade, o Brasil utiliza uma parcela muito pequena da sua vasta biodiversidade, o que se reflete na baixa diversificação dos produtos consumidos pela população e em uma dieta altamente simplificada”. Os autores, ainda, relacionam as espécies alimentícias priorizadas nas receitas do Centro-Oeste pesquisadas por eles: arará, araticum, baru, beldroega, buriti, cagaita, caju, caju-do-cerrado, xicá, coquinho-azedo, gabiroba, gueroba, jatobá-do-cerrado, jenipapo, jurubeba, macaúba, major-gomes, mangaba, maracujá-do-cerrado, murici, ora-pro-nóbis, pequi e pera-do-cerrado.

A integração do uso de produtos da biodiversidade do bioma Cerrado no Caminho de Cora Coralina, associada à culinária goiana e ao manejo agroecológico em conciliação com a agroindústria, de modo a favorecer a diversificação da produção agrícola, a formação de corredores agroecológicos e o uso de insumos orgânicos na propriedade rural, como atrativo no turismo rural, podem contribuir de forma significativa para conservação ambiental em conciliação com a valorização da diversidade cultural.

Nesse sentido, Dona Daniele de Mesquita, da Fazenda Custódio dos Santos (Projeto Promessa do Futuro), relata:

Temos objetos antigos, como o tacho de torrar farinha e panelas de fritar porco que eram da minha bisavó, criamos galinha e porco voltado para o consumo, o que já ajuda na produção de pão e biscoito para os visitantes, temos moinho em casa, antigo para moer café, com mais de 40 anos. Acho importantíssima a culinária, fazemos arroz com galinha caipira no fogão a lenha. O cardápio não pode ser fixo para os visitantes, depende da estação, existe a sazonalidade, tem a época para produzir quiabo, jiló, alface, as pessoas têm que entender isto, para se evitar de ter que comprar. A galinha e o porco são mais fáceis de controlar, ovo tem vez que tem, outras não, na quaresma reduz a produção, o próprio baru também é bem sazonal. Outra coisa importantíssima é ter o controle e produção da própria semente, para não ficar à mercê do mercado, e queremos fazer o corredor agroecológico dentro da roça, para tirar semente, com plantio variado de leguminosa, milho, girassol. Temos produção de farinha, polvilho, geleia artesanal de hibisco e de frutas da estação. Pode contribuir muito, cria uma outra opção de renda, que não é só a monocultura, diversificar mais, o turismo ajuda

muito neste sentido, o que mais destrói o Cerrado é o desmatamento, a produção diversificada ajuda demais os pequenos e na conservação do Cerrado, tem muita fruta do Cerrado, como baru e cagaita. (DANIELE DE MESQUITA, 2022).

Relatos de saberes e fazeres tradicionais associados a conservação ambiental, costumes e experiências das gerações passadas, que são perpetuadas entre gerações, são trazidos por Dona Marly Borges da Fazenda Santa Helena:

Tenho a produção de farofa de frango na palha de milho para alimentação dos caminhantes, da época de nossos ancestrais, fácil e nutritiva, a matula, corisco de fubá assado na folha de bananeira, broa de fubá muito saborosa da culinária tropeira, biscoito tradicionais de queijo e rapadura com queijo fresco. Evitamos a poluição ambiental. (MARLY BORGES, 2022).

Quanto aos comentários dos(as) proprietários(as) sobre as experiências, práticas e costumes de gerações anteriores que são replicadas na atualidade nas fazendas tradicionais, elucida Toledo (2015), quanto à construção dos saberes locais e sua definição:

são sistemas de conhecimento holísticos, acumulativos, dinâmicos e abertos, que se constroem com base nas experiências locais transgeracionais e, portanto, em constante adaptação às dinâmicas tecnológicas e socioeconômicas. Os saberes locais incorporam uma visão monista do mundo, de modo que a natureza e a cultura são aspectos que não podem ser separados. (TOLEDO, 2015, p. 138).

Nesse aspecto, em relação às práticas, aos costumes e aos saberes da culinária tradicional goiana e seus utensílios e objetos históricos, bem como sua vinculação com a conservação ambiental, cabe o relato de Dona Odete Oliveira, da Fazenda Quatro Barras, de Cocalzinho de Goiás:

Temos monjolo muito antigo, socamos paçoca de amendoim, de carne; os turistas visitam o monjolo, se deparam com esse elemento muito antigo. Temos fogão a lenha, panela de ferro, bem típico da roça. O rancho de palha, redário coberto de palha de coqueiro, isso vem dos nossos bisavôs, uma cultura antiga. Todos esses materiais e elementos usados são naturais e ficamos em contato com a natureza. (ODETE OLIVEIRA, 2022).

Ainda no sentido de reconhecimento dos saberes e dos fazeres locais relativos à culinária regional como estratégia de valorização cultural na APA da Serra dos Pireneus no CCC, cabe destacar a iniciativa de comercialização de produtos naturais e artesanais gerados pela comunidade local. No percurso do Caminho, é possível encontrar uma vendinha de comercialização de produtos naturais e artesanais de fabricação regional: pão, granola, queijo, geleias, suco de uva, vinhos, suco de amora, ovos caipiras, tapetes, entre outros atrativos

turísticos. Conforme relata a proprietária, Dona Kalinca Gomes: “Temos a venda para comercialização de produtos regionais e produção de granola artesanal, conservamos a Bica do Juca que atendem aos caminhantes no Caminho para o PEP e pretendemos realizar a missa na Capela para os visitantes”.

**Figura 26 – Vendinha Kalinca com produtos artesanais locais**



**Fonte:** autora (2021).

O senhor José Ruiz relaciona as diversas atividades culturais que acontecem na sua propriedade, somadas a educação artística e cultural, como atrativo turístico para os visitantes do Caminho:

Temos as trilhas que fizemos uma recuperação nas valas deixadas pelos garimpeiros, fizemos recuperação e limpeza e fizemos a trilha do labirinto, temos a cachoeira, jardim sensorial, praça para a reflexão, mostramos o ciclo do ouro, temos muita história para contar aqui da região trabalhamos com argila e estamos recuperando o forno, devagarzinho. Fazemos dança de capoeira, fazemos eventos de vinho com as estrelas, coisas bem interessantes. Fazemos encontros de troca de saberes, benzedeiros, raizeiras, parteiras, vem pessoas de todas as partes, muito gostoso, o povo não quer ir mais embora. (JOSÉ RUIZ, 2022).

Comenta, ainda, sobre as atividades culturais relacionadas à culinária tradicional com o uso de plantas alimentícias não convencionais (Pancs)<sup>55</sup> em sua propriedade, bem como cita o

<sup>55</sup> Pancs “são alimentos que produzem efeitos benéficos à saúde do consumidor e compõem pratos típicos com grande importância na cultura das regiões” (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2021).

uso de plantas utilizadas na roça. “Temos as plantas que se comiam na roça, caruru, taioba, cambuquira, o broto do pé da abóbora, se come o broto, chamamos de Pancs, servimos no restaurante, e servimos o suco de capim santo com limão, é muito refrescante”.

Dona Jeane White, da RPPN Caraívas e do Centro de Apoio à Educação e Terapias Integrativas Caraívas, comenta sobre a existência, no passado, de restaurante com práticas de culinária com frutos do Cerrado voltadas aos hóspedes, aos visitantes e à comunidade local, em parceria com pesquisadores do bioma, onde havia uma escola para educação de criança e jovens da comunidade local por 15 anos:

Já tivemos restaurante com culinária com frutos do Cerrado com Marcelo Kuhlmann, que tem dois livros sobre espécies do Cerrado, e trabalhos e oficinas com crianças para preservação do Cerrado. Somos um centro de apoio a educação, temos a Ecovilla e a RPPN Caraívas. Esse espaço já foi uma escola para crianças que funcionou durante 15 anos e educamos 50 crianças da região, entre 7 e 15 anos de idade, era uma escola municipal de ensino fundamental. (JEANE WHITE, 2022).

No sentido do envolvimento das novas gerações para a valorização do patrimônio cultural, Dona Jeane White ressalta a necessidade de educação da população rural para a troca de conhecimento e saberes tradicionais, de modo a promover a valorização da diversidade cultural no CCC e, ao mesmo tempo, propiciar a geração de renda e manter as novas gerações no meio rural:

Precisa de uma educação melhor da pessoa nativa e dos proprietários, para eles entenderem o que é o Caminho de Cora Coralina e como eles poderiam ter uma troca cultural com essas pessoas. Por exemplo, quando cheguei aqui, com convivência com os moradores locais, conheci o café de milho torrado com caldo de cana, a broa de milho, o melado, a rapadura, faziam algodão na roca. Era fantástico, hoje não tem mais isto. Hoje as novas gerações foram estudar na cidade, fazem móveis com madeira do Cerrado, trabalham como pedreiros e diaristas. (JEANE WHITE, 2022).

Pode-se ainda identificar, nas respostas das entrevistas, a valorização dos aspectos culturais como importante atrativo no CCC, em interface com a conservação ambiental. Os proprietários rurais enfatizaram como relevante a oportunidade oferecida pelo Caminho para se conhecer os atrativos culturais da região, como também o contato com o homem do campo.

Dona Kalinca Gomes relata: “a beleza natural, biodiversidade do Cerrado, também considero os anfitriões porque ainda falta muita infraestrutura, e os anfitriões salvam, como o senhor Quinzinho, conhecer o povo da região”. Quanto aos elementos da cultura e da história como importante atrativo no CCC, o senhor Fernando Madueño, também ressalta a oportunidade do contato com os anfitriões: “são as originalidades que se encontra ao longo do

caminho, como a simplicidade e o carinho do Seu Quinzinho no caminho, pão de queijo, almoço com frango, da vida no campo, contato com a natureza e com as fases da lua”.

#### **4.7 Fortalecimento de redes e participação política**

Para a promoção do desenvolvimento rural, Schmitt (2011) propõe o fortalecimento de redes. Segundo ela, a rede é uma ferramenta capaz de interligar atores, objetos, significados e práticas nos processos de desenvolvimento rural. Explica que, em relação à abordagem relacional nas ciências sociais, “os atores sociais, suas características e dinâmicas de interação, só existem, efetivamente, como parte de uma teia de interdependência, impossível de ser apartada de seus contextos temporais e espaciais de existência” (SCHMITT, 2011).

Em análise dos resultados das entrevistas quanto à visão dos proprietários rurais referente a sua participação na RNTLC – Caminho de Cora Coralina como representantes da sociedade civil e integrantes da Associação do Caminho de Cora Coralina, observa-se que foram apontadas as demais formas de participação regional, como associações, conselhos municipais e estaduais, sindicato e cooperativa.

Os proprietários rurais demonstraram a intenção de colaborar com a ACCC no sentido de oferecer serviço de lazer, hospedagem ou alimentação de boa qualidade aos visitantes, visando possibilitar a geração de renda e o incremento da economia local. Nesse sentido, Graziano da Silva (2002) ressalta a importância de criação de empregos não agrícolas como estratégia de manter a população rural nos espaços de origem e elevar sua renda, bem como da gestão multipropósito do espaço rural como ofertador de ar e água limpa, turismo, lazer e bens de saúde.

A participação dos(as) proprietários(as) em redes de representação da sociedade civil, como associações, conselhos e parcerias existentes e atuantes na região de abrangência do CCC, configura-se como foco principal de atuação na área ambiental e de turismo. Isso demonstra a potencialidade do programa RNTLC para favorecer a interconexão entre organizações sociais que apresentam objetivos em comum, de forma a favorecer o apoio mútuo e compartilhado no alcance de suas metas e objetivos, em busca do desenvolvimento rural sustentável.

Quanto às questões de formação de redes para o desenvolvimento rural sustentável, Schmitt (2011) defende os processos de construção de modelos alternativos, como a formação de redes rurais na construção de uma abordagem relacional para a transformação do rural na atualidade. A autora argumenta que “as redes, mobilizando relações, recursos e significados, propiciam a interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo

domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas” (SCHMITT, 2011, p. 92).

A pesquisa registrou que existe significativa participação dos(as) proprietários(as) em entidades de representação política, além da participação na ACCC. Sendo que 70% comentaram participar em uma ou mais instituições de atuação regional, sendo citadas oito instituições atuantes na região de abrangência da APA da Serra dos Pireneus, apresentadas no quadro 7, a seguir.

#### **Quadro 7 – Participação dos(as) entrevistados(as) em entidades atuantes na APA da Serra dos Pireneus**

<b>Nome do(a) proprietário(a) ou gerente</b>	<b>Nome da entidade</b>
Odete Oliveira	Conselho de Turismo da Secretaria de Turismo de Cocalzinho de Goiás (Comtur/Setel) e Conselho Consultivo do Parque e da APA dos Pireneus (Conpep/APA)
Joaquim Pontieri (Seu Quinzinho)	-
José Ruiz	-
Cleber Neres	Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal e Entorno (Ruraltur), Associação dos Atrativos Turísticos de Pirenópolis e Região da Serra dos Pireneus (AAPSP) e Associação das Nascentes de Cocalzinho de Goiás (Asnascen)
Marly Borges	-
Bismarque Real	Associação dos Moradores do Córrego da Barriguda e da Cabeceira do Rio das Almas (Abra)
Fernando Madueño	Presidente da Abra, integrante da Conpep/APA e Conselho Municipal de Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Pirenópolis
Jeanne White	Associação dos Moradores do Córrego da Barriguda e da Cabeceira do Rio das Almas (Abra)
Daniele de Mesquita	Cooperativa Central do Cerrado de Extrativistas, Agricultores Familiares e Comunidades Tradicionais
Kalinca Gomes	Associação dos Moradores do Córrego da Barriguda e da Cabeceira do Rio das Almas (Abra).

**Fonte:** elaborado pela autora (2022).

Considerando a importância dos processos participativos e democráticos na promoção da sustentabilidade no CCC, por meio da formação de redes de organização social de diversos segmentos rurais e da sociedade civil, como empreendedores de turismo, proprietários rurais, voluntários e governo, a pesquisa apontou a necessidade da melhoria contínua nos processos de gestão e de coordenação do caminho, no sentido de promover maior integração, incentivo e apoio mútuo entre os diversos atores sociais envolvidos. Isso tendo em conta a ampla opção de diretorias temáticas envolvidas na governança da RNTLC e a necessidade de promover a sensibilização dos segmentos rurais e da sociedade civil sobre a importância da conservação e

da recuperação do bioma Cerrado, bem como da valorização dos patrimônios natural, cultural e histórico ao longo de todo o trajeto.

Quanto aos processos de participação dos proprietários rurais na gestão e na coordenação do Caminho, pode-se observar, em análise dos relatos dos proprietários rurais, menor interesse em participar da coordenação da ACCC.

O senhor José Ruiz relata a falta de interesse em participar da ACCC em razão de problemas de interferência política na coordenação do Caminho: “Já tive muito mais interesse, hoje não tenho mais interesse, devido às politicagens”,

Os proprietários de RPPNs do Mosaico da Serra dos Pireneus relatam sua contribuição à ACCC. O senhor Bismarque Real destacou sua participação na ACCC no passado, como o primeiro presidente da associação, na primeira gestão do Caminho: “Já contribuí em 100%, agora acho que uns 20%”. Por sua vez, o senhor Fernando Madueño coloca-se como colaborador da ACCC: “como uma célula do coletivo, colaboradora e que possa contribuir com o Caminho”.

Dona Jeane White informa sua participação em oferecer serviço de hospedagem aos visitantes do CCC: “como um local que pode oferecer pernoite e descanso”. A senhora Kalinca Gomes relatou o interesse em participar para atender os visitantes do Caminho: “participação efetiva no sentido de atendimento e hospitalidade”.

Por outro lado, alguns entrevistados demonstraram maior interesse e entusiasmo em participar do ACCC, como relata o senhor Joaquim Pontieri (Seu Quinzinho), um dos pioneiros no caminho: “É bom demais da conta, eu participo de tudo, eu gosto muito do respeito, gosto de respeitar e ser respeitado, é bom demais da conta. Desde que comecei atender pessoas aqui, nunca saiu uma palavra, uma conversa mal falada, nem de vizinho, nem de caminhante”.

Muitas sugestões foram repassadas pelo senhor Joaquim Pontieri (Seu Quinzinho), como a ampliação dos pontos de atendimento aos caminhantes e de maior adesão dos moradores visando geração de renda local:

Eu já fiz muito, eu falo no meu povoado para montarem uma oficina, que pode fazer um rendimento, que no final do mês pode trazer um rendimento bom, um ponto de comer, uma água de coco, é vantajoso. Já saiu uma ajuda para o pequeno empreendedor, já ajudou. Eu aviso que os caminhantes sempre reclamam para mim das mudanças de trajetória, precisa fazer um quiosque na roda d'água para ter água filtrada para o caminhante ciclista, já serve de crescimento para o caminho e para todos. Em Caxambu não tem ponto de atendimento, o trecho é o mais quente, pois quase não tem árvore. O Caminho de Cora Coralina tem que aumentar os pontos, fazer parceria, conversar com os moradores no caminho, para conscientizar as pessoas para oferecer serviço, uma água, um refrigerante, um doce, conversar com os moradores para ter ponto de apoio. Precisa tirar o caminho do asfalto, o caminhante não gosta de

asfalto, tudo tem um jeito de conversar, de ambientar. Isto aqui é um rendimento bom demais. (JOAQUIM PONTIERI, 2022).

Dona Marly Borges comenta sua participação: “corajosa, pois investi e ainda não tive retorno, mas sei que é a longo prazo. Acredito no projeto pela sua riqueza”. Por seu turno, Daniele de Mesquita avalia que, “para nós é muito importante, pela proximidade com a nossa propriedade, é uma oportunidade, para poder auxiliar na divulgação com maior alcance, já tivemos algumas experiências bem interessantes”.

Em relação às diretrizes gerais e aos desafios para a consolidação dos Caminho de Goyazes, nos quais se insere o Caminho de Cora Coralina, apresentados por João Bittencourt Lino, diretor da RNTLC no Brasil e da Trilha Nacional Caminho de Goyazes, em palestra no 1º Congresso Brasileiro de Trilhas de Longo Curso, no ano de 2022, são os descritos a seguir: desenvolver a governança e a institucionalização; incrementar a sinalização e informação para os usuários; promover o caminho e as trilhas com os acessos liberadores e sinalizados; criar mecanismos de financiamento, manejo e conservação; transformar o caminho em uma trilha patrimônio mundial; e criar e validar a marca Caminho dos Goyazes.

Quanto aos desafios para a consolidação efetiva do CCC e de seus objetivos, os proprietários apontaram a necessidade de correção das principais deficiências do caminho e de sua gestão, como a sinalização precária, a falta de infraestrutura adequada em pontos de travessia, a falta de apoio aos caminhantes, a ausência de investimentos e de informação sobre opções de negócios para a viabilidade financeira dos integrantes da ACCC, bem como a necessidade de melhor comunicação e integração entre os atores sociais envolvidos, conforme demonstram os relatos a seguir.

Dona Odete Oliveira relata que as fragilidades do Caminho estão associadas à infraestrutura, quanto às pontes e à sinalização do percurso. Para o senhor Cleber Neres, as fragilidades estão sendo observadas pelo governo e destacou:

É difícil falar de fragilidades, estão sendo observadas pelo governo, com acesso à internet, proximidades com as cidades, tudo torna o Caminho mais forte. O Caminho da Estrada Real, tem cama e café na área rural, e a troca de experiência, dos causos. Aqui em Corumbá perdemos o senhor Altino, que eram um grande contador de causos, fabricava cachaça única de jabuticaba. Temos o senhor José Roberto em São Francisco de Goiás, grande contribuidor do Caminho. (CLEBER NERES, 2022).

Ainda em relação às fragilidades no CCC, o senhor José Ruiz apontou a falta de comunicação entre os coordenadores, o Estado e os proprietários rurais prestadores de serviço no Caminho: “falta entrosamento dos participantes, proprietários e técnicos do estado”. Em relação às deficiências da gestão e da coordenação do caminho, apontou:

o CCC não fez um trabalho com os proprietários, não pegaram autorização com os proprietários. Foi a empresa Goiás Turismo que lançou o Caminho de Cora Coralina, mas não conhece os proprietários. Deveria primeiro de tudo fazer um trabalho com os proprietários, como podem obter renda com o Caminho. (JOSÉ RUIZ, 2022).

A busca por profissionais especializados para os trabalhos de comunicação, visando maior participação e capacitação dos setores envolvidos no desenvolvimento de projetos de interesse no Caminho, consta nos relatos do senhor Bismarque Real: “o governo tem a função de legislar e dar apoio a algumas atividades, os proprietários têm que entender que não é um trabalho de concorrência e sim de crescimento. A ACCC incentiva práticas e busca apoio, deverá até em algum momento, buscar profissionais para dar apoio”.

Foram também apontadas as falhas no estabelecimento de parcerias e a necessidade de melhor articulação entre os atores sociais envolvidos no Caminho, visando evitar a perda de investimento públicos, como relata o senhor Fernando Madueño:

Acontece a falta de visão do estado de Goiás, como a Secretaria de Turismo, para uma boa comunicação e envolvimento da comunidade na implantação de infraestrutura no Caminho, com a participação dos diversos setores e representantes do Conselho do parque e da APA, como os romeiros, de modo a evitar a perda de investimento do estado, como o que aconteceu com instalação de rede de Wi-Fi, placas, painel de sinalização e pontes de travessia. (FERNANDO MADUEÑO, 2022).

Para Dona Jeane White, as fragilidades referem-se ao aproveitamento do Caminho para apenas interesse comercial, por considerar que o caminho oferece muito de cultura local:

Talvez seja deturpar o Caminho, como trazer as pessoas de van pelo Caminho. Fragilidade é algumas pessoas se aproveitarem do Caminho, dizerem que estão fazendo o Caminho de Cora, e deturparem o Caminho, ganhar dinheiro às custas do Caminho, deveria se dar um voucher, deveria se ter um documento para as pessoas apresentarem quando passarem pelos locais do Caminho, com carimbo nos locais. Isto pode contribuir muito para a melhoria dos moradores locais, que tem muito a oferecer de cultura local, entrar em contato antes com os proprietários para avisar que vão passar nas propriedades. (JEANE WHITE, 2022).

Ausência da educação ambiental, maior adesão dos proprietários rurais, informação sobre as UCs e estruturação do caminho foram apontados como fatores importantes pelo senhor Bismarque Real: “tudo cai no fato de uma adesão melhor, poderia estar mais bem estruturado. Em relação aos parques se poderia dar mais informações. As placas com poemas de Cora possibilitam a reflexão do caminhante sobre si mesmo, mas falta educação ambiental”.

Quanto aos financiamentos para incremento da infraestrutura para melhor atender ao perfil dos visitantes do Caminho, foi comentado pela dona Kalinca Gomes: “falta de

infraestrutura, falta de hospitalidade, muitas coisas já melhoraram, mas ainda precisa melhorar”.

Para o senhor Fernando Madueño,

Apesar de ter vários proprietários que participam do caminho, muitos não conseguem servir ao caminho pelo tipo de serviço que é solicitado. O caminho de Cora precisa de alojamento mais simples, feminino e masculino. Precisaríamos de linhas de financiamento a juros baixos, para que os proprietários possam investir em infraestrutura adequada para o recebimento dos visitantes. (FERNANDO MADUEÑO, 2022).

As proprietárias rurais das fazendas tradicionais também mencionaram a necessidade de investimento do governo em projetos de incentivo e linhas de crédito para a melhoria dos serviços prestados e para a conservação da infraestrutura existente no Caminho, assim como maior apoio da ACCC para os empreendedores. Para Dona Marly Borges, “reforçar a sinalização para os visitantes não se perderem muito; os visitantes reclamam dos preços altos, mas tudo é de boa qualidade; falta suporte da associação para os empreendedores do Caminho”.

Dona Daniele de Mesquita ressalta a importância de “ter infraestrutura de apoio e sinal de celular nas propriedades que atendem o caminho”. Para o Seu Quinzinho, “Nós somos pioneiros no Caminho, demos o primeiro suporte, eu cobro muito do presidente. Um desafio na roda d’água, precisamos da ponte para dar segurança ao caminhante. Tem um projeto para arrumar o túmulo do Chico Mineiro, para arrumar tem muita coisinha para fazer”.

A Dona Daniele de Mesquita relatou também a deficiência do Caminho: “falta divulgação e informação sobre o percurso, pontos de apoio por todos os locais por onde passa”. E também a necessidade de aumento e oferta de recursos e projetos de incentivo aos proprietários rurais: “investimento do governo em projetos de incentivo, linhas de crédito para melhoria, tipo Pronaf”.

Quanto à percepção dos proprietários rurais sobre a influência do CCC para a valorização da vida no campo e para a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios por onde incide, foi unânime o entendimento sobre os seus benefícios, como melhoria de renda para os pequenos proprietários e empreendedores, fixação das pessoas em seu local de origem, fortalecimento da economia local, melhoria da qualidade de vida da população rural, favorecimento da troca de conhecimento, manutenção da tradição e perpetuação da história e da cultura, contribuição para a conscientização ambiental e envolvimento da comunidade local para a conservação ambiental.

Para Dona Odete Oliveira, “o Caminho veio para somar e ajudar os pequenos proprietários, abrindo novos conhecimentos e horizontes para pessoas mais simples, que estão

oferecendo quartos e alimentos para os caminhantes”. Nesse sentido, o senhor Cleber Neres relata os benefícios para a população local e para a valorização da história e da cultura do Caminho: “gerar renda para os moradores das pequenas propriedades, que precisam achar seu ponto de equilíbrio de lazer, é preciso manter o morador para manter a tradição para perpetuar toda a história e cultura de um povo”.

Cleber Neres, sugere o apoio às atividades de valorização cultural, como o uso de produtos da biodiversidade do Cerrado na culinária tradicional no Caminho, como o baru, visando promover a rentabilidade financeira para os participantes da ACCC:

Deveria se ter uma viabilidade financeira para os participantes se manterem no Caminho. Descobrir quais atividades trariam rendimento, como fazer um licor de baru, eu não vou mais derrubar um pé de Baru, se conheço o seu valor, por exemplo. Por exemplo plantar mandioca, fazer um polvilho, bolo de mandioca, o que vai fazer as pessoas aceitarem o CCC será ter uma rentabilidade financeira. (CLEBER NERES, 2022).

Foram apontados os benefícios oferecidos pelo Caminho para se conhecer a realidade local e para favorecer a troca de informações e a troca de culturas e saberes entre várias regiões e nacionalidades, além de viabilizar o empreendedorismo e a distribuição de renda e trazer benefícios para a população local.

Na perspectiva da dimensão cultural para a sustentabilidade de agrossistemas, Costabeber e Caporal (2003) ressaltam a importância ao respeito à cultura local (saberes, conhecimento e valores), de modo que as populações rurais possam expressar sua identidade cultural e evitar-se a perda dos valores, dos saberes e dos costumes locais. Nesse sentido, a proprietária rural Dona Daniele Mesquita resalta a potencialidade do Caminho para se evitar a perda do conhecimento sobre a cultura local: “muitas potencialidades, é um tipo de turismo que está crescendo muito, hoje está se perdendo a cultura, as pessoas estão muito interessadas em conhecer”.

Para o senhor Cleber Neres, as potencialidades estão relacionadas à localização favorável: “a proximidade com dois grandes centros, Brasília e Goiânia, no aspecto de turismo nacional próximo de aeroportos internacionais, passa por cidades históricas e a Cidade de Goiás que foi tombada pela Unesco”.

Em relação aos elementos culturais relativos ao desenvolvimento do turismo ecológico e rural, foram apontadas as diversas oportunidades oferecidas pelo Caminho, conforme relata o senhor Fernando Madueño: “é um produto ecoturístico de envergadura internacional, que coloca a região na vitrine do turismo internacional”.

O proprietário da RPPN Pau Terra, Fernando Madueño, considera o Caminho como uma ferramenta de mitigação do êxodo rural e citou a sua importância no sentido de mobilizar as gerações futuras para perpetuar o compromisso para a conservação ambiental:

É uma ferramenta de mitigação do êxodo rural, traz sustentabilidade financeira para os moradores do local. Para nós como gestores de RPPNs, participei de uma palestra de mobilização das gerações futuras dos proprietários de RPPNs, para dar sequência e perpetuar o compromisso dos herdeiros para preservação e conservação ambiental. (FERNANDO MADUEÑO, 2022).

Cabe destacar outros comentários que consideram o Caminho uma ferramenta de mitigação do êxodo rural por trazer sustentabilidade financeira para os moradores da região, além de favorecer a sensibilização para a conservação do Cerrado. O senhor José Ruiz relata “fixação das pessoas em seu hábitat, melhor condição de vida, troca de conhecimento”. Do mesmo modo, também relatou Dona Kalinca Gomes: “Fortalece a economia local, melhora a qualidade de vida, a educação ambiental e a conservação da natureza pelos moradores locais, possibilita mais informações e mudança de comportamento do morador local, que antes tacavam fogo em pasto por exemplo”.

Por fim, Seu Quinzinho também destaca a potencialidade do Caminho para a troca de conhecimento entre diversas regiões do Brasil e até do mundo: “quem já conhece o Caminho de Cora Coralina, em questão de acolhimento, é bom demais, você passa a ser conhecido e a conhecer muita coisa do Brasil e até do mundo”.

*Creio numa força imanente  
que vai ligando a família humana  
numa corrente luminosa  
de fraternidade universal.  
Creio na solidariedade humana.  
Creio na superação dos erros  
e angústias do presente.*

*Acredito nos moços.  
Exalto sua confiança,  
generosidade e idealismo.  
Creio nos milagres da ciência  
e na descoberta de uma profilaxia  
futura dos erros e violência do presente.*

*Aprendi que mais vale lutar  
do que recolher dinheiro fácil.  
Antes acreditar do que duvidar.  
(Trecho de poema de Cora Coralina no CCC)*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, com o objetivo de analisar as contribuições de proprietários(as) rurais do Caminho de Cora Coralina para a conservação ambiental do Cerrado e os diálogos com elementos culturais e históricos presentes no Caminho, realizou-se o mapeamento das condições de formação de corredores ecológicos entre as propriedades rurais e as unidades de conservação ambiental no trajeto, bem como o registro e a descrição das estratégias e das articulações promovidas nas propriedades rurais para a conservação da natureza e a valorização cultural no percurso.

A pesquisa possibilitou registrar e descrever os principais elementos e aspectos naturais, históricos e culturais presentes ao longo do CCC, obtidos no trabalho em campo, durante a pesquisa exploratória e a caminhada nas trilhas do caminho na APA da Serra dos Pireneus e seu entorno. A pesquisa seu deu por meio de visitas em pousadas, atrativos naturais, RPPNs, parques estaduais, museus históricos e culturais, com destaque para as cidades de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Pirenópolis.

Por meio da pesquisa, pode-se identificar e registrar inúmeros bens materiais e imateriais incluídos na lista de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Iphan, como a cidade de Pirenópolis, tombada como Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Paisagístico e Histórico, em 1990, e a cidade de Goiás, declarada Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco, em 2001. Assim como pode-se registrar a intenção entre as diretrizes e desafios para consolidação da RNTLC Caminho de Goyazes, de transformar o Caminho de Cora Coralina em uma trilha patrimônio mundial.

Em relação às análises dos dados obtidos por meio do estudo das condições para formação de corredores ecológicos no Caminho de Cora Coralina, considerando os índices progressivos de ocupação por pastagens e mosaico de agricultura e pastagem no percurso, pode-se observar a importância do fortalecimento de redes de organizações e entidades sociais no Caminho, para que haja a gestão integrada e participativa de todos atores envolvidos visando à promoção de programas, projetos e ações voltados a assegurar a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais em terras privadas e a recuperação ambiental dos ambientes degradados.

A pesquisa apontou fragilidades e problemas como a necessidade de recuperação ambiental em áreas de preservação permanente e de reserva legal em propriedades rurais, totalizando 23 hectares, em área declarada no CAR, sobre a faixa de formação de corredor ecológico na APA da Serra dos Pireneus e entorno. Para tanto, é importante envolver a

comunidade local e incentivar a promoção de programas de conscientização ambiental e de sensibilização para a importância da adesão e da regularização ambiental dos imóveis rurais no Sicar, de modo a promover a conexão de remanescentes de vegetação natural nas paisagens rurais entre as unidades de conservação ambiental.

Cabe salientar que a educação ambiental foi identificada ente os proprietários(as) como forte elemento de promoção da conservação ambiental do Cerrado. Os resultados da pesquisa confirmam a importância da criação de unidade de conservação ambiental para a proteção dos remanescentes de vegetação natural do Cerrado no Caminho, como a criação de parques, APAs e RPPNs, de forma a favorecer a formação de corredores ecológicos e a preservação dos relevantes serviços ecossistêmicos prestados pelo bioma., visto que os trechos do Caminho de Cora Coralina dentro da APA apresentam os maiores índices de cobertura vegetal nativa.

O Mosaico de Proteção da Serra dos Pirineus, iniciativa desenvolvida por meio Associação dos Moradores do Córrego da Barriguda de Pirenópolis, em parceria com o Instituto Cerrado e Projeto Reservas Privadas do Cerrado, foi apontado pelos(as) proprietários(as) de RPPNs, como grande potencial para a conservação e recuperação do bioma Cerrado e para a sensibilização ambiental no CCC. Além disso, foi ressaltada sua importância por contribuir para a proteção dos recursos hídricos na Serra dos Pirineus e para o ecoturismo, bem como por possibilitar a valorização e a divulgação dos elementos naturais, culturais e históricos presentes no Caminho.

Foram apontados nos resultados das entrevistas diversos problemas ambientais no Parque Estadual dos Pirineus, devido à deficiência na gestão, na proteção e na manutenção da unidade, bem como a falta de plano de manejo e de estruturação da unidade para visitação pública. No percurso do Caminho, foram apontados sérios problemas de degradação ambiental devido ao desmatamento e às queimadas para a exploração de atividades agrícolas e pecuárias na área do Cerrado, ocasionando a fragmentação de seus ecossistemas e a perda da sua rica biodiversidade.

Para minimizar ou solucionar os problemas apontados na pesquisa, os proprietários rurais enfatizaram a importância da participação política da sociedade civil no conselho do parque, nos conselhos municipais e em organizações com ações voltadas ao combate, ao monitoramento e à vigilância de incêndios no Caminho, além da adoção de práticas de prevenção a queimadas nas propriedades rurais, criação de RPPNs, proteção da biodiversidade do Cerrado e recuperação de áreas degradadas.

Para tanto, considera-se essencial a concretização de políticas públicas ambientais que propiciem incentivo e apoio para a implementação de serviços ambientais que favoreçam a

restauração de áreas degradadas em terras privadas, como o CAR e o PSA. Entende-se a necessidade de novos estudos e pesquisas voltados a técnicas e metodologias para avaliação de áreas prioritárias para a conservação e para a formação de corredores ecológicos no bioma Cerrado, em conjunto com os esforços do Programa Conecta, para a conexão de paisagens rurais, visando levantar dados e informações de distribuição de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção e apontar áreas prioritárias para a recuperação de ambientes degradados.

Pode-se observar, duas relações de forte vinculação entre os elementos naturais e culturais desenvolvidos nas propriedades rurais do CCC: a primeira refere-se à adoção de práticas de conservação ambiental, como educação ambiental, criação de RPPNs, recuperação de áreas degradadas e monitoramento, vigilância e combate a incêndios, associadas às atividades de ecoturismo e de conservação de sítios de valor histórico, paisagístico e(ou) ecológico nas pousadas com reservas naturais ou com RPPNs do Caminho; enquanto, na segunda relação, predominante nas fazendas tradicionais do Caminho, observou-se as práticas e costumes relativos a perpetuação e a preservação dos saberes e fazeres tradicionais empregadas no turismo rural, associados à culinária e ao manejo agroecológico na preservação e valorização da biodiversidade do bioma Cerrado.

Esses resultados demonstram a articulação entre as ações de conservação ambiental e de valorização cultural desenvolvidas nas propriedades rurais inseridas no Caminho de Cora Coralina e, portanto, o reconhecimento do potencial do Caminho para a conservação da natureza e para a ampliação de áreas protegidas no seu trajeto.

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, pode-se observar ainda a participação dos proprietários rurais, em outras formas de associação, cooperativas, conselhos e parcerias, com foco de atuação na área ambiental e de turismo, de modo a fortalecer as ações, os projetos e os programas de conservação do Cerrado e de valorização cultural no Caminho de Cora Coralina. Isso demonstra a compreensão dos proprietários rurais quanto à importância da cooperação entre atores sociais para a promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento no meio rural.

Constatou-se, a partir dos relatos dos(as) proprietários(as) rurais, que os aspectos e os elementos naturais e culturais presente no Caminho são fortalecidos por meio da formação de redes sociais no meio rural, integradas por meio do Programa Conecta – RNTLC Caminho de Cora Coralina. No entanto a pesquisa permitiu identificar fragilidades na governança do Caminho de Cora Coralina, relativas à demanda por melhoria na sinalização e na infraestrutura das trilhas do percurso, bem como na oferta de mecanismos de financiamento, incentivos e recursos voltados à capacitação para a conservação do Cerrado e valorização cultural, que

possam favorecer a viabilidade financeira dos proprietários rurais e empreendedores do Caminho.

Os proprietários rurais consideram como potencialidade do Caminho de Cora Coralina a possibilidade de oferecer melhoria da renda aos pequenos proprietários rurais, promover a fixação da população rural em seu local de origem e o fortalecimento da economia local, pela oportunidade da troca de experiências, saberes e práticas entre as diferentes formas de expressão da identidade cultural no Caminho, e potencializar a sensibilização para conservação ambiental e valorização cultural entre as gerações presentes e futuras.

Considerando a importância dos processos participativos e democráticos para promover a sustentabilidade no meio rural, por meio da formação de redes de organização social de diversos segmentos da sociedade civil, como proprietários rurais, empreendedores do turismo, voluntários e governo, a pesquisa apontou a necessidade da melhoria contínua nos processos de governança do Caminho, no sentido de promover o incentivo à participação efetiva, a integração e o apoio mútuo dos diversos atores sociais envolvidos, com ênfase na representação do setor rural, visando possibilitar meios e incentivos para a sensibilização sobre a importância da conservação e da recuperação do bioma Cerrado.

A pesquisa revelou que iniciativas voltadas à proteção dos recursos naturais e da conservação da biodiversidade do Cerrado, desenvolvidas pela união de esforços e de recursos, de forma colaborativa em diversos níveis, regional e local, a exemplo da RNTLC Caminho de Cora Coralina, inserida no Caminho de Goyazes, podem representar importante estratégia de conservação do patrimônio natural desse bioma, bem como dos patrimônios histórico e cultural.

Pode-se concluir que uma mudança de consciência e dos mecanismos políticos para a valorização dos patrimônios natural e cultural no mundo atual globalizado é de fundamental importância para ir em direção a um novo modelo de desenvolvimento rural, de forma sustentável e democrática. Um modelo que contenha uma cultura humanitária voltada à conservação da natureza e da valorização da diversidade sociocultural, que possibilite a sensibilização ambiental e a criação, a ampliação e a efetivação das áreas protegidas de forma igualitária em todo o planeta, de modo a promover o bem-estar das populações humanas e de todas as formas de vida, tanto pelos seus benefícios econômicos e sociais quanto, principalmente, pelo valor intrínseco da própria natureza.

### ***Mascarados***

*Saiu o semeador a semear.  
Semeou o dia todo*

*e a noite o apanhou ainda  
com as mãos cheias de sementes.  
Ele semeava tranquilo  
sem pensar na colheita  
porque muito tinha colhido  
do que os outros semearam.  
Jovem, seja você este semeador.  
Semeia com otimismo.  
Semeia com idealismo  
as sementes vivas  
da Paz e da justiça. (CORA CORALINA, 2001).*

## REFERÊNCIAS

- AGITA PIRENÓPOLIS. **Mascarados de Pirenópolis, Goiás**. Pirenópolis: Agita Pirenópolis, 2022. Disponível em: <https://www.agitapirenopolis.com.br/cidade-de-pirenopolis/mascarados-de-pirenopolis-goias>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- ALVES, João Emílio. **Sobre o patrimônio rural**: contributos para a clarificação de um conceito. Porto Alegre: Editora CET-ISCTE-IUL, 2004. p. 1-20. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2120/1/Patrim%c3%b3nio%20rural.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- AMBROZIO, Celia Maria Machado; HARTMANN, Hart. A destruição da natureza e a conservação da biodiversidade: de iniciativas “ad hoc” para abordagens regionais. *In*: LEUZINGER, Márcia Dieguez; SANTANA, Paulo Campanha; SOUZA, Lorene Raquel de (org.). **Os 20 anos da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: Ceub, 2020.
- AYRES, José Márcio *et al.* **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2005. 256 p.
- BARBOSA, Millena. Cidade de Goiás: a história que se tornou Patrimônio da Humanidade há 20 anos. **G1**, 14 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/12/14/cidade-de-goias-a-historia-que-se-tornou-patrimonio-da-humanidade-ha-20-anos.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. ed. rev. e atual. Brasília: Verano, 2000. p. 181-250.
- BOLFE, Édson Luis; SANO, Edson Eyji; CAMPOS, Silvia Kanadani (ed.). **Dinâmica agrícola no Cerrado**: análises e projeções. Brasília: Embrapa, 2020.
- BORRINI-FEYERABEND, Grazia *et al.* **Governança de áreas protegidas**: da compreensão à ação. Gland: UICN, 2017. 140 p. (Série Diretrizes para Melhores Práticas em Áreas Protegidas, n. 20). Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-020-Pt.pdf>. Acesso em: 3 set. 2022.
- BOSQUETTI, Barros Lorryne. **Análise da estrutura de paisagem e fitofisionomias do Parque Estadual dos Pireneus, Goiás, Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Ecologia de Agroecossistemas) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022a]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 9 abr. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998**. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Brasília, DF:

Presidência da República, 1998a. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2519.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2519.htm). Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006**. Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5746.htm). Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. **Lei complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - Ride e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998b. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp94.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm). Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981**. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6902.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm). Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 9 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021**. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2021a. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm). Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Serviço Florestal Brasileiro. **Nota Técnica**: Orientações gerais sobre Bases de Referência para a solução da Análise Dinamizada do Cadastro Ambiental Rural. Brasília: Mapa/SFB, 2021d. Disponível em:  
<https://www.florestal.gov.br/documentos/car/analisar/4969-nota-tecnica-bases-de-referencia-analisa-car/file>. Acesso em: 9 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: MMA/ICMBio, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/plataforma-cnuc-1>. Acesso em: 4 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 75, de 26 de março de 2018**. Brasília, DF: MMA, 2018a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-no-75-de-26-de-marco-de-2018-8247454>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Conectividade de Paisagens – Conecta – Portaria MMA nº 75, de 26 de março de 2018**. Brasília: MMA/SBio, 2018b. 79 p. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/florestas/Programa%20Conecta.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução Conama nº 9, de 24 de outubro de 1996**. Define corredor de vegetação entre remanescentes como área de trânsito para a fauna. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://conama.mma.gov.br/atos-normativos-sistema>. Acesso em: 9 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Snuc: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000: Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. 5. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Turismo. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018**. Institui a Rede Nacional de Trilhas de Longo Percurso e Conectividade – Rede Trilhas e dá outras providências. Brasília, DF: MMA/MTur/ICMBio, 2018c. Disponível em: [http://www.in.gov.br/web/guest/materia//asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47099695/do1-2018-10-25-portaria-conjunta-n-407-de-19-de-outubro-de-2018-47099425](http://www.in.gov.br/web/guest/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47099695/do1-2018-10-25-portaria-conjunta-n-407-de-19-de-outubro-de-2018-47099425). Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Turismo. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria Conjunta nº 500, de 15 de setembro de 2020**. Define os critérios previstos no art. 3º da Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018 [...]. Brasília, DF: MMA/MTur/ICMBio, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-500-de-15-de-setembro-de-2020-277904739>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo rural: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo->

/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-rural-orientacoes-basicas.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. **Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural: Imóveis**. [S. l.]: SFB, 2022c. Disponível em: <https://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>. Acesso em: 4 jul. 2022.

BRITO, Clóvis Carvalho; SEDA, Rita Elisa. **Cora Coralina: raízes de Aninha**. 6. ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

BRITO, Francisco. **Corredores ecológicos: uma estratégia integradora na gestão de ecossistemas**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. p. 26-59.

CAMINHO DE CORA CORALINA. **O caminho**. Goiânia: Caminho de Cora Coralina, 2022. Disponível em: <https://caminhodecoracoralina.com.br/história>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CAMINHO de Cora Coralina. In: WIKIPÉDIA. [S. l.]: Wikipédia, 2021. il. color. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Caminho\\_de\\_Cora\\_Coralina](https://pt.wikipedia.org/wiki/Caminho_de_Cora_Coralina). Acesso em: 10 abr. 2021.

CAMPOS, Aline. **Proposta de mosaico de unidade de conservação para o continuum ecológico de Paranapiacaba (SP): estratégia de conservação possível?** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/118486/campos\\_a\\_tcc\\_rcla.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/118486/campos_a_tcc_rcla.pdf?sequence=1). Acesso em: 18 set. 2022.

CAVALCANTI, Flavio R. Estrada Colonial no Planalto Central: uma viagem em baixa velocidade. **Brazilia.jor.br**, 27 set. 2014. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/Bibliografia/Estrada-Colonial-Planalto-Central-livro.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CAVALCANTI, Roberto B. Estratégias de conservação em nível regional: priorização de áreas e corredores de biodiversidade. In: ROCHA, Carlos F. D. *et al.* **Biologia da conservação: essências**. São Carlos: Rima, 2006. p. 343-356.

CEPF CERRADO; IEB; LAPIG-UFG. Plataforma de Conhecimento do Cerrado. Goiânia: CEPF Cerrado; IEB; Lapig-UFG, 2019. Disponível em: <https://cepf.lapig.iesa.ufg.br>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CIDADE de Goiás completa 10 anos como patrimônio da humanidade. **G1**, Goiás, 13 dez. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2011/12/cidade-de-goias-completa-10-anos-como-patrimonio-da-humanidade.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. **Desenvolvimento rural**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2021. Disponível em: [https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/rural-development\\_pt](https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/rural-development_pt). Acesso em: 25 jul. 2021.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. **Hotspot revisitados**. [S. l.]: Conservação Internacional, 2005. Disponível em: <https://www.conservation.org/docs/default-source/brasil/HotspotsRevisitados.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 22. ed. São Paulo: Global, 2014. p. 240.

CORALINA, Cora. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. 7. ed. São Paulo: Global, 2001.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. *In*: VELA, Hugo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Palloti, 2003. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agroecologia/artigos/possibilidades%20e%20alternativas%20do%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND. **Perfil do Ecossistema**: hotspot de Biodiversidade do Cerrado: resumo expandido. Coordenação Donald Sawyer. Brasília: CEPF, 2018. Disponível em: [https://cepfcerrado.iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/12/VERS%C3%83OFINALWEB\\_Sum%C3%A1rio\\_PT\\_maio19.pdf](https://cepfcerrado.iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/12/VERS%C3%83OFINALWEB_Sum%C3%A1rio_PT_maio19.pdf). Acesso em: 9 abr. 2021.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. cap. 1, p. 15-42. Disponível em: <https://corpoemtransito.wordpress.com/2015/04/08/denzin-lincoln-2006>. Acesso em: 9 abr. 2021.

DIAS, Denise Oliveira; MIZIARA, Fausto. O Cerrado como patrimônio nacional: a inclusão do Cerrado no & 4º do artigo 225 da Constituição Federal. **Revista Cerrado**, Montes Claros, v. 19, n. 2, p. 323-342, jul.-dez. 2021.

DRUMMOND, José Augusto. Área de fronteira, recursos naturais e dinâmicas sociais-breve reflexão conceitual e analítica. **Maquinações**, v. 1, p. 6-9, 2007.

ELEUTÉRIO, Robson. **Na rota das nascentes**: a história da região do DF. Brasília: Instituto Cerratense, 2013. p. 29-53.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Espécies arbóreas e estratégias para recomposição da vegetação nativa do bioma cerrado**. Rio de Janeiro: Embrapa Agrobiologia, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1098121/especies-arboreas-e-estrategias-para-a-recomposicao-da-vegetacao-nativa-no-bioma-cerrado>. Acesso em: 15 fev. 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Plantas alimentícias não convencionais (Pancs)**: hortaliças tradicionais e mais nutritivas. Brasília: Embrapa: Sebrae, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/46878777/Cat%C3%A1logo+Digital+Embrapa+Sebrae+Plantas+aliment%C3%ADcias+n%C3%A3o+convencionais+%28PANCs%29/51283329-42c7-5418-4f57-8b71d19843c3>. Acesso em: 23 out. 2022.

FAZENDA BABILÔNIA. **Patrimônio nacional**. Pirenópolis: Fazenda Babilônia, 2014. Disponível em: <https://fazendababilonia.com.br/patrimonio>. Acesso em: 19 out 2022.

FERNANDES, Paula Arruda; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Cerrado e suas atividades impactantes: uma leitura sobre o garimpo, a mineração e a agricultura mecanizada.

**Obervatorium:** Revista Eletrônica de Geografia, v. 3, n. 7, p. 19-37, out. 2011.

FRANCO, José Luiz de Andrade. Patrimônio cultural e natural, direitos humanos e direitos da natureza. *In:* SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (org.). **Bens culturais e direitos humanos**. São Paulo: Sesc, 2015. p. 155-184.

FRANCO, Andrade; GANEM, Roseli; BARRETO, Cristiane. Devastação e conservação no bioma cerrado: duas dinâmicas de fronteira. Expedições. **Teoria da História & Historiografia**, v. 7, n. 2, p. 56-83, 2016.

GOIÁS. **Decreto nº 5.174, de 17 de fevereiro de 2000**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental dos Pireneus e dá outras providências. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2000. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/61745/decreto-5174](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/61745/decreto-5174). Acesso em: 9 abr. 2021.

GOIÁS. **Lei nº 10.321, de 20 de novembro de 1987**. Dispõe sobre a criação do Parque Estadual dos Pireneus e dá outras providências. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 1987. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/85280/lei-10321](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/85280/lei-10321). Acesso em: 9 abr. 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Área de Proteção Ambiental dos Pireneus (APA Pireneus)**. Goiânia: Semad, 2021a. Disponível em: <https://www.meioambiente.go.gov.br/aceso-a-informacao/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1099-area-de-protecao-ambiental-dos-pireneus-apa-pireneus.html>. Acesso em: 9 abr. 2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Parque Estadual da Serra dos Pireneus (PEP)**. Goiânia: Semad, 2021b. Disponível em: <https://www.meioambiente.go.gov.br/component/content/article/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1111-parque-estadual-dos-pirineus-pep.html?Itemid=101>. Acesso em: 9 abr. 2021.

GOIÁS. **Tabela 1** – Imóveis rurais cadastrados no Incra, segundo os municípios – Posição: outubro/2003. Goiânia: Seplan-GO/Seplan/Gerência de Estatística Socioeconômica, 2005. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2015-10/modulos-fiscais.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev. 1. reimpr. Campinas: Unicamp/IE, 2002. p. 1-28. (Coleção Pesquisas, v. 1).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Corredor Ecológico do Cerrado Paranã-Pireneus**: visto pelo Sistema de

Informação Geográfica. Brasília: Ibama, 2005. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/atlasCECPP-SIG.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

INSTITUTO CERRADOS. **Projeto Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus**. Brasília: Instituto Cerrados, 2022. Disponível em: <https://cerrados.org/mosaicoreservas>. Acesso em: 9 abr. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Mosaico e corredores ecológicos**. Brasília: ICMBio, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/mosaicos-e-corredores-ecologicos>. Acesso em: 18 ago. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Perguntas e respostas sobre reserva particular do patrimônio natural**. Brasília: ICMBio/CGCAP, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/crie-sua-reserva/perguntaserespostasrppn1.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN. **NR 40: Reserva Particulares do Patrimônio Natural – RPPN – Goiás**. Brasília: ICMBio, [20--]. Disponível em: <https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/GO>. Acesso em: 4 jan. 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Trilhas de longo curso conectam paisagens do Brasil**. Brasília: ICMBio, 2018. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9532-trilhas-de-longo-curso-conectam-paisagens-do-brasil-2>. Acesso em: 18 ago. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Monumentos e Espaços Públicos Tombados – Pirenópolis (GO)**. Brasília: Iphan, 2014a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1469>. Acesso em: 19 ago. 2022.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MARIUZZO, Patrícia. Desafios para se preservar o patrimônio rural. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 61-63, 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. *In*: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (org.). **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: Neag 10 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 179-189.

MEDINA, Naná Mininni. Breve Histórico da Educação Ambiental. *In*: PÁDUA, Suzana Machado; TABANEZ, Marlene F. (org.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília, 1997. p. 257-280.

MENEZES, Pedro da Cunha e. O Brasil no caminho das trilhas de longo curso. ((o)) **eco**, 6 ago. 2017. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/o-brasil-no-caminho-das-trilhas-de-longo-curso>. Acesso em: 21 jul. 2021.

METZGER, Jean Paul. **O que é ecologia de paisagens?** *Biota Neotropica*, Campinas, v. 1, n. 1/2, p. 1-9, 2001.

MILLER, Kenton R. **Em busca de um novo equilíbrio:** diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio do manejo biorregional. Brasília: Ibama, 1997. p. 15-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul.-set. 1993.

O QUE é desenvolvimento sustentável. *In*: DICIONÁRIO Ambiental. [S. l.]: ((o)) eco, 26 ago. 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28588-o-que-e-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural**. Nova York: Unesco, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2022.

PEREIRA, Polyana Faria; SCARDUA, Fernando Paiva. Espaços territoriais protegidos: conceitos e implicações jurídicas. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. XI, p. 81-87, 2008.

PÉS NO CERRADO. **Nossa história**. Goiânia: Pés no Cerrado, 2022. Disponível em: <https://pesnocerrado.com>. Acesso em: 8 fev. 2022.

PIMENTEL, Liliana. **A questão dos corredores ecológicos no Distrito Federal:** uma avaliação das propostas existentes. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PIRENOPOLIS.TUR.BR. **Ruínas do garimpo de ouro do século XVIII em Pirenópolis, um patrimônio desprotegido**. Pirenópolis: Pirenopolis.tur.br, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://pirenopolis.tur.br/noticia/2018-11-07/Ru%C3%ADnas+do+garimpo+de+ouro+do+s%C3%A9culo+XVIII+em+Piren%C3%B3polis%2C+um+patrim%C3%B4nio+desprotegido>. Acesso em: 3 jul. 2022.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 15-85.

PRIMACK, Richard; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001. p. 69-133.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: Pnud: Ipea: FJP, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2375>. Acesso em: 4 jan. 2023.

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil**. [S. l.]: MapBiomass, 2021a. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 26 jul. 2021.

PROJETO MAPBIOMAS. **MapBiomias Alerta RAD 2021** – Relatório Anual do Desmatamento no Brasil. [S. l.]: MapBiomias, 2021b. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em: 13 ago. 2022.

REDE CERRADO. **Quem somos**. [S. l.], Rede Cerrado, 2021. Disponível em: <http://redecerrado.org.br/quem-somos/#:~:text=Composta%20por%20mais%20de%2050,a%20causa%20socioambiental%20do%20bioma>. Acesso em: 26 jul. 2021.

RIBEIRO *et al.* **Guia de plantas do Cerrado para recomposição da vegetação nativa**. Brasília: Embrapa, 2022.

SALMONA, Yuri Botelho; RIBEIRO, Fernanda Figueiredo; MATRICARDI, Eraldo Aparecido Trondoli. Parques no papel conservam? O caso do Parque dos Pireneus em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 34, n. 2, p. 295-310, 2014.

SANTIAGO, Raquel de Andrade Cardoso, CORADIN, Lídio. **Biodiversidade Brasileira: Sabores e Aromas**. Brasília: MMA/SBio, 2018.

SCHMITT, Claudia J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias** – Ciências sociais e desenvolvimento, UFRGS, Porto Alegre, n. 27, p. 82-112, maio-ago. 2011.

SOARES, Fernanda Bomfim *et al.* Unidades de conservação no estado de Goiás: análise do potencial para áreas de proteção integral na microrregião de Ceres. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIA E MEIO AMBIENTE, 7., 2017, Anápolis. Anais [...]. Anápolis: UniEvangélica, 2017. (v. 8, n.1).

SHIKI, Shigeo; SHIKI, Simone de Faria Narciso; ROSADO, Patrícia Lopes. Políticas de pagamento por serviços ambientais no Brasil: avanços, limites e desafios. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 281-307.

STEFANES, Maurício *et al.* Property size drives differences in forest code compliance in the Brazilian Cerrado. **Land Use Policy**, v. 75, p. 43-49, 2018.

STUMPF JR., Waldyr; BALSADI, Otavio V. Políticas públicas e pesquisa para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 511-529.

TAMBOSI, Leandro Reverberi *et al.* Funções eco-hidrológicas das florestas nativas e o Código Florestal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 84, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015000200010>. Acesso em: 10 abr. 2021.

TERBORGH, John; SCHAİK, Carel van. Por que o mundo necessita de parques? In: TERBORGH, John *et al.* (org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora da UFPR: Fundação O Boticário, 2002. p. 25-36.

THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. **Geoparque Pireneus – GO**: proposta. Goiânia: CPRM, 2010.

TOLEDO, Victor M. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015. cap. 4, p. 129-148.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Roteiro para a entrevista

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_ entrevista nº \_\_\_\_\_

#### 1 Perfil do entrevistado

1.1 Nome do(a) entrevistado (a):

1.2 Endereço:

1.3 Escolaridade: Ensino Fundamental: ( ) completo ( ) incompleto

Ensino Médio: ( ) completo ( ) incompleto

Ensino Superior: ( ) completo ( ) incompleto

1.4 Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino ( )

1.5 Faixa Etária: ( ) abaixo de 30 anos ( ) 31 a 40 anos ( ) 41 a 54 anos ( ) acima de 55 anos

1.6 Naturalidade:

1.7 Ocupação/profissão:

1.8 Você participa da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso (RNTLC) Caminho de Cora Coralina há quanto tempo?

1.9 Você percorreu o Caminho de Cora Coralina (CCC)?

( ) Sim ( ) Não Como foi a experiência?

#### 2 Percepções e contribuições relativas à conservação ambiental em sua propriedade rural e suas vinculações com as unidades de conservação em seu entorno

2.1 As áreas de preservação permanente ao longo dos córregos e nascentes em sua propriedade está: ( ) conservada ( ) degradada ( ) em recuperação ambiental

2.2 A área de reserva legal em sua propriedade está:

( ) conservada ( ) degradada ( ) em recuperação ambiental

2.3 Você possui o Cadastro Ambiental Rural (CAR) da sua propriedade?

( ) Sim ( ) Não

2.4 Na sua percepção, qual a contribuição e importância do instrumento CAR para a sua propriedade e para o CCC?

2.5 Você desenvolve alguma atividade, prática, projeto ambiental e(ou) agroecológico em sua propriedade? Selecionar abaixo:

- Compostagem, coleta seletiva e descarte correto de resíduos
- Conservação da biodiversidade (flora e fauna nativa)
- Conservação do solo e da água
- Educação ambiental
- Implementação de corredores ecológicos
- Implementação de reserva particular do patrimônio natural (RPPN)
- Monitoramento, vigilância e combate a incêndio
- Pesquisa e produção científica
- Produção de mudas de espécies nativas
- Recuperação de áreas degradadas
- Sistemas agroflorestais ou agroecológicos

Outras  Citar:

2.6 Quais das atividades, práticas e(ou) projetos citados acima que você considera relevante e que possam servir de atrativo ao longo do CCC?

2.7 Você desenvolve alguma atividade agrícola ou pecuária em sua propriedade?

- Sim  Não

Quais são?

2.8 Você recebe algum tipo de recurso para desenvolver algum destes projetos ambiental ou agrícola em sua propriedade?

- Sim  Não

Quais são?

2.9 Quais das unidades de conservação ambiental que incidem no Caminho de Cora Coralina, no percurso entre Corumbá de Goiás e Jaraguá, que você conhece e(ou) visitou:

- Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pirineus
- Parque Estadual dos Pirineus

- Parque Estadual da Serra do Jaraguá
- Monumento Natural Municipal Cidade de Pedras
- Reserva particular do Patrimônio Natural (RPPNs do Mosaico de Proteção da Serra dos Pirineus)

2.10 Na sua percepção quais são os principais atrativos naturais do CCC?

2.11 Quais as contribuições e importância dessas unidades de conservação ambiental que incidem sobre o CCC para a região?

2.12 Na sua percepção, existem problemas ambientais nos parques estaduais citados acima e(ou) na Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pirineus?

sim  não

Quais?

2.13 Como você acredita que possa contribuir como proprietário rural para solucionar ou minimizar estes problemas?

2.14 Na sua percepção existe influência do CCC para a conservação ambiental e a formação de corredores ecológicos entre unidades de conservação ambiental?

Sim  Não

Qual grau de influência:  alta  média  baixa

2.15 Quais ações você como proprietário rural recomendaria para contribuir com a conservação ambiental e(ou) com a formação de corredor ecológico ao longo do Caminho de Cora Coralina?

### **3 Expectativas dos proprietários rurais com relação a conservação ambiental em sua propriedade e suas vinculações com o contexto cultural do caminho**

3.1 Você desenvolve em sua propriedade ou comunidade alguma das iniciativas, atividades, práticas e(ou) projeto cultural abaixo relacionados?

Conservação de objetos, documentos, edificações, espaços e(ou) sítios de valor históricos, paisagístico, artístico, arqueológicos ou ecológico

Culinária tradicional

Ecoturismo

- ( ) Educação artística, turística e cultural
- ( ) Festas, rituais e tradições folclóricas, artísticas e religiosas
- ( ) Saberes agroecológicos e(ou) agroflorestais
- ( ) Pesquisa e produção científica na área sociocultural
- ( ) Produção artesanal e(ou) artística
- ( ) Saberes tradicionais (ofícios e modo de fazer )
- ( ) Turismo rural
- ( ) Outras Citar:

3.2 Caso tenha respondido à questão acima, você poderia mencionar ou descrever como esta atividade cultural pode contribuir para a conservação do bioma Cerrado?

3.3 Quais ações você enquanto proprietário rural adota ou recomendaria para contribuir para valorização da diversidade cultural em conciliação com a conservação ambiental do bioma Cerrado ao longo do CCC?

3.4 Na sua percepção, existe influência do CCC para a valorização da diversidade cultural em conciliação com a conservação ambiental do Bioma Cerrado?

( ) Sim ( ) Não

Qual grau de influência: ( ) alta ( ) média ( ) baixa

3.5 Qual(is) o(s) maior(es) desafio para consolidação efetiva do CCC e seus objetivos?

3.6 Quais as principais ações entre os setores governo, usuários, proprietários e empreendedores para contribuir para consolidação efetiva do Caminho de Cora Coralina e seus objetivos?

3.7 Comente sobre as potencialidades na RNTLC – Caminho de Cora Coralina.

3.8 Comente sobre as fragilidades na RNTLC – Caminho de Cora Coralina.

3.9 Como você vê sua participação na RNTLC – Caminho de Cora Coralina.

3.10 Você participa de alguma outra associação, conselho e parceria que possa promover conservação ambiental e(ou) valorização sociocultural do bioma Cerrado, além da RNTLC – Caminho de Cora Coralina.

( ) Sim ( ) Não

Quais?

3.11 Qual a sua percepção sobre a influência do CCC para a valorização da vida no campo e para a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios por onde incide?

## APÊNDICE B – Pesquisa exploratória

No contexto dos conceitos apresentados por Graziano da Silva (2002), relativos ao tema “o novo rural brasileiro” que trata da gestão multipropósito do espaço rural, pode-se observar durante a pesquisa exploratória uma dinâmica distinta e rica em diversidade de atores sociais, práticas culturais e econômicas relativas às atividades que predominam no meio rural (agrícolas e não agrícolas), assim como, em relação aos aspectos e características naturais, culturais e históricos que predominam no Caminho de Cora Coralina, descritas no quadro 1, a seguir.

**Quadro 1 – Aspectos e características naturais, culturais e históricas no Caminho de Cora Coralina**

<b>Pontos visitados</b>	<b>Localidade</b>	<b>Atividade não-agrícolas e agrícolas</b>	<b>Característica natural</b>	<b>Característica cultural e histórica</b>
<b>1</b>	<b>Corumbá de Goiás</b>	Cidade histórica e turística devido ao seu rico patrimônio histórico, cultural e ambiental. A principal atividade agrícola é a pecuária.	Áreas naturais com inúmeras cachoeiras formadas pelo rio Corumbá.	Casarões e igrejas do período colonial, festa tradicional das cavalhadas (inspirada nas tradições da idade média), Festa do Divino e da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Penha.
<b>2</b>	<b>Hotel Fazenda Serra da Irara</b>	Turismo rural, hospedagem, alimentação, lazer, criação de animais, plantio de espécies florestais.	Trilhas em áreas preservadas com vegetação nativa.	Casa sede, restaurante, edificação em estilo colonial, decoração histórica com moinho de cana.
<b>3</b>	<b>Salto Corumbá Camping Club Hotel</b>	Ecoturismo, alimentação, lazer, visitação em trilhas e produção de uva para fabricação de vinho.	Áreas preservadas ao longo do córrego até o salto do Corumbá com (65 metros).	Área explorada com corte de rocha para permitir a mineração do ouro no período colonial.
<b>4</b>	<b>Estância Dona Agnes e Pousada El Rancho</b>	Turismo rural e ecológico, hospedagem, alimentação, lazer e criação de animais.	Áreas preservadas ao longo do rio Corumbá, área situada a montante do salto.	Festival anual Prosa e Canto e hospedagem em amplo casarão em estilo colonial construído pela

				proprietária Dona Agnes, na década de 1950 para moradia.
5	<b>Reserva do Abade</b>	Alimentação, lazer, loja e visitação em trilhas ecológicas para observação de diferentes fitofisionomias do bioma Cerrado. Encontra-se em processo de criação de RPPN.	A reserva apresenta área preservada com excelente estrutura para visitação, trilhas sinalizadas com placas educativas sobre fauna, flora, formação geológica e recursos hídricos, e com acesso à Cachoeira do Abade.	abrigou a maior lavra de ouro da época, no século XVIII, comandada por Alfred Lambert d’Arena, no Arraial do Abade. A lavra foi destruída pela população por causar poluição nas águas destinadas ao abastecimento da cidade de Pirenópolis.
6	<b>RPPN Sitio Lavrinhas</b>	Chalés para hospedaria, alimentação, trilhas ecológicas e fabricação de <i>kombucha</i> e pães artesanais. Encontra-se em processo de criação de RPPN.	Área de reserva preservada com trilhas com formação geológica peculiar, com acesso à pequena cachoeira com barragem. Realiza pesquisa de avifauna regional e arqueológica e geológica.	Apresenta vestígio de construção histórica de rego de 6 km de extensão destinado a dar vazão de água para mineração de ouro na região, área com presença de muro de arrimo da época da escravidão e da mineração do ouro.
7	<b>Sítio do Gilberto Morato</b>	Moradia e criação de animais, apenas passagem do caminho.	Parte da área foi desapropriada para implantação do PEP.	-
8	<b>Cidade de Pirenópolis</b>	Cidade histórica e turística tombada como conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico pelo Iphan. A principal atividade agrícola na região é a pecuária.	Inúmeras áreas naturais e preservadas com cachoeiras e córregos formados pelos efluentes do rio das Almas. Localização do PEP, de RPPNs e do Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus.	Casarões, ruas e igrejas do período colonial e da época da mineração do ouro, festa tradicional das Cavalhadas e do Divino Espírito Santo (inspirada nas tradições da idade média), festividade

				tombada como patrimônio imaterial brasileiro, bem como festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da cidade, entre outras festas religiosas.
9	<b>Pousada Refúgio da Serra</b>	Chalés para hospedagem, vendinha com produtos regionais diversos, capelinha e bica histórica.	Próxima ao PEP com acesso livre aos caminhantes para capelinha e bica histórica.	Capela de Nossa Senhora das Graças e bica histórica do Zuca (primeiro proprietário da área). Roda de fogueira para hospede.
10	<b>Povoado de Caxambu</b>	Fundado em 1948, fica a 29 km da sede de Pirenópolis, com aproximadamente 500 habitantes. A principal atividade é a agropecuária.	-	Festa tradicional em louvor ao Divino Pai Eterno, que acontece desde 1979, ano em que construíram a capela por iniciativa de Joaquim Pontieri, quando acontece o famoso desfile de carros de boi, forte característica cultural e religiosa, típica da região.
11	<b>Sítio Promessa do Futuro</b>	Produção agroecológica e fabricação de geleias diversas com frutas regionais e chá de hibisco, sistema de cultivo agroecológico com sementes crioulas de milho e feijão, por meio da agricultura familiar, agricultor com atividade externa na área de turismo para renda complementar.	Paisagens rurais com áreas de preservação e reserva legal protegidas. Agroecologia e formação de corredores agroecológico.	O projeto Associação Promessa do Futuro se iniciou, no ano de 1996, a partir do sonho da médica sanitária Nádia Regueira, em parceira com professora e agricultora familiar Maria Albertina, ambas já

				<p>falecidas. O projeto era realizado nas escolas rurais da região com objetivo de educar para a alimentação saudável e cuidados com a saúde por meio da produção, da utilização e da valorização dos produtos agroecológicos regionais. Agroindústria de produtos do cerrado.</p>
12	<b>Fazenda Caxambu</b>	<p>Hospedagem, trilhas ecológicas, criação de gado e fabricação de queijo e biscoitos caseiros. O proprietário, senhor Quinzinho, é considerado o personagem importante do caminho de Cora Coralina, por representar o homem roceiro e caipira goiano.</p>	<p>Paisagens rurais com áreas de preservação e reserva legal protegidas em região serrana nas nascentes do córrego Caxambu.</p>	<p>O senhor Quinzinho participa da comitiva da carreata de carros de boi durante a tradicional festa de devoção ao Pai Eterno, com duração de 6 dias e envolvendo um grupo de 10 a 15 pessoas, inclusive visitantes do Caminho de Cora Coralina. O evento acontece no primeiro domingo de julho, com a participação de 500-600 carros de boi oriundos de diversas regiões do estado de Goiás, e encerra com a celebração da missa do carreteiro na cidade de</p>

				Trindade de Goiás.
13	<b>Fazenda Caiçara</b>	Hospedagem, lazer e trilhas ecológicas, pomar, criação de gado e piscicultura.	Paisagens rurais em altitude de 1.180 metros, com áreas de preservação e reserva legal protegidas em região serrana, com poços e quedas d'água nas nascentes do córrego Caxambu.	Casarão rústico no alto da serra, construído com mão de obra própria familiar, com característica pitoresca devido a diversos canais de água construídos em madeira, com formação de bicas que desaguam em três lagos voltados para criação de peixes. O casarão foi erguido sobre alicerces de antiga casa que existia no local a mais de 20 anos.
14	<b>RPPN Pau Terra</b>	Hospedagem em chalés, lazer e trilhas ecológicas. O proprietário é o presidente da Associação dos Moradores do Córrego da Barriguda.	Trilhas em áreas preservadas no entorno do córrego Barriguda e observação das diferentes fitofisionomias do bioma Cerrado (campos, cerrado típico e mata ciliar nas margens do córrego Barriguda, principal manancial de abastecimento da cidade de Pirenópolis).	Mirante com vista para o sítio arqueológico e histórico construído na época da mineração, em torno de 1817, formado pela construção do canal escavado no morro de 1,5 km de extensão, com objetivo de transposição do rio Barriguda para o Rio das Almas, para dar pressão a água para exploração do ouro na região
15	<b>Parque do Coqueiro</b>	Atrativo natural, trilhas ecológicas e alimentação.	Trilhas ecológicas calçadas e sinalizadas para educação ambiental, com poços e cachoeiras	-

			formadas pelo córrego Lázaro.	
16	<b>Cidade de Goiás</b>	Cidade histórica e turística devido ao seu rico patrimônio histórico, cultural e ambiental.	Situa-se na região Serrana da APA da Serra Dourada.	Considerado patrimônio da cultura da humanidade pela UNESCO. Apresenta com destaque o Museu Cora Coralina
17	<b>São Francisco de Goiás</b>	Cidade histórica na região do ciclo do ouro com rico patrimônio histórico e cultural	-	Sede do Museu histórico das Cavalhadas e sede administrativa do CCC
18	<b>Fazenda Santa Helena (Dona Marly)</b>	Trilhas ecológicas, alimentação típica da culinária goiana e criação de gado.	Trilhas ecológicas em áreas preservadas no entorno do córrego das Pedras.	Culinária tradicional goiana.
19	<b>RPPN Ecovilla Caraívas</b>	Trilhas ecológicas com cachoeira no Vale da Dhyana.	Trilhas ecológicas com corredeiras em direção a cachoeira no Vale da Dhyana.	Apresenta centro sede do Instituto Caraívas – Surya Vidya (Luz do Coração) voltado para cursos, educação ambiental e holística.
20	<b>Parque Estadual dos Pireneus</b>	Unidade de conservação de proteção integral	Trilhas ecológicas com apresentação das diversas fitofisionomias do Cerrado, com diversas nascentes, poços e a cachoeira do Sonrisal.	Apresenta o 2º maior maciço e mais alto de Goiás, o sítio natural Pico dos Pireneus, com 1.380 metros e o sítio natural Morro do Cabeludo. Ao longo de estrada no interior da unidade, há altares de via sacra em direção a Capela de Santíssima Trindade dos Pireneus no alto do Pico dos Pireneus.
21	<b>Refúgio Avalon</b>	Ecoturismo, alimentação, lazer, visitação em trilhas ecológicas nas margens do rio das Almas.	Ecoturismo, alimentação, lazer, visitação em trilhas ecológicas nas	Centro de Educação ambiental para visitação de

		Produção de ervas medicinais e horta agroecológica para educação ambiental aos visitantes, minhocário e compostagem de resíduos	margens do rio das Almas.	estudantes da rede pública e escolas da região na Horta Pais-Produção Agroecológica Integrada e sustentável.
22	<b>Cidade de Jaraguá</b>	Cidade histórica e turística devido ao seu rico patrimônio histórico, cultural e ambiental.	Ecoturismo em área do Parque Estadual Serra do Jaraguá.	Possui diversos eventos culturais ao longo do ano, Festa do Divino Espírito Santo, As Cavalhadas e rico folclore com contação de histórias e lendas de personagens da cidade (Tereza Bicuda). Apresenta diversos museus, com destaque para o Museu Histórico Municipal e a Casa da Cultura Padre Silvestre.
23	<b>Parque Estadual da Serra do Jaraguá</b>	Unidade de conservação de proteção integral	Trilhas ecológicas com apresentação das diversas fitofisionomias do Cerrado, com corredeiras e poços ao longo do caminho	Apresenta dois sítios arqueológicos registrados pelo Iphan. Como atividade turística, apresenta de rampa de parapente para realização de eventos esportivos anuais.

**Fonte:** elaborado pela autora (2021) em referência às informações coletadas durante a Pesquisa Exploratória realizada nos meses de junho, julho e outubro de 2021.

## TRECHO 2 (SALTO DO CORUMBÁ A PEP)

**Estância Dona Agnes**

**Coordenadas:** -15.49'30,08" S; -48.47'08,45 W

O senhor Carlos, administrador da propriedade, informou que o Plano de Manejo (PM) da Parque Estadual Serra dos Pirineus está em elaboração pelo conselho da unidade, em conjunto com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), e que deverá estar finalizado em 2022, tendo, entre seus objetivos, a adequação das áreas do parque destinadas ao acesso dos visitantes e para passagem do Caminho de Cora Coralina. O responsável e administrador do parque é o senhor José Divino — (62) 98126-8920. O conselho do Parque elaborou um plano de uso emergencial da área até que o seu PM seja finalizado.

Em continuidade ao Caminho de Cora Coralina, existe a intenção de construir o Caminho Rio Areias, de Brasília a Cocalzinho de Goiás e o Caminho Religioso de Trindade a Goiás Velho. O caminho de Cora Coralina incide sobre o antigo corredor da mineração do ouro na região.

O senhor Carlos também informou que todos os anos é realizado o Festival Prosa e Canto, com gravação em vídeo na Estância Dona Agnes, pertencente à Missão Vida, de cunho cristão. O El Rancho, propriedade que faz parte da área da estância, foi doado em 1970, e a área da estância, em 1992, pela antiga proprietária, dona Agnes.

A propriedade é destinada à hospedagem dos caminhantes, tem área de hospedagem em um lindo casarão em estilo colonial construído na década de 1950, que se encontra em reforma. O casarão é destinado à hospedagem apenas para a comunidade evangélica.

O senhor Carlos comentou que existe algumas parceiras para melhorar a visitação no Caminho de Cora Coralina, entre elas: com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), por meio do Projeto Turismo 4.0, visando à capacitação dos empreendedores do caminho; com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), para desenvolvimento econômico nas áreas rurais; e com instituições privadas, para fomentar a recuperação ambiental ao longo do caminho. Ele informou que algumas propriedades estão iniciando o cultivo de uva, devido à alta altitude da região (1.000-1.300 m), como a Vinícola Assunção.

Em relação à Associação dos Empreendedores do Caminho de Cora Coralina, hoje, com 30-40 participantes, existe o trabalho de incentivo à adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), com reuniões bimestrais, que envolvem o poder público e empresas. A prefeitura de Anápolis tem um viveiro de produção de mudas, com objetivo de doação de mudas para propriedades rurais, em torno de 200 mudas por ano/produtor. A intenção é arborizar o caminho para fornecer sombra aos caminhantes.

A Goiás Turismo realiza anualmente um questionário socioeconômico por meio de pesquisa com os proprietários rurais que servem o caminho, associados e caminhantes, sendo a responsável a senhora Alexandria — (62) 99852-0202. O comitê gestor do Caminho de Cora Coralina é constituído pela associação, pela Goiás Turismo e por oito prefeituras.

Em relação às festividades culturais da região, as principais são: em Corumbá, a Festa do Divino e de Nossa Senhora da Penha; em Pirenópolis e Jaraguá, a Festa do Divino, em maio; e na cidade de Goiás, a Procissão do Fogaréu, na Semana Santa.

O senhor Carlos informou que existe um grande contraste de paisagem ao longo do percurso de Cocalzinho a Caxambu, com áreas preservadas com grande riqueza natural de flora e fauna e, a partir de Caxambu, até a cidade de Goiás, áreas de grandes latifúndios com paisagens monótonas formadas por monoculturas em extensas áreas rurais, permitindo ao caminhante perceber o impacto desse tipo de exploração sobre a natureza.





**Propriedade: Hotel Fazenda Serra da Irara**

**Coordenadas: -15.55'47,2" S; -48.50'36,7 W**

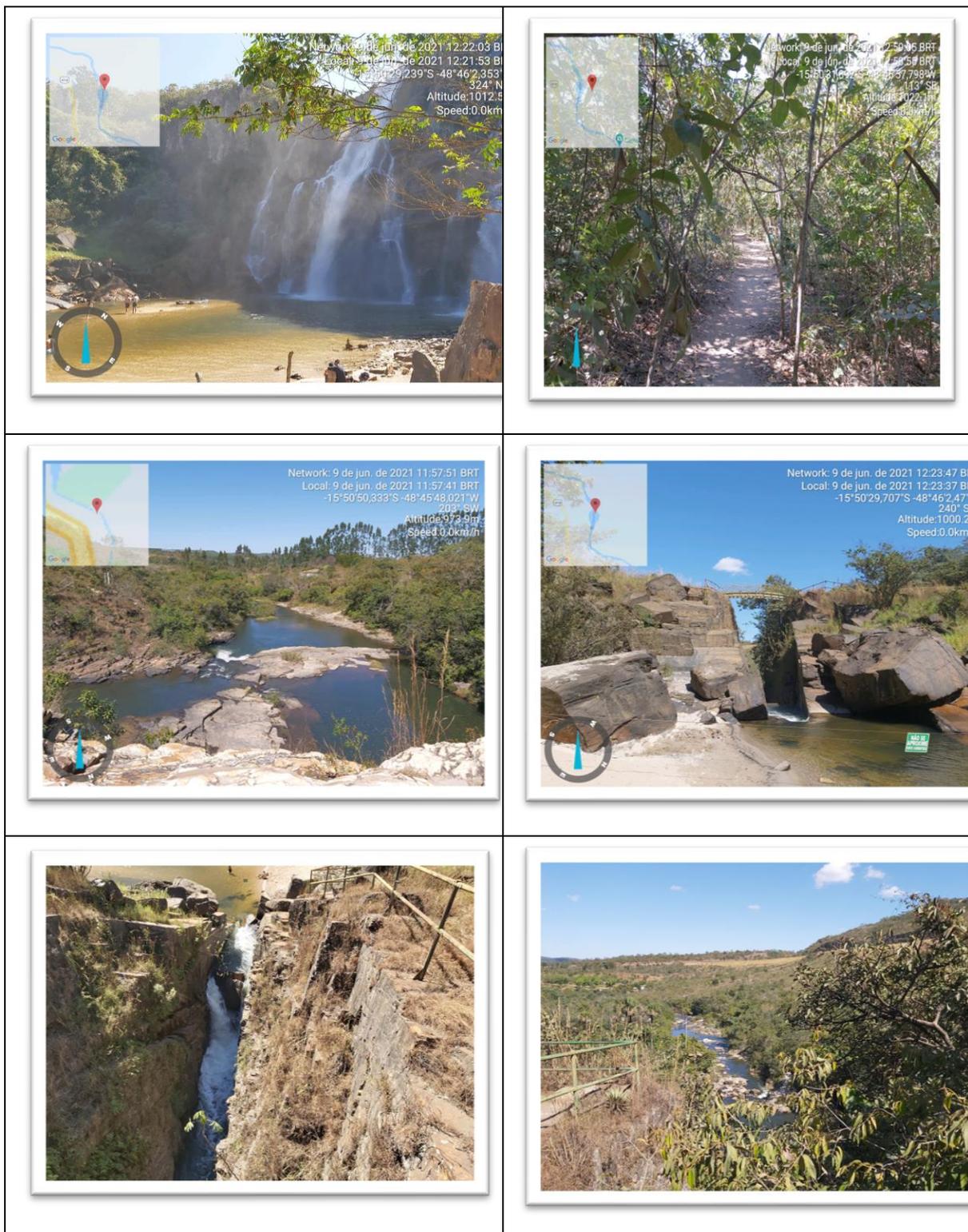
O Hotel Fazenda Serra da Irara apresenta nascentes e ampla áreas de matas preservadas, contém uma represa, trilha de 3 km para visitação, área com plantio de eucalipto, área arrendada para cria o de gado. A estrutura para hospedagem consiste na casa-sede, restaurante, edifica o em estilo colonial de quartos para hóspedes, pequeno quiosque e moinho de cana como decora o histórica das áreas verdes.



**Propriedade: Salto do Corumbá Camping Club Hotel**

**Coordenadas: -15.50'29,707" S; -48.46'02,47" W**

O Salto do Corumbá Camping Club Hotel apresenta ampla estrutura para ecoturismo (restaurante, hospedaria, loja e piscina). Os caminhantes do percurso da trilha Cora Coralina utilizam o local como ponto de passagem e visitação ecoturística. A área do hotel apresenta diversas trilhas com acesso a exuberante cachoeira do Salto do Corumbá, local onde houve corte da rocha para permitir a mineração do ouro. As trilhas de acesso à cachoeira apresentam áreas preservadas de mata ciliar nas margens do rio Corumbá.



### Cidade de Corumbá de Goiás

**Coordenadas:** -15.924464; -48.807678

A praça principal da cidade histórica de Corumbá de Goiás apresenta a placa informativa do Caminho de Cora Coralina, onde localiza-se a Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha, a Casa

Esmeralda, o Cine Teatro Esmeralda e a Secretaria de Cultura. Essa praça serve de passagem aos caminhantes para carimbo do passaporte do Caminho de Cora Coralina e para obter informações históricas da cidade na venda do historiador Curado. O contato da atual secretária de Cultura, senhora Goreth.



### TRECHO 3 – PEP – PIRENÓPOLIS

**Parque Estadual dos Pireneus– área de 2.870 hectares**

**Coordenadas:** -15°47'47,83" S; -48°49'52,43" W

O Parque Estadual dos Pireneus (PEP) que abrange os municípios goianos Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás, encontra-se protegido pela APA da Serra dos Pireneus. Em seu interior está localizado o segundo maciço mais alto de Goiás, o Pico dos

Pireneus com 1.380 metros de altitude, divisor das bacias Tocantins e Paraná, abrigando as nascentes do rio das Almas e do rio Corumbá, pequenos poços e a cachoeira do Sonrisal.

A visita ao parque foi guiada pelo senhor Everton Lacerdin, morador do entorno do parque e trabalhador rural na região, vizinho e prestador de serviço na propriedade RPPN Ecovilla Caraívas, O percurso da visita aconteceu em 20 km de extensão da Rodovia Parque Estadual dos Pireneus que atravessa a unidade, em estrada de terra, em direção ao posto fiscal da unidade. Ao longo do trajeto percorrido observou-se os sítios naturais Morro do Cabeludo e o Pico dos Pireneus, além das diversas fitofisionomias do bioma Cerrado.

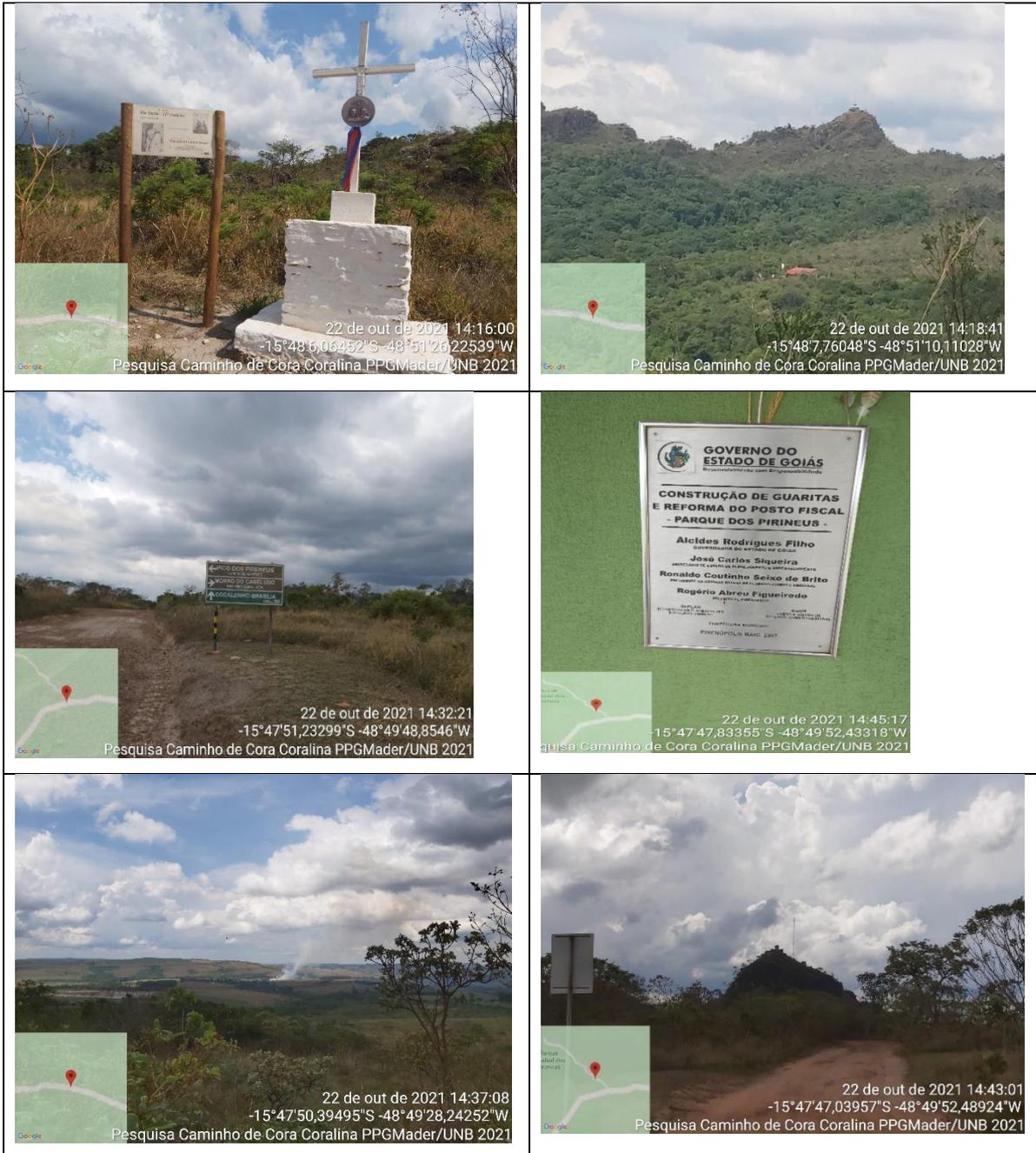
O parque possui um posto fiscal, sede da equipe de segurança e vigilância da unidade, formada por meio de contratação de oito vigilantes que trabalham em dois turnos. Possui ainda uma sede administrativa para sede da equipe técnica responsável pelos trabalhos de gestão e manutenção da unidade, formada pelo gestor José Divino e três técnicos.

Em relação aos aspectos socioculturais observados durante a visita ao parque, deve-se destacar a construção de altares de via sacra, usados com pontos de parada de peregrinação religiosa em direção a Capela da Santíssima Trindade dos Pirineus, situada no ponto mais alto do Pico dos Pireneus.

No momento o plano de manejo da unidade encontra-se em fase de elaboração, não sendo possível a passagem dos visitantes do caminho no seu interior, até que sejam definidas as áreas permitidas para acesso aos visitantes.

De acordo com informações obtidas no site da unidade, o PEP está momentaneamente aberto à visitação, pois está em curso a confecção do Plano Emergencial de Visitação, que atenderá melhor as atuais necessidades administrativas do parque e aos seus visitantes. Chefe da Unidade de Conservação: José Divino de Sousa Júnior. *E-mail*: jose.dsouza@goias.gov.br / pep.meioambiente@goias.gov.br.





## Parque do Coqueiro

**Coordenadas:** -15° 47'33,55; -48°54'33,08

O Parque do Coqueiro, propriedade que recebe o visitante do caminho de Cora Coralina na serra dos Pireneus, apresenta áreas de Cerrado preservadas, que margeiam cachoeiras, poços e nascentes, com estrutura de estacionamento, banheiros, restaurante e trilhas calçadas e sinalizadas com placas educativas para preservação ambiental.



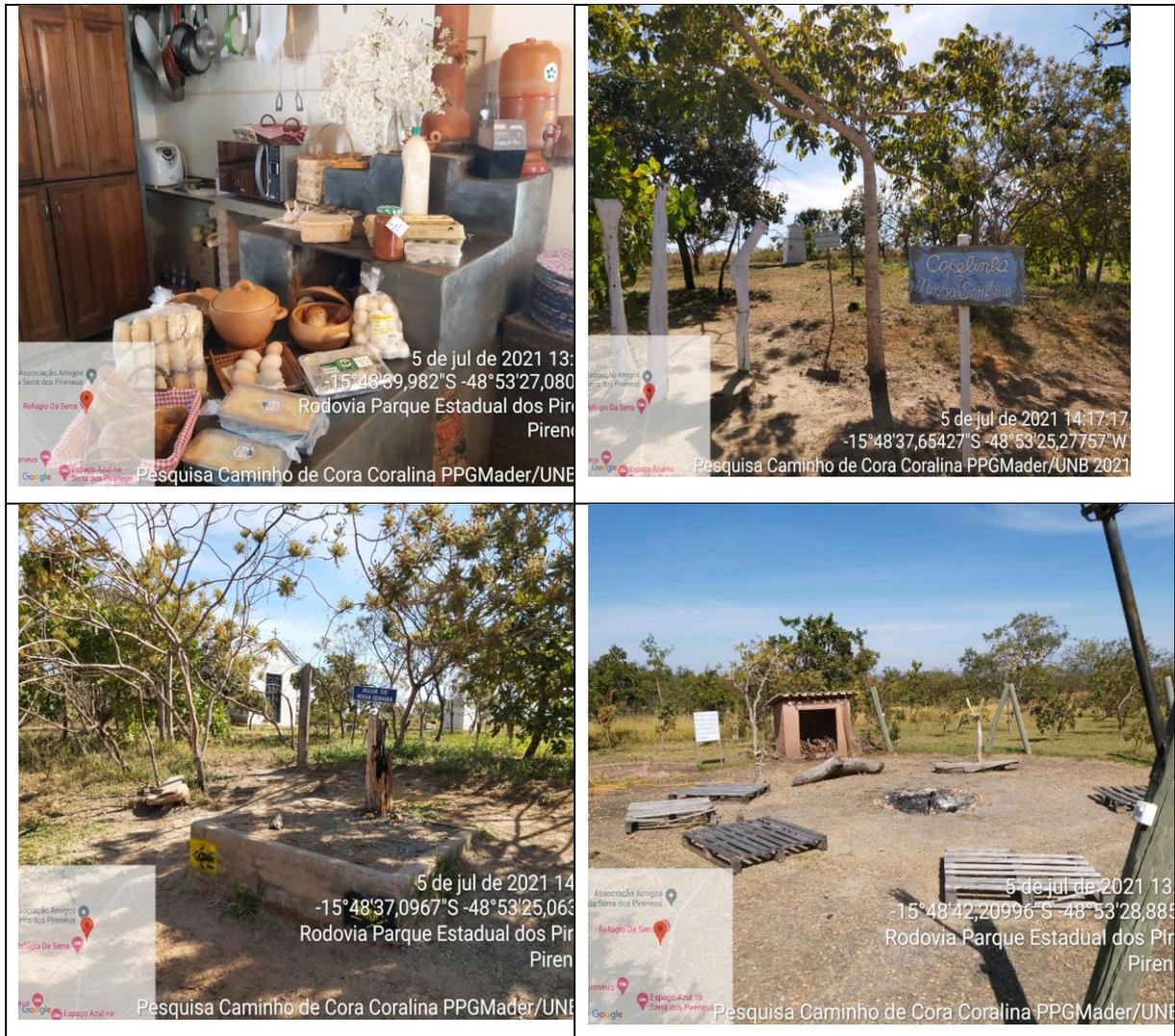
### **Pousada Refúgio da Serra – 7,5 hectares**

**Coordenadas:** -15.48'40,10"; -48.53'27,34

A proprietária Kalinca da Pousada Refúgio da Serra comentou sobre a criação do CCC no ano de 2013, por meio da parceria do seu esposo, Marcos Borges, pesquisador e professor universitário, com o senhor Bismarque, idealizador do caminho e historiador. Eles apresentaram a ideia do projeto ao João Lino, ex-presidente da Goiás Turismo, em um evento realizado na serra dos Pireneus no ano de 2017.

Devido à proximidade da propriedade com o Parque Estadual dos Pireneus (1,5 km), desenvolveram diversos empreendimentos para hospedagem e oferecimento de refeições e alimentação aos caminhantes e visitantes do parque. Foram instaladas a Vendinha da Kalinca na sede da pousada, área de roda de fogueira para os hóspedes, a Capelinha de Nossa Senhora das Graças e a Bica do Zuca (primeiro proprietário da área), em área com acesso livre à rodovia Parque dos Pireneus, em trecho por onde incide o Caminho de Cora Coralina. A Vendinha da Kalinca oferece diversos produtos de fabricação na região (granola, coalhada seca, *pesto*, queijo

artesanal, pão artesanal, pão de queijo, empada, refeições caseiras e congelados, geleias, suco de uva, suco de amora, ovos caipiras, molho de tomate, tapetes artesanais).



**Propriedade: RPPN Ecovilla Caraívas – área de 30 hectares**

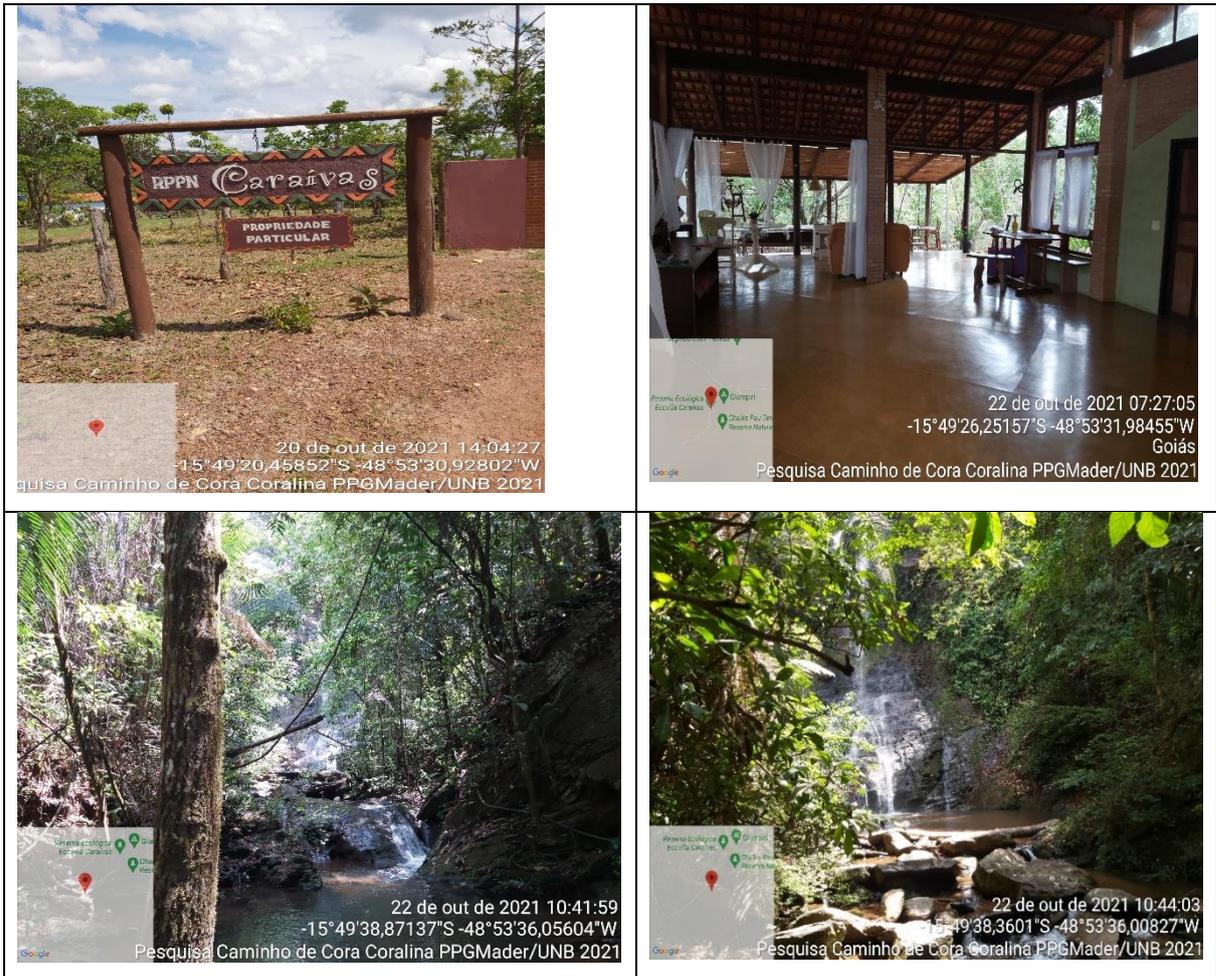
**Coordenadas: -15°49'20,45" S; -48°53'30,92" W**

A RPPN Ecovilla Caraívas foi certificada por meio do Decreto ICMBio/MMA nº 5.746, de 05 de abril de 2006, sendo parte das ações do Projeto Mosaico da Serra dos Pireneus, realizado por meio da parceria Associação dos Moradores do Córrego da Barriguda, Instituto Cerrado, Natureza e Cultura Internacional e ICMBio.

A proprietária da RPPN – Reserva Ecológica Caraívas, Jeanne Marie White arquiteta, educadora, escritora e idealizadora do Projeto de criação de RPPNs na Serra dos Pireneus não estava presente na data da vistoria, tendo sido representada por seu filho Atini Pinheiros.

A reserva tem um amplo centro para sede do Instituto Caraívas – Surya Vidya (a Luz do Coração), criado com objetivo de organizar cursos, palestras e retiros nas áreas de educação, ecologia, arte, terapias holísticas, meditação e psicologia transpessoal.

A área da RPPN contém diversos chalés para hospedagem, moradia e retiros em ambiente rústico, simples e construído de forma ecológica e sustentável, além de diversas trilhas ecológicas em áreas preservadas do cerrado com rica biodiversidade com percurso para a cachoeira, situada na área Vale da Dhyana.



### RPPN Pau Terra – área de 6,33 hectares

**Coordenadas:** -15° 49' 31,89; -48° 53' 18,14

O proprietário da RPPN Pau Terra, o engenheiro Fernando Madueño, presidente da Associação dos Moradores da Bacia Hidrográfica do Córrego da Barriguda e Rio das Almas (Abra), comentou sobre a criação da associação no ano de 2002 e que, a partir do ano de 2009, em parceria com o Instituto Cerrados, foi criado o projeto para formação de cinturão verde na

Serra dos Pireneus por meio da criação de RPPNs (Mosaico de Proteção da Serra dos Pireneus), devido à grande sensibilidade e importância ambiental da área, onde incide o divisor continental de águas da cabeceiras de duas importantes bacias hidrográficas brasileiras.

Informou que, no passado, a associação participou de um projeto em parceria com a Rede Petrobras e a Rede de Sementes do Cerrado, com objetivo de manutenção de árvores do Cerrado cadastradas, sendo 20 árvores identificadas por proprietários na Serra dos Pireneus, sendo que o projeto se encontra suspenso. Em seguida, relatou que a Abra participa do Conselho de Meio Ambiente (Condema) do município de Pirenópolis e do Conselho do Parque e da APA da Serra do Pireneus (Conpepi). Em relação ao plano de manejo das unidades, o do parque está em fase de elaboração, com previsão do término até o final de 2022, bem como também existe a previsão de iniciar a elaboração do plano da APA da Serra do Pireneus.

Fernando informou que as RPPNs que incidem na serra dos Pireneus, em geral, estão em áreas com topografia acidentada, de alta declividade, em áreas de fundo de vale e nas proximidades dos corpos d'água. Elas têm por objetivo a conservação ambiental e são utilizadas como chácara de lazer e pousadas rurais.

Na área da propriedade, há três chalés para hospedagem e trilhas em áreas preservadas da RPPN, onde os visitantes podem conhecer e observar as diferentes fitofisionomias do bioma Cerrado (campos, cerrado típico e mata ciliar e de galeria nas margens do córrego Barriguda, principal manancial de abastecimento da cidade de Pirenópolis). Recentemente foi criada a RPPN Pau Terra II, com área de 5,6 hectares, em área contígua à RPPN Pau Terra.





### RPPN Sítio Lavrinha

**Coordenadas:** -15.50'7,16"; -48.52'59,08

O proprietário da área, senhor Bismarque Villa Real, gaúcho residente em Goiás desde 1981, idealizador do projeto Caminho de Cora Coralina, inspirado pelo escritor e historiador Paulo Bertran (livro *História da terras e do homem do Planalto Central*) e ex-presidente da Associação dos Empreendedores do Caminho de Cora Coralina, informou sobre a história da segunda fase da mineração do ouro na região (1880-1887) e comentou sobre o livro *Meia Ponte: história e meio ambiente em Goiás*, de Kelerson Semerene Costa, que trata da criação do Arraial do Abade, visando atender as obras de construção de 6 km de rego para a vazão de água para a mineração de ouro na região. Inclusive, no Sítio Lavrinha, encontra-se vestígio do rego. Bismarque informou que houve um primeiro movimento da sociedade de Pirenópolis na época, que destruiu as instalações da mineração por meio de incêndio na área, devido à poluição da água de consumo da sociedade. E que houve uma nova tentativa de mineração no ano de 1980, porém sem sucesso.

O Sítio Lavrinha é destinado à pesquisa da avifauna da região, por ser considerado o último reduto de predominância de aves de espécies do bioma da Amazônia (*Irapuru cigarra*) e borboletas, devido a conexão da região com corredores de biodiversidade Araguaia-Tocantins, assim como também pesquisas na área arqueológica, histórica e geológica.

Nas trilhas de acesso à cachoeira e a um pequeno reservatório de água, existe a construção de muro de arrimo da época da escravidão e da mineração do ouro. O proprietário comentou sobre a intenção de construir um centro de pesquisa no local e que recebe os visitantes do caminho para hospedagem e alimentação na sua própria casa.



### RPPN Reserva do Abade em andamento

**Coordenadas:** -15.50'20,79"; -48.53'06,10

Área com visitação desde o ano de 2010, em processo de criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), situada na Estrada dos Pireneus, km 17, próximo à área de formação do Mosaico da Serra dos Pireneus. Antiga fazenda pertencente ao senhor Carlos, falecido, e que passou a propriedade aos seus cinco filhos, entre eles, os administradores, o casal Tibor e Ana Paula. A reserva apresenta área preservada com excelente estrutura para visitação, trilhas sinalizadas com placas informativas sobre fauna, flora, formação geológica e recursos hídricos, e acesso à Cachoeira do Abade. A intenção dos proprietários é ampliar a área

para estrutura de educação ambiental aos visitantes, para conhecimento das diversas fitofisionomias do bioma Cerrado que incidem no local.



### **Refúgio Avalon – Chácara Agroecológica**

**Coordenadas:** -15°51'2,13" S; -48°55'3,65" W

A Chácara agroecológica Refúgio Avalon está localizada às margens do rio das Almas, desenvolve atividades de educação ambiental para os estudantes da rede de ensino de Pirenópolis e região, em sua estrutura para visitação apresenta áreas destinadas a horta (Horta Pais – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), minhocário, jardim sensorial de ervas medicinais, trilhas ecológicas e pequena barragem com queda d'água, piscina e restaurante.

O proprietário da chácara, senhor José Carlos, considera o Caminho de Cora Coralina, importante iniciativa para promover o desenvolvimento regional por meio da fixação das

famílias no seu local de origem, como modo de favorecer a geração de trabalho e renda para população por onde incide o caminho.

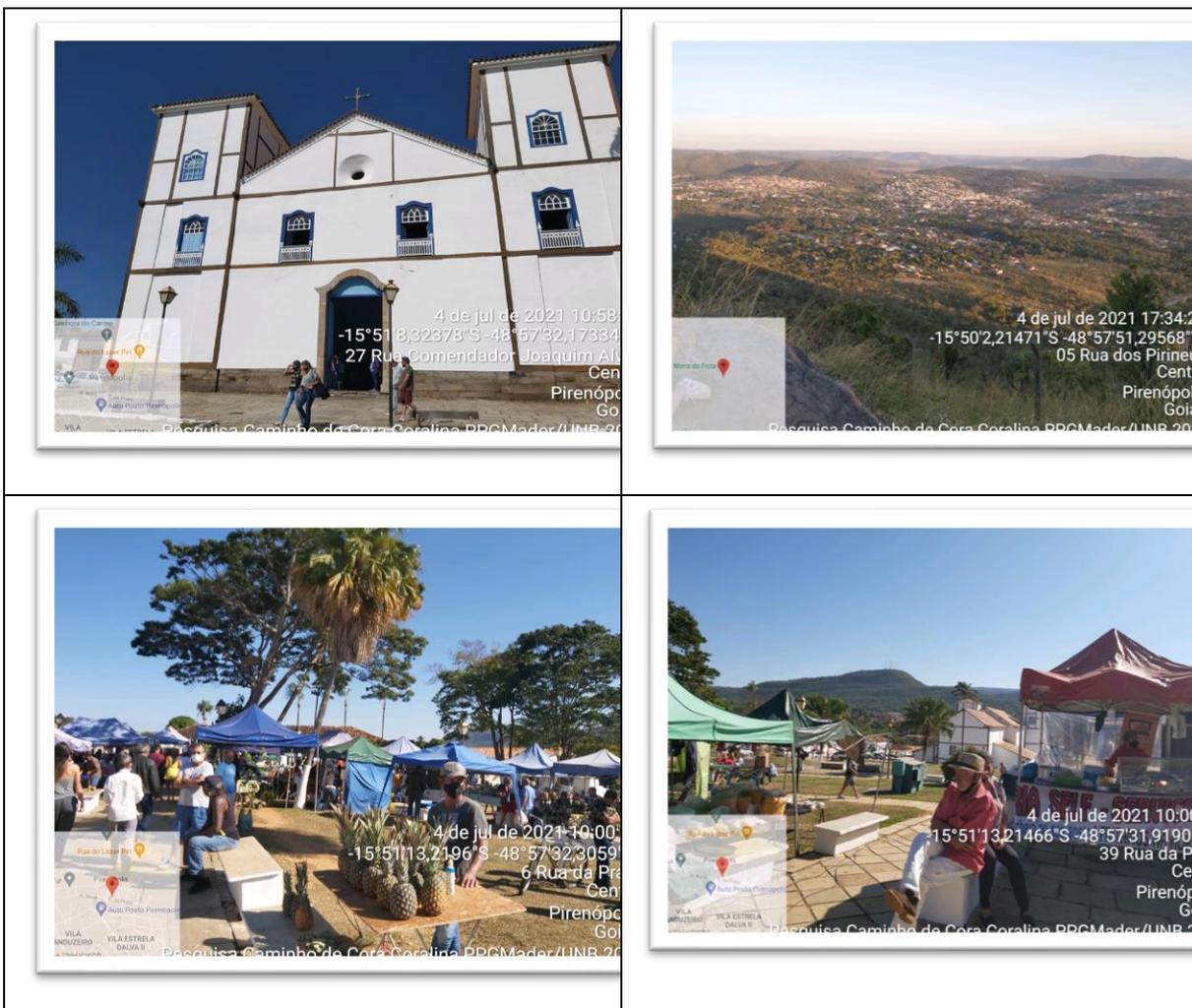
Comentou ainda, que o caminho pode desenvolver um trabalho voltado para preservação do meio ambiente para as gerações futuras, e que possibilita aos caminhantes e ciclistas a percepção da natureza, propiciando ações para a sua preservação.



## Cidade de Pirenópolis

**Coordenadas:** -15.51'8,32"; -48.57'32,17

A Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário está localizada na praça central da cidade histórica, local que contém um espaço onde todas as quintas-feiras e domingos acontecem a tradicional feira do produtor rural, com a comercialização de produtos diversos, com destaque para os produtos de origem orgânica e agroecológica. A festa religiosa do Rosário, padroeira de Pirenópolis, acontece a 293 anos, sendo Patrimônio Cultural e Imaterial do município.



Foi realizada a visita a Casa da Câmara e Cadeia da cidade de Pirenópolis, restaurada em 2007, onde pode-se conhecer os aspectos socioculturais das festas tradicionais que acontecem na cidade, como a Festa do Divino Espírito Santo, contando com as Cavalhadas entre personagens mouros e cristãos e os Mascarados, evento religioso considerado Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, que acontece todos os anos nos meses de maio e junho desde 1819, após a Páscoa.

Os rituais e personagens dessa festa são apresentados em posters e vídeos no museu, como: Império, Três folias (do Padre, da Cidade e da Roça), Mascarados, Cavalhadas, Reinado (ritual composto pelo Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito), Cavalhadinha e outras expressões ligadas à festa e danças, como as pastorinhas e operetas, contradança, congo, congada, banda de couro, além da barraca do padre, feiras e ranchos dançantes).



## TRECHO 4 – PIRENÓPOLIS A FAZENDA CAXAMBU

### Povoado de Caxambu

**Coordenadas:** -16°0'49,61; 49°2'31,16

A praça principal do povoado de Caxambu, pertencente ao município de Pirenópolis, apresenta, em sua pequena praça rodeada por casas simples, a Capela do Divino Pai Eterno, a placa informativa do Caminho de Cora Coralina, no local de passagem dos caminhantes. O povoado tem o mesmo nome do rio que passa pelo local. O *site* do Caminho de Cora Coralina informa sobre a festa em louvor ao Divino Pai Eterno, que acontece em Caxambu, desde 1979, ano em que construíram a capela por iniciativa de Joaquim Pontieri. Na festa, acontece o famoso desfile de carros de boi, forte característica cultural e religiosa, típica da região.



### Fazenda Santa Helena

**Coordenadas:** -15° 55'20,67; -49°1'51,57

A proprietária da área, senhora Marly, comentou que nasceu em Pirenópolis, residiu em Brasília por 30 anos e, recentemente, decidiu retornar e morar na região. Tem grande preocupação de preservar a fazenda de forma sustentável, pois considera que o proprietário rural tem a obrigação de zelar e preservar a natureza com consciência ambiental, ter amor à Terra. Ela considera que o CCC é um caminho de peregrinação e de busca interior, pretende futuramente construir chalés e já construiu uma pequena estrutura de recepção dos visitantes próximos ao rio das Pedras, com aproveitamento do próprio material da fazenda. Comentou que tem preocupação com a secagem de minas d'água, devido à construção de represas a montante de sua propriedade.

Em visita às margens do rio das Pedras, por onde passa o CCC, pode-se avistar a propriedade vizinha, do senhor Onésimo, associado do CCC, que construiu pequeno represamento e roda d'água para desvio de água para sua propriedade.



### Propriedade Promessa do Futuro

**Coordenadas:** -15.59'10,95"; -49.02'38,28

A agricultora familiar Daniela e seu pai Gabriel Divino Mesquita (apelido Bie) residem e cultivam, na área, hibisco, para fabricação de chá e geleia, milho e feijão-azuki. Eles também comercializam baru, de produção sazonal de terceiros. Possuem uma pequena fábrica de produção e armazenamento de produtos agroecológicos, como geleias, picles, *chutneys* de frutas variadas, como jabuticaba, banana, hibisco e cagaita, da marca de comercialização Promessa do Futuro.

No momento da visita, foi possível presenciar a separação da flor de hibisco para beneficiamento na propriedade, realizado pela sobrinha de Daniela e pela funcionária da propriedade. Depois, foi realizada visita às áreas de plantio de hibisco e de cultivo de hortaliças. Daniela informou que trabalha na Fazenda Babilônia, em parte da semana, para ajudar na renda familiar. Em seguida, comentou sobre a história do projeto de agricultura familiar com critérios da agroecologia Promessa do Futuro. O projeto iniciou no ano de 1996 a partir do sonho da médica sanitária Nádia Regueira, em parceira com sua mãe, professora e agricultora familiar, Maria Albertina, ambas já falecidas. O projeto era realizado nas escolas rurais da região com o objetivo de educar para a alimentação saudável e cuidados com a saúde por meio da produção, da utilização e da valorização dos produtos agroecológicos regionais.

Ela comentou também que a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Caxambu, idealizada por sua mãe, não existe mais por falta de interesse dos antigos associados, bem como devido à região de Caxambu, em Pirenópolis, não possuir perfil associativo.

Informou sobre a parceria realizada com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no ano de 2000, por meio do movimento camponês popular voltado para o agricultor familiar, visando a produção de sementes crioulas de milho e feijão e experimento com a cultura de mandioca, que desenvolvem até hoje. Em relação ao CAR, disse que realizaram o cadastro junto ao governo do estado.



### Fazenda Caxambu – 25 alqueires

**Coordenadas:** -15° 59'29,95; -49°1'5,14

Os proprietários da Fazenda Caxambu, senhor Quinzinho e Dona Cleuza, participam do projeto Caminho de Cora Coralina por meio da prestação do serviço de hospedagem e

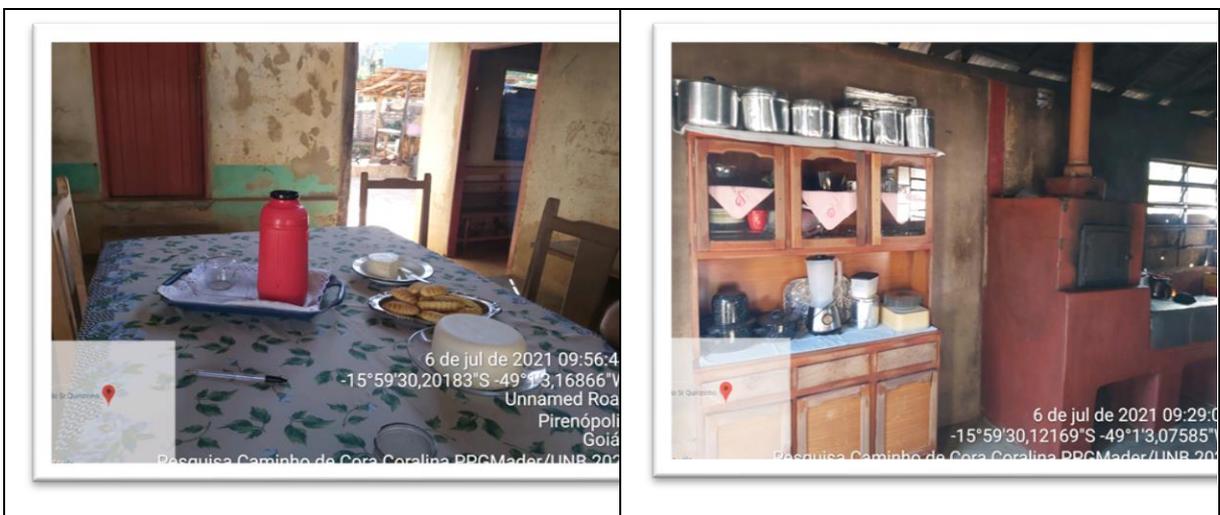
alimentação para os caminhantes. O ambiente da casa apresenta a simplicidade e o aconchego da roça, com o tradicional fogão a lenha na cozinha, onde são preparados os pães de queijo, o café com leite e o queijo fresco para servir aos visitantes. No quintal da casa, tem forno a lenha, área para criação de aves, porcos e gado, pequena horta e estrutura de madeira no formato de canaleta para condução de água para a moradia, sempre presente nas propriedades rurais na região.

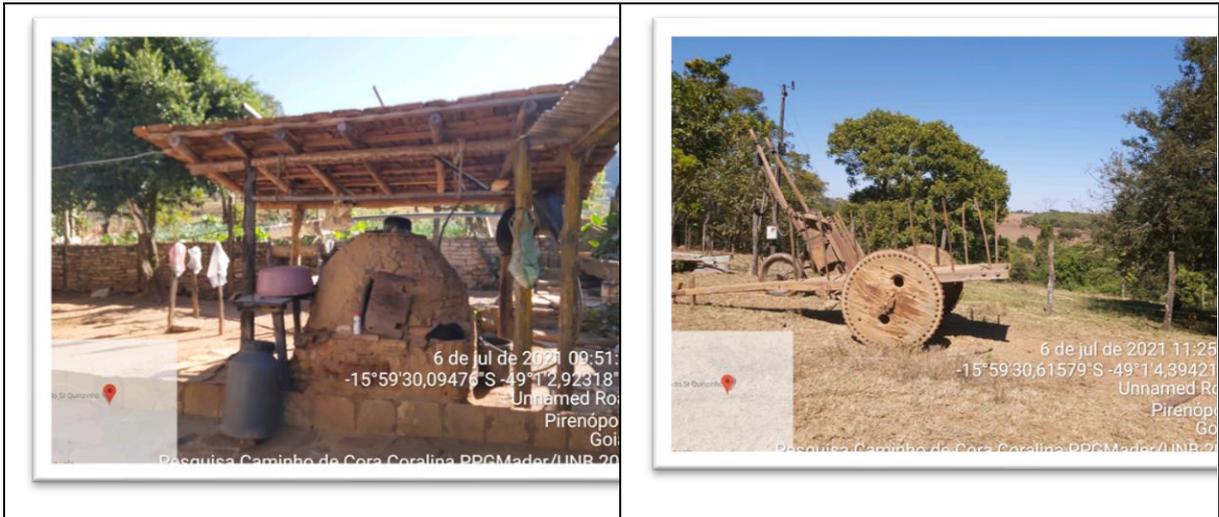
Em relação às práticas de conservação da natureza, Dona Cleuza disse que tem muita preocupação com a qualidade da água, devido às nascentes estarem localizadas nas áreas situadas a montante de sua propriedade, bem como por sua importância na produção de queijo e alimentos para atender as necessidades de sua família, dos visitantes do caminho e dos animais da propriedade.

Em conversa com o senhor Quinzinho, foram contadas algumas histórias do período em que exerceu o cargo de vereador na cidade de Pirenópolis, no ano de 2003, em que afirma a importância da providência divina no desempenho de sua missão, tendo sempre como lema: “Pensar sempre positivo e nunca negativo”.

O senhor Quinzinho comentou que, há 18 anos, participa da comitiva da carreta de carros de boi durante a tradicional Festa de Devoção ao Pai Eterno, com duração de seis dias, envolvendo um grupo de 10 a 15 pessoas. O evento acontece no primeiro domingo de julho, com a participação de 500-600 carros de boi oriundos de diversas regiões do estado de Goiás, e encerra com a celebração da Missa do Carreteiro na cidade de Trindade de Goiás.

Durante a conversa, o nome de Cora Coralina foi mencionado com modelo a ser seguido pelos empreendedores do caminho, por sua simplicidade e recepção com uma boa comida.



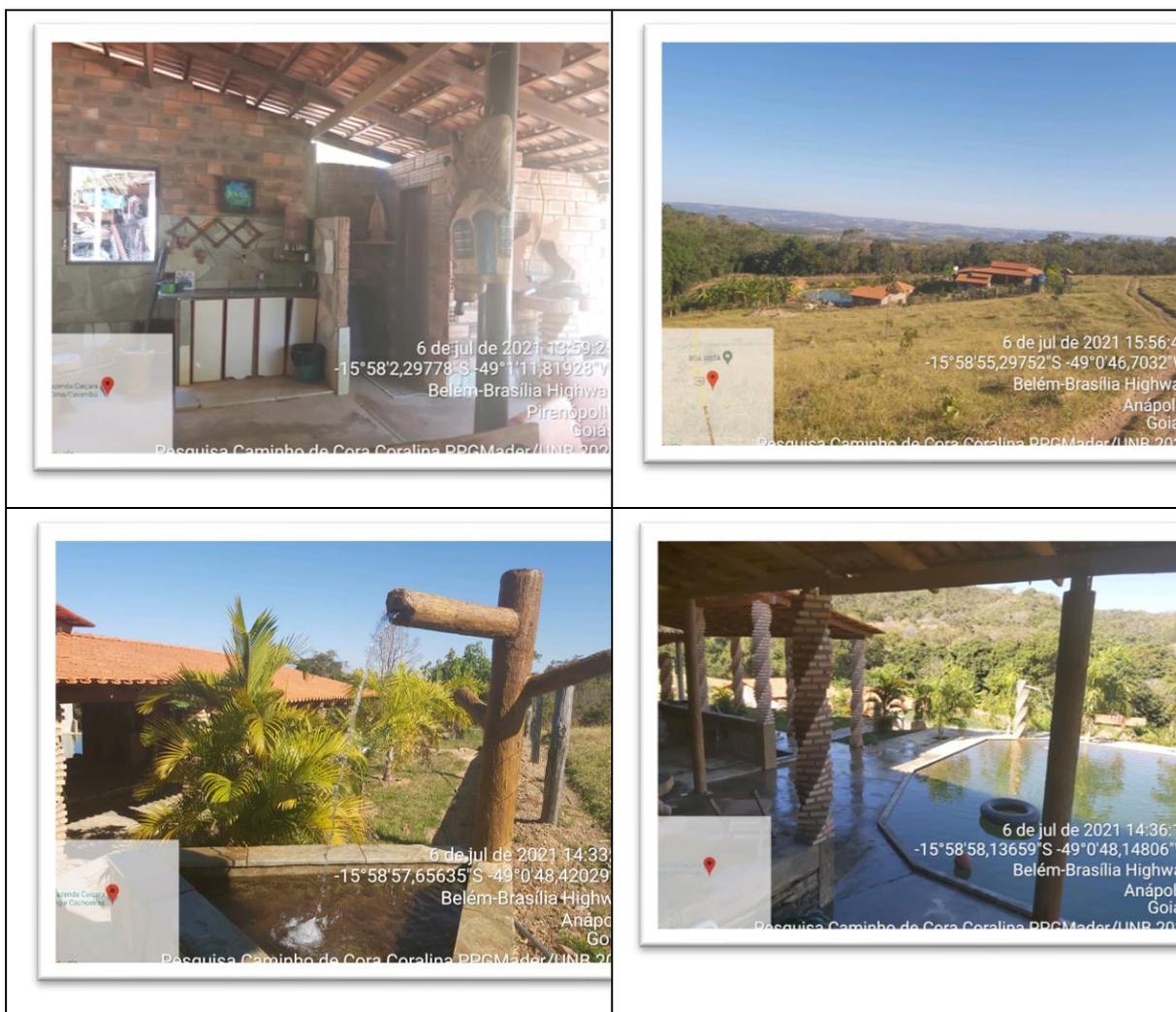


### Fazenda Caiçara – 40 hectares

**Coordenadas:** -15° 58'2,29; -49°1'11,81

A Fazenda Caiçara apresenta 60% de sua área preservada, em região da Serra de Caxambu com nascentes que contribuem para a formação do córrego Caxambu. A propriedade é administrada pela família formada pelos pais Mauro e Trindade e seus dois filhos, a agrônoma Thais, integrante da diretoria da Associação dos Empreendedores do Caminho de Cora Coralina, e seu irmão Rander, que se dedica apenas às atividades da fazenda com seu pai. O proprietário expressou a necessidade de obter informação sobre recursos financeiros para preservação das áreas de nascentes e demais áreas destinadas a conservação ambiental na propriedade, utilizadas para as atividades de ecoturismo.

A família realizou a construção de amplo casarão rústico no alto da serra, em altitude de 1.180 metros, com mão de obra própria, familiar, destinado ao recebimento e à hospedagem de visitantes do caminho. O casarão apresenta construção pitoresca de estruturas de canalização da água em madeira, com formação de diversas bicas em vários pontos da construção, como também, a formação de três lagos voltados para criação de peixes. O casarão foi erguido sobre alicerces de antiga casa que existia no local há mais de 20 anos.



## PONTOS VISITADOS DE IMPORTÂNCIA HISTÓRICA E CULTURAL

### Cidade de Goiás

**Coordenadas:** -15° 55'56,75; -50°8'23,53

Na cidade de Goiás, considerada patrimônio cultural da humanidade pela Unesco, foi realizada visita em 09/07/2021 ao Museu Cora Coralina, em período reduzido devido a pandemia, com permanência por apenas 30 minutos, com acompanhamento de guia local.



### São Francisco de Goiás – Museu Histórico das Cavalhadas

**Coordenadas:** -15° 55'50,22; -49°15'37,90

A visita à sede administrativa do Caminho de Cora Coralina e do Museu Histórico das Cavalhadas de São Francisco de Goiás, foi acompanhada pelo senhor José Roberto de Sousa, diretor do museu, no dia 10 de julho de 2021. Durante a visita destacou-se a importância da escritora Cora Coralina para a região, considerada como estrela literária do estado de Goiás, por possuir em suas obras uma fala muito própria dos costumes goianos. O diretor do museu comentou que seus escritos apresentam verdades eternas, e que Cora era direta, objetiva, e que é com esse espírito que recebe os visitantes ao museu.

Enfatizou que o CCC é um caminho poético com lições de vida da poetisa. Informa que a cidade de São Francisco de Goiás, cidade por onde passa o trajeto do Caminho, tem 8 mil habitantes. E ressalta que o Caminho tem a peculiaridade de passar por cidades do ciclo do ouro, com imensa riqueza cultural e histórica.

O casarão, sede do CCC e do Museu das Cavalhadas, foi construído pelo Coronel Tubertino Ferreira, entre 1870-1920, latifundiário e comerciante de Goiás. A placa informativa do museu na fachada do casarão histórico informa que as Cavalhadas existiam na cidade desde o ano de 1850, graças ao Padre Silvestre Alvares da Silva, vigário da Paróquia de Jaraguá, da qual pertencia o arraial de São Francisco das Chagas. O museu se destina à preservação das tradições locais, como espaço vivo dedicado ao culto de São Francisco de Goiás, e foi inaugurado em 6 de junho de 2009, pela Associação dos Cavalheiros da Cavalhada, pela Prefeitura Municipal e pela Câmara Municipal.

Durante a visita, o diretor do museu explicou sobre os mantos utilizados nos desfiles das Cavalhadas, o manto vermelho, que representa os mouros, e o manto azul, que representa a

cruz medieval da Ordem de Cristo de Portugal, a mesma cruz pintada no teto da igreja da cidade histórica de Jaraguá. As espadas da cavalaria foram apresentadas em seguida pelo senhor José Roberto, esclarecendo que pertenceram a Dom Pedro I e a Dom Pedro II, de fabricação francesa no século XVIII, utilizadas nos desfiles pelos personagens do rei momo, representada pelo diretor do museu há 40 anos.

O museu também tem as máscaras utilizadas pelos cavaleiros mascarados<sup>56</sup> durante as Cavalhadas e as Festas do Divino, que acontecem nas cidades históricas da região do ciclo do ouro (Pirenópolis, Jaraguá, São Francisco e Corumbá de Goiás). Por fim, foram apresentados alguns utensílios domésticos de pedra polida de sítios arqueológicos encontrados na região.



### **Parque Estadual da Serra do Jaraguá– área de 2.838,67 hectares**

**Coordenadas:** -15°47'46,45" S; -49°20'0,55" W

O Parque Estadual da Serra do Jaraguá (PESJ) abrange os municípios goianos de Jaraguá e São Francisco de Goiás, cidades históricas inseridas no Caminho de Cora Coralina. Em seu interior encontram-se nascentes e diversas fitofisionomias do bioma Cerrado em trilhas sinalizadas do Caminho de Cora Coralina, e ainda o registro de dois sítios arqueológicos registrados pelo Iphan.

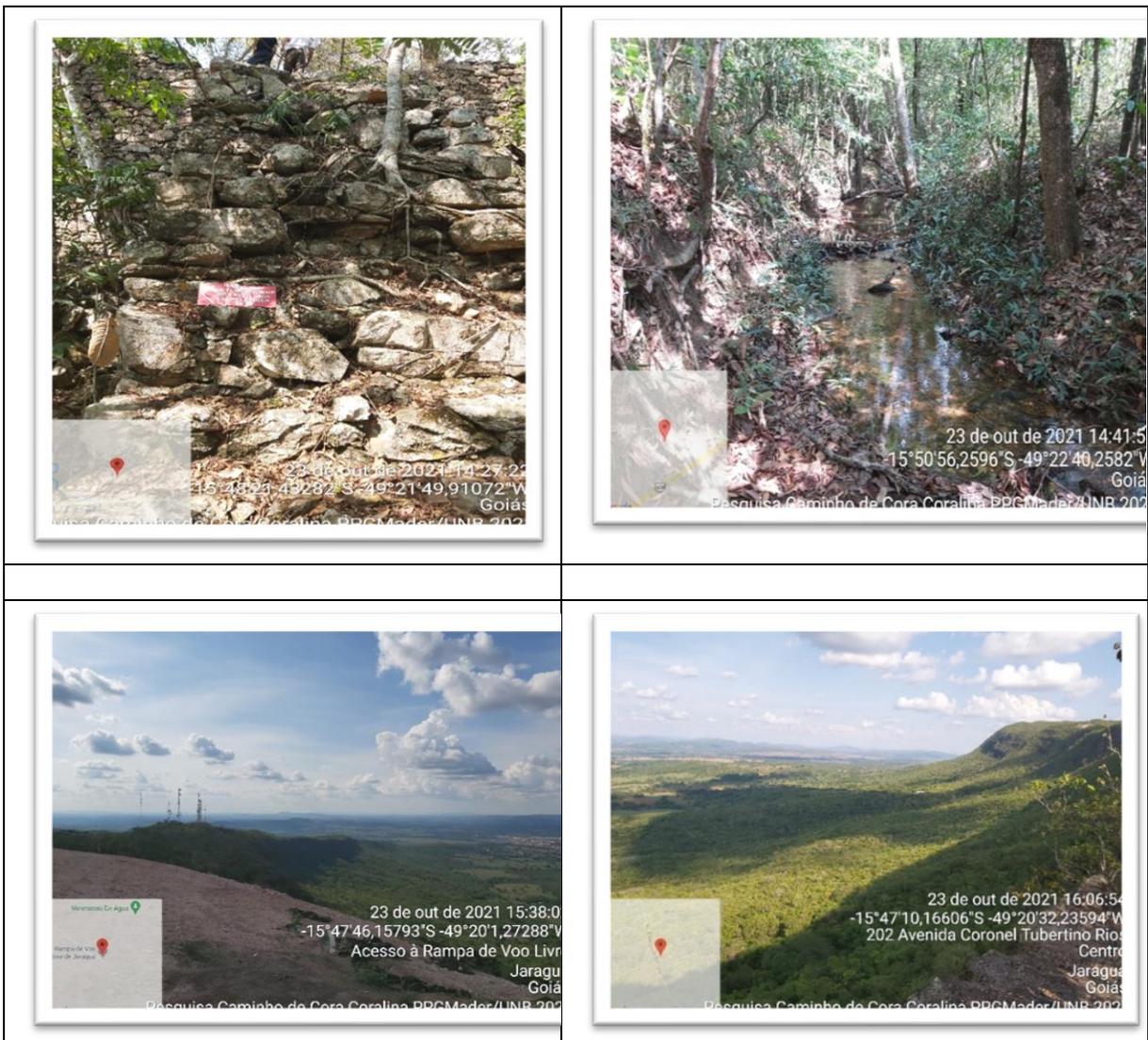
Foram instaladas rampa de parapente nos pontos de maior altitude da unidade, com 610 metros em média, nas quais são realizados eventos anuais esportivos nacional e internacional,

<sup>56</sup> “Mascarados são uma manifestação folclórica de Pirenópolis, que acontece durante as Cavalhadas, na Festa do Divino Espírito Santo. Usando roupas extravagantes e máscaras com caras de animais, mais comumente boi e onça, montados a cavalo ou mesmo a pé, saem fazendo algazarras pelas ruas da cidade e dançando nas casas” (AGITA PIRENÓPOLIS, 2022).

nos meses de agosto e setembro. Pode-se visualizar durante a visita diversos pontos com placas de sinalização do Caminho e placa com poemas de Cora Coralina.

Durante a visita no interior do parque e seu entorno, pode-se observar o sítio arqueológico constituído no ano de 1930, visando a construção de barragem para hidrelétrica, não concluída, tendo sido empregado nessa construção material oriundo da demolição de antiga capela construída no período colonial na cidade de Jaraguá. O parque não possui sede administrativa, sendo os trabalhos de gestão e manutenção da unidade realizados por uma equipe de servidores reduzida, formada pelo gestor da unidade e pelo técnico Eduardo Raul. Chefe da Unidade de Conservação: Rodrigo Arantes Melo.

E-mail: [rodrigo.amelo@goias.gov.br](mailto:rodrigo.amelo@goias.gov.br) / [pesj.meioambiente@goias.gov.br](mailto:pesj.meioambiente@goias.gov.br)



### Cidade do Jaraguá

**Coordenadas:** -15°45'39,94" S; -49°20'8,09" W

Em visita a cidade de Jaraguá, com objetivo de conhecer os aspectos culturais e históricos do município, realizou-se contato com a Secretaria de Cultura, senhora Liz Eliodoraz, a qual informou sobre o circuito turístico no centro histórico da cidade, com acompanhamento de guias e contadoras de histórias do folclore da cidade, envolvendo visitas aos museus e pontos turísticos, e realizado por meio do transporte municipal denominado Bondinho Tereza.

A cidade possui em seu calendário anual diversos eventos culturais, com o Festa do Divino Espírito Santo, a Folia do Divino, as Cavalhadas, e possui diversas lendas que fazem parte da história e do folclore da cidade, que são contadas durante aos visitantes, entre elas: Tereza Bicuda, O cavaleiro da Rua das Flores e A procissão dos mortos. Cabe citar a publicação no ano de 1983 da Coleção Histórias Populares nº 02: Tereza Bicuda, organizada por Ione Maria Oliveira Valadares, do Centro de Estudos de Cultura Popular da Universidade Federal de Goiás.

O roteiro da visita realizada na cidade de Jaraguá consistiu na ida a Casa da Cultura Padre Silvestre, Museus Sacro Igreja Nossa Senhora da Conceição, Casa de Dona Marlene, Igreja do Rosário, Rua das Flores e Museu Histórico Municipal.

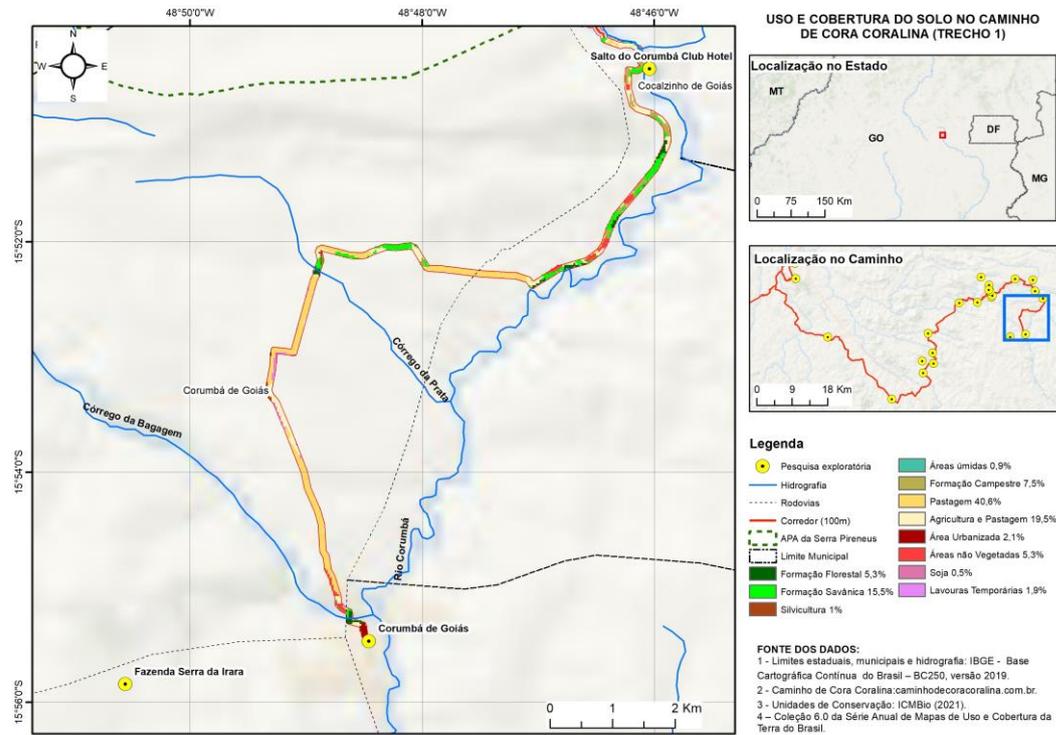
Durante a visita realizada, cabe mencionar os objetos históricos e culturais utilizados no período colonial e tradicionais do meio rural goiano, expostos na área externa do Museu Histórico Municipal, revitalizado e inaugurado em julho de 2021, como: o monjolo, a moenda de tração animal, o carro de boi e o fogão a lenha, tradicionalmente usado na cozinha goiana. Em relação ao carro de boi, consta a informação no museu que ainda hoje é muito usado como ornamentação de espaços rurais no turismo rural e nas carreatas religiosas anuais.



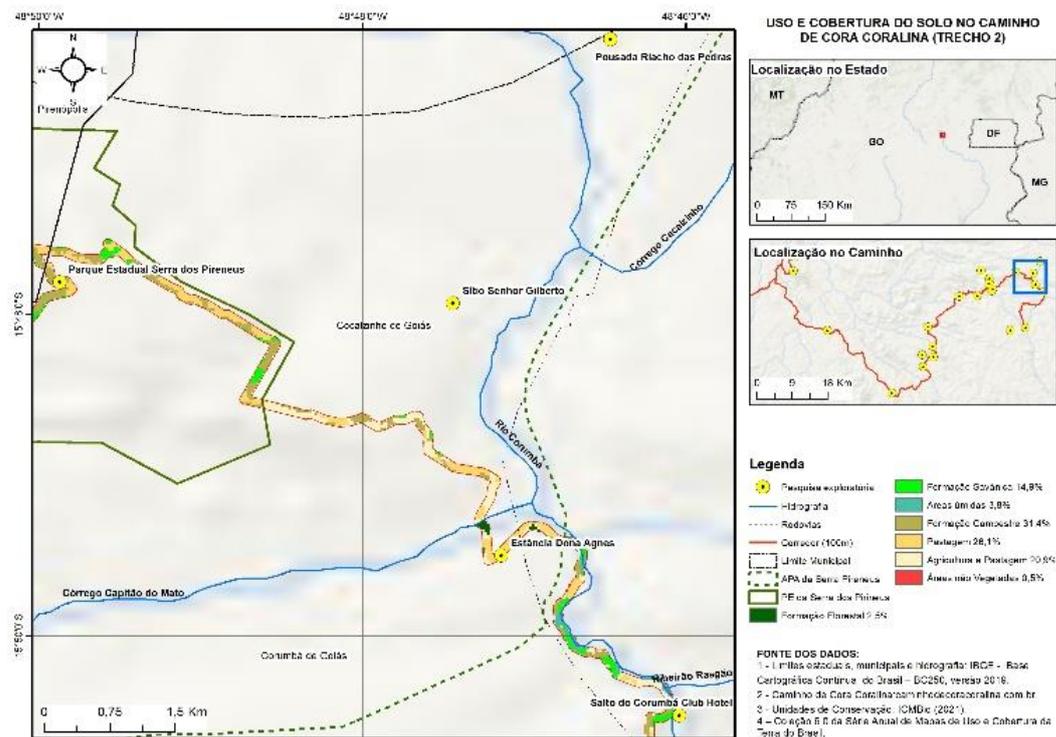


**APÊNDICE C – Mapas de uso e cobertura do solo – Caminho de Cora Coralina – Coleção 6 do MapBiomias**

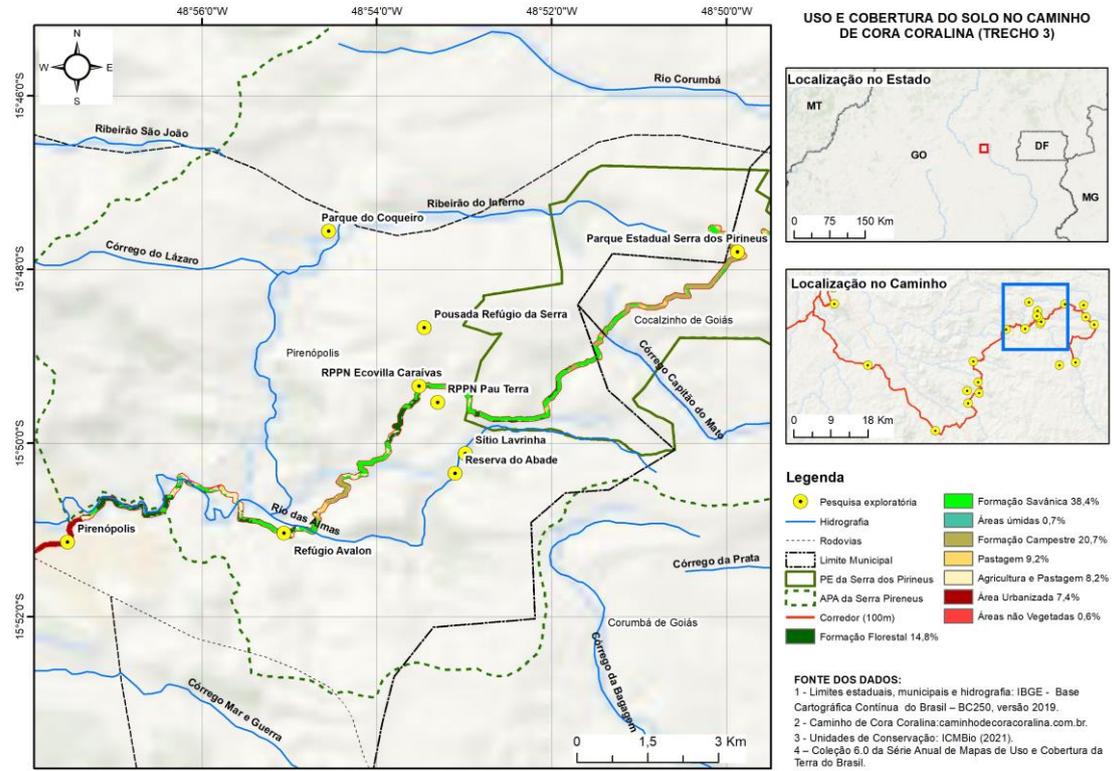
**Figura 1 – Trecho 1: Corumbá de Goiás-Salto do Corumbá Club Hotel**



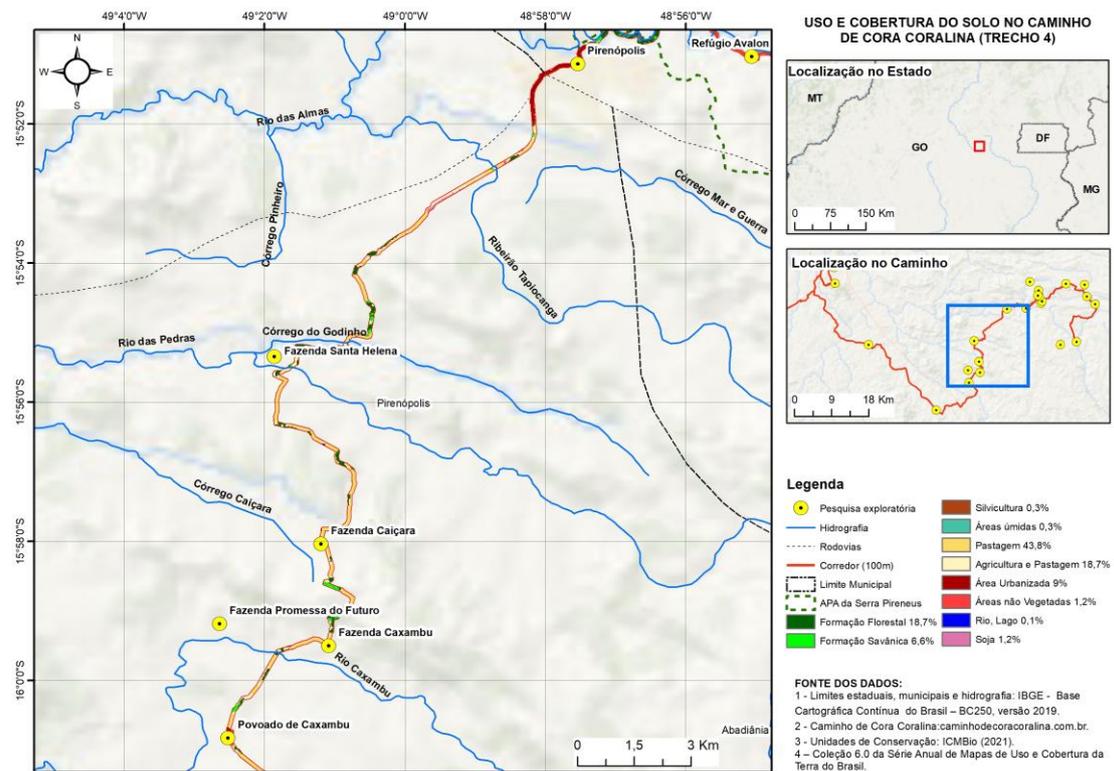
**Figura 2 – Trecho 2: Salto do Corumbá Club Hotel-Parque Estadual dos Pireneus**



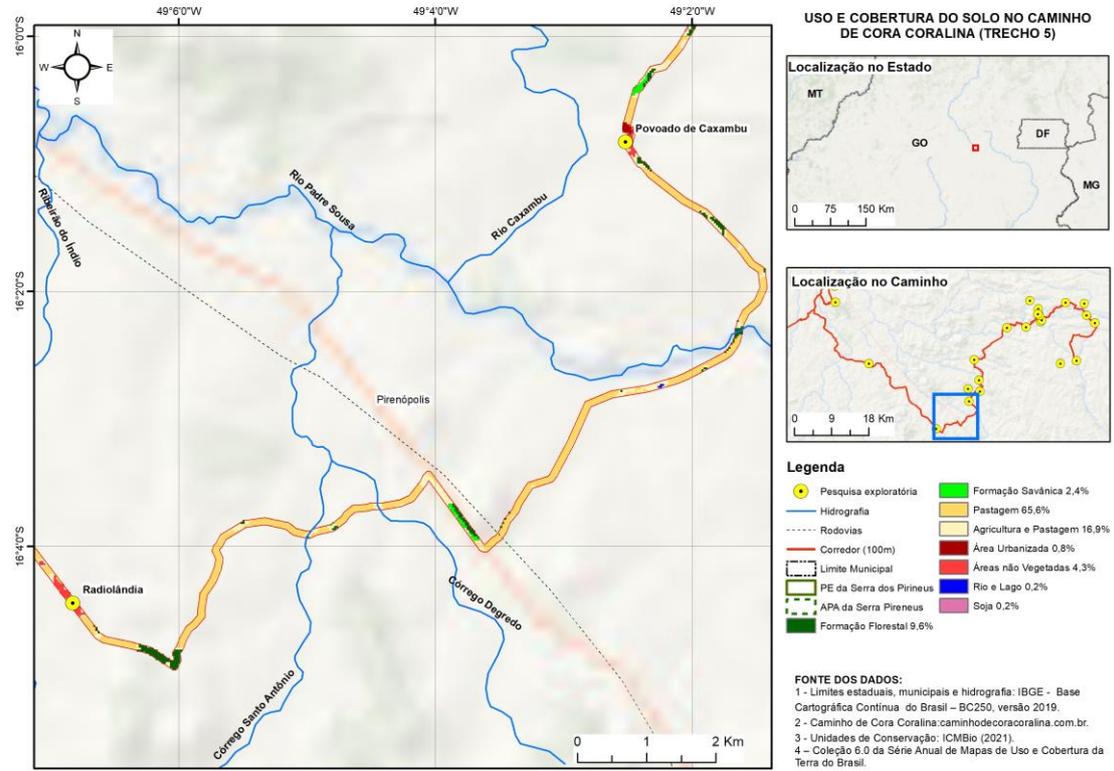
**Figura 3 – Trecho 3: Parque Estadual dos Pirineus-Pirenópolis**



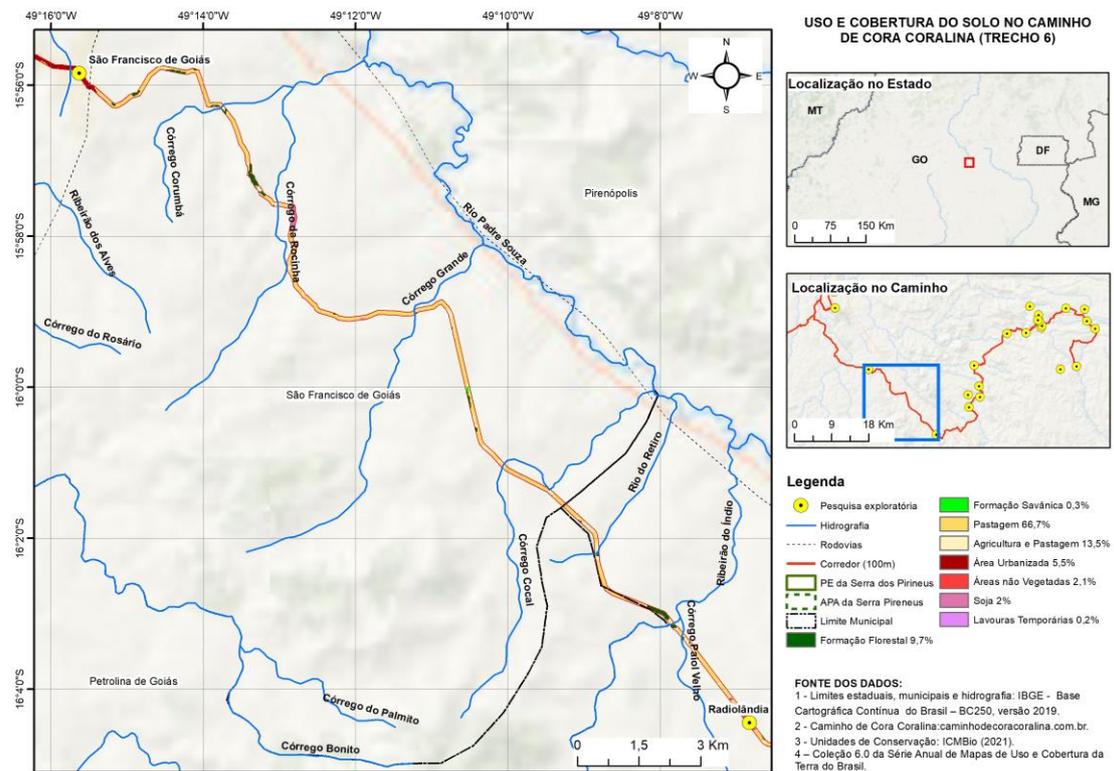
**Figura 4 – Trecho 4: Pirenópolis-Fazenda Caxambu**



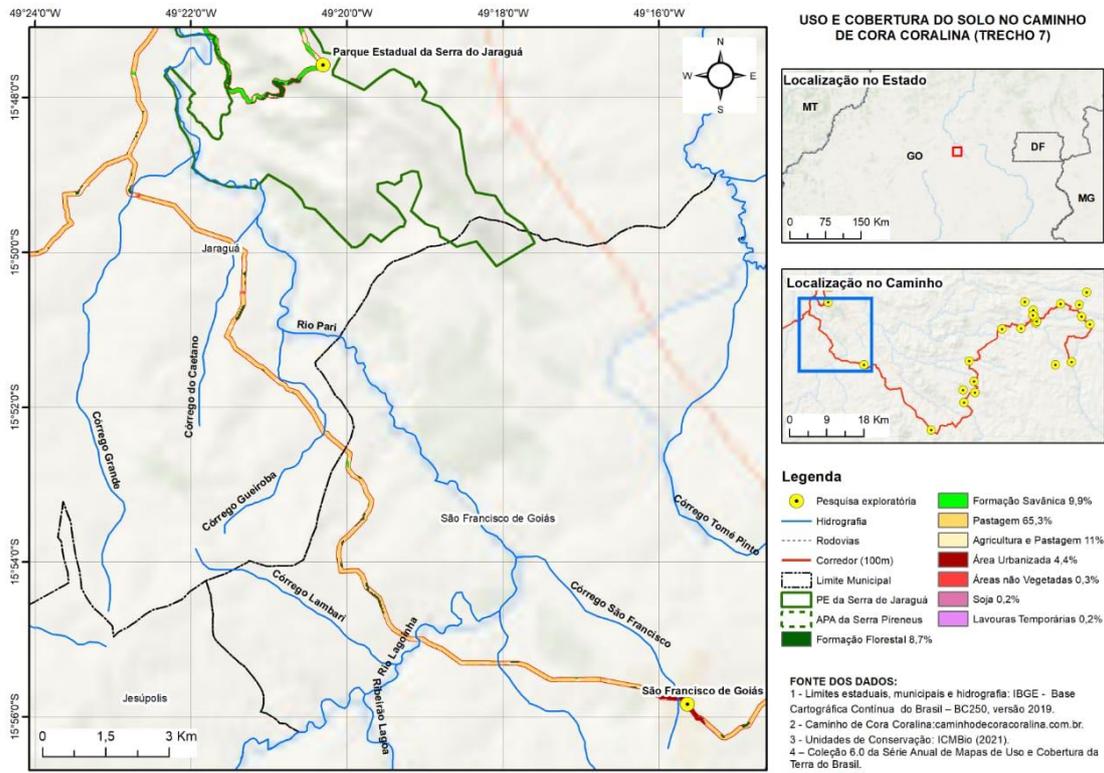
**Figura 5 – Trecho 5: Fazenda Caxambu-Radiolândia**



**Figura 6 – Trecho 6: Radiolândia-São Francisco de Goiás**



**Figura 7 – Trecho 7: São Francisco de Goiás-Parque Estadual da Serra do Jaraguá**



## APÊNDICE D – Mapas de uso e cobertura do solo de área declarada no CAR – Caminho de Cora Coralina

Figura 1 – Trecho 1: Corumbá de Goiás-Salto do Corumbá Club Hotel

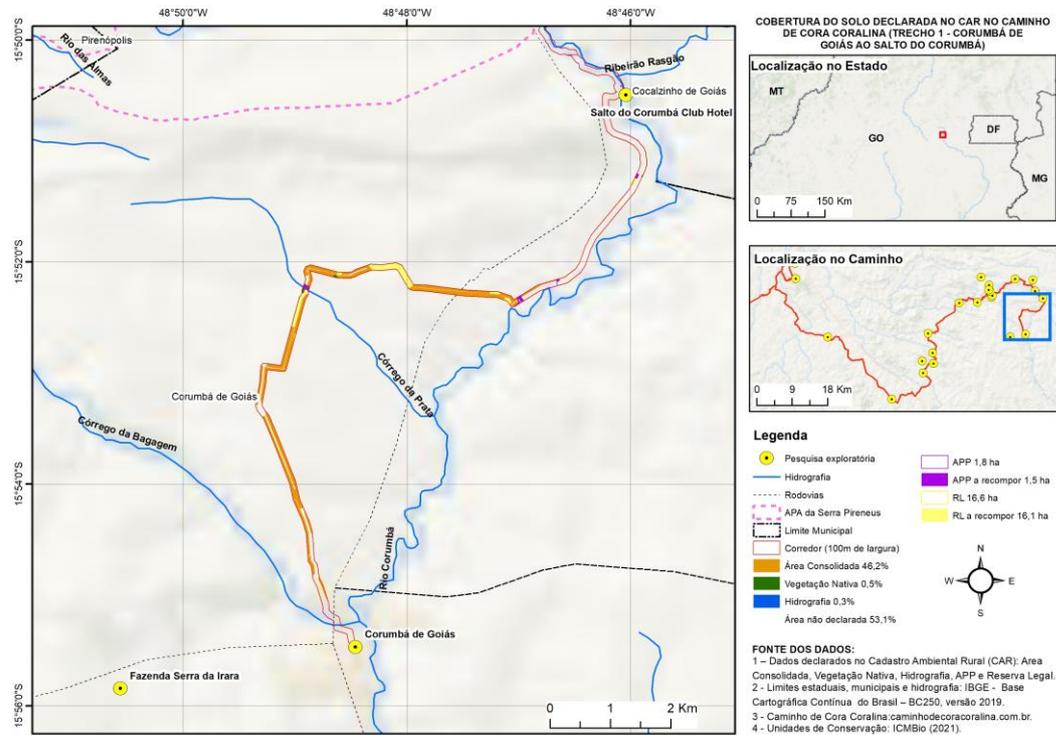
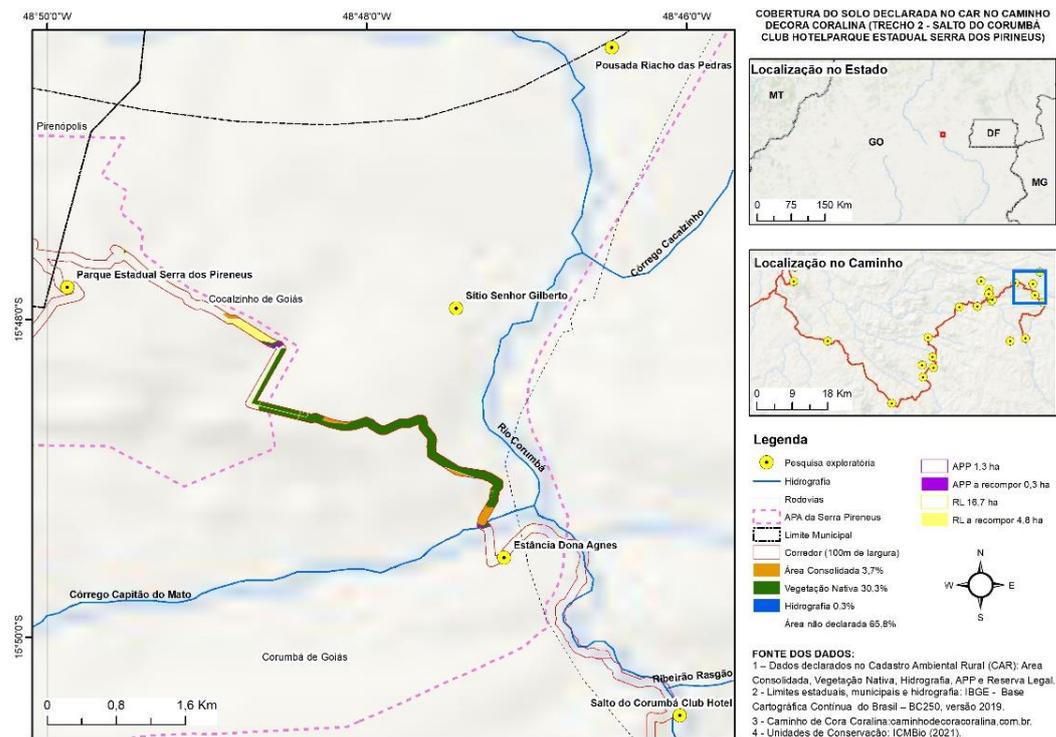
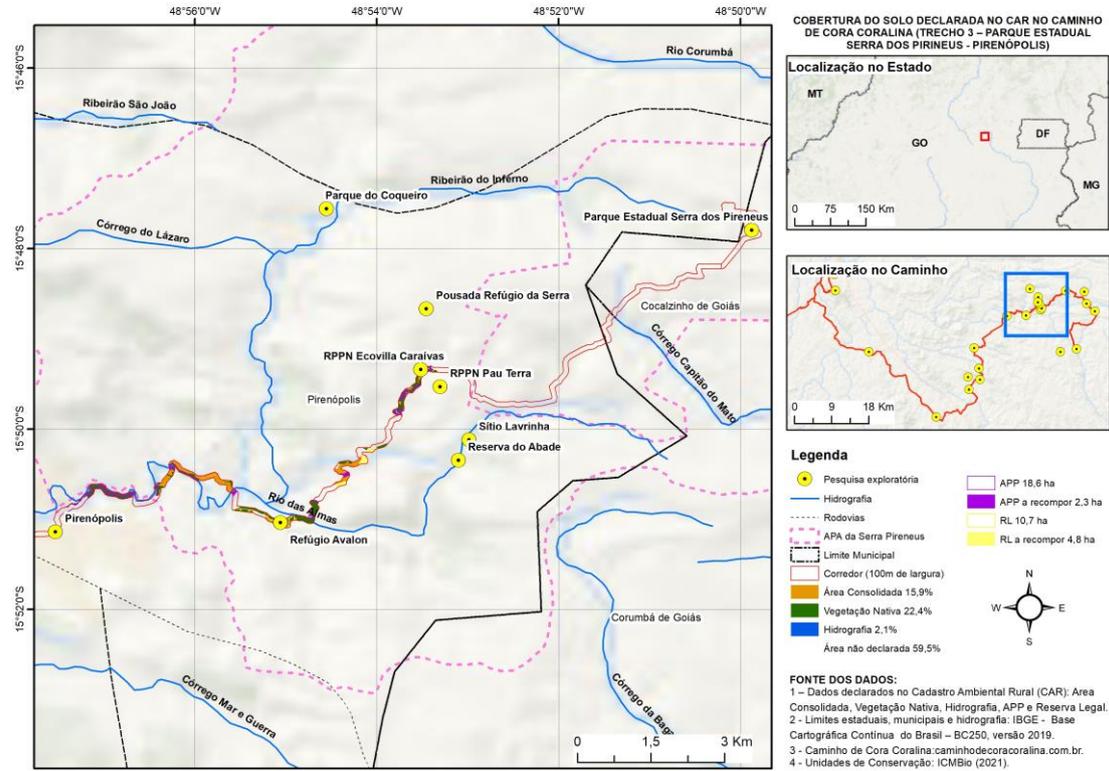


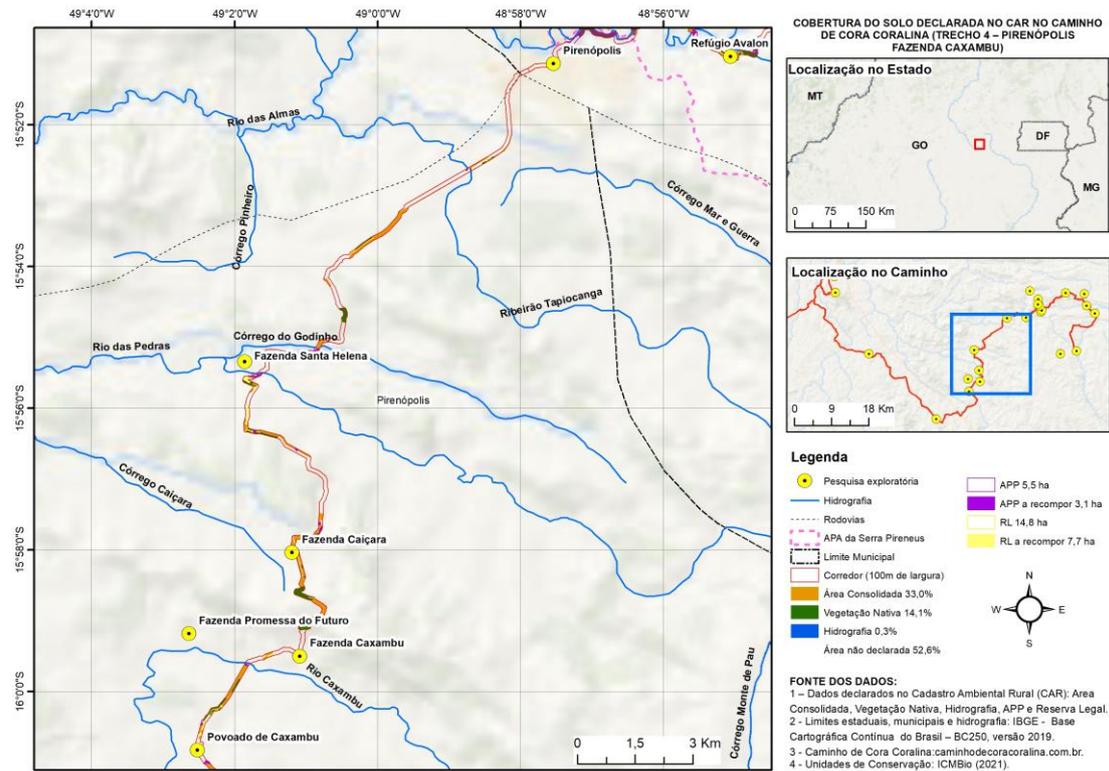
Figura 2 – Trecho 2: Salto do Corumbá Club Hotel-Parque Estadual dos Pireneus



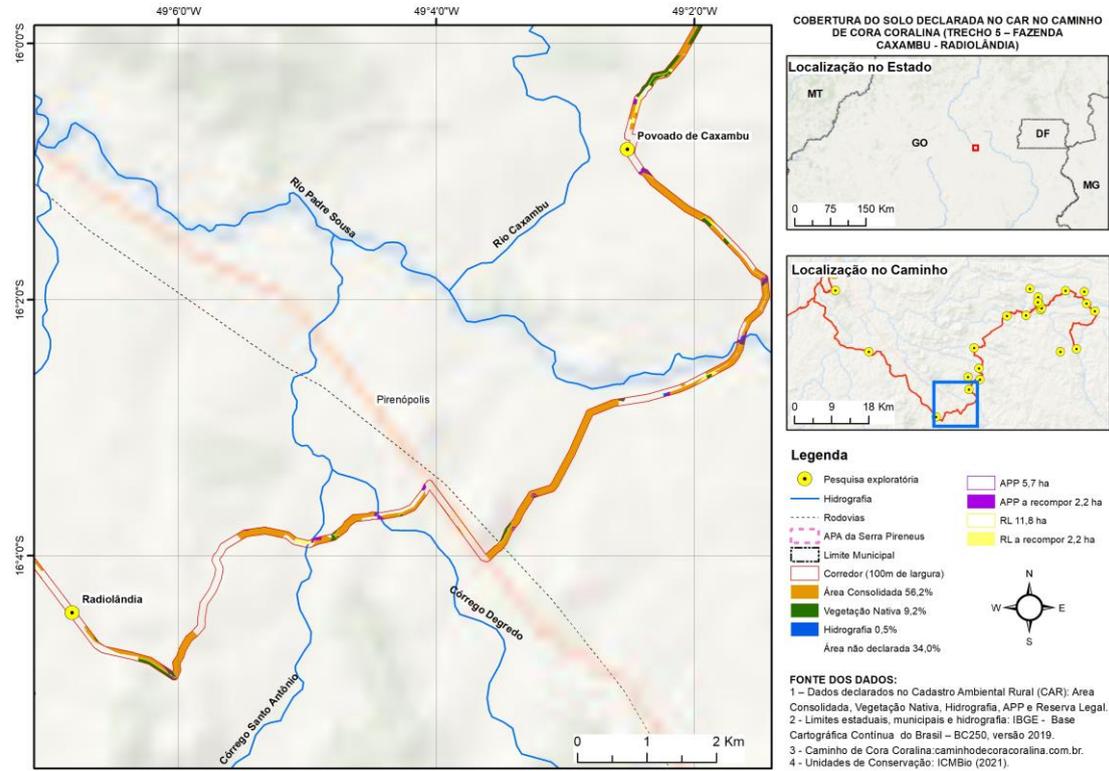
**Figura 3 – Trecho 3: Parque Estadual dos Pireneus-Pirenópolis**



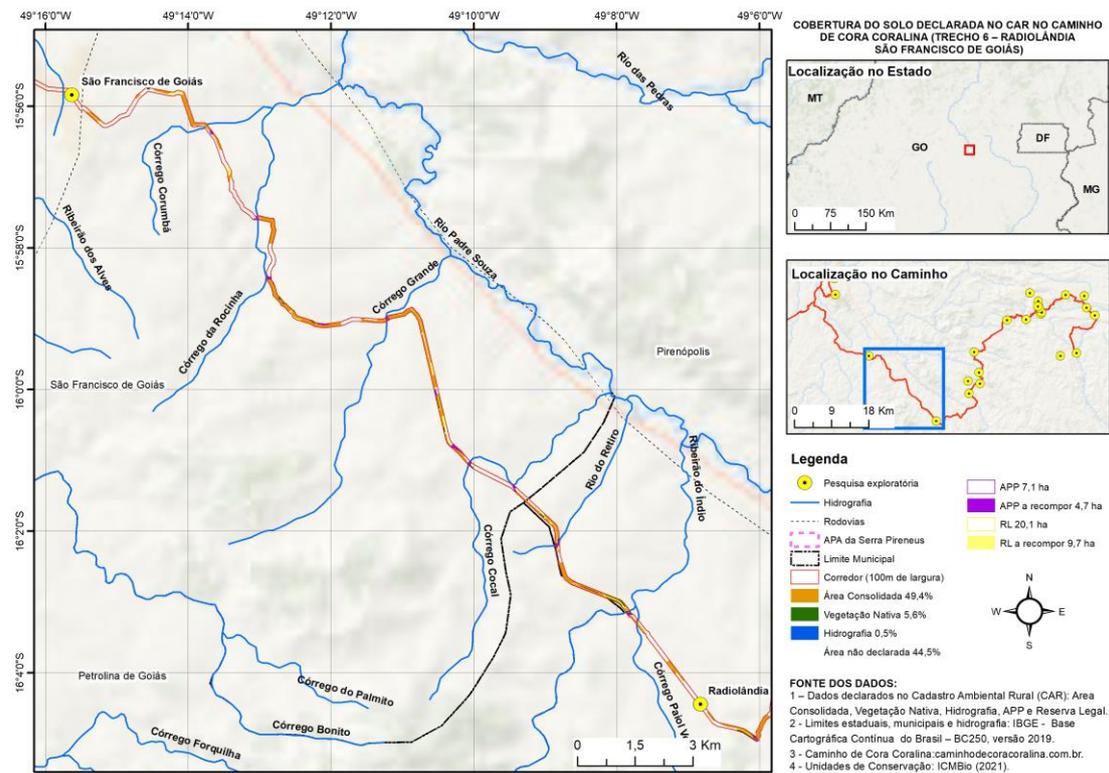
**Figura 4 – Trecho 4: Pirenópolis-Fazenda Caxambu**



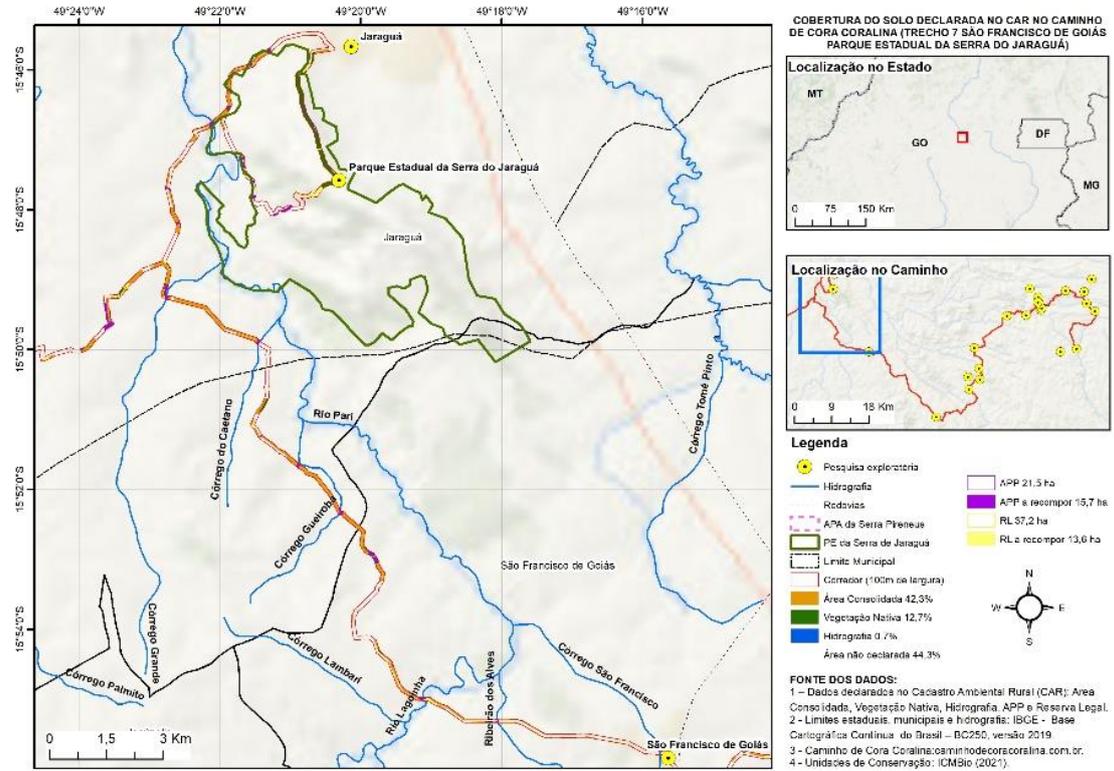
**Figura 5 – Trecho 5: Fazenda Caxambu-Radiolândia**



**Figura 6 – Trecho 6: Radiolândia-São Francisco de Goiás**



**Figura 7 – Trecho 7: São Francisco de Goiás-Parque Estadual da Serra do Jaraguá**



## APÊNDICE E – Percurso Corumbá de Goiás-Jaraguá

### 1 TRECHO 1: DE CORUMBÁ DE GOIÁS (IGREJA NOSSA SENHORA DA PENHA) À ESTÂNCIA DONA AGNES – DISTÂNCIA PERCORRIDA: 18,5 KM

**Figura 1 – Uso e cobertura de solo diversificado contendo áreas com plantio de espécies florestais exóticas, intercalada por vegetação nativa do Cerrado**



**Figura 2 – Trilhas rodeadas por paisagens formadas por espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas exóticas e nativas**

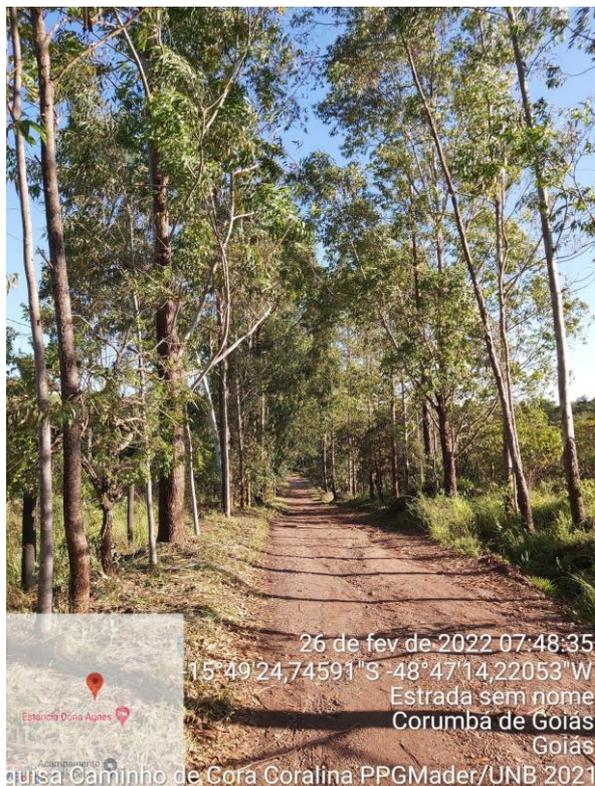


**Figura 3 – Corredeiras do rio Corumbá a montante do atrativo natural e turístico salto do Corumbá**



**2 TRECHO 2: DA ESTÂNCIA DONA AGNES À PORTARIA DO PEP EM PIRENÓPOLIS – DISTÂNCIA PERCORRIDA: 18 KM**

**Figura 4 – Trilha sombreada formada por espécies florestais exóticas eucalipto**



**Figura 5 – Paisagem de buritizal formada pela vegetação típica do Cerrado, a espécie Buriti (*Mauritia flexuosa*)**



**Figura 6 – Presença de áreas com monocultura de milho**



**Figura 7 – Mosaico de paisagens naturais formadas por vegetação campestre, savânica e florestal no entorno e nas proximidades do PEP**



**Figura 8 – Trilha sombreada por corredor ecológico formado por vegetação florestal no interior do PEP**



**Figura 9 – Morro do Cabeludo, formação rochosa em quartzito com 1.350 metros de altitude, no interior do PEP**



**Figura 10 – Pico dos Pireneus no interior do PEP, com 1.390 metros de altitude, ponto mais alto da região, local de construção da Capela da Santíssima Trindade**



**3 TRECHO 3: DO MIRANTE DO VENTILADOR À IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, EM PIRENÓPOLIS – DISTÂNCIA PERCORRIDA: 17 KM**

**Figura 11 – Diversas fitofisionomias típicas do bioma Cerrado, no entorno das trilhas que circundam a serra dos Pireneus no CCC**



**Figura 12 – Complexo de vegetação nativa do bioma Cerrado, do tipo campo rupestre, em trecho com afloramento rochoso**



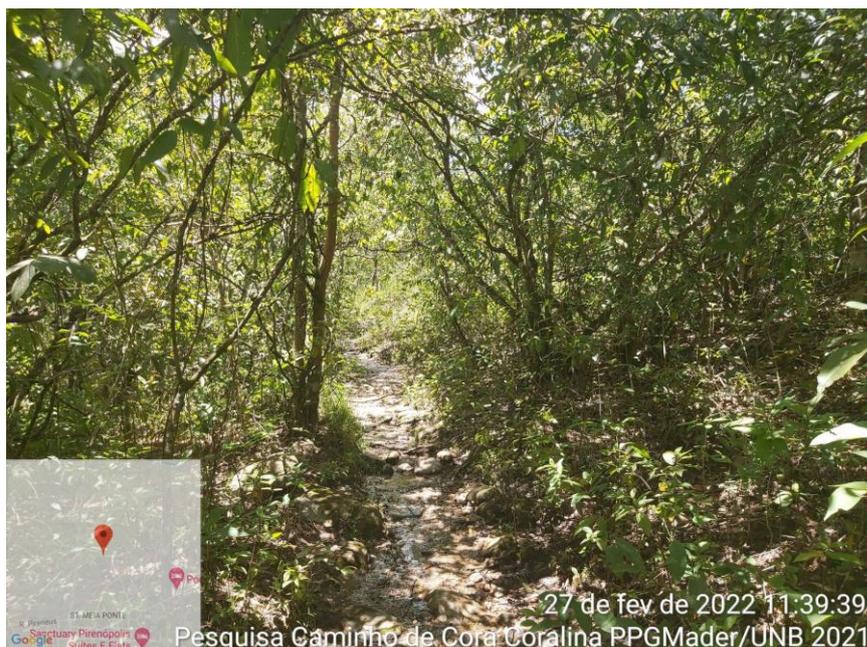
**Figura 13 – Formação florestal do tipo mata de galeria no entorno das cabeceiras do rio das Almas**



**Figura 14 – Pedreira municipal de exploração de quartzito, situada na Serra dos Pireneus, próximo a Pirenópolis**



**Figura 15 – Trilha estreita e sombreada que margeia o rio das Almas, denominada Brasileirinho, com presença de formação florestal do Cerrado, entremeada por espécies invasoras exóticas, nas proximidades da cidade de Pirenópolis**

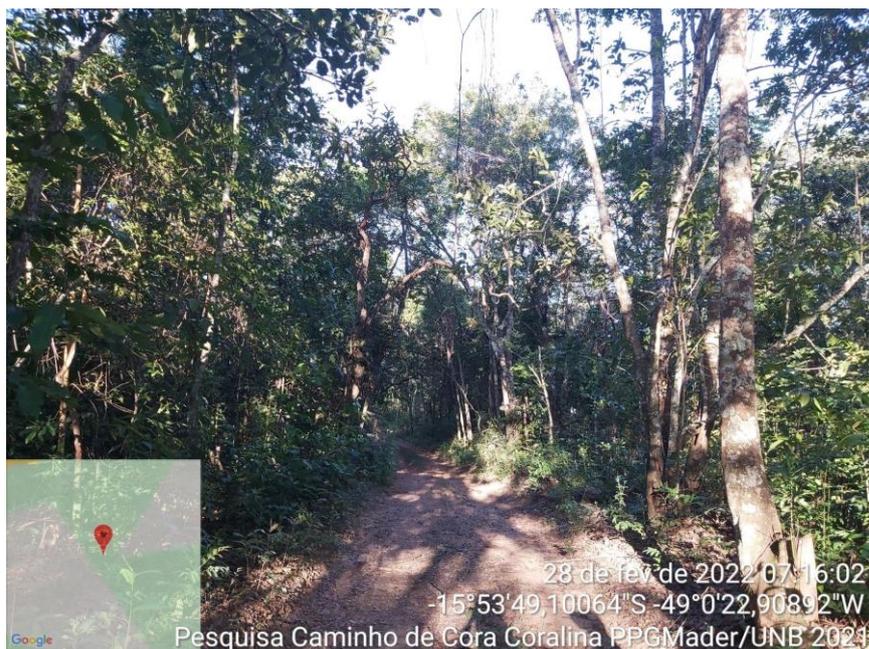


#### **4 TRECHO 4: DE PLANTAÇÕES DE SOJA NAS PROXIMIDADES DE PIRENÓPOLIS À FAZENDA CAXAMBU – DISTÂNCIA PERCORRIDA: 24 KM**

**Figura 16 – Presença de áreas cultivadas com monocultura de soja nas proximidades de Pirenópolis**



**Figura 17 – Trilha sombreada por corredor de vegetação arbórea nativa**



**Figura 18 – Propriedade rural com criação de gado leiteiro ao longo do percurso do caminho**



**Figura 19 – Roda d'água nas margens do rio das Pedras nas proximidades da Fazenda Santa Helena, propriedade prestadora de serviço ao CCC**



**Figura 20 – Trilha sombreada rodeada por espécies arbóreas ornamentais**



**Figura 21 – Paisagens formada por pastagens com placa de sinalização do CCC**

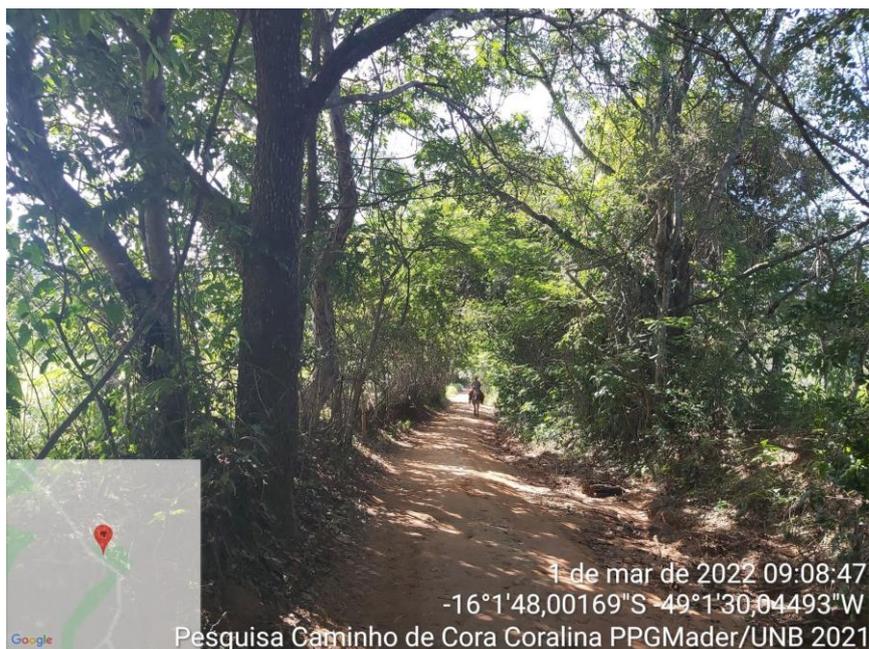


**Figura 22 – Trilha na Serra de Caxambu, um dos pontos maior altitude do CCC, com mais de mil metros, com alta incidência de formação florestal do bioma Cerrado**



**5 TRECHO 5: DA FAZENDA CAXAMBU A RADIOLÂNDIA – DISTÂNCIA PERCORRIDA: 22,5 KM**

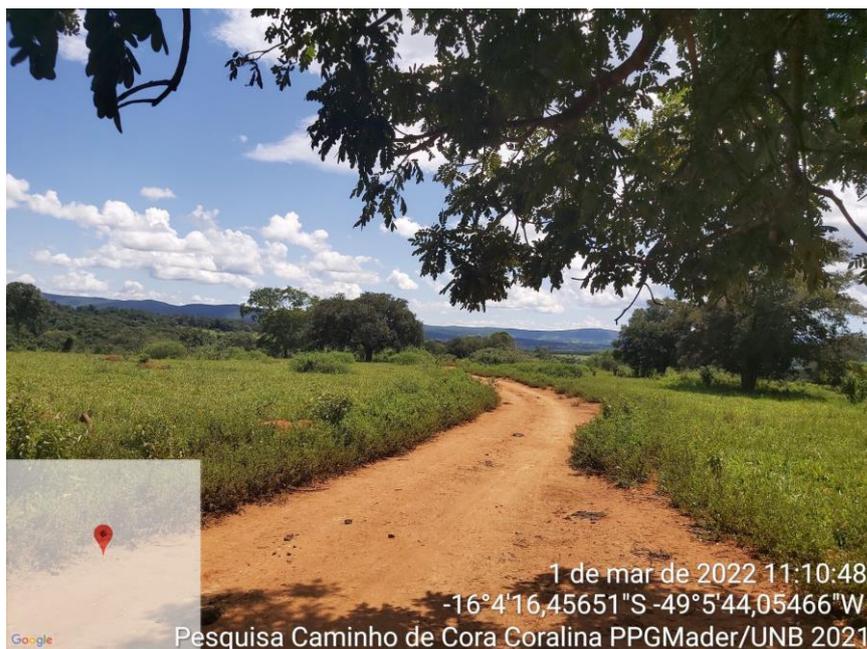
**Figura 23 – Trilha sombreada por corredor formado por espécies arbóreas e arbustivas**



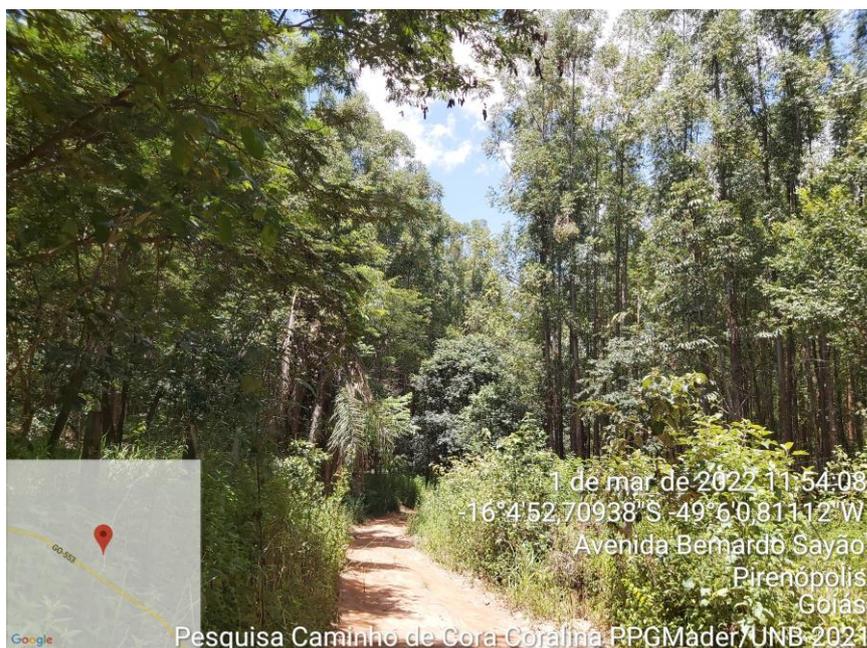
**Figura 24 – CCC, com várias placas de poemas de Cora Coralina ao longo do trajeto**



**Figura 25 – Longo trecho da trilha do CCC rodeado por extensas paisagens formadas por pastagens**



**Figura 26 – Trecho sombreado por espécie florestal eucalipto, nas proximidades do povoado de Radiolândia**



**6 TRECHO 6: DE RADIOLÂNDIA A SÃO FRANCISCO DE GOIÁS – DISTÂNCIA PERCORRIDA: 23 KM**

**Figura 27 – Paisagens formadas por extensas áreas de pastagem**



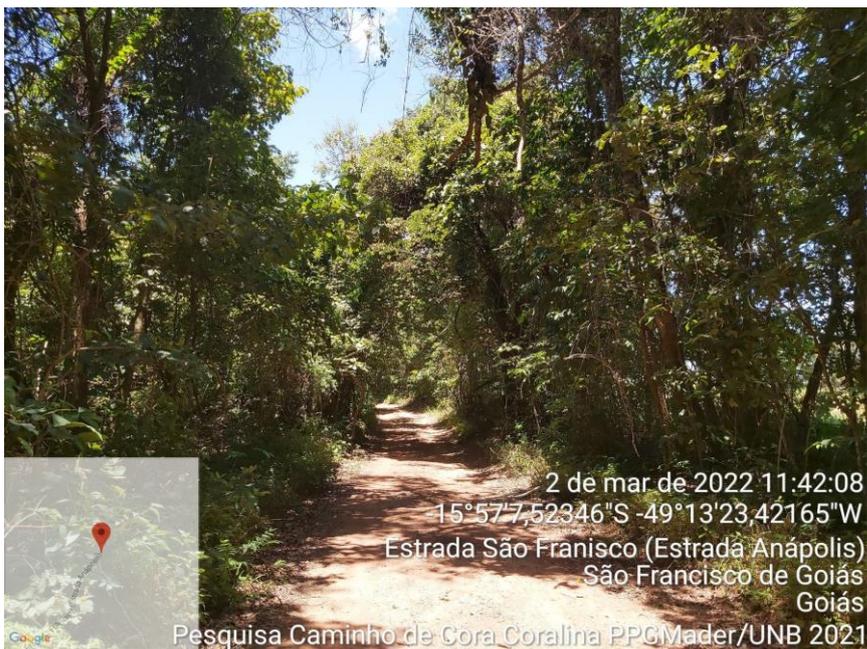
**Figura 28 – Travessia sobre o córrego do Cocal, com placa informativa de inauguração da ponte, datada de dezembro de 2020**



**Figura 29 – Presença de áreas com monocultura de soja**



**Figura 30 – Trilha com corredor formado por espécies arbóreas**



**Figura 31 – Trilha intercalada por pastagem e vegetação arbórea**



**7 TRECHO 7: DE SÃO FRANCISCO A JARAGUÁ – DISTÂNCIA PERCORRIDA: 20 KM**

**Figura 32 – Paisagens formadas por pastagem (ao fundo, avista-se o PESJ)**



**Figura 33 – Extensas áreas formadas por mosaico de agricultura e pastagem**



**8 TRECHO 8: DO PESJ À IGREJA NOSSA SENHORA DOS PRETOS (JARAGUÁ) –  
DISTÂNCIA PERCORRIDA: 10 KM**

**Figura 34 – Cidade de Jaraguá, com vista para o PESJ**



**Figura 35 – Placa informativa do CCC no interior do PESJ**



**Figura 36 – Trilha com subida íngreme no interior do PESJ, com afloramento rochoso, rodeado pelas diversas formações vegetais típicas do bioma Cerrado**



**Figura 37 – Mirante no topo do PESJ, com vista para a cidade de Jaraguá e entorno**



**Figura 38 – Trilha estreita, com remanescente de vegetação natural, no interior do PESJ**

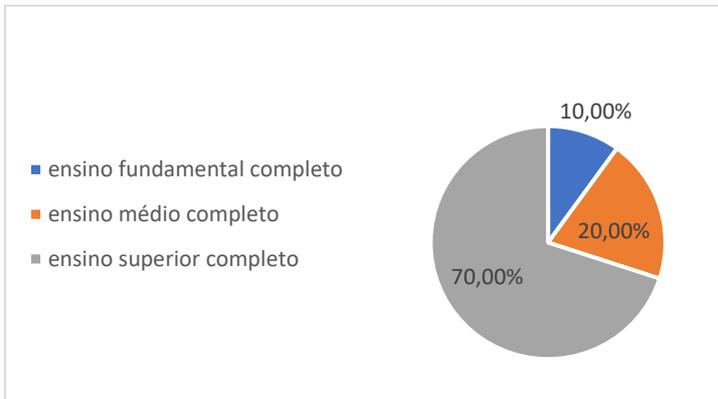
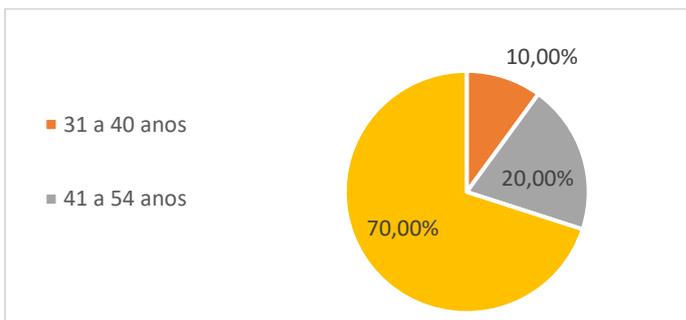


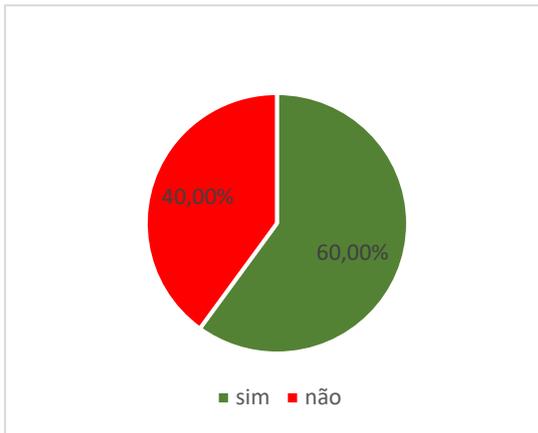
**Figura 39 – Final da Trilha na Capela de Nossa Senhora dos Pretos, na cidade de Jaraguá**



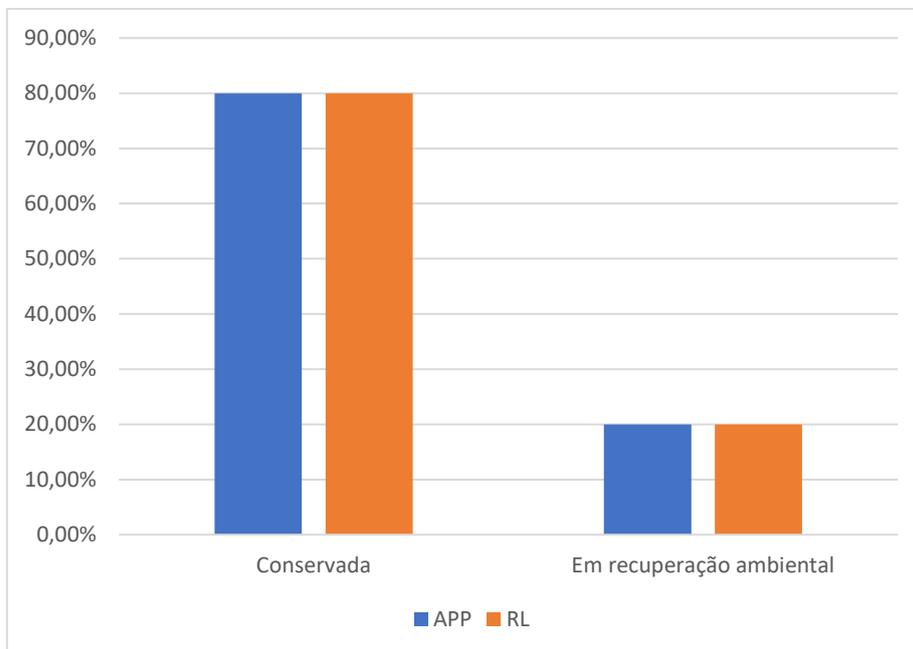
**Figura 40 – Passaporte do Peregrino com a imagem de Cora Coralina**



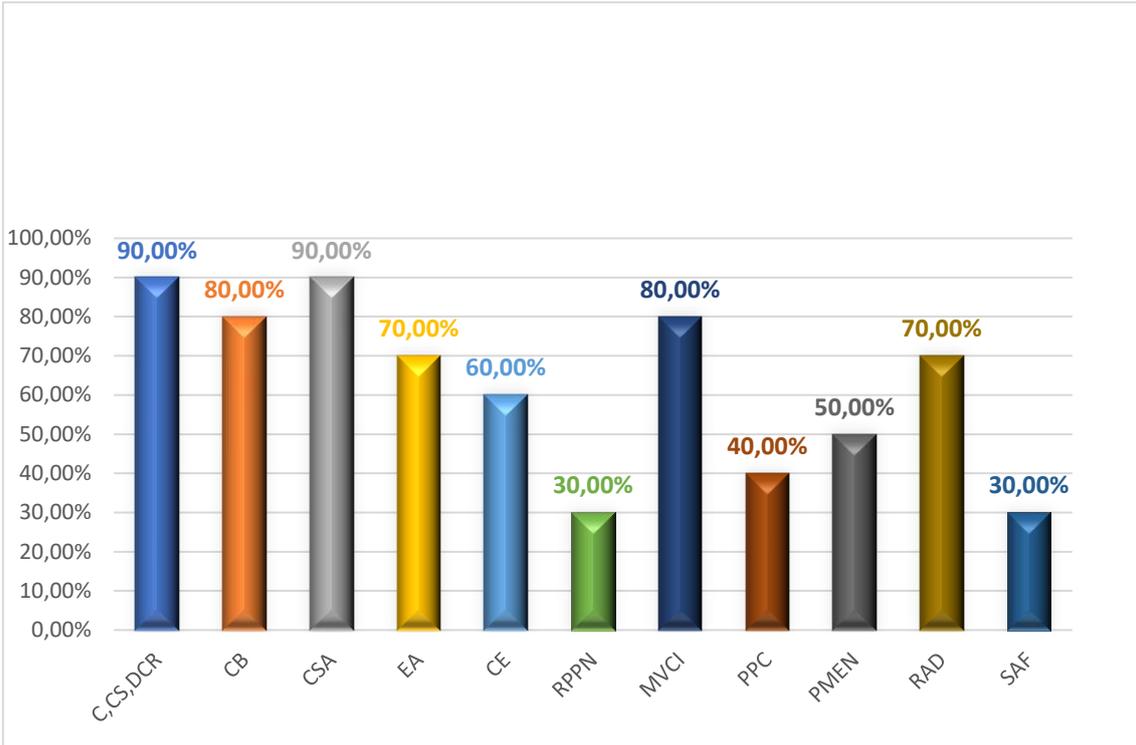
**APÊNDICE F – Resultado das entrevistas – Questionário de pesquisa de campo****Figura 1 – Grau de escolaridade****Figura 2 – Sexo****Figura 3 – Faixa etária****Figura 4 – Experiência de percorrer o CCC**



**Figura 5 – Conservação da APP e RL**

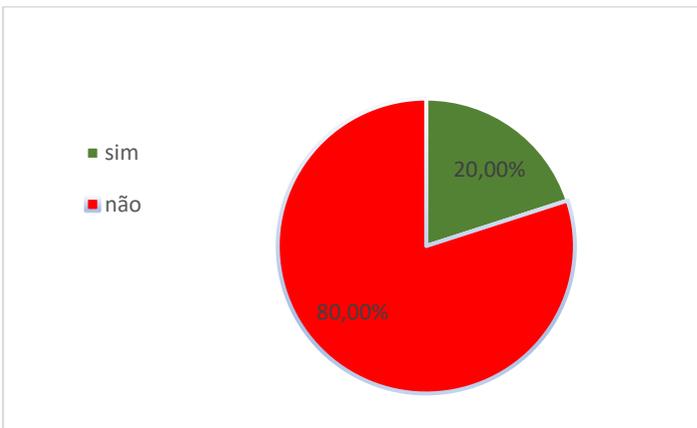


**Figura 6 – Atividades de conservação ambiental**

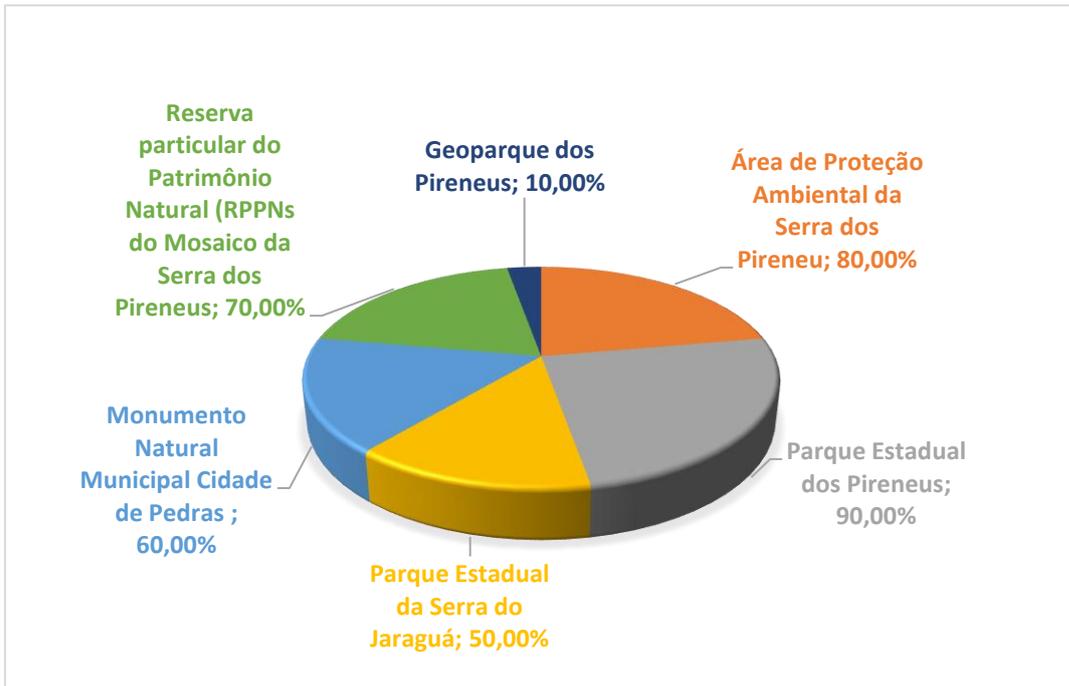


**Notas:** C, CS, DCR – Compostagem, coleta seletiva e descarte correto de resíduos  
 CB – Conservação da biodiversidade  
 CSA – Conservação do solo e da água  
 EA – Educação ambiental  
 CE – Implementação de corredores ecológicos  
 RPPN – Implementação de reserva particular do patrimônio natural  
 MVCI – Monitoramento, vigilância e combate a incêndio  
 PPC – Pesquisa e produção científica  
 PMEN – Produção de mudas de espécies nativas  
 RAD – Recuperação de áreas degradadas  
 SAF – Sistemas agroflorestais ou agroecológicos

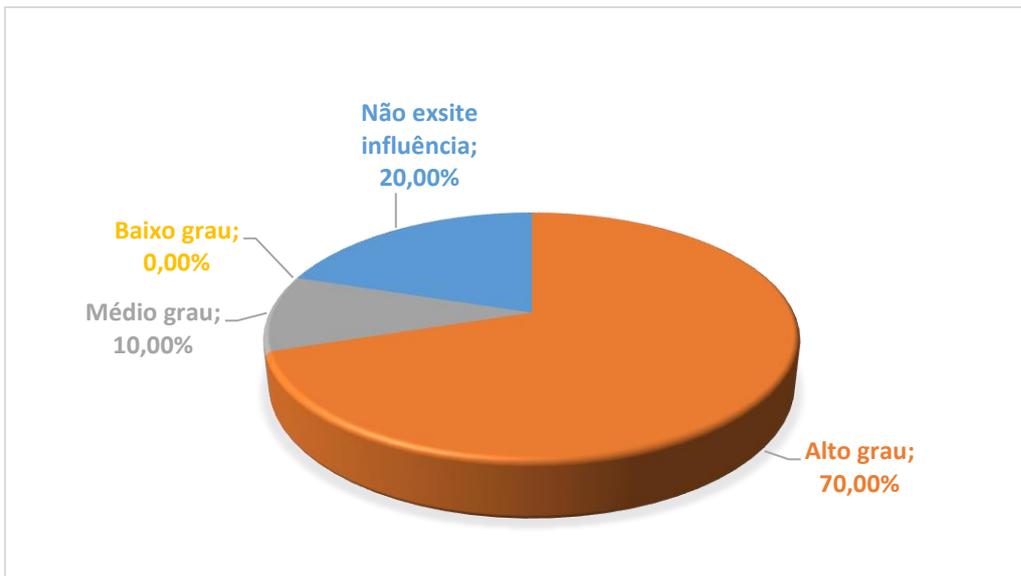
**Figura 7 – Recebimento de recurso financeiro**



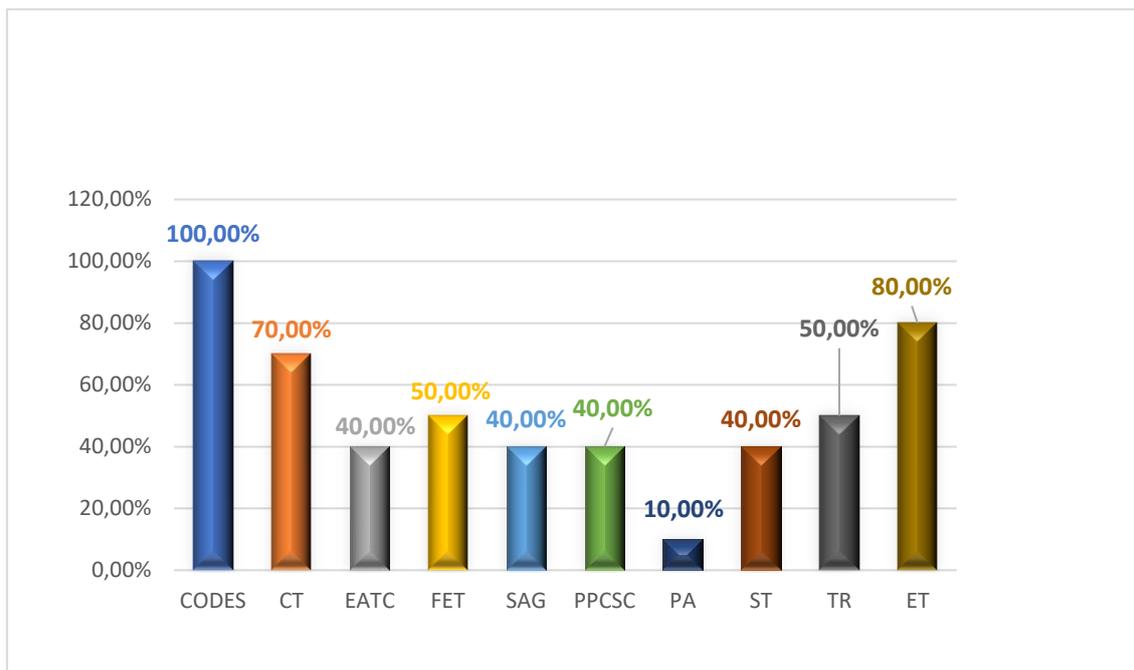
**Figura 8 – Unidades de conservação visitadas pelos proprietários rurais**



**Figura 9 – Influência do CCC para conservação ambiental**



**Figura 10 – Atividades culturais no CCC**



**Notas:** Codes – Conservação de objetos, documentos, edificações, espaços e(ou) sítios de valor históricos, paisagístico, artístico, arqueológicos ou ecológico

CT – Culinária tradicional

EATC – Educação artística, turística e cultural

FET – Festas, rituais e tradições folclóricas, artísticas e religiosas

SAG – Saberes agroecológicos e(ou) agroflorestais

PPCSC – Pesquisa e produção científica na área sociocultural

PA – Produção artesanal e(ou) artística

ST – Saberes tradicionais (ofícios e modo de fazer)

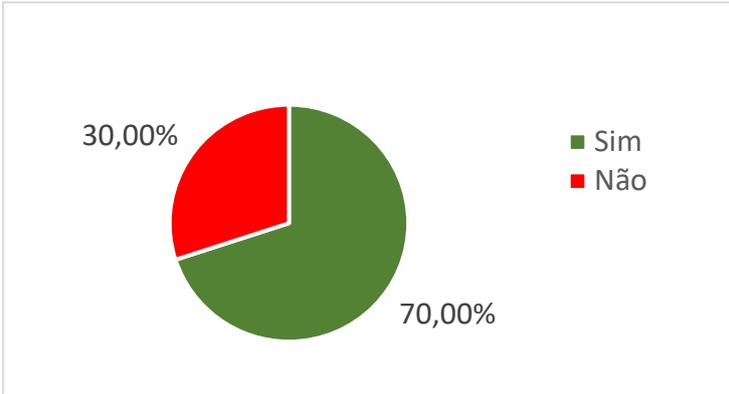
TR – Turismo rural

ET – Ecoturismo

**Figura 11 – Influência do CCC para valorização cultural**



**Figura 12 – Participação em associação, conselho e parceria**



**APÊNDICE G – Termo consentimento livre e esclarecido****Termo de consentimento livre e esclarecido**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nº \_\_\_\_\_

Eu Kalinea Rodrigues Gomes portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada “Conservação do Cerrado e diversidade sociocultural no Caminho de Cora Coralina – Goiás”, desenvolvida pela mestranda pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio, e permito que obtenha fotografia e gravação de voz da minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos.

As fotografias e gravações de voz ficarão sob a propriedade da pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio e sob sua guarda.

Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Pianópolis, 03 de abril de 2022.

Kalinea R. Gomes

Assinatura do(a) entrevistado(a) pesquisado(a)

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

Celia Maria Machado Ambrozio

Assinatura da mestranda pesquisadora

Celia Maria Machado Ambrozio

**Termo de consentimento livre e esclarecido**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nº \_\_\_\_\_

Eu ERICA DANIELLE DE MESQUITA, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada “Conservação do Cerrado e diversidade sociocultural no Caminho de Cora Coralina – Goiás”, desenvolvida pela mestranda pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio, e permito que obtenha fotografia e gravação de voz da minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos.

As fotografias e gravações de voz ficarão sob a propriedade da pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio e sob sua guarda.

Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Urcunópolis, 02 de abril de 2022.

Erica Danielle de Mesquita  
Assinatura do(a) entrevistado(a) pesquisado(a)

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

Celia Ambrozio  
Assinatura da mestranda pesquisadora  
Celia Maria Machado Ambrozio

**Termo de consentimento livre e esclarecido**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido n° \_\_\_\_\_

Eu Jeanne Marie White, portador(a) do RG n° \_\_\_\_\_, CPF n° \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada "Conservação do Cerrado e diversidade sociocultural no Caminho de Cora Coralina – Goiás", desenvolvida pela mestranda pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio, e permito que obtenha fotografia e gravação de voz da minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos.

As fotografias e gravações de voz ficarão sob a propriedade da pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio e sob sua guarda.

Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Pratópolis, 02 de abril de 2022

Jeanne Marie White  
Assinatura do(a) entrevistado(a) pesquisado(a)

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

Celia Maria Machado Ambrozio  
Assinatura da mestranda pesquisadora  
Celia Maria Machado Ambrozio

**Termo de consentimento livre e esclarecido**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido n° \_\_\_\_\_

Eu FERNANDO MADUEÑO, portador(a) do RG n° \_\_\_\_\_, CPF n° \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada "Conservação do Cerrado e diversidade sociocultural no Caminho de Cora Coralina – Goiás", desenvolvida pela mestranda pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio, e permito que obtenha fotografia e gravação de voz da minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos.

As fotografias e gravações de voz ficarão sob a propriedade da pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio e sob sua guarda.

Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Piracicaba, 05 de Junho de 2022

[Assinatura]  
Assinatura do(a) entrevistado(a) pesquisado(a)

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

[Assinatura]  
Assinatura da mestranda pesquisadora  
Celia Maria Machado Ambrozio

**Termo de consentimento livre e esclarecido**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nº \_\_\_\_\_

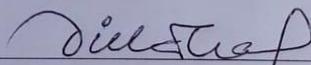
Eu BISMARQUE VILLA REAL, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada "Conservação do Cerrado e diversidade sociocultural no Caminho de Cora Coralina – Goiás", desenvolvida pela mestranda pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio, e permito que obtenha fotografia e gravação de voz da minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos.

As fotografias e gravações de voz ficarão sob a propriedade da pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio e sob sua guarda.

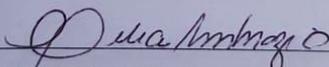
Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Piracipidia, 06 de maço de 2022.



Assinatura do(a) entrevistado(a) pesquisado(a)

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.



Assinatura da mestranda pesquisadora

Celia Maria Machado Ambrozio

**Termo de consentimento livre e esclarecido**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido n° \_\_\_\_\_

Eu Mandy P. Moraes Borges, portador(a) do RG n° \_\_\_\_\_, CPF n° \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada "Conservação do Cerrado e diversidade sociocultural no Caminho de Cora Coralina – Goiás", desenvolvida pela mestranda pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio, e permito que obtenha fotografia e gravação de voz da minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos.

As fotografias e gravações de voz ficarão sob a propriedade da pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio e sob sua guarda.

Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Pirenópolis, 06 de Março de 2022.

M. Moraes Borges

Assinatura do(a) entrevistado(a) pesquisado(a)

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

Celia Ambrozio

Assinatura da mestranda pesquisadora

Celia Maria Machado Ambrozio

**Termo de consentimento livre e esclarecido**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido n° \_\_\_\_\_

Eu Jose Carlos Ruiz, portador(a) do RG n° \_\_\_\_\_, CPF n° \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada "Conservação do Cerrado e diversidade sociocultural no Caminho de Cora Coralina – Goiás", desenvolvida pela mestranda pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio, e permito que obtenha fotografia e gravação de voz da minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos.

As fotografias e gravações de voz ficarão sob a propriedade da pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio e sob sua guarda.

Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Trinópolis, 05 de Março de 2022.

Jose Carlos Ruiz  
Assinatura do(a) entrevistado(a) pesquisado(a)

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

Celia Maria Machado Ambrozio  
Assinatura da mestranda pesquisadora  
Celia Maria Machado Ambrozio

**Termo de consentimento livre e esclarecido**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido n° \_\_\_\_\_

Eu Debel Evangelista Alves, portador(a) do RG n° \_\_\_\_\_, CPF n° \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada "Conservação do Cerrado e diversidade sociocultural no Caminho de Cora Coralina – Goiás", desenvolvida pela mestranda pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio, e permito que obtenha fotografia e gravação de voz da minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos.

As gravações de voz ficarão sob a propriedade da pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio e sob sua guarda.

Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Salto, 05 de maio de 2022

Debel Evangelista Alves  
Assinatura do(a) entrevistado(a) pesquisado(a)

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

Celia Maria Machado Ambrozio  
Assinatura da mestranda pesquisadora  
Celia Maria Machado Ambrozio

**Termo de consentimento livre e esclarecido**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nº \_\_\_\_\_

Eu, Joséquin Pontes, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada "Conservação do Cerrado e diversidade sociocultural no Caminho de Cora Coralina – Goiás", desenvolvida pela mestranda pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio, e permito que obtenha fotografia e gravação de voz da minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos.

As gravações de voz ficarão sob a propriedade da pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio e sob sua guarda.

Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Caixas 28 de Dezembro de 2022

Joséquin

Assinatura do(a) entrevistado(a) pesquisado(a)

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

Celia Ambrozio

Assinatura da mestranda pesquisadora

Celia Maria Machado Ambrozio

**Termo de consentimento livre e esclarecido**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nº \_\_\_\_\_

Eu Ideth Carmo dos Santos; portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada “Conservação do Cerrado e diversidade sociocultural no Caminho de Cora Coralina – Goiás”, desenvolvida pela mestranda pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio, e permito que obtenha fotografia e gravação de voz da minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos.

As fotografias e gravações de voz ficarão sob a propriedade da pesquisadora Celia Maria Machado Ambrozio e sob sua guarda.

Declaro que este termo será assinado em duas vias destinadas à guarda de minha pessoa e da pesquisadora acima mencionada.

Caculéia de Goiás 26 de Dezembro de 2022.

[Assinatura]  
Assinatura do(a) entrevistado(a) pesquisado(a)

Ciente e de acordo com as condições estabelecidas neste termo.

[Assinatura]  
Assinatura da mestranda pesquisadora  
Celia Maria Machado Ambrozio